

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MONIQUE FLORENCIO DE AGUIAR

"POLITICAGEM" E DEPENDÊNCIAS POLÍTICAS:
Controles, trocas e negociações

Niterói
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

MONIQUE FLORENCIO DE AGUIAR

"POLITICAGEM" E DEPENDÊNCIAS POLÍTICAS:
Controles, trocas e negociações

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Vínculos temáticos: Política e Estado
Linha de Pesquisa do orientador: Antropologia do Poder
Projeto do orientador:

Niterói
2009

Banca Examinadora

Prof. Orientador – Dr. Jair de Souza Ramos
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr^a. Delma Pessanha Neves
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr^a. Maria Gabriela Scotto

Prof. Dr. Sidnei Clemente Peres
Universidade Federal Fluminense
(suplente)

Prof. Dr^a. Antonádia Monteiro Borges
Universidade de Brasília
(suplente)

Às minhas irmãs: Thais, porque “sou a consequência inevitável de você”, e à Bia pelo amor incondicional. Como dizem muitos moradores de Cardoso, nós “comemos no mesmo prato”, literalmente, e com todo simbolismo relacionado.

Agradecimentos

Foram dois anos muito difíceis em vários âmbitos da vida. Isso requereu uma administração e força, que não sabemos que temos, mas na hora aparecem. Por outro lado, tudo ensina e eu agradeço as dificuldades, pois nesse período do mestrado aprendi, na ‘marra’ ou não, a desenvolver controle emocional. A experiência afastou parte da ingenuidade, aprendi a cautela estratégica para conduzir a direção dos meus passos, me aproximar e me afastar.

Primeiramente, quero agradecer aos colegas especiais com os quais eu dividi aflições e que me ensinaram da vida. Sou grata à presença constante do Bruner Titonelli Nunes, um grande amigo, preocupado, transparente e gentil. Em uma frase marcante me ensinou que: “tudo é uma questão de manter a mente quieta, a espinha ereta e o coração tranquilo”. É um irmão, que foi fundamental nesses últimos anos da minha vida acadêmica. Especificamente, agradeço a leitura de minha apresentação, as indicações bibliográficas e todo estímulo. Do mesmo modo, o meu encontro com Maria Fernanda Maidana foi de uma relevância inexprimível. É uma pessoa de um interior bonito, amiga, solícita para a qual eu transfiro meus anjos da guarda! Também como uma irmã, me deu apoio e percorreu comigo do meio do mestrado ao fim, me dando, assim como o Bruner, a certeza de que estavam comigo, mesmo longe, sendo meu aconchego.

Estendo agradecimentos deste tipo ao Rafael Fernandes Mendes Júnior, especialmente, pela crença em alguma capacidade minha, pelas lembranças e pelo carinho. Pedro Santos também é mais um protetor e amigo pelo qual tenho um grande carinho. Marisa Dreys foi ‘a irmã mais velha’, principalmente no primeiro ano do mestrado, pessoa bonita, terna e de um coração grande. Nessa passagem, agradeço aos demais colegas de curso pelo dividir e pela vivência. Devo agradecer ao PPGA por ter possibilitado esse encontro na figura dos professores, das coordenadoras e das secretárias – Ilma e Vanessa.

Agradeço em especial à Simoni Lahud Guedes, que é uma pessoa incansável. Foi uma coordenadora de curso atenciosa e nesse período me proporcionou organizar as Jornadas de Antropologia do PPGA, juntamente com outros colegas (Bruner, Julia,

Martin Curi, José Colaço, Letícia Luna, Marta Castilho etc.). Esse evento me forneceu um crescimento muito importante, bem como um conhecimento de contatos e da política acadêmica. Assim, o PPGA me foi muito familiar. Aproveito para agradecer a CAPES pela concessão de minha bolsa, pois só assim foi possível pesquisar.

Delma Pessanha Neves conta com meu carinho e compreensão indelévels. Foi uma coordenadora acadêmica presente. Agradeço pelos comentários em minha banca, pela disposição da leitura e vontade de ajudar com seus conhecimentos. Eu devo a ela minha entrada em campo, vários conselhos, mas não só isso. Foi a mão sempre estendida na minha direção, acreditou em mim em momentos críticos, sendo fundamental. Eu a sinto com uma proximidade maternal, como quem acompanha a caminhada, mas também com a distância que tomamos para admirar, porque eu admiro o pouco que sei sobre ela e a aparência de fortaleza, muito querida.

Agradeço a Gabriela Scotto, que fez parte de minha banca, pelos comentários argutos, que contribuíram muito e ainda ecoam, proporcionando minha admiração e grande prazer em conhecê-la. Ao meu orientador, Jair de Souza Ramos, agradeço pela paciência, simpatia, parceria e precisão diante do que podia ser feito em pouquíssimo tempo sobre a surpresa do que me propus a fazer. Nesse pouco tempo, se mostrou transparente, respeitoso, compreensivo, mas ‘não complacente’ e espero trabalharmos mais e cada vez melhor juntos.

Outros colegas, que me desejam bem, tiveram presença ocasional nesse período corrido e são **demais queridos** para agradecer-lhes o **apoio** em tão poucas páginas: Julia Mitiko Sakamoto (com presença especial e nem tão ocasional assim), Garcia Neves Quitari, Rodrigo Rodrigues e Sabrina Machado Mesquita. Acrescento meus mais novos queridos: Patrick Greco, André Berté e Michelle Markowitz. Michelle foi e é um ensinamento e se tornou uma amiga-vizinha para nos apoiarmos sempre, porque “meninas boas vão pro céu e meninas más vão à luta”! À Rejane Fontes, orientadora de monitoria em educação de 2005, agradeço saudosamente a torcida, os conselhos e preocupação em saber como estou mesmo quando estamos tempos longe. Tornou-se uma amiga gentil (um presente da vida) pela qual nutro carinho e desejo todo o bem do mundo.

Reconheço em Marcelo Carvalho Rosa um grande orientador. Foi meu orientador por sete meses durante a escrita da monografia, meu primeiro orientador de pesquisa. Portanto, sou grata porque, para mim, **quase** tudo que sei devo a ele. Além da aquisição de alguma bagagem de leitura, o mais fundamental é o processo de se

comportar e se abrir ao aprendizado para adquirir os conhecimentos. Até isso é um aprendizado e durante essa orientação eu perdi muitos medos de falar bobagem, vi que não preciso estar sempre certa e que se acaso não sabemos algo não significa ‘burrice’. Muitas de minhas qualidades eu só fui enxergar a partir de seus comentários e da confiança que depositou em mim. Com isso, tive confiança em mim mesma. Analogamente, como escreveu Foot-White, sobre o sucesso nas pistas de boliche, era preciso que as pessoas em volta acreditassem no jogador para ele render na atividade e poder até derrubar todos os pinos. Essa confiança externa, que se tornou uma confiança interna, foi um primeiro passo, ainda que eu fosse e seja ‘um grão de areia’. Marcelo é dessas pessoas transparentes, que você conhece em um mês e que já deve estar cansado de ouvir meus elogios. Assim, agradeço a orientação sincera, que me ensinou do ouvir e do exemplo da falta de arrogância na relação com o outro, principalmente com os socialmente abaixo. Tem um espaço sólido no meu percurso, assim, se caso passasse a me odiar, eu continuaria a gostar dele e querer todo o seu bem, porque meu carinho é incondicional, como pelas minhas irmãs de fato.

Sobretudo, agradeço ao Marcelo o apoio, em forma de conselhos, durante momentos críticos do mestrado, bem como à Fernanda, porque foram, por vezes, as minhas pernas, sustentando-me. Para mim, a UFF ficou muito mais vazia sem eles e a UNB ganhou duplamente...

Nesse período de pesquisa, minha família se tornou distante fisicamente, mas sempre preenchendo o meu íntimo e dando segurança. Agradeço essencialmente à: Maria do Carmo Florencio de Aguiar (mamãe), Maria Rosas da Conceição (madrinha) e Maria das Dores Florencio de Souza (madrinha). Em especial, agradeço ao Pablo Pires Ferreira, como novo membro da minha família, pela confiança em me ceder o espaço de sua casa, fundamental para que eu me concentrasse para escrita deste trabalho. À Bianca Florencio de Aguiar, minha querida irmã, que cresce a cada dia, agradeço a cuidadosa e rápida revisão do meu texto, o apoio solícito que nada no mundo impede e isso constitui sua beleza aos meus olhos. À Thais Florencio de Aguiar agradeço o exemplo, o instinto desbravador e toda a sua força para ser a minha força, bem como um lar para a escrita deste trabalho.

Sinto realmente uma falta tremenda dos amigos queridos que fiz em Cardoso Moreira e os agradeço enormemente: Alessandra, Edivânia, Valéria, Elison, Roberta, Simone, Dinamar, Tetê, Teca. Também ao Juarez, Ailton, Waldéz, Gabriel, Vando, Marluce, Piaba, Márcio, Antônio, Olívia, Zezé, Neuza e todos os outros que

contribuíram com minha pesquisa ou me receberam amistosamente. Aos vereadores da época, (ex)secretários, presidentes e integrantes de associações e funcionários públicos. Ao Sebastião Rezende, secretário executivo do PRONAF no Rio, agradeço a recepção, colaboração e paciência diante de meus poucos conhecimentos sobre o ‘mundo rural’. Em especial, agradeço saudosamente à Regina Stela Siqueira pela receptividade carinhosa e pelo exemplo de mulher batalhadora, que muito admirei. Especificamente, pela disposição em me passar informações e materiais, como professora com amor à construção do conhecimento e a pesquisa. Ao Gilson Nunes Siqueira pela receptividade também carinhosa, pela confiança e pela exemplar vontade de trabalhar e responsabilidade. Desejo sucesso na administração do município que aprendi a gostar.

Resumo

Este trabalho se aproxima das obras que abordaram as trocas políticas como tema. Ao pesquisar no município de Cardoso Moreira, onde a grande maioria dos empregados são funcionários da prefeitura, conformando dependências, tomei como objeto a manifestação de controles mútuos no espaço político, a negociação entre pessoas para compor aliados e a operacionalização das trocas nesse contexto. A emancipação político-administrativa em 1989 gerou uma proximidade física e social entre autoridades políticas e moradores, favorecendo o aumento de favores e a disputa entre políticos ao construírem suas carreiras. Tal situação conduzia às visões de mundo, que resultavam em crenças sempre justificáveis e legitimadas. Assim, o fazer política estava impregnado na maioria das relações, e ao fazê-la sem necessariamente administrar bem o município, as relações políticas eram denegridas como politicagem. As relações de troca ganhavam uma dimensão que extrapolava as fronteiras geográficas do município, criando uma verdadeira figuração entre representantes de instâncias governamentais e integrantes de diversas instituições sociais, que se aliavam aos diferentes políticos e se ajudavam mutuamente nas disputas políticas. Contudo, ao doar, os políticos deviam enfatizar certa forma de fazê-lo. As trocas políticas se mostraram em uma rede de interdependências e coações, que não são planejadas, em sua forma total, por pessoas que se possam condenar. Assim, perpassados por valores e crenças, os atos de doação podiam ser compreendidos como favores ou como direitos, manifestando o desejo de maior liberdade diante das coerções sociais e, desse modo, manipulando discursivamente as assimetrias.

Palavras-chave: trocas políticas, dependências políticas, empregos públicos, valores morais e disputas políticas.

Abstract

This paper approaches the works that addressed the issue of exchange policy. When searching in the city of Cardoso Moreira, where the vast majority of employees are public employees, conforming dependencies, I object as a manifestation of mutual controls in political, exchange between people to form allies and the operation of exchange in this context. The political-administrative emancipation in 1989 created a social and physical proximity between political authorities and residents, favoring the increase of favors between politicians and the dispute to they build their careers. This situation led to the world views, which resulted in beliefs always justified and legitimized. Thus, the make policy was pervasive in most relationships, and to do it without necessarily manage well the council, political relations were denigrated as “politicagem”. These changes were given a dimension that went beyond the geographical boundaries of the city, creating a real figuration between representatives of government agencies and members of various social institutions, which are allied to different political and helped each other in political disputes. However, by donating, politicians should emphasize a way of doing it. Exchange policies are shown in a network of interdependencies and constraints, which are not planned, in its overall shape, for people who can pay. Thus systems affected by values and beliefs, acts of donation could be understood as favors or as rights, expressing a desire to gain more freedom from social constraints and thereby manipulating, discursively, the asymmetries.

Key-words: exchange policies, political dependencies, government jobs, moral values and political disputes.

Sumário

Introdução.....	12
1. Emancipação: a conformação do monopólio político-administrativo.....	29
2. Os “Lados” Políticos.....	52
3. A Posição de Antropóloga perante a Disputa Política.....	83
4. <i>Racionalidades</i> Diferentes em um Jogo de Forças.....	97
5. Vínculos por Emprego e Recusas de Vínculo: o favor e o direito.....	129
6. Modos de Assistência e Relações entre Políticos.....	149
Considerações Finais.....	171
Apêndice I - Emoções envolvidas na disputa eleitoral de 2008: a forma criativa e festiva de medir os poderes.....	180
Apêndice II - Instituições e Tipo de Reivindicação: tirar “proveito” ou ser “parceiro”.....	190
Referências bibliográficas.....	241

Introdução

Com a intenção de compor esse trabalho fui morar no município de Cardoso Moreira, que se situa na região norte do estado do Rio de Janeiro, no qual residi por 4 meses e 14 dias. Eventualmente, retornava à cidade do Rio de Janeiro e Niterói – onde morei por toda a vida –, chegando a permanecer uma ou duas semanas afastada de Cardoso Moreira. Pesquisar nesta cidade foi uma sugestão da coordenadora acadêmica do PPGA/UFF, diante dos meus planos frustrados de realizar a pesquisa do mestrado no estado do Mato Grosso. Tal coordenadora me auxiliou na busca de um novo campo, no qual eu pudesse aplicar a mesma questão teórica inicial, com algumas modificações. Como possuía bagagem de pesquisa na região norte e nordeste fluminense, ela pôde me fornecer a segurança necessária e alguns contatos para facilitar minha entrada no campo. Em Cardoso, devo constatar que não consegui contatar a pessoa indicada por ela, chegando à cidade apenas com alguns nomes em mente, de pessoas que trabalhavam na prefeitura. Busquei por essas pessoas através de conselhos de um contato que jamais cheguei a conhecer, fazendo com que eu explorasse um local que nunca tinha visitado antes e fosse travando meus contatos iniciais ‘boca-a-boca’. No entanto, sem o intermédio da coordenadora acadêmica, eu nunca teria obtido as primeiras indicações para me deslocar a Cardoso Moreira.

De início, buscava neste município pesquisar sobre uma possível rede de interdependência entre as instituições, evidenciando a articulação entre o governo municipal, as associações de produtores rurais ou moradores e uma empresa específica compradora de leite da região. Sobre a empresa de leite, a Parmalat, eu almejava detectar como a sua *crise*¹, noticiada pela imprensa nacional em dezembro de 2003, repercutiu no cotidiano dos produtores. Além disso, questionava-me sobre quais eram e como operaram as possíveis redes assistenciais de governo, com as quais tais produtores

¹ As palavras em itálico ao longo do texto sinalizam um termo meramente analítico, não sendo uma palavra usada pelos pesquisados, assim, se sobressaindo como externa ao universo das palavras empregadas nas relações do campo, salvo quando uso itálico para citar o uso de alguma obra acadêmica e termo estrangeiro. Sobre algumas palavras destacadas com itálico existem polêmicas acadêmicas.

puderam contar. Assim, tinha em mente observar as interações entre os atores que representassem essas instituições, mapeando os objetos de disputa entre esses agrupamentos e as demandas expressas, a fim de captar o significado de fazer política no local. Estrategicamente, eu pretendia, percorrendo esse circuito, penetrar nas questões que eram relevantes para as pessoas no local, não só pensando em suas necessidades materiais, mas também na força do conteúdo simbólico com o qual operavam em seu cotidiano.

Durante minha estada no município de Cardoso Moreira, outras questões chamaram minha atenção e meu objetivo foi, com isso, se modificando². Percebi que a *crise* da empresa Parmalat não afetou substancialmente as vidas dos produtores a ponto de ser entendida como crise. E, também não modificou a estrutura das relações nem acarretou a implementação de programas sociais específicos. Durante o período de campo, eu – uma pessoa nascida e criada em municípios urbanos movimentados – me surpreendia a cada instante com o tipo de vida e de interação que observava em Cardoso Moreira, um município pequeno, de aproximadamente 12 mil habitantes, e de base rural. Comentarei sobre parte das características e história do município no capítulo um, aqui gostaria de mencionar um sentimento de surpresa, declarado por vários moradores, com a minha presença no local. Tais moradores tinham o local que moravam em tão baixa estima que não entendiam o porquê de eu ter escolhido Cardoso Moreira como *locus* da minha pesquisa. Como mencionou uma despachante da auto-escola local, proveniente de outro município: “eles pensam que Cardoso Moreira é o último lugar que alguém pensa em ir”. Uma outra moradora me dizia que os moradores de Cardoso desconfiam de quem “vem de fora” e se instala em Cardoso, pois pela escolha podiam estar querendo se esconder por ter cometido alguma irregularidade ou ter a intenção de aplicar algum golpe nas pessoas pouco esclarecidas, ingênuas e com excesso de confiança nas declarações alheias e, depois, fugir, assim como os ciganos que volta e meia apareciam. Por outro lado, quem vem “de fora” tende a disputar ou já ocupar os poucos empregos locais e, por isso, são tratados com defesa, cautela ou rispidez.

² Em relação à mudança de minha questão analítica, por força do maior interesse dos pesquisados em outra temática, recordo a célebre menção de Evans-Pritchard (1978) sobre os Azande. O autor afirmou que, inicialmente, não estava interessado em bruxaria, mas os Azande estavam, o que fez com que ele substituísse sua questão de pesquisa por outra que tivesse a bruxaria como temática.

Descobri, em parte da população, um sentimento e percepção de si mesmos como “atrasados”, “sem chances de vida”, “ignorantes”, “analfabetos”, “fofoqueiros”³. De outro modo, também era um local visto como saudável de se viver, onde as pessoas se ajudavam, se preocupavam umas com as outras. Quando eu andava pelo pequeno centro urbano do município, procurava conversar com os comerciantes. Em uma conversa com Gabriela⁴, proprietária de uma pequena loja de utilidades para o lar, ela comentou que na cidade as pessoas se ajudavam. Por exemplo, se houvesse alguma patrulha fiscalizatória no bairro Cachoeiro, os moradores avisavam as pessoas no Centro, ou mesmo quando algum estranho aparecia na cidade, eles avisam uns aos outros. Gabriela comentou que naquele momento havia um grupo de ciganos que chegara à cidade, vendendo alguns objetos. Os ciganos já haviam se instalado na cidade outras vezes e não possuíam boa fama. Na semana subsequente, comecei a ouvir, inclusive na rádio, que estavam circulando notas falsas de 50 e 100 reais pela cidade e os primeiros suspeitos eram os ciganos. Além disso, um tempo depois, surgiu um boato de que policiais estavam fazendo uma patrulha, motivados por uma denúncia de contrabando e veículo roubado e os ciganos foram vistos, novamente, como suspeitos pelos moradores.

Em Valão dos Pires, bairro do interior para o qual me desloquei diversas vezes, uma moradora afirmava que não sentia vontade de se mudar dali. Ela mencionou que no Pires as pessoas se preocupavam umas com as outras, qualquer dificuldade realizava-se um mutirão, havendo, portanto, maior solidariedade do que na cidade, onde ela avaliava que as pessoas não se conheciam. De minha parte, fui tratada com muita confiança diversas vezes e, em outras, experimentei a desconfiança ou falta de colaboração planejada das pessoas em relação a minha pesquisa, por se sentirem ameaçadas pela minha presença.

Este sentimento de ameaça que eu despertava se tornava maior devido à época de realização da pesquisa: era período eleitoral numa cidade onde entre 70% a 80% da população empregada depende de cargos na prefeitura municipal⁵. Diante disso, grande foi a minha surpresa quando terminada a pesquisa, me deparei com uma matéria de

³ As palavras, termos ou frases entre aspas duplas se remetem à palavras empregadas por algumas pessoas do universo estudado, portanto, são termos *nativos*. Evidentemente, há trechos entre aspas que são citações bibliográficas.

⁴ Nome fictício.

⁵ Em uma pesquisa realizada no município pelo PRODER/SEBRAE, publicada em 1999, consta que 54% dos empregos formais em Cardoso são provenientes da prefeitura. Além disso, há as indicações realizadas pela prefeitura para outras instituições locais e os empregos informais que ela propicia.

jornal – ver figura 1 – e percebi a representatividade nacional dessa relação de interdependência entre os moradores e os representantes do poder político local.

Figura 1

na estrada
Repórteres percorrem cerca de 14.000 km nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste

POÇO DANTAS (PB)

5 cidade visitada

» População (2007): 3.919
» Eleitores aptos: 3.227
» PIB (2005): R\$ 8.776.000 e R\$ 2.136 per capita
» Prefeito: Itamar Moreira (PMDB)

72,8% É a participação da administração pública no PIB de Poço Dantas, segundo o IBGE. 31,3% dos municípios do país têm mais de um terço da economia dependente da prefeitura

POÇO DANTAS
(491 km de João Pessoa)

Oceano Atlântico
RN
PB
PE
João Pessoa
BRASIL

Cidade tem 73% do PIB dependente da prefeitura

Candidato da oposição desiste da disputa um mês antes do pleito; moradores devem a optar pela reeleição por medo de perder emprego

EDUARDO SCOLESE
ENVIADO ESPECIAL A POÇO DANTAS (PB)

Encravado no extremo noroeste paraibano, com seus limites territoriais na divisa com o Rio Grande do Norte e com o Ceará, Poço Dantas tem o prefeito como o único patrão do município, fato que motivou o candidato da oposição a jogar a toalha um mês antes das eleições. Para Gentil Freitas (DEM), a reeleição de Itamar Moreira (PMDB) é inevitável.

A reeleição parece tão certa, que nem se vê campanha. Há, no máximo, cartazes do prefeito colocados na parede de algumas casas. Não há carros de som, bandeiras ou cabos eleitorais. “Só entrei na disputa para marcar posição”, admite o candidato do DEM, que, aparentemente, estava mais preocupado com a reforma de sua casa. “Dá um trabalho danado.”

Já o prefeito minimiza: “Parece que vamos ganhar”.

Poço Dantas é o segundo colocado nacional entre os municípios mais dependentes da administração pública listados pelo IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2005. 72,8% de seu PIB é vinculado à máquina oficial — o restante distribui-se em agropecuária, impostos e atividades como comércios, aluguéis e construções menores.

Isolado por estradas de terra — em alguns trechos os carros são obrigados a cruzar pequenos riachos — Poço Dantas tem 3.919 habitantes e 3.227 eleitores. Apenas três ruas, no centro da cidade, são de paralelepípedo. O restante é terra. Não há emprego, exceto na prefeitura.

Na cidade não há agência bancária, correio, posto de combustível e supermercado, por exemplo. Há apenas um caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal, usado por 587 famílias que recebem o Bolsa Família. Mesmo os funcionários da prefeitura precisam viajar pelo menos uma vez por mês até Uiraúna (a 20 km) para sacar o salário — e acabam fazendo compras por lá mesmo, aquecendo a economia do município vizinho.

Direta ou indiretamente, quem se beneficia são os candidatos à reeleição, como ocorreu em 2000. Os 240 funcionários da administração sabem que, se mudar o comando, trocam-se os subordinados.

Rejane da Silva, 35, votará pela reeleição. Contratada pelo prefeito em 2005 para trabalhar na creche municipal e mãe de três filhos, ela recebe um salário mínimo mensal, além de R\$ 60 do Bolsa Família. O marido, Wellington, 29, trabalha no quintal de casa, numa lavoura de subsistência. “Hoje o dinheiro da feira está garantido.”

NA INTERNET
<http://campanhanoar.folha.blog.uol.com.br>
Leia mais sobre a viagem

Nota em relevo: “72,8% é a participação da administração pública no PIB de Poço Dantas, segundo o IBGE, 31,3% dos municípios do país têm mais de um terço da economia dependente da prefeitura”.

Eu pesquisava sobre política nesse lugar e escolhi voltar parte de minha atenção para a campanha, pois esse era o grande interesse da população no momento. Assim, decidi me posicionar “do lado”⁶ de um dos candidatos a prefeito, o que me tornou uma maior ameaça na visão dos envolvidos “na política”⁷, visto que eu poderia estar junto ao grupo com interesse de arrumar um emprego depois da vitória, ou ser uma “espiã” do “outro lado” em disputa na campanha eleitoral.

Assim, questionei-me sobre como se manifestavam essas relações de interdependência e como elas eram pensadas por quem as experimentava em menor ou

⁶ Essa expressão era usada para denotar um posicionamento ou filiação a um dos grupos políticos locais.

⁷ Palmeira (1996:42-43) observa o emprego do termo da mesma forma que vi sendo aplicado no local. “Na política” significava as práticas realizadas no período eleitoral, era o tempo da política, embora compreendessem que a política também se realizava fora desse período, porém de forma menos intensa.

maior grau. Em outras palavras, pensei em apreciar a manifestação de certos controles no espaço político, a negociação entre as pessoas para compor aliados e a operacionalização das trocas nesse contexto onde a concorrência por meios de vida é acirrada.

De imediato, pensei na palavra *dominação*, que poderia descrever o que eu via nas relações. Porém, se eu dissesse que objetivava compreender a natureza das relações de *dominação* política no local, corria o risco de trazer à arena uma palavra tão fora do contexto, como quem **julga**⁸ o que vê friamente a partir de seus próprios critérios, que poderia deturpar a forma como as pessoas que pesquisei viam sua própria condição. Será que elas se viam como dominadas?⁹ E, pior do que isso, poderia efetivamente passar para o leitor uma idéia viciada do quadro que pretendia descrever se ele associasse à palavra *dominação* o conteúdo que mais impera quanto ao seu significado. Fui percebendo que deveria compreender as relações sem o papel de grandes homens pensados como fora das teias de coerção e dependências que de fato os prendem. Assim, o prefeito da cidade que estudei estava preso numa teia de relações recíprocas, que condicionava e limitava suas ações, tanto quanto as pessoas tidas como de um *status* social mais baixo em relação a ele. Desse modo, tanto o prefeito explorava brechas diante de modelos de ação oficializados, regulamentados ou cristalizados (segundo Durkheim), quanto as pessoas que trabalhavam para ele, ou moravam na cidade, também exploravam brechas e negociavam, com diferentes poderes de barganha. Uma pessoa pode ter maior influência num determinado bairro, tendo maior quantidade e solidez de vínculos, do que o próprio prefeito, condicionando a dependência deste àquele.

Nesse sentido, a abordagem histórica dos fatos sociais, segundo Elias (1987:42), é que costuma se ocupar exclusivamente de indivíduos fora de suas figurações (relações de interdependência). Ao se pautar pelo estudo de indivíduos isolados, o historiador atribui a um único indivíduo as realizações importantes de uma época, sem investigar o indivíduo estimulado e/ou condicionado pelas relações que o prendem. Tais relações compõem estruturas que mudam de forma mais lenta que os indivíduos e, assim, abrem perspectivas para que diversas figurações se assemelhem, em detrimento da unicidade e

⁸ Uso palavras em negrito apenas para dar ênfase ou destaque às palavras-chave ou para facilitar a visualização e localização de certas palavras.

⁹ Weber (1987:107) definiu *dominação* da seguinte maneira: “Por *dominação* entende-se a oportunidade de ter um comando de um dado conteúdo específico, obedecido por um dado grupo de pessoas”. No dicionário Houaiss (2009:261) encontra-se a seguinte descrição: “exercício do poder sobre nação, pessoa ou território; soberania”.

irrepetibilidade dos fatos e personagens valorizados por historiadores (Elias, 1987). Portanto, para Elias (1987:41), a sociologia tem a tarefa de destacar o que para os historiadores aparece como um fundo inestruturado e torná-lo acessível à investigação como uma relação estruturada de indivíduos e ações. É com esse argumento que preferi, antes de verificar a crença na dominação, tomar cuidado com a palavra *dominação*, que poderia denotar um dominador livre de coerções e seus dominados como pobres sofredores. Do mesmo modo, a palavra **dependência** deve ser vista sempre em dois sentidos, mesmo que possamos verificar uma desproporcionalidade de autonomias numa relação recíproca específica.

Seguindo esse raciocínio, eu me defrontei com conceitos muito usados na literatura sociológica e antropológica ao longo do tempo, os quais poderiam guardar semelhanças em suas descrições e definições com o fenômeno social que eu apreciava. Assim, vieram-me à cabeça vários *ismos* (como patrimonialismo, patriarcalismo, coronelismo, populismo, mandonismo e clientelismo). Da mesma maneira, o emprego de tais conceitos me receava por, de repente, demonstrar um olhar muito externo e artificial sobre o que eu tinha visto nas atividades de campo. Sendo assim, aproximei este trabalho dos estudos que entendem o *clientelismo* como uma categoria analítica, mas tomando o cuidado de não introjetá-la no trabalho como uma categoria *nativa*. De fato, não era com esse termo que as pessoas pesquisadas nomeavam as relações de troca que mantinham. O que torna *clientelismo*, no meu caso, um rótulo que opera academicamente, e sua sentença de nada valeria sem a demonstração e descrição detalhada do que se rotulou. Por isso, no correr dos capítulos, optei por evitar o uso desse termo polêmico, como demonstrarei abaixo, adotando mais o termo trocas políticas, que é menos gasto e impede fáceis mal-entendidos. Torna-se importante ressaltar as palavras de Auyero (2005:36) sobre como concebeu o uso do termo *clientelismo*, reforçando minha percepção:

Uno de los efectos de esta “antología de imágenes” preconstruidas que vinculan lugares e temas culturales es, de acuerdo con el antropólogo Appadurai, el de achatar toda la complejidad cultural y ubicar el fenómeno estudiado bajo una categoría general y generalizable, en este caso, la de clientelismo. Esta noción ha sido usada – y abusada – para explicar tanto las razones por las cuales los pobres “seguirían” a líderes autoritarios, conservadores y/o populistas, así como las limitaciones de nuestras siempre frágiles democracias (véanse, por ejemplo, O’Donnell 1996b; Menéndez Carrión 1986; Stein 1980).

Ciente de que estudo neste trabalho sobre relações de interdependência similares ao que foi tomado, na literatura, como *clientelismo*, gostaria de, antes de emitir esse rótulo ou renovar o uso do termo, me propor o desafio de não apenas dizer que há *interdependência*, *trocas políticas* ou *clientelismo*, mas mostrá-las nas ações que vi, nas conversas que travei e escutei. Portanto, a teia de relações de dependências mútuas deveria ser visível ao leitor para que ligasse o termo à realidade social (ou às realidades sociais). Dessa forma, facilitaria a produção de um conhecimento ao invés de amarrar os fatos vistos e as percepções aos moldes analíticos que figurariam como verdades perpétuas manipuladas na forma de grades fechadas.

Trocas políticas sob a sigla do ‘favor’ e da ‘assimetria social’

O objeto geral que delimitei para esse trabalho envolve a apreciação da manifestação de **controles** no espaço político¹⁰, a **negociação** entre pessoas para compor aliados e a operacionalização das **trocas** no contexto das relações em Cardoso Moreira. Aqui, controle, negociação e trocas podem ser faces de um mesmo ato. Sendo assim, o que tal objeto tem haver com o que se considera como *clientelismo*? Como penetrar nas obras que o abordaram ajuda a pensar as interações apreciadas na esfera política?

Em resposta a isso bastaria expor a definição convencional para *clientelismo*, que vem a ser: a ação de prestar serviços e benefícios de vários tipos (proteção, assistência pessoal etc.) em troca de voto e apoio político, em uma relação de assimetria social (Ottmann, 2006; Auyero, 2005; Carvalho, 1997; Cunha, 2006; Landé, 1977; Hall, 1977). Nessa definição, vê-se bem, na *relação clientelística*, a presença da troca, da negociação e do controle dos bens, serviços e informações (entre outros recursos, tangíveis ou não) a serem distribuídos. A *situação clientelista* envolve trocas entendidas como trocas de favores. Assim, o favor é um elemento essencial da *relação clientelística*, que pode ser realizado através de vários modos, como por uma apropriação privada de recursos públicos (o que se toma pelo conceito de *patrimonialismo*), pela cessão de recursos próprios ou pelos contatos com amigos para favorecer algum serviço, obter informação ou empregos a terceiros.

¹⁰ Penso em espaço político como a atuação de pessoas em relação de disputa e/ou cooperação, mas não como um campo fechado sem interferência de outras esferas (como a midiática, cultural, econômica etc).

Um ponto a ultrapassar é a compreensão do clientelismo como uma democracia imperfeita, em fase de transição para se chegar a uma democracia pura. Relativizando a assertiva de que a *democracia* vigorar de forma mais perfeita em sociedades ditas igualitárias em detrimento das sociedades onde se crê preponderar *práticas clientelistas*, Villela & Marques (2002:94) apontaram que o clientelismo político sertanejo poderia ser lido “como um artifício de pulverização do poder por toda a escala social”. Isso por ocasião da recriminação social direcionada a quem não disponibiliza seus recursos. Disponibilização essa que faz evitar a concentração de poder e prestígio, acarretando a distribuição de favores a fim de vencer seus concorrentes políticos.

Kuschnir alia-se a Villela e Marques (idem) no questionamento do clientelismo como uma prática que monopoliza bens, serviços e informações, mas, ao contrário, entende que, segundo concepções nativas, o clientelismo pode distribuir poder. Segundo Kuschnir (2007:164), as pessoas que participam dessas relações de troca não concordariam com a assertiva de que suas ações sejam um mero clientelismo. Dessa forma, a autora enfatiza que sob o “ponto de vista “nativo”, “os políticos não estão privatizando bens públicos”; ao contrário, os políticos estão **dando acesso** a bens e serviços públicos a pessoas que não o teriam de outra forma” (ibidem:164). Nesse ponto, a assimetria pode ser amenizada, apesar de, como veremos, o fenômeno clientelista se marcado pela hierarquização social e pela troca de favores. Mas o que atualmente se põe em causa é até que ponto a hierarquia é compreendida, no ponto de vista nativo, e como os favores são incompreendidos e manipulados no discurso, p.ex. como um direito, para suavizar esta própria hierarquia.

Troca entre pessoas de *status* desiguais: mediação, não mecanicidade, *performance* e pessoalização

Essa perspectiva crítica do *dar acesso* aos bens ao invés de privatizá-los, nos remete a um entendimento do *fenômeno clientelista* como troca entre pessoas de *status* desiguais, que ocorreria verticalmente, em uma sociedade hierarquizada. Nesse ponto, uma outra exposição explicativa deve ser ressaltada tanto quanto sua crítica.

Tradicionalmente, *clientelismo* foi entendido como relações pessoalizadas que podem ser diretas ou indiretas e chegar a compor redes como campos sociais amplos de relações entre várias pessoas (Landé, 1977). Nas relações indiretas, atuam intermediários, que receberam diversos nomes na literatura, como: mediadores, *brokers*,

buffers e cabos eleitorais. O mediador é aquele que facilita o **acesso**¹¹ aos bens materiais e imateriais e se posiciona entre o doador e o receptor, podendo uma mesma pessoa ocupar ora a posição de benfeitor, ora de mediador e de cliente em outros momentos. A figura de mediador é fundamental para o entendimento dos vínculos que formam pirâmides de lealdades, pois cada mediador pode ter a sua clientela e colocá-la a disposição de um superior (momentâneo ou não), que se vale dos vínculos do que está na posição de mediador. Tal superior, nesta relação, pode estar vinculado a uma outra pessoa que lhe é hierarquicamente superior por ocasião de seu cargo (em especial, numa carreira política) e assim a pirâmide vai sendo alongada, ao mesmo tempo em que pode ir sendo alargada em sua base pela conquista de novos mediadores aliados.

Segundo Cunha (2006:240) “as relações clientelísticas mudam ao longo do tempo para deixarem iguais as relações sociais assimétricas que estão (e são) na sua própria origem”. Porém, a que se registrar que a assimetria não é uma relação estática, além de ser circunstancial. Segundo Palmeira (1996:47), as ajudas ou favores saldados ao longo do tempo permitem inversões de posição entre duas pessoas, em um sentido moral. Em relação ao *status* social, a inversão de posição não depende dos favores saldados. Sobretudo, as pessoas podem variar suas posições dependendo da situação. Por exemplo, uma pessoa pode ser considerada superior no âmbito cultural ou no desenvolvimento humano, mas em outra esfera, como a econômica, política ou ocupacional, ser considerada inferior. Portanto, a mesma pessoa pode estar diante de uma outra, ora como superior ora como inferior, dependendo do assunto em pauta. Desse modo, o *status* de uma pessoa não pode ser absolutizado para todas as esferas da vida, incorrendo numa naturalização de um poder que nem sempre se manifesta em todos os domínios aproximadamente na mesma medida.

O fenômeno do *clientelismo* costuma ser entendido dentro da relação patrão-cliente, onde patrão significa uma pessoa de poder, *status*, autoridade e influência, que concederia grandes favores em troca de assistência, lealdade e serviços (Hall, 1977:510). Isso denota uma relação assimétrica ou, como disse Landé (1977:XX), é uma “aliança diádica vertical (...) entre duas pessoas de *status*, poder e recursos desiguais que acham útil ter como aliado alguém superior ou inferior a ele” (tradução livre). Nessa lógica, o cliente não consegue retribuir os favores na mesma medida em que os recebe, desenvolvendo um sentimento de gratidão ou de dívida moral, que o

¹¹ Sobre a noção acesso ver Kuschnir (2000a:76-87). Sobre mediação: Kuschnir (2000b), Auyero (2005), Da Mata (1978), Levi (2000), Landé (1977) entre outros.

tornaria leal ao patrão. Assim, a noção de dádiva analisada por Mauss (1974) ilumina essa relação. Mauss (1974:187) descobriu que na Escandinávia as trocas e os contratos se faziam sob forma de presentes, em teoria “voluntários”, mas na prática obrigatoriamente “dados” e “retribuídos”. Nas trocas de bens, as tribos rivalizavam em generosidade e riqueza e quem não conseguisse retribuir o presente à altura perdia prestígio e ficava numa situação de escravidão por dívida. Buscava-se, assim, a superioridade social através das trocas, acarretando uma violência simbólica (Bourdieu, 1989). Isso assegurava aos nativos uma hierarquia moldada por elementos como honra e prestígio, pois a riqueza conferia *mana*¹² e se não se cumpria a obrigação de retribuir as dádivas, o *mana*, como fonte de autoridade, era perdido. A obrigação de receber o presente era devido a uma regra de convivência, pois se o presente era recusado estava-se declarando guerra ao doador ao invés de querê-lo como aliado. Além disso, Bourdieu (1996) acrescentou que na lógica dos dons há um intervalo de tempo entre receber e retribuir que deve ser obedecido sob pena de mostrar ansiedade em se livrar da dívida e do laço de aliança. Como se vê, a lógica dessas trocas passa ao largo do sentido das trocas mercadológicas e aprende-se esse jogo na socialização. Assim, podemos perceber que o apoio e os votos não vêm mecanicamente devido aos bens, serviços e favores prestados (Auyero, 2005:39), mas envolve sentimentos de gratidão, pedidos e promessas.

Além desse sentimento moral, que remove a pura racionalidade da troca, Bezerra (2001) enfatizou a ausência de mecanicidade no intercâmbio favores/votos, através do exame que fez das correspondências e visitas, nas relações travadas por parlamentares com eleitores e prefeitos. Isso desencadearia uma relação ao longo do tempo, a qual construiria e consolidaria um vínculo. Sobretudo, o autor entende os favores e a atenção prestados por parlamentares como dispensados por força de sua função e não apenas para obtenção imediata do voto. Já Auyero (2005), inspirado em Mauss, ressalta a forma com a qual a atenção e os favores são concedidos. Assim, a *performance* colabora para reforçar as qualidades do doador no imaginário social, gerando a simpatia e o fortalecimento do vínculo. Para romper com esse mecanicismo, convém também mencionar a recusa do vínculo pela pessoa auxiliada, que opta por atribuir sua lealdade a um outro político. Esses são apenas alguns exemplos da complexidade das trocas políticas.

¹² O *mana* pode ser compreendido como uma potência mágica, que reveste uma pessoa de autoridade transcendental, para Mauss (1974), funda a esfera na qual se passam os ritos.

Explorando a desigualdade de poderes ou hierarquia produzida, entre outras coisas pela prática da troca de dons, vemos teorias que contrapõem as **relações entre as pessoas** (que vigoraria em sociedades ditas hierárquicas) e as **relações entre indivíduos** (que vigoraria em sociedades ditas igualitárias). Refiro-me, em especial, aos trabalhos de Da Matta (1985, 1978) que contrapõe uma identidade social norte americana de caráter nivelador e igualitário, com normas sociais universais – de leis que valem para todos –, à uma identidade social brasileira totalizadora, na qual vigora as relações pessoais. A unidade social básica nos Estados Unidos é vista como o indivíduo, enquanto no Brasil a unidade básica são as relações pessoais, que se assentam na complementaridade de uma pessoa em relação às outras. Essas relações compõem uma teia de privilégios, que se cristaliza em diferenciações e hierarquias. Porém, no Brasil, com a penetração dos critérios universais nas leis e corpo burocrático, temos uma realidade híbrida, na qual sempre quando tais leis ou normas prejudicam algum interesse a pessoa aciona a força da hierarquia e das relações pessoais para amaciar a lei. A fórmula *Você sabe com quem está falando?* emite bem, para Da Matta (1978), o acionar da lógica hierárquica em situações em que uma pessoa se vê prejudicada por uma lei que a nivela.

Nas sociedades vistas como mais igualitárias costuma-se associar uma conquista de “direitos” pelos ditos cidadãos, enquanto numa sociedade hierárquica as benfeitorias, na maioria das vezes, são entendidas como um favor concedido. Relativizando tal ortodoxia, Sigaud (1996) mostra como na Zona da Mata de Pernambuco, ir à justiça reclamar a violação de direitos trabalhistas se deve a uma relação mais pessoalizada com os dirigentes sindicais, que passam a ganhar a lealdade dos trabalhadores – como um patrono –, em detrimento de uma relação impessoal com seus patrões. Deste modo, Sigaud demonstra como um direito pode ser conquistado através de uma lógica pessoalizada do tipo *patrão-cliente*.

Assim, Da Matta (1985, 1978) joga com a polaridade igualdade *versus* desigualdade. O fato de haver na sociedade americana hierarquias, atenua a validade do argumento deste autor, e tal fato deve ser discutido em sua forma e tipo em trabalhos que tenham esse objetivo. Porém, é preciso atentar ao fato que ele trabalha com as representações culturais e não apenas com fatos constatados. O perigo no qual Da Matta incorre pode ser, ao mascarar a desigualdade norte-americana, tomá-la como uma democracia **mais perfeita**. Um dos equívocos de vários autores tem sido incutir uma visão meio evolucionista, na qual *o clientelismo* seria um desvio ou um período de

transição para uma democracia universal. Dessa forma, *relações clientelistas* são vistas como formas **atrasadas** e **inferiores** de prática política. As experiências europeias e norte-americanas (ou suas representações) são tomadas como tipos ideais e tidas como objetivo de realização, fornecendo um julgamento de valor. De outra forma, a maioria das práticas políticas executadas num determinado local pode mudar de caráter num lapso de tempo, não cabendo avaliações estáticas, corporificadas em fórmulas definitivas. Tais trabalhos beiram a denúncia e se rendem a idealização simplificadora. Aqui, gostaria apenas de realçar o caráter hierárquico dentro da definição de *clientelismo*, que sugere a desigualdade.

Clientelismos: as variações de um tema

Em uma roupagem mais moderna, o *clientelismo* vem sendo abordado com maleabilidade, compreendendo um *clientelismo de massa*. Alertando para essa transformação, Bourdieu (1996:16) sugeriu:

Seria preciso analisar, também, **o longo processo pelo qual o poder simbólico, cuja acumulação se realiza primeiro em proveito de apenas uma pessoa**, como no *potlatch*, **deixa aos poucos de ser princípio de poder pessoal** (através da apropriação pessoal de uma clientela, pela distribuição de dons, de prebendas, de cargos e de honrarias, como na monarquia absolutista), **para tornar-se princípio de uma autoridade estatal, burocrática e impessoal, através da redistribuição burocrática** que, embora obedecendo em princípio à regra “o Estado não dá nada de graça” (a pessoas privadas), não exclui completamente, **pelo exercício da corrupção, formas de apropriação pessoal e de clientelismo**. [grifo meu]

Diniz (1982) abordou esse *clientelismo de massa* situando-o num cenário de emergência da urbanização e industrialização. O *clientelismo tradicional*, segundo a autora, se caracteriza por um forte conteúdo personalista, na qual a relação representante-representado adquiriu o caráter de troca direta baseada em contatos pessoais (Diniz, 1982:214). A relação político-eleitor não tem conteúdo ideológico e demonstra a lealdade e confiança, independente do partido ao qual o candidato está filiado (ibidem:214). Entretanto, no *clientelismo de massa*, a autora ressalta não mais os ganhos pessoais, mas benefícios que são revertidos em favor do conjunto de uma categoria (ibidem:215). Diniz (1982:215) identifica na máquina chaguista do Rio de Janeiro alguns políticos que “baseiam sua capacidade de mobilização política na

condição de porta-vozes de categorias sociais específicas, corporativas, profissionais ou religiosas”, compondo o *clientelismo de massa*. Ainda há uma relação de lealdade entre representado e representante, porém o que se ressalta são “questões eleitorais voltadas para aspectos mais substantivos dos interesses grupais, tais como o reconhecimento de datas religiosas” (Diniz, 1982:215). Comparando o *clientelismo* dito personalista e o de máquina, Diniz afirma que a natureza da relação se mantém pelo tipo de serviços prestados e pela forma que os benefícios são concedidos (ibidem:216). Por exemplo, no *clientelismo de massa* as concessões não se baseiam em “formulações programáticas amplas que envolvem redefinição de critérios de alocação de recursos, porém na manipulação de políticas existentes ou na utilização das brechas permitidas pela legislação em vigor” (ibidem:216). Assim, Diniz destaca a vulnerabilidade da política de máquina, que absorvendo pequenas demandas sem gerar conflitos, não consegue dirimir demandas com graus crescentes de integração e que pressionam por soluções de alcance mais geral (ibidem:223). Em sua época, a análise de Diniz, mostrou que, diferente do que se pensava, a urbanização não acabaria com o clientelismo, mas poderia fortalecê-lo. A idéia em voga era de que no meio rural as pessoas guardariam um conformismo e que no meio urbano as condições eram mais favoráveis a contestação de valores (ibidem:208). Então, a urbanização substituiria o conformismo pelo inconformismo, a participação controlada pela participação autônoma e o *voto clientelista* pelo *voto ideológico*. Porém, o estudo de Diniz demonstra a força do *clientelismo* reestruturado no meio urbano.

Ao pensar em máquina política e *clientelismo de grupo*, podemos estender às análises que tomam o *clientelismo* dentro de instituições corporativas. Landé (1977:XXI) concebe a relação padrão-cliente funcionando de forma a ser um adendo informal às relações normatizadas das instituições, remediando as deficiências das entidades.

Em outra direção, alguns autores como Guasti (1977) não pensam em *clientelismo* aplicado apenas a política local, mas o tomam como um sistema de controle global. Nesse sistema, haveria um forte controle de recursos e de sua distribuição pelas nações que dominam o mercado internacional e, em cadeia, um controle interno exercido pelos governos, condicionando uma dependência econômica e política (Guasti, 1977). O *clientelismo*, segundo essa teoria, seria um mecanismo de controle interno em sociedades “subdesenvolvidas” (ibidem:424). Aqui, podemos

detectar uma visão evolucionista (democracia pura), materialista (ênfatisando uma infra-estrutura) e valorativa (como forma inferior).

As exposições feitas acima nos remetem a diferentes clientelismos ou formas de interpretá-lo, esquematicamente, por exemplo: diádico/em rede, tradicional/moderno, rural/urbano, personalístico/de massa, local/global, materialista/moralista, como adendo, na forma de corrupção etc. Diante de vários estudos, a contribuição de mais um estudo sobre essas relações de intercâmbio remete às formas singulares sob as quais as relações de troca e controle são percebidas e vividas.

Relativizando assimetrias e favores

Em *Eleições em Buritis: a Pessoa Política*, Chaves (1996) realiza uma crítica ao código duplo que rege a sociedade brasileira, expresso por Da Matta na figura da pessoa (inserida num esqueleto hierarquizante) *versus* indivíduo (sujeito ao anonimato e às leis). Para Chaves (1996:154),

(...) reconhecer o significado da categoria *pessoa* – precisamente em referência à dinâmica contraditória em que um sentido específico de igualdade conforma uma estrutura de relações hierárquicas –, permite suplantar a perspectiva dualista e o recurso pouco satisfatório de advogar a existência de um ‘código duplo’.

O sentido específico de igualdade, que conforma hierarquias, ao qual Chaves se refere, é um sentido de igualdade como expressão de um desejo não realizado (ibidem:155). Esse desejo está enraizado em uma concepção religiosa cristã. Assim, a pessoa carregaria uma noção de igualdade e diferença, uma igualdade que é moral e uma distinção que é social (ibidem:155). Nesse sentido, a melhor forma de transmitir essa crítica é retomar as palavras da autora mais uma vez:

(...) a *pessoa* política estabelece no plano da efetividade de suas relações tanto a diferença quanto a desigualdade. Mas a *pessoa* como valor guarda o sentido de uma igualdade desejada, conquanto não vivida. Se a hierarquia é fato, ela não é um valor reconhecido. Ainda assim, o valor da igualdade não se manifesta como idéia política, reivindicação consciente da cidadania: embora emblema principal da *pessoa*, é subsumido pela relação entre homens – com sua materialidade social inscrita no nome e posição. Relações verticalizadas, empiria historicamente construída, pesando nos ombros do sonho de igualdade. (Chaves, 1996:156)

Além de vermos o elemento do favor conformando hierarquias, como na obra de Mauss, examinamos a não mecanicidade na troca por apoio e uma forma de doar. Nessa doação, o entendimento como favor ou como um direito – recusando a dádiva –, podem ser acionados para manipular justamente uma posição na hierarquia. Porém, como afirma Chaves (1996), se nos patamares da hierarquia social há embutido nos seres um desejo de igualdade, dependendo do contexto estudado, o clientelismo (por definição assimétrico socialmente) é vivenciado com um desejo moral de igualdade, que recusa a subordinação. Acrescento a isso, que uma indissociação da pessoa e da coisa foi vista em Mauss (1974) entre os Maori, o que levou a ver nos direitos modernos uma evolução de dissociação entre a pessoa e a coisa, levando a distinção do direito real e do direito pessoal. Portanto, quem doa algo, não necessariamente é entendido como um credor pelo beneficiário. Mesmo assim, como escrevi em outro trabalho: “as lógicas do “direito” e do “favor” continuarão a coexistir nos contextos sociais, não sem razão, pode-se até chegar a usar o termo direito no cotidiano, mas dotando-o do sentimento referente ao favor, tendo em vista o tamanho desapossamento e exclusão dos instrumentos políticos criados e geridos por políticos profissionais” (prelo).

A partir disso, questiono **como o desejo de igualdade se manifesta nas crenças dos moradores e, em especial, dos funcionários públicos em relação aos administradores municipais, que estão na posição de maiores doadores?**

Os capítulos: desdobramentos do eixo central

As trocas políticas, abordadas neste trabalho, se centram em especial nas concessões de empregos. Nesse sentido, as assimetrias relacionadas às trocas são discutidas através de um desejo manifesto de igualdade na hierarquia. Além disso, a compreensão de doações como favores é relativizada, a fim de perceber como os vínculos são manipulados na direção de buscar afirmar ou romper tais laços, manejando intimamente os sentimentos de dependência. Assim, os capítulos abordam o contexto sócio-cultural e econômico, a memória local, as disputas e alianças políticas, as crenças e os valores manifestados nesse processo, a compreensão a cerca do fornecimento dos empregos públicos e as relações que envolvem as trocas políticas em Cardoso Moreira.

As relações de interdependência, em Cardoso Moreira, apresentaram uma forma específica, que sintetizei em 6 capítulos. No primeiro capítulo, a partir de declarações dos moradores, descrevi como a emancipação foi realizada e abordei a caracterização da

região como pobre, comparativamente ao município de Campos. Esboçando a dinâmica das políticas públicas no município, procurei melhor expor o cenário local, onde projetos de “desenvolvimento” abortados indicavam o nível de dependência política. A emancipação é descrita em um processo iniciado em 1950, quando a vontade emancipatória é manifestada, e realizada em 1989. Sua concretização deixa nítidas as características de um momento histórico no qual as três instâncias governamentais afrouxaram o compromisso qualificado como *coronelistas* por Leal (1997), bem como o fim da ditadura nacional. Com isso, a emancipação gerou um monopólio político administrativo e acarretou relações mais próximas fisicamente e socialmente entre eleitores e autoridades políticas, conformando um cenário no qual a pessoalização se acentuou.

No capítulo 2, abordei a cisão inicial do grupo político, fato que determinou “os lados” em disputa. Além disso, explorei o posicionamento dos moradores em relação aos grupos políticos e os valores morais em jogo na escolha sobre quem apoiar, conformando as distinções de cada representante dos “lados” políticos. A manipulação dos valores estava em consonância com princípios morais preservados e, como apontou Leach (1996) para seu estudo realizado na Alta Birmânia, pequenas mudanças nas histórias surgiam para que a pessoa concordasse seu comportamento aos valores reconhecidos socialmente. Nesse sentido, explorei os níveis de vínculo dos candidatos com os políticos e o que significava “fazer política” para os moradores do município. Havia distinções que eram consensuais, por exemplo, a que identificava certo candidato a prefeito como “administrador” e outro como “boa pessoa” ou “político”. A partir dessa distinção, foi possível desvendar o significado local atribuído ao termo “politicagem”.

No capítulo 3, abordo minha posição social posta em causa pelos moradores por força da intensidade da disputa eleitoral, bem como os instrumentos utilizados por eles no conflito. Neste conflito, a justiça eleitoral atuava como poder moderador e prescrevia os instrumentos utilizados na disputa, o que configurava a forma na qual se manifestavam os controles mútuos. Os grupos rivais se “espionavam” durante a campanha, com o fim de, ao denunciar infrações no TRE, enfraquecer o adversário. Nesse sentido, vários antropólogos, ao pesquisar, foram entendidos como jornalistas, representantes do governo, assistentes sociais etc.. No meu caso, diversas vezes fui qualificada como “espiã” a serviço do outro “lado” em disputa.

O capítulo 4 versa sobre a cobrança de parte de atores externos ao universo simbólico estudado, que valorizavam um comportamento empreendedor, a fim de trazer a riqueza monetária aos produtores. Assim, opus um confronto entre racionalidades distintas, com base, especialmente, nas teorias de Thompson (1987), Barrington Moore (1978) e Sigaud (1996). Expondo momentos relacionados às negociações entre agentes governamentais e empresariais e os produtores, mostrei como os valores dos produtores não correspondiam ao que se esperava deles.

No capítulo 5, apreciei como os vínculos entre políticos e eleitores eram criados através da concessão de empregos públicos, saturando a prefeitura local. Contudo, havia diferenças entre as posturas dos funcionários contratados e os concursados. Portanto, algumas categorias eram enfatizadas no universo de pesquisa, como: “aproveitados” e “mamar”. Podemos apreciar a realização de certa estratégia que determina um jogo de forças entre os grupos políticos dentro da prefeitura, independente da gestão vigente. Por meio do que concebiam como “perseguições” e “humilhações”, somos capazes de melhor compreender a vontade dos moradores em afrouxar as teias coercitivas que os prendem. Assim, vislumbramos um desejo por igualdade em relação à pessoa superior a eles, seja por meio do discurso que ressalta algo adquirido como um direito, procurando desvincular-se do beneficiante, ou como um favor, procurando reforçar o vínculo de dependência.

No último capítulo, explorei como eram executadas as doações políticas, na forma de bens e serviços, e como eram compreendidas as compras de votos, em oposição aos favores tidos como desinteressados e baseados numa relação de amizade. Em torno das assistências à população, estava em jogo um campo de disputas políticas e uma configuração, a qual comportava relações que ultrapassavam e possibilitavam o ato de doar. Desse modo, as trocas políticas surgiam envoltas em julgamentos morais e situando-se para além da relação de favor entre eleitor-político e alcançando a dimensão de favores entre políticos.

Devo registrar que em diversas passagens deste trabalho evitei, premeditadamente, fazer menção aos nomes de pessoas que me forneceram informações, ora por ter lhes dado essa garantia e ora por sentir que não deveria associar certos feitos às pessoas, substituindo seus nomes por: um senhor, uma senhora, um funcionário e assim por diante.

Capítulo 1

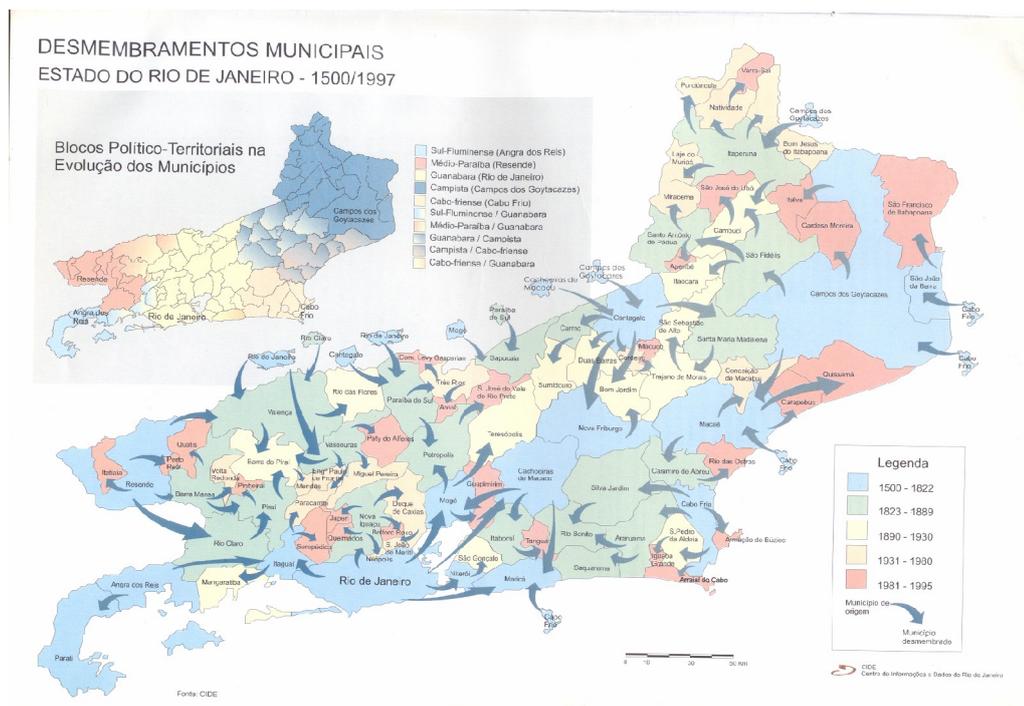
Emancipação: a conformação do monopólio político-administrativo

Nesse capítulo, pretendo fornecer uma breve descrição sobre o local no qual estudei para, através da familiarização, dar subsídios às minhas análises e as dos leitores. No bojo dessa contextualização, o objetivo deste capítulo é demonstrar e analisar a constituição de um monopólio político-administrativo municipal.

Dinâmica dos projetos públicos e caracterização geral do município

Cardoso Moreira é um município que pertence à região do estado do Rio de Janeiro classificada como Norte Fluminense. O município mantém relações com outros e a menor distância de Cardoso em relação a certos municípios facilita essas relações comerciais ou de qualquer outra natureza (PRODER, 1999: 46). Assim, o município faz fronteira com outros três: Italva, São Fidélis e Campos dos Goytacazes. Foi deste último município que Cardoso Moreira se emancipou político-administrativamente.

Figura 2



Na região da Bacia de Campos é produzido 80% do petróleo nacional¹³, o que coloca Campos entre um dos maiores arrecadadores municipais do país. Desse modo, enquanto estive pesquisando em Cardoso ouvi comentários dos moradores como: “Campos tem que pagar para gastar”, “Campos tem muito dinheiro”, “Campos não deixa” empresas se instalarem em Cardoso ou “Campos não vai deixar”. Campos **não deixaria** empresas se instalarem em Cardoso pelos incentivos fiscais que administradores eram capazes de oferecer. Adicione a isso, a melhor qualificação da população residente no município de Campos em comparação aos moradores de Cardoso Moreira, o que é um atrativo para instalação de empresas num local. Muitas notícias de Campos chegam a Cardoso e a articulação social é forte entre eles. As notícias que prevaleciam, no momento em que estive na região, abrangiam fatos sobre a corrupção da administração pública campista, como era propagado¹⁴. Em contraposição à ressaltada riqueza de Campos, Cardoso Moreira era reconhecido como um município muito pobre.

¹³ Procedência do dado: Pellegrin (2004:96).

¹⁴ A grande arrecadação não desencadeia uma melhor distribuição de renda, o que causa constatações de, em meio a tanta riqueza, uma maioria da população de Campos não tem uma boa qualidade de vida.

Em matéria de jornal intitulada *Lideranças políticas buscam alternativas para a região*, é enfatizado o esvaziamento econômico da região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. A matéria constata:

Essas regiões apresentam qualidade de vida e padrões de desenvolvimento bem abaixo dos índices registrados no Nordeste Brasileiro. (...) a causa principal desse problema é o empobrecimento da população. (...) uma vez que em razão da falta de investimentos o número de empregos baixou. O presidente da Câmara municipal de Cardoso Moreira, Helvécio Azevedo (PSB), aponta a concessão de incentivos fiscais como fator essencial para o desenvolvimento na região. “Fica difícil falar em geração de empregos e crescimento sem que haja atrativos para instalação de indústrias”. (...) Helvécio comentou que os grandes centros acabam sentindo de perto as péssimas condições de vida no interior. “Milhares de pessoas migram para as metrópoles em busca de dias melhores e terminam inchando as favelas e periferias”. (xerox sem registros: s./d.)

Com isso, podemos apreciar pontos chaves da dinâmica local: **esvaziamento industrial e empresarial, procura por empregos e migração** para cidades com maiores oportunidades, tanto oportunidades de estudo e qualificação quanto de trabalho.

Segundo diagnóstico do local, realizado pelo SEBRAE, durante o período de 1970 a 1996, Cardoso Moreira teve uma variação populacional de -34%, enquanto isso, computa-se que na região Norte do Estado do Rio de Janeiro a variação foi de 39% (SEBRAE, 1999:40). Ou seja, nos municípios vizinhos a Cardoso não se constata o fenômeno migratório como existente neste município. Outro deslocamento constatado é a transferência da população rural para o meio urbano dentro do município. Esse processo de urbanização gera questões quanto à integração da população recém saída do meio rural para o urbano, que abrangem o aumento da demanda habitacional, educacional e o treinamento para profissões urbanas (ibidem:41). Apesar dessa urbanização acelerada, em curso em 1996, 43% da população do município ainda vivia na área rural (ibidem:41). E, segundo dados do programa **Comunidade Ativa**¹⁵, o índice de urbanização nos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, foi respectivamente: 24,67%; 27,78%; 52,19% e 63,82%.

Pelo pequeno porte das empresas existentes e a ausência de indústrias, o maior empregador do município é a prefeitura. Em 1997, verificou-se que 54% dos

¹⁵ Esses dados integravam o diagnóstico do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, elaborado por ocasião da implantação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - no município.

empregados do setor formal trabalhavam na administração pública, defesa e seguridade social (SEBRAE, 1999:25). Deve-se acrescentar a essa porcentagem os empregos menos estáveis requeridos pela prefeitura e os empregos em outras instituições locais conseguidos por intermédios de indicações de altos funcionários da administração pública, por ocasião de parcerias instituídas entre os órgãos.

A atividade econômica predominante é a agropecuária. Segundo diagnóstico do **Comunidade Ativa** em 2001(PMDR, 2002:s./p.), os produtos comercializados por ordem de importância eram: leite, carne bovina, cana-de-açúcar, aipim, grãos, fruticultura, olerícolas e mel. As propriedades são familiares e o comércio tem abrangência local, regional e no máximo chega à cidade do Rio de Janeiro (ibidem:s./p.). A pecuária, de fato, predomina nas atividades rurais: “65,6% das unidades produtivas e 76,2% da área são dedicadas exclusivamente a essa atividade” (SEBRAE, 1999:28). A pecuária leiteira é exercitada por 51% dos produtores rurais e a de corte por 11%, segundo o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR, 2001:s./p.).

Em minhas pesquisas em fontes jornalísticas de 2001, 2002 e 2006 guardadas na Casa de Cultura local, deparei-me com diversas notícias sobre obras públicas, algumas sobre festas locais e outras que falavam sobre projetos voltados ao desenvolvimento local e geração de renda¹⁶. Excetuando projetos da secretaria de assistência social, que tem maior estabilidade e são conhecidos na cidade, como PETI, PAIF ou CRAS, outros projetos mais ambiciosos foram noticiados¹⁷. Nesse último caso, nos anos de 2001 e 2002, pude ler matérias sobre a formação de Cooperativas, cursos de capacitação, programa Frutificar, programa PRONAF, Banco da Terra, Comunidade Ativa e investimento na instalação de estabelecimentos como bancos, Detran e Fundações.

Na matéria intitulada *75 famílias formam uma cooperativa em Cardoso* (O Diário, 23/11/2001), registra-se que o projeto tinha começado a ser desenvolvido há 10 meses e abrangia três localidades do município com perspectivas de ampliação para outras localidades e construção de um “lojão” para venda dos produtos. Nessa iniciativa de geração de renda, o estímulo da prefeitura foi fundamental, pois realizou convênios

¹⁶ O Jornal de 2001 e 2002 coletado é o Folha da Manhã de Campos (duas matérias são do jornal O Diário, também de Campos). E o de 2006 é o Tribuna Livre, jornal patrocinado por algumas das pequenas prefeituras da região, inclusive a prefeitura de Cardoso Moreira.

¹⁷ São projetos que articulam as três instâncias de governo. O PETI é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O PAIF significa Programa de Assistência Integral à Família. E o CRAS é o Centro de Referência de Assistência a Saúde, constituindo o espaço físico no qual se desenvolvem alguns programas relativos a assistência social.

com o Senai, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Sebrae e a EMATER, possibilitando chegar aos moradores equipamentos e qualificação (a matéria registra a existência de 150 cursos). Além disso, a prefeitura realizou encomendas às cooperativas, como as de uniformes estudantis e da guarda municipal, para dar uma sustentação inicial ao empreendimento. Essa explicação sobre o conteúdo da matéria jornalística é útil para demonstrar justamente a mão de sustentação da prefeitura na atividade e para ressaltar que dessas três cooperativas, apenas uma estava atuante no período em que lá estive em 2008. Tal cooperativa era uma confecção, que vendia suas peças para lojas de Campos ou do Rio de Janeiro, não necessitando mais da assistência da prefeitura. As outras iniciativas, não seguiram em frente.

Para a implantação do PRONAF – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar –, Cardoso Moreira foi selecionado em 2002. Antes mesmo de conhecer Cardoso Moreira, fui conversar com o Secretário Executivo do PRONAF pelo governo do estado do Rio de Janeiro, Sebastião Rezende, que me explicou sobre o programa e, na ocasião, forneceu dados iniciais sobre o município. Rezende afirmou que 2002 foi o último ano do PRONAF com o formato que propiciava fornecer: apoio financeiro, capacitação e infra-estrutura. Assim, Cardoso Moreira só foi beneficiado por esse formato do programa pelo período de um ano. Nesse período, obtive através do programa: aquisição de caminhão com carroceria, perfuração de poço tubular profundo com reservatório para distribuição, aquisição de reservatório de água para os poços e capacitação de agricultores familiares. De 2002 a 2004 o PRONAF funcionou só para empréstimos.

Na intenção de implantar o programa no município, havia a exigência de se criar um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural com a participação de 50% de associações de produtores, sindicatos de trabalhadores e cooperativas (sociedade civil organizada). A partir daí, foi elaborado o Plano municipal de Desenvolvimento Rural de Cardoso Moreira. Neste plano, além de atas das associações indicando representantes para compor o Conselho e as demandas, cópias de decretos, leis, portarias, regimento interno, orçamento e arrecadação municipal, foi registrada uma descrição da realidade do município em diversas áreas temáticas e, com esse diagnóstico, foram identificadas soluções para sanar os problemas encontrados. Os pleitos foram registrados e justificados a partir das demandas expressas pelos moradores, organizados em associações, e esboçou-se um orçamento das metas de 2002 a 2005.

Esse diagnóstico foi facilitado pela atuação de outro programa, quase concomitante ao PRONAF, o chamado **Comunidade Ativa**, que previa um diagnóstico participativo (através de uma metodologia de pesquisa) para compor o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. O programa **Comunidade Ativa** não seguiu em frente por motivos que desconheço, mas o PRONAF não teve toda a expectativa e planejamento em torno dele supridos por conta da mudança de gestão no governo Federal. O ano de 2002 foi o último ano do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Quando Luis Inácio Lula da Silva (PT) assumiu a presidência da República, esse programa de procedência federal foi abolido e implantado em seu lugar os projetos intitulados Intermunicipais ou Territoriais. Esses projetos contemplam zonas que tem uma identidade comum. No Rio de Janeiro, segundo Rezende, foi muito difícil identificar tais regiões, mas foi imposta a identificação de três territórios.

Quanto ao Projeto Frutificar, proveniente do governo do estado, encontrei diversas matérias datadas de 2001 citando-o. Como uma das funcionárias da prefeitura, que trabalhou em 2001, comentou comigo, o programa surgiu “como uma salvação”. Incentivando o plantio de frutas, a produção seria comprada por uma indústria, instalada na região, que fazia sucos. Um produtor chamado Vando, que participou na época do plantio de laranjas, explicou-me que, antes de aderirem ao programa, surgiu uma praga que acabou com a plantação. Além disso, esse produtor enfatizou que um outro município estava produzindo laranjas com maior tecnologia que os produtores de Cardoso, proporcionando uma concorrência que dificultava a venda por um bom preço. No entanto, o fundamental foi a praga, que fez com que a fábrica de sucos fechasse e o programa chegasse ao seu término.

Segundo dados do SEBRAE, em 1996, 75% da população tinha até 4 anos de estudo e apenas 1% tinha entre 13 e 16 anos de estudo (SEBRAE, 1999:55). Apesar de esses dados serem de 12 anos atrás, já denota algo perceptível ainda hoje, a que o diagnóstico ressaltava como **desvantagem competitiva** (ibidem:55). Uma das matérias de jornal que observei citava um convênio, realizado em 2001, da prefeitura com o CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) de Campos para qualificação de mão-de-obra. O prefeito na época, Gilson Nunes Siqueira, ressaltou:

Estamos preocupados com a educação especializada no nosso município. Hoje, temos cinco ônibus que levam universitários para Itaperuna e Campos, mas o ideal seria que levássemos o

ensino para nossa cidade (...) para atender aos que não podem se locomover para estudar fora.
(O Diário, 21/08/2001)

O diretor geral do CEFET na época mencionou: “A qualificação de mão-de-obra é essencial para o progresso. (...) Este não é um processo simples, precisa de muito investimento; mas os resultados vem a curto prazo” (O Diário, 21/08/2001). Talvez justamente por não ser um processo simples e que requeria investimento, em 2008 não constatei nenhum órgão do CEFET no local, ou seja, mais um projeto não tinha ido a frente. Essa gestão municipal acabou em 2004 e tomou posse um prefeito que era oposição ao anterior. Nessa nova gestão, algumas pessoas do local me ressaltavam que os repasses ao município foram cortados pela metade e os *royalties* do petróleo (que o município recebe por participar da região petrolífera) haviam diminuído muito. Em contraposição, ouvi muitas críticas dos moradores quanto à capacidade administrativa do atual prefeito, que teria “quebrado” a prefeitura por dívidas de campanha, enquanto o “lado” que o apoiava ressaltava os cortes no orçamento em sua gestão, que impossibilitariam suprir as expectativas quanto às melhorias locais. De qualquer forma, os investimentos quanto à qualificação profissional não tiveram continuidade.

Em relação à gestão anterior, a prefeitura em 2008 carecia até de equipamentos que não possuíam manutenção ou tinham sido leiloados. Um representante da EMATER local folheou o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, elaborado em 2001 por ocasião do PRONAF, para me apontar a infra-estrutura da secretaria de agricultura da época e leu: “5 tratores de pneus, não tem mais; 3 retroescavadeiras, não tem mais; 02 Jeeps, não tem mais” e assim por diante¹⁸. Certa vez, quando fui à secretaria de agricultura, não havia carro, pois este tinha sido pego para substituir o do prefeito, que havia sofrido um acidente. Desta forma, os funcionários não podiam sair para cumprir com suas responsabilidades. Na ocasião, um funcionário precisava ir a Associação de Produtores Rurais de Valão dos Pires, que fica na “roça” enquanto a prefeitura fica na cidade, para saber se os produtores aceitariam ser “incubados”, ou seja, assessorados na formação de uma cooperativa – que trabalharia com leite e farinha. A “incubação” seria realizada por uma instituição que capacitaria funcionários da EMATER local e da prefeitura para tal atividade. Essa proposta fazia parte de um

¹⁸ Além da perda de equipamentos por má administração ou cortes nos repasses, o município sofre com enchentes constantes, que determina a perda de vários equipamentos e mesmo documentos da prefeitura. As maiores enchentes recordadas foram as de janeiro de 1997 e, agora, em dezembro de 2008. Certa vez, um funcionário da secretaria de agricultura comentou que se não tivesse tirado um tanque de leite da secretaria e levado para uma associação rural, tinham perdido o tanque.

projeto chamado Micro-bacias, financiado pelo Banco Mundial, que envolvia o governo do estado em parceria com prefeituras e outras instituições. Esse projeto demorava a se desenvolver e um dos produtores me dizia: “a gente nem acredita mais, no dia que vier para um a gente acredita”. Um funcionário da EMATER declarou-me que depois o prazo se encerraria e “fazem um relatório dizendo que fizeram tantos seminários, palestras...”, como algo para constar ou prestar contas sem ter desempenhado algum papel marcante, que transformasse a situação local.

Esse projeto sobre micro-bacias previa um PEM (Plano Executivo da Micro-bacia) dentro de um COGEM (Comitê Gestor das Micro-bacias). Um novo diagnóstico foi realizado. Uma das moradoras e integrantes da associação de Valão dos Pires numa reunião sobre o projeto, falou educadamente: “Isso aí a gente já fez, está cansado de pedir, mas ... (fazendo um gesto com a mão, como se as coisas ficassem de lado)”. Essa reunião descreverei no capítulo 5, cito aqui para ressaltar a falta de continuidade das políticas, que só fui entender como isso se reflete na expectativa do morador quando estive lá na “roça” em Cardoso Moreira, convivendo com os produtores.

O Pró-Água foi outro programa executado, por um período, no município que previa o reflorestamento de áreas desmatadas ou prejudicadas pela erosão em torno do rio Kimbira, conforme me relatou o ex-secretário de agricultura da época. A proposta era que os produtores permitissem que fossem plantadas árvores frutíferas em parte de seus terrenos, através delas poderiam até vender os frutos. A dificuldade foi a recusa dos produtores, pois desconfiavam que o governo queria tomar suas terras. O secretário os explicava que iriam voltar alguns animais, o clima ficaria mais ameno pela restauração do ecossistema. Em retorno os produtores teriam que se comprometer a não cortar as árvores nem colocar os animais para pastar no local recém plantado. Os que aceitaram a proposta não cumpriram o acordo. Através desse projeto o município adquiriu vários equipamentos como: televisão, retroprojektor, estufa, poço, dois automóveis. Foram realizados cursos e inseminações artificiais. Além da construção da secretaria de agricultura e do Centro do Produtor Rural. No momento em que lá estive, o Centro do Produtor não realizava mais atividades, ou seja, não funcionava e muitos dos equipamentos tinham sido perdidos. Quando enfatizei isso ao ex-secretário de Agricultura daquela época ele disse: “[mas] eu deixei a minha marca”, como em alguns momentos de nossa conversa ressaltou que quem trouxe o projeto “fui eu” e que seu nome estava na placa em frente a secretaria de agricultura. Em conversa com uma

funcionária que participou da implantação desse programa, como de vários outros, ela enfatizou: “tudo bem que o governo quer deixar a sua marca, mais destruir o que tem?”.

Além disso, a necessidade de qualificação dos moradores implica na forma que a própria secretaria de agricultura é gerida, conforme constatei e descreverei no capítulo 5. A falta de preparo para elaboração de projetos faz com que estes não sejam aprovados e sejam implantados de uma forma improvisada que, em curto tempo, já não se sustenta. Um funcionário da EMATER local dizia-me que não sabia o que os representantes da secretaria de agricultura da nova gestão tinham feito com os papéis, planos, diagnósticos (os materiais) das gestões anteriores. Ele comentara isso porque a secretaria de agricultura não me fornecia registros precisos sobre o número de associações em funcionamento e a situação local em geral.

Outro obstáculo à continuidade do trabalho de gerar atrativos e renda ou emprego para a população local é a vontade (que se transforma em ações) dos adversários políticos em prejudicar as atividades do seu rival. Assim, as conquistas do gestor público concorrem para o seu sucesso e visibilidade, atrapalhando os planos de fama e obtenção de recursos futuros do opositor. Portanto, através de uma teia de aliados políticos de um “lado” era possível barrar a entrada de dinheiro ou melhorias para o município, a fim de não fortalecer seu opositor como bom administrador. Ressalto os discursos, em tempo de campanha, do ex-prefeito, Gilson Nunes Siqueira, candidato a eleição em 2008 que declarou estar sendo acusado de impedir a continuação das obras do atual prefeito, Renato Jacinto. Sobre tal acusação declarou ser mentirosa e o prefeito, também candidato a reeleição, era quem tinha impedido a entrada de verba durante seu governo, quando era ADL (Agente de Desenvolvimento Local atrelado à secretaria de agricultura do governo do estado), fazendo com que Gilson só conseguisse adquirir verbas do governo federal, através do ministro Dornelles e um deputado. Leal (1997:72) destacou, em seu estudo na década de 40, que se a corrente política que está no governo municipal está desvinculada da situação estadual ela não gozará de uma “autonomia extra-legal”. Na década de 1940, Leal (1997) constatou essa articulação entre as instâncias governamentais, num quadro de compromisso que chamou de coronelismo. Naquela época, o apoio mútuo entre as instâncias governamentais tinha o governo estadual como intermediador entre o governo federal e o município. O município recebia verbas e poder extra-legal, gozando ainda de indicações para cargos de órgãos do governo estadual e federal no local, e em troca o chefe municipal fornecia votos às outras instâncias através de sua influência política. Assim, se não aliada da

situação estadual, terá de “se mover estritamente dentro dos mirrados quadros de sua autonomia legal” e as nomeações “passarão a ser exercidas, não de acordo com o governo municipal (...), mas segundo as indicações da oposição municipal” (ibidem:72). Portanto, Leal ressaltou que “aquele que pode fazer o bem se torna mais poderoso quando está em condições de fazer o mal”, como Renato no momento em que se tornou Agente de Desenvolvimento Local pelo governo do estado. É sobre essa lógica ainda que podemos compreender as acusações de prefeitos ou ex-prefeitos em Cardoso Moreira, quanto à prática de impedir que melhorias e recursos cheguem no local.

Uma ressalva foi feita por Leal e pode ser feita no caso analisado em Cardoso Moreira. O governador precisa de um prefeito que não seja apenas apoiado por ele, mas que seja apoiado pela população para que exerça uma influência sobre ela benéfica aos interesses do governo estadual. O governo estadual pode facilitar a aceitação do prefeito fornecendo condições (materiais e recursos) para que ele exerça um governo considerado bom, que realize melhorias, mas se ainda assim o prefeito não conseguir fazer uma administração proveitosa, pode ser rechaçado pela população. Leal (1997:72) argumentou que “fica, assim, ao inteiro critério do governo estadual respeitar, ou não, as preferências da maioria do eleitorado local”, o governo estadual pode criar uma amizade com o governo municipal vitorioso, mesmo que fosse aliado da facção perdedora, ou pode “persegui” a gestão vitoriosa, tomada como “inimiga política”.

O que eu quis tornar compreensível com essa discussão acima foi a dificuldade de instituir ações estáveis, através de Planos e Projetos, que gerem uma transformação econômica e social no município, fazendo-o deixar de ser classificado como pobre. As necessidades da população do local balizam a constituição de uma rede de auxílios informais, sendo assim conformam as trocas chamadas pela literatura antropológica como *clientelistas*. Por fim, as ações por parte dos administradores públicos para reverter a pobreza no local esbarraram em:

1) falta de **acesso** (contatos), conhecimento ou recursos materiais e financeiros da maioria dos moradores, que passam a depender muito dos representantes da prefeitura para levar instituições parceiras e prover materiais. Assim, uma vez sem o apoio da prefeitura as iniciativas tendem a não funcionar mais;

2) a troca de governos tanto ao nível federal quanto ao estadual, que interrompem os projetos vigentes a fim de “deixar a sua marca”;

3) conjunturas nacionais como a diminuição nos repasses financeiros;

- 4) falta de preparo e capacidade administrativa de funcionários da prefeitura;
- 5) desastres ecológicos, como pragas, os quais finalizam um projeto, que poderia ter tido continuidade;
- 6) práticas dos adversários políticos visando prejudicar o sucesso do trabalho do seu opositor, na tentativa de minar a concorrência política.

A vontade emancipacionista: 1951

A tentativa dos moradores de Cardoso de se emancipar político-administrativamente do município de Campos teve dois momentos mais concretos: o primeiro em 1951, que não obteve êxito, e o segundo iniciou-se em 1987 e engendrou a emancipação de fato.

Encontrei numa edição do jornal denominado *A Defesa*, fundado em 1947, notas que expressam a vontade antiga de se emancipar:

A imprensa Cardosense é a mais propícia a mais recomendável e consciente para aspirar a sua liberdade e se livrar do jugo campista que nada faz pelo povo cardosense, a não ser pedir votos. (...) A imprensa local (...) dará a esplêndida oportunidade de todo o povo se expressar e pugnar pela transformação de Vila à Cidade, o que é de premente necessidade para o seu desenvolvimento. (...) Os Campistas tem razões para não desejar o desagregamento de Cardoso Moreira do seu vasto território, pois sabe que dali parte elevada importância em cruzeiros para o embelezamento da cidade e os votos certos para os seus políticos. (*A Defesa*, ano X)

Em 1951, essa vontade emancipacionista teve um avanço relatado por Pinto (1982:28-31) em um livro, escrito com suas memórias. O autor relata que se “contrariou” com os políticos de Campos por não atenderem em nada as reivindicações de Cardoso Moreira e começou a trabalhar pela emancipação. Pinto tinha sido nomeado Escrivão de Paz, em 1931, pelo interventor do Estado do Rio para exercer a função no 15º distrito de Campos, com sede em Cardoso Moreira (1982:1). Ao chegar a Cardoso, notou que o povoado da sede se compunha de 20 casas e o Juiz de Paz, que tinha que lhe dar posse, dificilmente era encontrado no Cartório do local. Pinto descreve que chegou a ser eleito vereador por Campos e teve que renunciar a presidência da Câmara de Campos por duas vezes: “para não sentir vergonha de mim” (1982:s./p.). Assim, Pinto pôs seu cargo de vereador à disposição do seu partido, mencionando que preferia agir de acordo com sua “formação moral”. Ao repetir um dito de um amigo escreveu

que: “política é como feijão, que posto n’água: - o bom se afunda, enquanto, o podre sobe” (ibidem:s./p.) [sic].

Voltando ao movimento pela emancipação, Pinto descreve que houve um entusiasmo local pela causa, quando conseguiu a união de todos os partidos políticos em torno de um Comitê de Emancipação, do qual foi eleito presidente (1982:28). A luta com Campos se acirrou e os jornais começaram a atacar os emancipacionistas, um jornal do município de Bom Jesus é que patrocinou a causa (ibidem:29). As assinaturas da maioria dos eleitores do distrito foram tomadas e foi entregue um memorial a Assembléia Legislativa solicitando a designação de uma data, atendendo a lei, para a realização do plebiscito que averiguaria se os Cardosenses desejavam ou não a emancipação de Campos (ibidem:29). Apesar do memorial entregue com as assinaturas, conforme o procedimento prescrito na lei, a matéria nunca foi votada “pois toda vez que entrava em pauta era transferida por injunções políticas” (ibidem:29). Lembro, aqui, que nessa época, o compromisso *coronelist*a entre as instâncias de governo funcionava de forma mais acentuada. Esse compromisso, assentado no fortalecimento do governo federal após a revolução de 30 e no enfraquecimento dos chefes políticos locais, dificultava sobremaneira o apoio do governo estadual a uma oposição insurgente no município. O enfraquecimento dos chefes políticos locais, que gerava o compromisso coronelista, era causado não só pela pressão e penetração do poder central no município, mas também pelo crescimento da urbanização e industrialização posto em pauta e pela falta de incentivos e condições conjunturais para as práticas agrícolas, que empobreciam os coronéis, antes mais independentes para impor seu poder no local, fenômeno denominado como *patriarcalismo* por Leal (1997). Através de um processo contínuo de enfraquecimento dos proprietários rurais no cenário social, econômico e político nacional, com concomitante fortalecimento de categorias urbanas (mais autônomas, participativas e instruídas, comparativamente) previa-se um afrouxamento desse compromisso entre os governos. E, isso poderia, mais tarde na história, ter propiciado a oportunidade de emancipação concretizada em 1989. São impactos de uma estrutura maior de relações políticas que favoreceram brechas exploradas, na forma de verdadeiras lutas, resultando num arranjo diferente ao nível local.

Continuando a saga de 1951, todos os partidos políticos de Campos se uniram e fizeram a Câmara Municipal votar um projeto de criação do distrito de São Joaquim, desmembrado do distrito de Cardoso Moreira (Pinto, 1982:29). Isso enfraqueceu o movimento, sobretudo porque o único indivíduo opositor a emancipação em Cardoso

Moreira foi nomeado escrivão do distrito de São Joaquim, se aliando aos interesses Campistas (ibidem:28). Essa deliberação da Câmara, criando um novo distrito, foi aprovada pela Assembléia Estadual (ibidem:29). Assim, a Comissão pela emancipação reformou o memorial e voltou a encaminhar o pedido de realização do plebiscito (ibidem:29). Porém, a Assembléia Legislativa “trancou o processo” e o prefeito de Campos retirou com sua influência qualquer melhoramento que fosse destinado a Cardoso Moreira pelo governo (ibidem:29-30).

Os emancipacionistas souberam que o governador, Amaral Peixoto, passaria pelo distrito, indo para o município de São Fidélis. Com isso, reuniram quase toda a população e fizeram parar a caravana do governador na estrada. Um orador, selecionado, fez um apelo ao governador para que atendesse a vontade dos moradores de Cardoso de desmembrar-se de Campos. O prefeito de Campos, José Alves, estava na caravana e Pinto (1982:30) relata que três pessoas do movimento “deram vivas ao nosso pior inimigo”. Isso fez com que suspeitassem que tais companheiros, “por politicagem” tinham avisado ao prefeito sobre a iniciativa planejada de abordar o governador, pois daquele ponto o prefeito retornou para Campos (ibidem:30). Em resposta, o governador declarou que o assunto pertencia aos integrantes do movimento pró-emancipacionista e ao Legislativo. Assim, o governador foi aplaudido porque: “o que pretendíamos era tirá-lo da jogada contra nós e obtermos melhoramentos das estradas que de fato conseguimos” (ibidem:30).

A Assembléia continuou não colocando em pauta o processo dos integrantes do Comitê pela emancipação e eles recorreram ao Tribunal de Justiça. Este não votou a favor da causa alegando tratar-se de matéria política e que a Assembléia tinha o direito de decidir politicamente. Pinto (1982:31) escreveu que o que queriam não era que os desembargadores votassem, mas pediam que a Assembléia deixasse de “prender” o processo e o julgasse, pois o plebiscito praticamente já tinha sido realizado e o memorial tinha sido assinado, arrematando que: “a decisão política, infelizmente, foi a do Tribunal”. (Pinto, 1982:30-31)

Pinto (1982:31) relatou que deixaram de propor recurso, mesmo que o advogado quisesse recorrer, pois já estavam “desanimados”, “exauridos de recursos” e “lutando contra um poder muito forte”. Segundo julgamento de Ailton – morador de Cardoso em 2008, funcionário da prefeitura, que participou do movimento de emancipação de 1987, com o qual conversei enquanto fazia meu trabalho de campo –, o distrito em 1951 vivia tempos prósperos com o plantio da cana-de-açúcar, mas não conseguiram se emancipar

porque “os políticos se venderam”. A avaliação de Pinto (1982:31) foi, por fim, a seguinte: “Campos cada dia perde mais seu valor porque não quer que nada se desenvolva em seu redor, assim, atrofia seus distritos e mesmo os municípios vizinhos”.

Emancipação: 1989

Para saber sobre o processo de emancipação iniciado em 1987, conversei mais detidamente com dois moradores, além de, por vezes, recolher poucos e curtos comentários de algumas pessoas, que acrescentavam mais alguma ação dentro do processo. Além disso, pude contar com um trabalho escolar de uma aluna universitária e um folder da época da primeira campanha. Diversos outros materiais repetiam a história oficial, como vários jornais, que enfatizavam nomes e datas.

Um dos meus interlocutores, Ailton, contou-me que o município vizinho, denominado Italva, demorou 26 anos para se emancipar e que Cardoso Moreira o apoiou em troca dos representantes do movimento de Italva, posteriormente, apoiarem o processo de emancipação de Cardoso Moreira. Vários municípios só conseguiram se emancipar depois que terminou a ditadura, por isso Cardoso se emancipou mais rapidamente que Italva. Portanto, a emancipação de Italva legou uma certa facilidade ao processo emancipatório de Cardoso Moreira, que durou 2 anos. O desejo de se emancipar foi expresso pelo meu interlocutor como sendo motivado pela “falta de apoio administrativo de Campos”. Através da formação de um Movimento Cultural, Ailton, com alguns jovens amigos, reivindicaram melhorias e conseguiram algumas conquistas, como: organizar o comércio, estudantes tiveram o direito de usar o transporte gratuitamente, implantação de um supletivo, fizeram um abaixo-assinado referente a exploração do petróleo, um ato pela assinatura dos *royalties* e, através de caravanas, participaram até das Diretas Já – movimento pelo fim da ditadura e retorno das eleições no país. Segundo Ailton, as associações de moradores de Cardoso vieram do Movimento Cultural e “pegaram uma época boa”.

Em meio a esse fervilhar militante, três pessoas, segundo Ailton, começaram a propagação da idéia emancipacionista, através da distribuição de cartazes e prospectos. Para Juarez¹⁹, meu outro interlocutor, o processo de emancipação “começou como uma brincadeira”. Ele mencionou o nome de duas pessoas que “distribuíram um prospecto e

¹⁹ Juarez havia sido administrador distrital antes da emancipação. Quando a emancipação se realizou, foi vereador e alçou a presidência da Câmara Municipal.

colaram nos comércios”²⁰: “queremos emancipação”. Tal fato desencadeou um burburinho, que foi ganhando maior dimensão. Assim, ele sugeriu uma reunião para saber como realizar a emancipação. A partir disso, criou-se uma Comissão com diretoria e havia que se arrecadar fundos para suprir as despesas necessárias.

Ailton afirmou que trouxe para a mesa da segunda reunião, a fim de formar a Comissão de Emancipação, 11 políticos da cidade. Esse processo inicial de colocar pessoas ligadas a partidos diferentes, ou melhor, os “inimigos políticos”, numa “mesa pra negociar” foi ressaltado por Ailton como um momento muito difícil. Com o desenvolvimento do processo, este provou ser o maior momento de união no município. A diretoria da Comissão foi escolhida em consonância com o poder político daquele momento, que era o PMDB, porque dependiam, na ALERJ, dos votos dos políticos filiados. Ailton comentou: “para você conseguir alguma coisa tem que ser do partido majoritário porque você dependia”, “se peitar sozinho não consegue, política é isso acordo”.

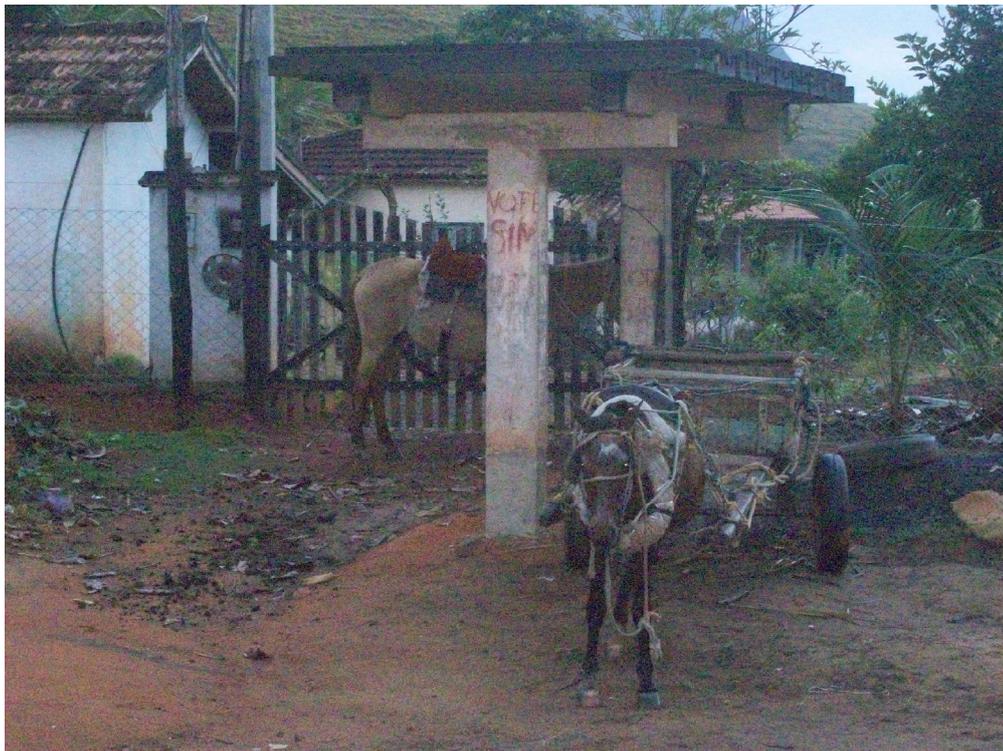
Juarez foi escolhido o presidente da Comissão, segundo ele por ser “o mais interessado” por causa de seu “conhecimento com políticos de Campos”. Juarez pertencia ao PMDB e disse que era um “vereador sem mandato” e foi “prejudicado por isso”. Juarez contou-me que realizaram, assim, a primeira viagem ao Rio com a finalidade de reivindicar a emancipação. Um vereador de São Fidélis, Domingos Espanhol, que tinha uma “representatividade” no local, era cabo eleitoral do presidente da Assembléia Legislativa, Gilberto Rodrigues do PMDB, e viajou com os representantes da Comissão Emancipacionista ao Rio. Domingos Espanhol conversou com Gilberto Rodriguez e trouxe a notícia de como deveriam proceder.

Desse modo, Ailton explicou que fizeram um requerimento com abaixo-assinado, no qual tinha que ter no mínimo assinaturas de 10% do eleitorado (7.500 eleitores no caso de Cardoso Moreira). Ao abaixo assinado, a ALERJ respondeu com uma requisição de realização de uma consulta popular. Para ser realizada essa consulta o município que pleiteava a emancipação político-administrativa tinha que obedecer a certas exigências, como um mínimo de renda, agências bancárias, comércio, ou seja, uma infra-estrutura mínima. A área que se pleiteava para conseguir a emancipação incluía o distrito de São Joaquim e Cardoso, por conta do mínimo de infra-estrutura

²⁰ Um antigo morador comentou que, antes da emancipação, eram os comerciantes que “mandavam” no local. Ailton contou que quando alguém morria os comerciantes compunham uma comissão para saber como arcariam com as despesas.

requerido. A Comissão montou um processo mencionando os requisitos e enviou para Comissão de Justiça da ALERJ: “pois tudo passa por essa Comissão, se ela aprovar começa a entrar” (Juarez). Acontece que a renda acabou sendo recusada, porque a usina de cana de Outeiro –localidade pertencente a Cardoso – havia sido fechada em 1987 e era de onde provinha a maior renda. O prefeito do município de Italva entrou com um processo “junto à lei e aos órgãos competentes” (Juarez) argumentando que o pedido foi de 1987 e os dados tinham que se referir ao exercício anterior.

Aprovado o processo, o plebiscito foi feito em 1988. Era preciso contar 100 eleitores no mínimo em cada distrito e a dificuldade foi recolher os votos no distrito de São Joaquim. O dia 31 de julho de 1988 ficou conhecido como o dia do “SIM” e quando estive realizando meu campo ainda podia vislumbrar lembranças deste dia, como nas fotos abaixo.





Juarez contou que em comício no distrito de São Joaquim, a população arremessou ovos nos representantes pró-emancipação que estavam no palanque, “muito ovo mesmo”. Juarez disse-me: “temi ter morte, mas nós não nos acovardamos”. Contaram com a ajuda de um pastor da Igreja Batista de São Joaquim que discursou em palanque a favor da emancipação. Os moradores argumentavam que “não iam deixar de ser filho de pai rico para ser filho de pai pobre”. São Joaquim resistia a apoiar a emancipação por conta da “sanção econômica de Campos”, era um “apadrinhamento”, ressaltou Ailton, e também havia um “medo do novo”. Campos injetava dinheiro em São Joaquim e tinha funcionários no local – me afirmou um funcionário atual da prefeitura.

A esposa de um dos quatro indivíduos de São Joaquim que apoiou a emancipação me relatou que na rua em que morava só a sua família era a favor da emancipação. No distrito havia um outro senhor que, apesar de apoiar, não tinha sequer sua família a favor. O marido dessa senhora fazia reuniões em sua casa e ia ao Rio toda semana acompanhar o processo. Seu marido tinha “recurso próprio”, não sendo um dos muitos funcionários de Campos em São Joaquim. Ela contou que foram muito “humilhados”, não podiam “comprar nem uma bala no comércio”. Seu marido chegou a ser preso por denúncias de que ele andava armado. No dia do plebiscito jogaram ovo neles e colocaram um tronco de árvore na estrada, para dificultar a passagem. Juarez

relatou que São Joaquim não ia consentir a instalação das mesas no dia do plebiscito, mas “os mais brabos de Cardoso foram os seguranças”. As pessoas em São Joaquim ficaram com medo de votar e quando iam eram vaiadas. Juarez acrescentou, em tom de brincadeira, que um homem até gritou, diante de um votante: “paga a conta lá na venda”. O presidente da Câmara Municipal de Campos organizou um jogo de futebol numa localidade de Cardoso Moreira, chamada Outeiro, para esvaziar o eleitorado. Contudo, como as pessoas não foram votar no NÃO os emancipacionistas conseguiram o *quorum* necessário por omissão. Juarez enfatizou que um chefe político local e o presidente da Câmara Municipal de Campos ficavam na porta do grupo escolar para ameaçar os eleitores, “mandavam o sujeito se trancar dentro de casa”. No distrito de Cardoso, passou um carro preto com bandeiras pretas escritas NÃO e a população tentou até virar o veículo. Pessoas da Comissão pela emancipação foram convencer os manifestantes a irem embora.

Depois da votação, os moradores de Cardoso foram para Campos acompanhar a contagem dos votos. Quando chegou o anúncio de que os moradores de Cardoso tinham aprovado a emancipação, realizaram uma carreata comemorativa. O resultado do plebiscito foi para a ALERJ e ficou “um ano cozinhando” na Assembléia, “o presidente não botava na pauta porque ia perder” – ressaltou Juarez. Um deputado pedia vistas e demorava três meses, quando entregava outro pedia vistas e, assim, sucessivamente. Toda semana representantes da comissão tinham que visitar o presidente da ALERJ, Juarez disse que pensou em parar por causa das despesas de viagem. Um dos integrantes do Movimento Emancipacionista, Renato Jacinto (que veio a ser o primeiro prefeito de Cardoso), possuía um posto de gasolina e patrocinou o combustível. O presidente da Câmara de Campos também visitava a ALERJ e “implorava”, “pedia”, “dizendo que Campos não podia perder Cardoso Moreira”.

Após o plebiscito, o pedido de emancipação passou pelas Comissões de Justiça e Constituição, a fim de obter pareceres. Juarez relatou que faziam amizade com os funcionários dos deputados, presenteando-os com chuvisco, goiabada e melado, por exemplo. Com isso, os funcionários orientavam: “faz assim, faz assado”, “o deputado que está contra vai em cima dele”. Um morador de Cardoso lembrou que presentearam com queijo o presidente da Assembléia. E Juarez afirmou: “O pessoal que trabalha nos gabinetes são profissionais, os secretários da bancada elaboram aqueles pareceres nem a favor, nem contra”. Ele comentou sobre um caso em que um deputado da Assembléia era “omisso” e contra a emancipação, porém “seu assessor era competente”. O assessor

fez um “parecer dúbio, mas para sim do que para não” e o deputado assinou. Como o lado a favor tem muita gente, “o deputado fica contra para poder falar, senão não tem direito de falar”. Conseqüentemente, quando chega na hora de votar “começa com aquele discurso: não sou a favor nem contra, muito pelo contrário”.

Por fim, o requerimento foi posto em pauta, como o povo desanimara, apenas três pessoas foram à ALERJ neste dia, entre eles Juarez. Apesar disso, conseguiram o apoio de funcionários públicos que estavam fazendo uma manifestação por aumento de salários e se incorporaram ao movimento de emancipação naquele momento, fazendo pressão. Os deputados aprovaram o plebiscito e ficaram mais seis meses para aprovar a emancipação. “Vai pro IBGE, não sei pra onde...o povo desanimou”, mas continuaram fazendo visitas à ALERJ. Garotinho era prefeito de Campos e “fazia loby para os deputados votarem contra”. Um dos lobystas cardosenses enfatizou que muitos “gabinetes se abriram” por “influência da maçonaria”, que funciona em Cardoso desde 1947. Ailton afirmou que ficou incumbido de conseguir os votos do PT e do PV, este tinha apenas um deputado.

Finalmente, no dia 02 de dezembro de 1989 a emancipação de Cardoso foi assinada em praça pública pelo governador Moreira Franco, sancionando o projeto de lei. A Comissão pró-emancipação se extinguiu a partir desse momento e a partir daí Campos administraria Cardoso até que o resultado das eleições realizadas em 1992 se concretizasse numa nova administração municipal. Segundo uma moradora, os impostos ficariam depositados em juízo até que Cardoso pudesse iniciar sua primeira gestão.

Posse e primeira gestão

Foram cinco candidatos concorrendo e o eleito foi Renato Jacinto, que havia participado do movimento e era um reconhecido jogador de futebol. Renato foi eleito, mas teve a posse impugnada pela Associação de Moradores de São Joaquim. Os Cardosenses fizeram uma manifestação, na qual a BR 356 foi fechada por mais de 12 horas. Assim, o ministério público autorizou a posse em Brasília e ela se deu em fevereiro de 1993. Os vereadores da Câmara Municipal também foram eleitos. Os aliados ou amigos do então prefeito assumiram cargos na prefeitura. Um dos homens, hoje funcionário fantasma da prefeitura, por exemplo, disse-me que durante o processo de emancipação ficou do lado de Renato e quando este venceu e tomou posse obteve um cargo comissionado. A prefeitura passou a ser a maior fonte de emprego para o local.

Um morador, também funcionário da prefeitura me explicava: “em Cardoso é todo mundo atrás da viúva”.

Noto que durante o período de minha pesquisa em Cardoso, na campanha pela disputa eleitoral municipal de 2008, me chamou atenção o discurso de um dos candidatos a vereador em palanque: “se não tem capacidade de ganhar uma eleição, vai montar uma cidade”. Com a montagem da cidade em 1993, a distância em relação às autoridades governamentais, antes Campistas, foi substituída pela proximidade em relação ao prefeito e vereadores. Em *A Miséria do Mundo* (1999), Bourdieu demonstra que a posição física ocupada no espaço reifica uma posição social e econômica. Assim, a proximidade física que se constituiu em Cardoso a partir da emancipação, coincidia com uma maior proximidade social entre os moradores, embora houvesse diferenças de *status*. Consequentemente, as relações entre os moradores e as autoridades se tornaram mais pessoais.

Um presidente de uma Associação de Moradores criada em 1987, e quase inativa, era e é funcionário da prefeitura de Campos, o qual ressaltou-me que antes da emancipação, Campos mandava caminhão de alimentos para serem distribuídos em Cardoso e “agora você encontra um vereador em cada esquina”. Ele me dizia que depois da emancipação “não tem muita atividade porque tudo é através da prefeitura”, daí, “não tem mais trabalho, era mais difícil para vir as coisas, agora remédio tem, medidor de pressão tem, a pessoa vai lá e mede”. “Se a associação consegue alguma coisa, um vereador vem e diz que ele conseguiu”. Com esse depoimento, vemos a demonstração de que as autoridades municipais, estando mais próximas espacialmente da população, aumentaram a oferta de assistências a ela, o leque dos acessos que a população tinha aumentou, fornecendo uma concorrência que quem pretende a carreira política pode julgar intransponível.

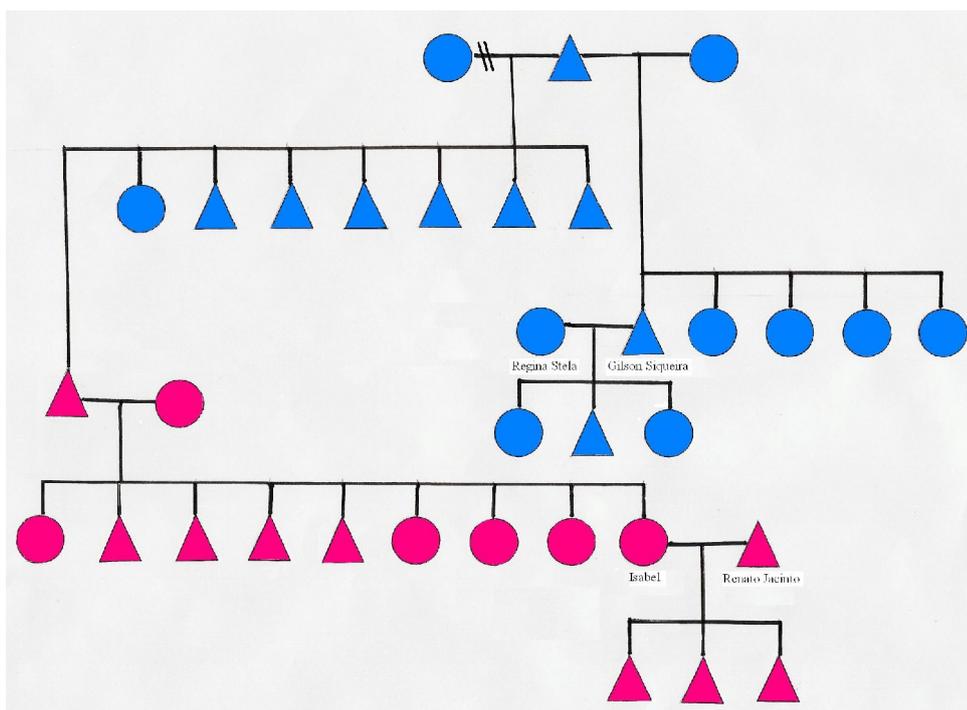
O primeiro governo municipal iniciou a administração “praticamente sem oposição, devido às dificuldades enfrentadas para que fossem empossados” a fim de consolidar a emancipação (Fiúza, s/d.:s/p.). Segundo o primeiro prefeito, não havia verbas e nem um prédio público que pudesse sediar a prefeitura. O prefeito despachou de sua própria casa e, logo após, a prefeitura ficou dois anos funcionando em uma Igreja Batista. Depois desses dois anos, a prefeitura adquiriu sede própria. Cardoso Moreira não recebeu nenhum repasse de Campos e a principal verba provinha do ICMS do governo do Estado. Cerca de 100 funcionários da prefeitura de Campos pôde optar em se transferir ou não para Cardoso Moreira, garantindo-se os direitos e benefícios que já

desfrutavam. Durante o mandato, o prefeito administrou o município sob duas gestões no governo do estado: uma gestão de Leonel Brizola (PDT) e outra de Marcelo Alencar (PSDB). Renato, que foi eleito pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), mencionou que conseguiu realizar inúmeras parcerias com o governo estadual, mas no mandato de Marcelo Alencar as parcerias não se concretizaram. Uma das dificuldades ressaltadas para liberação de verbas foi a de que haveria de se realizarem projetos para enviar a outras instâncias governamentais com o intuito de que fossem incluídos no orçamento da união para posterior liberação. Apesar dessa dificuldade as conquistas apareciam e satisfaziam os moradores, visto que a cidade urbanizava-se. As obras, que como ressaltado por Palmeira (2006:140) fornecem visibilidade ao político, foram muitas. (Fiúza;s./d.:s./p.)

Uma de minhas amigas, funcionária da prefeitura, durante meu trabalho de campo dizia-me: “na primeira gestão tinha mais dinheiro e muito o que fazer”. Uma ex-funcionária de confiança do prefeito de 2001 a 2004 contou-me que na época da luta pela emancipação os impostos ficaram depositados em juízo para Cardoso e, assim, tinham dinheiro. Na visão de um funcionário da prefeitura, que havia tido um cargo de confiança na primeira gestão e geriu o sindicato de funcionários públicos por um tempo, “Cardoso Moreira cresceu muito da emancipação para cá, isso não existia”; “tinha algumas pessoas para varrer rua e um burro para puxar carroça”. Disse-me ainda: “faltam algumas coisas, as pessoas reclamam muito da saúde, mas o problema com a saúde é geral”, “se for no Rio é assim também, até pior do que em Cardoso”, “Cardoso ainda tem muita coisa que na cidade grande não tem”, “mas falta recurso também”. Por outro lado, observou que Cardoso precisa de coisas que não são providenciadas por “falta de boa vontade” ou “falta de visão” dos administradores municipais. Durante a eleição de 2008, na qual o prefeito da primeira gestão concorreu novamente, uma funcionária pública do seu “lado” argumentava que “Renato que construiu isso tudo aqui”. Ela queria mostrar que ele era um bom administrador público, já que a grande crítica da oposição sobre ele era sua incapacidade administrativa, demonstrada na segunda gestão que veio a exercer de 2005 a 2008, pleiteando a reeleição em 2008.

As obras realizadas, que geraram a maior visibilidade da presença do administrador municipal, também engendraram o reconhecimento do secretário de obras, Gilson Nunes Siqueira, que é tio da esposa de Renato Jacinto e havia sido um dos coordenadores da campanha de Renato.

Figura 3 - Organograma de parentesco entre Gilson e Renato



Como não podia se reeleger, pois pela lei ao primeiro prefeito após a emancipação fica vetada essa possibilidade, Renato indicou e apoiou a campanha de Gilson, que teve como principal opositor Betinho. Este já havia concorrido como vice na primeira eleição e, segundo relatos, aglutinava “um pessoal fiel” e até “fanático”, como Gilson e Renato também aglutinavam, por isso a política em Cardoso é dita pelos moradores como “quente”. Uma senhora que chegou à cidade no período em que estive em campo, após 27 anos longe do município, constatou: “aqui as pessoas se interessam muito por política”, “brigam”, “deixam de se falar”. Esse mesmo parecer me foi passado por diversos moradores, que quando sabiam que eu não conhecia Cardoso explicavam-me o funcionamento da cidade, especialmente nesse período eleitoral, quando a rivalidade era mais exacerbada. Os executores das campanhas eleitorais logo se interessavam em saber se eu tinha parentes em Cardoso e o fato de não ter me transformava em uma pessoa menos interessante, diante do trabalho frenético que tinham nesse período, buscando não perder tempo com o que não valha a pena para conquista de votos. Mesmo em conversas ou entrevistas com quem não participava da campanha efetivamente, surgia um temor dos meus interlocutores em me passar suas avaliações quando o assunto era a forma de se comportar dos candidatos quando foram prefeitos. Uma funcionária da prefeitura logo se assegurou, antes de falar qualquer coisa: “você tem parente em Cardoso?”. Quando de minha resposta negativa ela

desabafou: “então você é neutra”. Eu observei, nesse momento, que a política em Cardoso era acirrada e ela acrescentou: “até param de freqüentar a sua casa”.

Certa vez, enquanto ia à inauguração de um comitê de Gilson, de carona com um de seus cunhados, este me disse que não criava “inimizade por causa de política”. Para não criar estas inimizades havia lugares que ele não freqüentava mais, pois sabia que nestes lugares não poderia falar de política sem haver discussões. Sua esposa contou-me que convidou uma senhora para um almoço em comemoração a chegada de sua irmã na cidade. A senhora perguntou se teria relação com política, pois ela não votava em Gilson. Com isso, a irmã de Gilson comunicou que não seria uma reunião política, mas sempre se fala sobre política, portanto seria melhor que tal senhora não comparecesse.

Como a prefeitura se tornou grande fonte de renda, na eleição que acompanhei, em 2008, observei algumas pessoas comentando sobre um candidato: “Gegê não precisa de prefeitura, ele tem muito dinheiro”. Outras simplesmente perguntavam: “para que Gegê precisa de prefeitura?”. Mesmo uma deputada estadual que discursava no palanque mencionava que se o candidato adversário ao que ela apoiava estava pagando para colocar placa dele é porque tinha dinheiro e não precisava ser prefeito. Em outra oportunidade, quando uma carreata do candidato opositor, atual prefeito, passava em frente à inauguração do comitê de seu rival, o apresentador falou ao microfone, ironicamente: “não se impressionem com os carros não, são muitos carros né, mas tem que ter, porque eles têm dinheiro”. O cargo de prefeito passa a ser um grande emprego.

A emancipação se realizou em um momento histórico no qual as três instâncias governamentais afrouxaram o compromisso entre elas e, coincidentemente, após a ditadura militar, que vigorou no Brasil até 1985. Leal (1980) previa a supressão do governo do estado como intermediador e o contato direto entre o governo federal e os municípios, o que ocorrera, por exemplo, em momentos das gestões de Gilson e de Renato. Com a emancipação, os políticos locais abriram um campo de trabalho, já que diminuiria a concorrência em comparação à campanha antes realizada em Campos, criando uma oportunidade de alçar postos políticos e engrenar uma carreira política. As autoridades políticas, conseqüentemente, se aproximaram dos moradores e isso aumentou as relações pessoalizadas, compondo redes assistenciais informais (Auyero, 2005) em parte geradas pela relativa pobreza local, que permanecia após os fracassos de projetos elaborados para sanar problemas. A reputação não só das pessoas em geral como das autoridades ganhou relevância, como escreveu Bayle (apud Palmeira, 2006:

138-139), demonstrando que a importância da reputação aumenta quando as interações sociais também aumentam. Essa maior interação ou pessoalização relaciona-se com a atribuição de “quente” à política realizada no local.

Capítulo 2

Os “Lados” Políticos

Neste capítulo abordo a cisão inicial entre o grupo político que compôs a primeira gestão político-administrativa do município de Cardoso Moreira. Essa cisão conformou a existência no município de dois grupos políticos poderosos, que determinaram “os lados” em disputa pelo comando político.

Na seqüência do texto, remeto às posições tomadas pelos moradores quanto à sua preferência entre os dois grupos políticos formados a partir da cisão, originando pessoas menos ou mais fiéis aos candidatos. Exploro, nesta sessão, os níveis em que as pessoas estão vinculadas aos políticos, da ligação intensa até a total falta de vínculo, ressaltando os valores morais em jogo na escolha sobre quem apoiar. Além disso, os

moradores realizam distinções entre os representantes dos “lados” políticos locais, interessando-me, aqui, analisar as distinções entre o bom político e a boa pessoa *versus* o bom administrador.

O ‘*racha*’²¹ entre Gilson e Renato: os “lados” políticos

Renato indicou Gilson para o mandato de 1997 a 2000 e ele saiu vitorioso. Nessa eleição, Gilson concorreu com Betinho, seu grande rival na época, e com mais dois candidatos de menor força. Com a vitória de Gilson para a gestão de 1997 a 2000, começaram os desentendimentos entre Gilson e Renato. Sobre esse fato, versões diferentes me foram dadas e o discurso variava de acordo com o “lado” ao qual a pessoa optava em apoiar. Devo lembrar que eu escolhi pesquisar a partir de um dos lados, a fim de ter maior acesso e profundidade de informações – pois a confiança em mim condicionava a disponibilidade das pessoas em me contarem sobre seus pontos de vista. Desse modo, lembro o estudo de Leach (1996) na Birmânia, onde verificou a divergência quanto às narrativas mitológicas contadas a partir da posição das pessoas na comunidade. No entanto, os princípios sociais eram preservados e pequenas mudanças na história surgiam para que a pessoa concordasse seu comportamento aos valores sociais reconhecidos na sociedade. Similarmente, nas narrativas relatadas em Cardoso, podemos verificar este tipo de comportamento; contudo, as pessoas pautam sua visão e atuação, ao contar histórias, sempre de acordo com princípios valorizados socialmente, enquanto o adversário é julgado sob argumentos de conduta socialmente condenáveis.

O filho de Gilson revelou-me que quando Gilson ganhou, em 1997, Renato queria “mandar”, queria governar através de Gilson. Gilson não aceitou porque “não é boneco”. Outra pessoa me contou que Renato escolheu Gilson porque “achou que ele seria um pau mandado, o cara ideal, de poucas palavras”: “só que Gilson é inteligente”. Quando foi eleito “quis saber qual era a situação do município, como ele ia receber”. Acontece que “Renato não quis passar nada para ele”. Um dia Gilson foi à prefeitura e Renato o deixou “plantado” esperando do lado de fora e não o atendeu. Gilson “ficou com o pé atrás, caiu a ficha”, “êpa, esse cara não está me respeitando”. Gilson é “rancoroso”. O tempo passou e no primeiro dia do governo teve uma enchente no município e Gilson descobriu que “a prefeitura devia horrores, não tinha 200 reais”.

²¹ Uso aspas simples durante o texto para denotar um termo informal expresso por mim e não pelos pesquisados.

Tinha uma “conta enorme referente à tele-sexo”. Isso porque “o governo de Renato era uma festa, ganhou na loteria”. “Renato deu a entender que estava dando um presente para Gilson, só que era um presente de grego”. Conforme o acordo, Gilson concederia algumas secretarias para o grupo de Renato, principalmente a secretaria de esporte. Gilson “percebeu que o grupo de Renato estava ali só para fazer o que Renato mandava” e não o que ele mandava. Assim, Gilson foi modificando seu comportamento. “Chegou um recurso e o chefe de Gabinete engavetou e começou a fazer política contra Gilson” dentro da prefeitura. Gilson demitiu o chefe de gabinete, secretários e algumas pessoas que estavam do “lado” de Renato. Eu sempre escutava algumas pessoas na cidade falarem que “Gilson escorraçou Isabel” – esposa de Renato que era secretária de educação. Tal narrativa mostra Gilson como um homem que estava sendo desrespeitado e decide manter sua **honra** e se fazer respeitar.

A ex-funcionária de Gilson me disse que “eles se referem a Gilson como traidor”. Ou seja, esboçam a figura do traidor relacionada a Gilson como uma condenação moral. Segundo ela, “Gilson é inimigo mesmo de Renato, tem ódio, raiva dele”. A esposa de Gilson, Regina, dizia-me, em tom de gozação, que eram “Justino” e “Bonerges”, em referência a uma novela que retratava dois fazendeiros inimigos políticos, ambientada na primeira metade do século XX. Quando estavam realizando o último comício da eleição de 2008, lembro de respostas dadas no palanque às alfinetadas recebidas por representantes do “lado” de Renato, e pessoas declaravam em palanque que estavam sendo ameaçadas, bem como criticavam o opositor.

No seu primeiro mandato, Gilson nomeou cinco sobrinhos para trabalharem no seu gabinete. Uma funcionária da prefeitura me contou que, certa vez, a oposição anunciou que iria mostrar uma gravação na qual Gilson declarava que “o povo de Cardoso era incompetente”. Quando os moradores foram escutar a gravação era uma entrevista que Gilson tinha fornecido, na qual a entrevistadora perguntava por que ele empregava os sobrinhos no seu gabinete e ele mencionou ser porque eram de “confiança” e “competentes”. A funcionária observou que dizer que seus sobrinhos eram competentes não significava que o povo era incompetente. Vale mencionar que, por ser uma cidade pequena, com cerca de 12 mil habitantes, os casamentos e o conhecimento de cada um era facilitado, fazendo com que as pessoas observassem: “aqui a gente se conhece”, “em Cardoso todo mundo é parente”, “as famílias se casaram entre si”, “a crise não é financeira, é cultural: em Cardoso quem não é parente é amigo”. Uma outra senhora observou: “uma cidade pequena onde todo mundo se conhece, a

política separa, era para estar todo mundo junto”. Em Cardoso, uma cidade pequena, onde “todos se conhecem”, a união surgida pela emancipação aproximou os parentes, solidariamente, e, após o ingresso na prefeitura, as disputas foram se intensificando até desencadear a separação dos núcleos da parentela. Queiroz (1976) argumentou em relação à cisão familiar que “a quebra da solidariedade do conjunto maior agia como um fator de reforço poderoso da solidariedade interna dos conjuntos menores, adversários entre si”. E foi assim que se configurou a oposição em Cardoso após a cisão da parentela, intensificando a disputa.

O vice de Renato no mandato de 2004 a 2008 era casado com uma sobrinha sua e acabaram se desentendendo, provocando nova desagregação familiar. Esse vice se chamava Jéferson e se candidatou em 2008 ao cargo de prefeito, quando concorria com Renato, Gilson e Gêgê. No entanto, Jéferson renunciou a candidatura, quando já havia começado a campanha, fundamentalmente por ausência de recursos e expectativa de vitória.

Com a nomeação dos sobrinhos, algumas pessoas da cidade começaram a chamar Gilson de “tio Gilson”, por gozação, pois queriam que lhes desse um emprego. Porém, uma das sobrinhas de Gilson, que eu havia conhecido indo para “roça” e só depois de um tempo fui saber que era sua sobrinha, me contou que a família é muito grande, por isso tem sobrinhos que desconhece o nome. Apesar de morarem perto, ela afirmou que não vai à casa de Gilson, porque não teria o que fazer lá, salvo se alguém adoecer.

A distância entre os familiares aumentou com o ‘*racha*’. A parentela segregou-se, permanecendo unidos os núcleos mais próximos no grau de parentesco. Conforme a distância de afinidade ou de grau de parentesco aumenta, os votos vão se dividindo e na maioria das vezes o oferecimento de emprego a alguém pode conquistar os votos de seu núcleo familiar. Uma parente de Gilson mencionou que com o *racha* a família “ficou um tempo desestruturada até se arrumarem as coisas”. Ela declarou que sofreu muita discriminação na família, pois seu marido apoiou Betinho. Isso porque ele havia se comprometido antes de Gilson decidir concorrer, chegando a receber uma resposta negativa quando foi perguntar a Gilson se ele concorreria. Essa parente chegou a me citar um emprego que Renato havia conseguido para uma prima de Regina, que condicionou sua gratidão e voto a Renato. Embora, atualmente, as leis vetem o contrato de parentes para cargos públicos e a mídia recrimine isso em várias matérias, há uma norma social bem descrita por uma ex-participante do governo Gilson: “Você pode doar

para o Criança Esperança, mas se tiver alguém pertinho precisando, qual é a prioridade? É justo que você ajude quem esteve do seu lado”. Embora sua fala tenha sido relacionada a um emprego oferecido a uma pessoa que não era parente, mas apoiava Gilson, podemos estender esse raciocínio aos parentes que é o primeiro núcleo social que o indivíduo conhece e tende a manter relações por toda a vida.

Quase dois anos depois da posse de Gilson, Renato se candidatou a deputado estadual. Segundo relatos, Gilson teve que demitir funcionários que faziam campanha para Renato. Logo em 1999, Gilson tenta a reeleição fazendo uma aliança com Betinho, que de opositor na última campanha veio a ser aliado nesta. Um funcionário da prefeitura me explicava que são formados grupos dentro da administração pública municipal, cada secretaria forma um grupo, mas pode-se também ter um grupo formado a partir de um representante, ou mais, dentro de cada secretaria. Isso pode facilitar a supervisão da administração ou, como no caso do ‘racha’ entre Gilson e Renato, dificultar que as ordens sejam obedecidas, criando uma oposição dentro da prefeitura que enfraquece e sabota as ações do governo. Assim, me dizia que na eleição tem quem: perde e perde, perde e ganha, ganha e perde, ganha e ganha. Exemplificando, teve um(a) candidato(a) que foi eleito(a) a vice e negociou que a prefeitura pagasse serviços de um caminhão de sua família por quatro anos: ele(a) ganhou e ganhou. Da mesma forma, tem quem perde a eleição e consegue negociar com a prefeitura secretarias, emprego, dinheiro, favorecimento na carreira política etc., ganhando. Quem ganha e perde pode perder o comando da prefeitura, ficar refém de planos da oposição que não o deixem governar e desqualifique a sua carreira política para sempre.

Quando Gilson ganhou a reeleição, Regina me contou que não entenderam nada porque “o pessoal” de Renato começou a comemorar também, embora tivessem perdido. Conforme comentários de outros moradores, logo depois, funcionários dentro da prefeitura, aliados de Renato, começaram a ajudá-lo no encaminhamento de processos contra Gilson. Um coletava documentos escondido e xerocava, outro podia simplesmente não fazer o trabalho, não recolher assinaturas, atrasar os prazos e até quebrar uma kombi que faz o transporte público, conforme comentou comigo sobre essa prática uma ex-subsecretária de saúde. Por outro lado, em órgãos de outras instâncias governamentais ou judiciárias, alguns de seus representantes aliados ao opositor podem dificultar ou barrar a liberação de verbas, melhorias ou realização de convênios. Por exemplo, a família Garotinho governou o estado do Rio de Janeiro de 1999 a 2002 e tinha relações com Renato, sendo do mesmo partido e região eleitoral. Isso dificultou

acordos entre o município de Cardoso Moreira, representado por Gilson, e o governo do estado, representado por Garotinho.

Pessoas que participaram do governo de Gilson me contaram que o Tribunal de Contas pedia dinheiro para emitir pareceres favoráveis, mas Gilson resistia em pagar. Com isso, os representantes do Tribunal se instalavam em salas da prefeitura ou mesmo colégios e os vasculhavam a fim de criar problemas e motivos para que o suborno fosse realizado. O pior, dizia-me uma funcionária, é que não avisavam caso houvesse algo em curso sendo realizado de forma irregular, para depois de realizada a ação pública poder instaurar um processo contra o prefeito. Outra instância que pode ser de maioria opositora e dificultar a administração municipal é a Câmara de Vereadores, que pode não aprovar suas contas, pedidos de urgência e recebimentos de verba ou benfeitorias adicionais do governo estadual ou federal. Uma deputada estadual pedia, no palanque de Gilson, em 2008, que os eleitores votassem nos vereadores do grupo político de Gilson, porque, caso contrário, o prefeito seria “chantageado”. Com essas narrativas sobre o poder de representantes do judiciário e legislativo, bem como de funcionários da prefeitura na posição de opositores perante o prefeito, busco ressaltar a dependência do prefeito em relação às pessoas que o cercam, formando uma figuração específica.

Na campanha de 2004, como não podia se reeleger novamente, Gilson apoiou Neriete (ex-aliada de Renato), contra Renato. Este venceu. Não disponho de relatos dos participantes do governo de Renato, que vigorou até 2008, quando Gilson ganhou a eleição novamente.

1993-1996 —> Renato (vice: Luiz Carlos)

1997-2000 —> Gilson (vice: Neriete)

2001-2004 —> Gilson (vice: Betinho)

2005-2008 —> Renato (vice: Jéferson)

2009-2012 —> Gilson (vice: Élcio)

“A política une e separa”: traições e ingratidões *versus* fidelidades

Certa vez, Regina mostrou-me antigas fotos de jornal, nas quais ela aparece com a esposa de Renato, pois estudaram juntas. Inclusive fotos com ex-aliados, que estavam do “lado” de Renato. Várias vezes também me apontava pessoas que haviam trocado de “lado”. Diante disso, ela observou: “a política une e separa”. Comentou que ninguém da

família (ela e os filhos) queria que Gilson concorresse em 2008, estavam na “roça”, não tinham “os amigos”, na política “sorriem para você e depois te enfiam a faca”. Regina mencionou que estava na rua e Renato deu um tchauzinho para ela – durante a campanha de 2008 –, ela interpretou que deu um sorriso (forçado e cínico) para ele e retribuiu o aceno. Relatou tal acontecimento para demonstrar a falsidade da relação política. A ex-secretária de Gilson também dizia: “eles te afagam com uma mão pela frente e com a outra te enfiam a faca por trás”.

Comecei a notar que os políticos e seus adeptos acusavam-se entre si como traidores. O grupo de Renato acusava Gilson de ser traidor, mas pessoas do grupo de Gilson (sempre com sua versão sobre os fatos) também acusavam Renato de traidor, afinal ele teria enganado Gilson, traído a sua confiança, sido um ingrato, pois, como mencionou uma militante de Gilson, ele trabalhou pela campanha de Renato e “ajudou Renato a se eleger”. As adeptas falavam orgulhosas que “sempre” foram partidárias de Gilson, apesar de Renato tê-las “perseguido” muito, “humilhado”, e espalhado “boatos”. Uma candidata à vereadora do “lado” de Gilson observava: “tudo que falarem mal de Gilson é mentira, mas tudo que falarem mal de Renato é verdade”, condicionando uma ortodoxia válida na disputa política.

A atribuição de traidor e ingrato, quando da mudança de lado, se dirigia a todos: vereadores, candidatos, trabalhadores de campanha e eleitores (quiza melhor dizer moradores). Quem não trai se orgulha de ser fiel, como me disse uma senhora “os políticos agrupam um pessoal fiel”, mas há os que “não são ninguém”. Esses são recriminados pelo comportamento: “era Gilson doente, agora se bandeou pro lado de Renato”, “o pessoal vai de um lado para o outro, apóia um e outro”. A palavra “doente” era muito usada para enfatizar a intensidade da fidelidade: “eu sou Gilson doente”. Notei que sob a casa de Gilson, durante a campanha, ficavam muitas pessoas aglomeradas conversando. Na ânsia de obter informações sobre fatos eu questionava o que estavam fazendo lá, afinal deveria ter acontecido algo muito importante. Certa vez, o filho de Gilson me disse que estavam fazendo uma porteira. E duas vezes que perguntei a Regina ela dizia que: “estão fofocando” ou os homens lá embaixo “ficam fazendo fofoca”. Desciam garrafas de café para eles e isso durava todo o dia e ia se intensificando com a proximidade dos trabalhos eleitorais. Apenas no domingo não havia campanha. Ao comentar esse fato com um cabo eleitoral ele afirmou: “aquele pessoal que vai pro comitê e fica lá é porque é Gilson mesmo”. Senti que ao invés de ser uma tentativa de ter algum benefício após a vitória, se expondo, era também uma forma

de mostrar a sua fidelidade, o que ajudava o candidato a prefeito, pois, assim, ele sabia quem o apoiava, sem dúvidas, e poderia exibir aos adversários sua força no número de pessoas.

A fidelidade mais “doente” pode estar até em comprar as inimizades e rixas do candidato a prefeito para si (inimigo de meu amigo, inimigo meu é). Os “doentes” podem chegar a desenvolver uma agressividade contra o adversário e até a valorizar atos considerados maldosos se vindos do seu candidato a prefeito. Assim, havia os que diziam “eu arrumo briga por causa de política” e os que recriminavam: “para C.²² Gilson não tem defeito, o sujeito assim aleija o cara porque tudo acha que está bom”. A ex-secretária de Gilson me dizia que defende os candidatos, mas também fala as coisas ruins que eles fazem: “Os funcionários que brigam pelas coisas justas não foram aproveitados no governo seguinte”. Comentou que Gilson perguntava se ela era contra ele. Isso revela que, apesar de querer gerar um desenvolvimento na gestão, corrigindo atitudes e falhas, isso podia passar como críticas que punham em dúvida a lealdade do aliado, gerando insegurança ao prefeito. Mesmo entre os que não eram ninguém, havia os melhores, pois: “é candidato deles, mas não faz nada contra”. Ou seja, o senhor “não era ninguém”, não era fiel a ninguém, apesar de se engajar em campanhas, e ao mudar de “lado” constantemente, também não buscava prejudicar o adversário, sendo um oponente leal. Uma senhora, moradora de uma “roça”, relatava que quando chegaram os tanques de armazenamento de leite para os produtores, através de Gilson, seu filho que era partidário de Renato e presidente de uma associação, deixou de advogar que os tanques fossem geridos pela associação porque: “não quis arrumar problema com Gilson. Ele trabalhou para Gilson na primeira campanha, agora não temos lado político”.

A influência de quem está “do lado” do candidato podia ser sentida de forma ruim, quando “alejava” o prefeito. Como me disse a ex-secretária de Gilson: “Gilson errava pelas pessoas que estavam do lado dele”. Em determinada ocasião, um funcionário da EMATER argumentou que havia pessoas boas e ruins trabalhando com Gilson e Renato, “botando coisas na cabeça deles que eles acabam fazendo”, pois “na política tem que ter um lado bom e um ruim”, “a gente se desilude, vê cada coisa”. Similarmente, outra senhora falou que “do lado” dos candidatos tinha “muita gente ruim” e às vezes os candidatos “não sabiam disso”, ou “podiam até saber também”.

²² Inicial do nome de uma pessoa. Optei por essa forma a fim de não identificar a pessoa da qual se falava. Demais nomes seguiram essa abreviação no decorrer deste texto.

Os fiéis e mesmo a agressividade de quem não é fiel é condicionada por uma “gradidão” desencadeada por uma relação construída através do tempo, na qual a pessoa se sentiu ajudada e deseja retribuir a ajuda apoiando o candidato. Isso é o que se espera socialmente da pessoa, pois, de outro modo, ela pode ser rotulada como ingrata: “A. é um ingrato, Gilson que colocou ele lá e agora ele é Renato”.

A gradidão provinha dessas ajudas: “a gente é do lado de Gilson por amizade, ele ajudou muito a gente”. A senhora que forneceu esse depoimento me falava de casos de câncer que teve na família e obteve a ajuda para o tratamento, que “é muito caro”. Outra adepta me contou que ao “pedir ajuda” a Gilson para ir ao hospital, ele dava um “chequinho na mão” e havia, ainda, a “receita azul”, com a qual podiam solicitar remédios de graça. Essa moça relatou que quando Renato era prefeito foi lhe pedir ajuda para levar sua mãe, que estava quase morrendo, para um hospital e Renato advertiu que ela procurasse a pessoa para qual ela trabalhou na eleição. Independente de a história ser real, a senhora sentia que Gilson a tinha ajudado, enquanto Renato não. No mesmo sentido, um senhor teve a sua kombi alugada para a prefeitura durante a gestão de Gilson e se sentia grato. Um outro senhor se sentia comprometido com ele pelo fato de ter ajudado na liberação da van que seu filho usava para fazer ‘lotação’. A van estava há muito tempo apreendida e Gilson resolveu sua liberação rapidamente e sem ter a necessidade de pagarem por nada. Um funcionário comentava que as pessoas chegam à prefeitura pedindo coisas ou assistência e se permite que elas comprem em determinado comércio e depois a conta é enviada para a prefeitura, ao que criticou afirmando que: “os benefícios têm que ser coletivos”. Um guarda da secretaria de saúde me disse que tinha “gradidão” por Renato, pois “deu emprego” a ele, observando que eu devia “gostar mais de Gilson” porque ele me deu “atenção”. Esse guarda me contou que procurou Gilson quando ele era prefeito, para poder dar aulas de Lamba-aeróbica no PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –, porém ele não se interessou. Quando Renato assumiu o cargo de prefeito o colocou para dar aulas de Lamba-aeróbica e, como o PETI começou a atrasar os pagamentos, Renato o colocou na função de guarda municipal. Eu questionei ao guarda o que Gilson ganharia me ajudando, já que eu não era eleitora para retribuir, e ele falou que era “falando bem” de Gilson. Contou-me que, certa vez, foi comprar um adesivo numa loja de um candidato a vereador por Campos e o candidato afirmou que ele não precisava pagar, apenas “falar bem” dele por Cardoso Moreira, pois, assim, sua fama iria repercutindo. Desse modo, a fidelidade, condicionada pelo sentimento de gradidão desenvolvido pela ajuda dispensada,

verbalizava-se ao “falar bem” de um político, ou pessoa em geral. Tal fidelidade era posta a prova nos momentos em que o benfeitor necessitava de apoio.

Com a proximidade da eleição uma senhora comentava que ajudava muito uma menina, dando cestas básicas e botijão de gás, e o mínimo que a menina devia fazer era votar no candidato que ela indicasse. Como a menina não votava, a senhora declarou que não queria que ela fosse mais à sua casa, pois era uma ingrata²³.

Ouvi um funcionário da prefeitura ser recriminado porque estava “do lado” de Gilson, mas não assumia por medo de perder o emprego, e o censor dizia: “ele deve o emprego a Gilson, Renato o botou na geladeira”. Ir para a geladeira significava estar distante das decisões, não tendo participação ativa no governo. Uma outra moça, empregada como Agente de Saúde por Renato, não podia assumir que era Gilson. E, assim, um senhor a recriminava dizendo que era perceptível que ela “precisava” do emprego, mas “tinha que botar a cara”. Ou seja, a concessão do emprego a coagia a ser fiel, ou ao menos leal, ao político que a “ajudou” neste setor, porém ela não devia ceder à coação do grupo de tal político e assumir, de forma contundente, que era favorável ao candidato oposto, pois o candidato precisava de seu apoio. O presidente de uma associação me dizia que Renato o chamou para trabalhar como concursado, portanto ele devia isso a Renato, mas Gilson teria feito mais pela comunidade dele, “pela maioria”, realizou benefícios coletivos, então, ele “era Gilson”.

Os mais fiéis eram corajosos em assumir sua posição, porém pode ser que dependessem menos da prefeitura no momento. Uma ex-subsecretária de saúde de Gilson me disse que recebeu um recado de Renato, que “pediu para conversar” com ela, mas o próprio intermediário teria afirmado a Renato que “era perda de tempo”, pois ela não mudaria de lado. A ex-secretária de Gilson dizia que “se fosse preciso sair de Cardoso” para trabalhar ela sairia, mas não deixaria de ser fiel a Gilson, não aceitando propostas da parte de Renato, que a amarrem por gratidão a ele (inimigo de meu amigo, inimigo meu é). Um cabo eleitoral me declarou que Renato o ofereceu exercer a função de motorista de ambulância da secretaria de saúde e que, para isso, o cabo eleitoral teria que ir para o “lado” de Renato. Então, ele recusou o favor sinalizado por Renato. Nesse sentido, um coordenador da campanha de Gilson comentou que um colega, que trabalhava para Renato, argumentou que se Gilson ganhasse não daria nada para tal

²³ As palavras sublinhadas se referem aos termos usados para analisar, que transbordaram do universo pesquisado.

coordenador. Este, por sua vez, retrucava que seria fiel a Gilson se ele o desse algo ou não, como seu colega era fiel a Renato.

Os eleitores também rotulam o candidato de “ingrato” quando sentem que o ajudam e ele, por sua vez, não retribui. Há uma expectativa do candidato em relação ao eleitor, para que ele cumpra sua palavra, e também do eleitor em relação ao candidato, para que ele cumpra sua promessa. A promessa, segundo Chaves (1996:138), em estudo que realizou no município de Buritis, assume um “conteúdo salvacionista, que replica no plano do discurso o sentido de dependência embutido na relação política pessoal, entre o político e o eleitor”. Da mesma forma que constatei em Cardoso Moreira, para Chaves (ibidem:138), a promessa “dá lugar a uma concepção mágica, que supervaloriza o poder do cargo público e subtrai as noções de luta ou confronto de interesses”. Assim, o candidato que fizesse os eleitores crerem em sua palavra, ao prometer algo garantia para si apoios políticos. Um cabo eleitoral de Gilson dizia-me: “se Gilson disser que vai fazer uma coisa ele faz”, “quem estivesse do lado dele ele ajudaria”. Outro mencionou que Gilson iria “aproveitar” todo mundo que estava trabalhando em sua campanha. Um presidente da associação, durante a campanha de 2008, afirmou que Gilson foi almoçar na casa dele e ele pôde pedir o que queria. Portanto, os eleitores esperam que os candidatos, ao assumirem o cargo, retribuam o que entendem que realizaram por eles de alguma maneira. Se acaso não haja retribuição, tais candidatos são classificados como ingratos.

Um locutor de palanque, que trabalhava para Gilson, contou a mim e a uma amiga que Renato o chamou para trabalhar com ele, porque o locutor colocava som em festas, e perguntou do que ele precisava, fornecendo o necessário. Gilson era a situação na época e Renato o colocou numa rádio na qual ele ficava “falando mal” de Gilson constantemente e “Gilson ficava louco com aquilo”. Gilson o procurou e falou que ele “era bom, mas estava jogando no time errado”. Ofereceu algumas coisas e o locutor aceitou, fez a campanha de Gilson “com o coração”, mas depois Gilson o rechaçou, não concedendo espaço em sua gestão. Quando ele foi pedir uma posição no governo, Gilson argumentou que tal setor cabia à A., este havia se posicionado “do lado” de Renato durante a campanha. O locutor ficou magoado com Gilson e afirmou que não realiza a campanha dele “com o coração, não faz o que poderia fazer”. Disse que poderia “botar o pessoal para chorar” como faz em outros municípios nos quais faz as campanhas. Dessa vez, o chamaram para fazer a campanha de Gilson e ele titubeou,

porém ressaltaram que iria “continuar a mesma coisa de antes”, o que era uma boa proposta, assim, ele concordou em prestar o serviço na campanha de 2008.

Um político lembrou que, em 2000, trabalhou pela reeleição de Gilson e mencionou que Gilson: “me deu um pé na bunda”. Ele seguiu dizendo que quando foi da Câmara defendeu Gilson, foi líder do governo, botava sua “rádio pirata” para “falar bem” de Gilson “dia e noite”, depois que Gilson foi eleito ficou fora do governo. Nos dois últimos anos, Renato o tinha chamado para fornecer uma assessoria na prefeitura. Assim, ele contou que presenciou a primeira rixa de Renato com Gilson e, segundo ele, Gilson não queria pagar o dinheiro que devia a Renato: “Gilson é mau caráter e ingrato, quando assumiu a prefeitura se transfigurou”, “não botou um centavo para ajudar na emancipação”. Essa acusação foi rebatida para mim por duas pessoas “do lado” de Gilson que diziam que tal político queria secretarias do governo de Gilson para não trabalhar, seria um funcionário fantasma, e ele não era o único a fazer essas propostas. Quanto à rádio “falar bem” de Gilson, não foi visto como motivo de retribuição, visto que Gilson o pagava, não desenvolvendo dívidas. Notei que as pessoas consideradas como aquelas que “se vendem” gozam de menos consideração, são perigosamente “traidores” podem ser dispensadas se o prefeito não depende delas, afinal há muitos a se ajudar e os fiéis no governo são confiáveis.

Mudar de lado por dinheiro é altamente recriminável e os vereadores eram os principais acusados já que o executivo dependia das aprovações do legislativo. Essa dependência mantinha a relação no nível da “venda” por longo tempo, já que o vereador fica no mandato por quatro anos e tem uma gama de números de votos. Esses votos, na maioria das situações, são revertidos para o candidato a prefeito que o vereador apóia. A margem de negociação dos vereadores com o prefeito era grande e este se dispunha a fornecer ajudas maiores, chegando a ser algo recriminado socialmente. Por exemplo, os vereadores foram acusados, por uma companheira de “lado” no palanque, de serem “traíras”, pois autorizaram obras do candidato concorrente. Assim, se ajudavam o opositor a mostrar seu trabalho, prejudicavam Gilson. As melhorias para o local eram colocadas abaixo da valorização moral quanto à fidelidade ao candidato a prefeito. Em defesa, dois vereadores mencionaram que nunca traíram Gilson. Inclusive, um vereador argumentou que aprovou as contas de Gilson, portanto, não o havia traído. Recrimina-se não que se fale ou tenha relações com os dois candidatos rivais, mas que não se venda, não seja traidor com quem vota, não seja ingrato, não cumpra “promessas”, por isso, tenha duas palavras.

Uma senhora me disse que certa vereadora ficava “em cima do muro” e apoiava quem vencesse e sobre outra vereadora acusada de trair Renato e apoiar Gilson, disse: “as pessoas não aceitam traição”, “houve uma reviravolta e N. mudou de Renato para Gilson de repente”. Pude registrar várias opiniões sobre “se vender”, mudar de lado, trair e ser ingrato:

- “N. não conseguiu o apoio que queria e se vendeu para Gilson, rola muito dinheiro”; “ninguém tem fidelidade a ninguém”; “a presidência é negociadíssima, vinte mil, trinta mil;
- “Renato não dividiu o dinheiro com ele, que começou a puxar saco de Gilson”, “é falso, porrou Gilson e foi dar feliz ano novo”;
- “Quando o navio está afundando os ratos são os primeiros a sair”; “vi que o povinho já estava roendo a corda”;
- “D. é que queria ser vice, não é que era candidata, mas é traidora”;
- “E. liberou as obras, é Gilson?”;
- “D. sempre troca”;
- “dois vereadores tiraram o plástico de Gilson e foram conversar com Renato”;
- “D. estava com Gilson, foi para Renato e agora voltou pra Gilson”; “D. é bandida política”, “foi pro lado de Renato porque a oferta era maior”, “falou mal de Regina”, depois voltou para Gilson;
- K. e R. eram Renato, “Renato não deu farelo do bolo pra eles...”;
- “o sobrinho de Gilson e C. romperam com Gilson, depois o C. foi pedir emprego a Gilson porque estava sendo maltratado”, agora era Renato, mas “se Gilson ganhar vai pedir de novo”;
- “só quer dinheiro, é oportunista”;
- “os vereadores recebem dinheiro não tem um que se salve, Y. é o que mais negocia”;
- “X. detesta Gilson está com ele só para mamar, porque precisa”;
- “A. se vende”, “N. também, no dia seguinte está do lado do candidato que vencer”;
- “Y. recebeu 50.000 para votar as obras, nem ele nem X. são Gilson”;
- “o pessoal que muda de um lado para o outro muda por dinheiro”, fora isso “as pessoas são fiéis” ao candidato;

- “Era Gilson doente” “foi cedido [pela câmara para a prefeitura] e está trabalhando na campanha de Renato”, “ajuda a processar Gilson”, pois “sabe muita coisa”. E. o cedeu “porque não é Gilson”, “agora a câmara vai contratar outro advogado”;
- “Z. quando foi subsecretário fazia favores aos dois [G. e R.]”;
- “tem vereador trabalhando para os quatro [candidatos a prefeito]”; “A. e M. estão traindo Gilson” (candidatos a vereador que não pedem voto para o candidato a prefeito de seu grupo)

Essas assertivas foram, muitas vezes, acompanhadas de histórias. Durante a campanha uma funcionária da prefeitura, partidária de Renato, me contou que um vereador, candidato a reeleição, que se criou junto com ela, foi a sua casa pedir voto. Declarou saber que o candidato dela era P. e começou a “falar mal” de P. Assim, pediu o voto dela e, quando ia entregar-lhe seu panfleto, pegou uma tesoura e afirmou: “esse nome aqui eu vou cortar (era o nome de Gilson) porque eu sei que você não vota”. Ela respondeu: “quem te disse que eu não voto nele?”. Ela explicitou tal fato para demonstrar que “quando chega nessa época fica um falando mal do outro” e a história ressalta sua reprovação ao perceber que ele estava traindo seu candidato a prefeito, pois deveria pedir voto para ele. Outra candidata também não punha o nome de Gilson em placas ou adesivos e isso era notado por quem trabalhava na campanha, como também comentavam sobre os vereadores que trabalhavam para os dois candidatos, ou até para os três.

Alguns vereadores ficavam um pouco nervosos ou na defensiva quando eu os perguntava se haviam mudado de partido e o porquê. Quando perguntei isso a uma vereadora ela falou que seu candidato a prefeito mudou e ela apoiou. Sua filha, que estava perto, falou meio agressivamente: “você entendeu o que ela falou?”. Poderia estar receosa sobre como eu interpretaria a resposta, que denotava uma mudança de partido por **fidelidade** a um candidato que também mudou e não uma troca de partido por mudar de candidato. Uma senhora, que apoiava uma candidata a vereadora, insistia que tal candidata “sempre foi Gilson”, já os familiares dessa candidata haviam me dito que ela mudara sua opção de Renato para Gilson. A senhora afirma algo valorizado socialmente, mesmo não sendo fato.

Mudar de lado também vale ao candidato a prefeito que, ao falar sempre mal do adversário, em algum momento decide se aliar a ele. É uma atitude que deve ser bem

justificada, pois uma pessoa tem que ter apenas **uma palavra**, não ser falso. Se o adversário prejudicou adeptos deste opositor, o candidato, ao se aliar, pode estar traindo o próprio eleitor. Assim, me contaram que quando Betinho se aliou a Gilson um grande grupo não mais apoiou Betinho: “o povo não gosta de quem age por causa própria”.

Estrategicamente, na campanha, havia que se conquistar votos de quem votou contra em eleições anteriores. Uma candidata à vereadora me dizia que quando ganhassem não iam fazer a mesma coisa que Renato fazia: “nós vamos chamar para comemorar com a gente”, “quando o cachorro te morde você trata ele bem porque depois ele pode se tornar seu amigo, na próxima eleição eles vem para o lado da gente”. Mesmo aceitando os eleitores que trabalharam em campanhas e mudaram de lado, tais pessoas ficam um pouco sob suspeita e têm que demonstrar constantemente sua aderência ao candidato. Uma militante afirmou que em relação a essas pessoas “fica com um olho lá e outro cá”. Outra reclamava que tal aceitação fornecia a impressão de que Gilson teria “rabo preso” com essas pessoas, que foram “anti-Gilson”. E acrescentava: “Gilson pode estar afastando gente por ter aceitado essas pessoas que falaram mal dele”. Nesse sentido, uma coordenadora de campanha afirmava: “o pessoal que sempre foi fiel a Gilson fica chateado”. Gilson tinha que tomar cuidado para não “dar asa à cobra” – prevenia uma pessoa fiel a Gilson. Muitas vezes, para angariar votos que seriam do adversário, o candidato promete certas coisas a essas pessoas, que são rotuladas como não sendo ninguém. Isso chateia alguns mais fiéis: “Renato sabe separar o joio do trigo, nisso eu bato palma para ele”. Um cabo eleitoral declarou-me que Gilson afirmara, a partir de sua experiência, que sabia, desta vez, quem o apoiava. Contaram-me que, certa vez, Gilson sentiu falta de uma colega adepta e pronunciou, reflexivo e chateado: “lá na frente eu vou saber quem está do meu lado”.

Se é concebido que se ajude primeiro quem esteve do seu lado, devo explicitar um caso, que corrobora esse raciocínio. Um militante contou-me que a vereadora X., que estava tentando a reeleição, apoiara Gilson em 2000, mais tarde apoiou Renato, que a colocou na secretaria de assistência social. Ela realizou uma péssima administração. “Quando já não dava mais para segurar, Renato colocou W., daí começou a rixa”. Essa pessoa voltou a ser vereadora e “aprovou as contas de Gilson” e, assim, “já ficou mal com o grupo de Renato”. Ela “não sabe para que lado ela vai”. “Saiu de Renato, quando chegou a hora de decidir, e mudou de sigla partidária fora do prazo”. “Tentou ser vice de Gilson porque ela não tem dinheiro” e assim não precisaria investir. “Ela é muito fraca de cabeça”. “Foi para Renato”, quando não conseguiu ser vice. “Mas sabe que se

ele ganhar não vai ajudar ela”. “Gilson também não deve ajudar ela”. Assim, “ela não sabe para onde ela vai”. O militante me explicou que por tal vereadora ter um histórico de ora apoiar um político e ora seu opositor, não seria ajudada por nenhum dos candidatos, pois ela não demonstrara o atributo da fidelidade.

Essa candidata acabou sendo processada por infidelidade partidária e, antes que o resultado do processo saísse, renunciou a candidatura. Sempre ouvia as pessoas especulando quem tal vereadora estava apoiando naquele momento, perguntavam-me se ela estava apoiando Gegê, já outros comentavam que estava apoiando Renato. A opção do locutor da única rádio local também era especulada, ora diziam que apoiava Renato, ora Gilson e ora Gegê. Diziam-me que ele “não é ninguém”, ao que cabia também a frase: “o povinho está roendo a corda”. Quando se apoiava um candidato, dizia-se que “era Renato” ou “era Gilson”. Quando alguém afirma que “é”, denota ser partidário e, ao mesmo tempo, se aproxima e identifica com o homem/candidato.

As mudanças de lado deviam ser acompanhadas de justificativas, para que as exceções fossem feitas. Sobre uma coordenadora que havia mudado de lado, uma senhora comentou que ela brigou com Renato, pois ele não fornecia verbas na intenção de guardar dinheiro para sua campanha. E acrescentava: “cada caso é um caso”. Já que as ajudas é que são fonte de “gratidão” a não ajuda, principalmente quando há uma promessa ou espera-se retribuição, é um bom argumento para a mudança de lado, pois há que se cumprir com a palavra (ser grato, não trair, ter compromisso), caso contrário a pessoa é inferiorizada. Por exemplo, dizia-se que uma dona de pousada havia feito “campanha ferrenha para Renato”, ele hospedou jogadores de futebol em sua pousada e não a pagou – uma dívida de aproximadamente três mil reais. Essa senhora estava “do lado” de Gilson nesta campanha e numa passeata a ouvi cumprimentando outra senhora: “tâmo junto agora”. Assim, a justificativa aceita para mudar seu apoio foi a dívida não paga. Um outro senhor que apoiava Renato teve presença registrada no palanque de Gilson, por ser um comerciante reconhecido. Eu perguntei a uma adepta, considerando estranho, o porquê de tal senhor estar “do lado” de Gilson e ela me respondeu que Renato devia estar devendo a ele. Em todo caso, tem muitas pessoas que trabalham na campanha de graça, porque, conforme me disse uma militante: “se for pedir algo ele vai dizer que já pagou”. Quer dizer que a retribuição em dinheiro, o ser pago, encerra a relação de troca, porque não é entendido como um favor, inserido numa relação de consideração e amizade, mas apenas um serviço prestado.

Um candidato a vereador apoiou Renato na campanha anterior e nesta (2008) estava “do lado” de Gilson. Ele me explicava que ficou contra Renato porque ele “não estava sendo bom”, do mesmo jeito que faria se Gilson não for bom. Declarou que acatava a opinião do povo. Quer dizer que Renato frustrou expectativas sociais e também não cumpriu com a promessa de ajudá-lo com as reivindicações trazidas através da Associação de Moradores da qual tal candidato era presidente. Renato sequer havia visitado a associação, a não ser no dia da posse da diretoria. O vice de Renato a frequentava de início, prometeu ajudar com a retirada da papelada para a legalização da Associação e não cumpriu. Perguntei ao candidato por que, em sua opinião, o prefeito e seu vice deixaram de ir às reuniões, ao que respondeu: “a gente sempre cobra e eles vinham com promessas que não se realizavam, então, foram ficando sem jeito”. Apesar das explicações, uma senhora que delas não tinha conhecimento, comentou comigo, durante o discurso desse candidato a vereador em palanque, que ele saía de casa em casa, na outra campanha, “falando mal de Gilson”. Com isso, ela demonstrava que ora ele apoiava um candidato, ora outro, não sendo fiel e pendendo a ingratidão e a traição. A mudança de lado não justificava qualificava o político negativamente, como alguém que possui duas palavras.

O próprio candidato a vice-prefeito junto a Gilson, Élcio, contou em palanque o motivo de ter rompido com Renato. Passados dois anos de seu mandato de 1993, Renato foi pedir apoio para um candidato a deputado na região em que Élcio residia e onde detém poder político. Élcio disse que pediu, então, para que Renato colocasse luz para ele e seus vizinhos. Renato colocou e transpôs outros locais que não possuíam luz para colocar na rua de Élcio. Nesse ponto, Élcio enfatizou que quem colocou luz nos outros locais, inclusive onde estávamos assistindo a inauguração do comitê, foi Gilson. Na época em que pediu apoio a Élcio, Renato discursou no palanque e colocou Élcio “lá em cima”, ou seja, o elogiou muito, “só faltando falar” que ele “era o prefeito”. No dia seguinte um monte de gente foi na casa de Élcio pedir coisas e Élcio discursou que não teve como “reivindicar nem um copo de água” com Renato. Foi daí que ele deixou de apoiar Renato.

A falta de ajuda, gerando o não cumprimento de promessas, foi apontada como motivo para a mudança de “lado”. Verifiquei isso através de exemplos de pessoas que compunham o “lado” em que me estabeleci para pesquisar, porém tal princípio vale como justificativa aos adeptos de outros “lados”. Desse modo, não pretendo mostrar quem é melhor como político, mas ressaltar, nos argumentos, os princípios e valores

sociais. A ajuda, como cumprimento de promessas ou não, serve como uma forma de re-atualizar os vínculos entre político e eleitor.

A maioria das pessoas da cidade não trabalhava pela campanha e não se comprometeu ainda quanto ao voto, muitas vezes por não depender tanto de algo cedido pela prefeitura para viver. Há pessoas que não foram ajudadas, conforme me afirmou uma senhora, suspeitando que o motivo se devesse ao fato de existir gente que precisava mais do que ela. A falta de ajuda pode gerar uma certeza quanto em quem ela não vota, a não ser que nova promessa seja feita e que a pessoa acredite, de outro modo, a falta de ajuda não acarreta automaticamente uma certeza em quem votará e para garantir esses votos os militantes trabalham. Quem não foi ajudado, mas espera ser, em meio à indecisão, não estando no grau dos adeptos “fiéis”, prefere observar o crescimento das campanhas para então decidir seu voto. Votando em quem supõe vencer, garante um instrumento para quando precisar de um favor da prefeitura, pois poderá declarar tranquilamente que votou no candidato, devendo ser minimamente recompensado. Essa observação sobre o crescimento das campanhas se focava principalmente na comparação do número de pessoas em comícios, inaugurações de comitês, passeatas, carreatas ou na força dos boatos entre outros. Por isso, havia pessoas que observavam: “tem que ficar do lado de quem vai ganhar, de quem está forte” ou “depois da carreata vêem que Gilson está forte e vem um monte para o lado dele”. Um menino me dizia, enquanto decidia seu voto, que estava vendo que Gegê estava se fortalecendo e Gilson perdendo em quantidade de gente por não pagar quem estava trabalhando para ele.²⁴

O resultado das pesquisas era visto com temor pelos menos cotados, que denunciavam e tentavam convencer o eleitor de que era uma pesquisa forjada, e muitas vezes era de fato. Em uma das pesquisas, próximo à eleição, divulgou-se que Gilson constava em último lugar, quando no fim ganhou com uma boa margem de votos para uma cidade pequena. Um cabo eleitoral de sua própria mulher, candidata a vereadora, conversava com um eleitor, que tinha uma grande família, argumentando que “eles” ficam “botando pressão, dizendo que estão fortes, crescendo, porque daí a pessoa pensa que eles vão ganhar e vão para o lado deles”. Observou que ele considerava que “a pessoa tem que ficar com quem acha que vai ganhar para poder cobrar depois”, mas que “tem que ficar esperto porque está tendo pesquisa fajuta”. Ele acrescentou que viu uma

²⁴ No fim Gegê é que não pagou seus militantes.

pesquisa na rua e se aproximou de uma pesquisadora, depois de outra e foi entrevistado três vezes. E, com isso, concluiu que a “pesquisa era fajuta, encomendada por candidato”. Outra senhora me contava que integrantes de uma equipe entrevistaram bêbados em um bar e não a entrevistaram. Eu comentei com ela que não podiam fazer pesquisa dentro de estabelecimento porque neles se concentram partidários de um candidato, enviesando a pesquisa, o certo, conforme recomendado pelos institutos, era abordar pessoas que estivessem passando aleatoriamente, sem identificação de candidato, e não parados.

Os eleitores procuram discernir qual candidato está “mais forte” na disputa, porque dependem ou podem vir a depender, em curto tempo, do candidato que ganhar. Assim, ouvia representantes de associações afirmarem que não podia “bater” nos candidatos, porque “depende do que ganhar”. Ou, nesse sentido: “O plano de governo de Gegê é bom, pensa em trazer empresas, o que precisa”, mas essa é uma “conversa entre a gente, porque qualquer um que ganhar você tem que estar do lado dele”.

Essa massa de pessoas, que foram pouco ou nada ajudadas pela prefeitura onde ela é a maior fonte de renda, conforma a pobreza dessa população. São muitas pessoas para quase o único órgão empregador comportar. Depois da prefeitura, o candidato a prefeito Gegê era o maior empregador, tendo cerca de 200 funcionários, conforme relatado. Havia uma cerâmica no local, que no máximo contratava 70 funcionários. De resto, pequenos proprietários rurais familiares, sem estímulo para comercialização, na maioria falidos, sem mão-de-obra (ocasionada, principalmente, pela migração dos mais jovens da família, que migravam para outros municípios ou para o centro urbano). Os comércios eram familiares e em pequena quantidade, entre eles poucos podiam contratar um, dois ou três empregados. Assim, a ex-secretária de Gilson me contava que algumas pessoas do local mais pobre de Cardoso, o chamado Outeiro, falavam para Gilson, em época de campanha, que Renato iria distribuir objetos ou fazer um almoço, mas que não iriam aos eventos, ao que as pessoas que trabalhavam para Gilson respondiam que era para os moradores comparecerem, receberem os objetos, e votar em Gilson. Com isso, as pessoas respondiam que se alguém contasse para Gilson que elas tinham ido para o “lado” de Renato não era para ele acreditar. A ex-secretária me explicava que depositavam nas pessoas o mesmo grau de confiança que elas depositavam em Gilson. E me questionava de como ia impedir as pessoas de obterem coisas materiais, as quais só têm acesso na época eleitoral?

No palanque em 2008, certa vez, uma deputada estadual advertia que se o adversário estava pagando aos moradores para botar placas era para eles pegarem o dinheiro e votar “no 11”. No mesmo sentido, achei estranho o fato de uma senhora que morava na “roça” ter deixado de trabalhar no comitê de Renato, para trabalhar no de Gilson, durante a campanha, pois era uma mudança de lado de uma pessoa que ocupava um posto para o qual eu achava que se precisava ter o atributo da fidelidade. Quando eu questionei sobre isso uma moradora ela falou: “o pessoal quer ganhar o dinheirinho”. Em outra ocasião esta moradora disse-me que qualquer um que doasse um botijão de gás no local seria votado. Um senhor falava na rua, enquanto eu passava: “bobo é quem não aceita as coisas que os políticos oferecem, na hora de votar, vota em quem quer, mas tem que aceitar de todos”. Isso não é entendido como “se vender”, afinal, para que assim fosse era preciso ter uma relação anterior, um vínculo, ser ao menos um pouco fiel. Certa vez, um rapaz disse-me que votaria em quem o desse algo. Logo, eu adverti de que ele iria “se vender”, mas ele afirmou que tal conduta não correspondia com o ato de “se vender”. Barreira (2006:161) sobre isso afirmou:

Pode ser dito que o ato de comprar um voto é deixar explícita uma troca, negando a dádiva, como ação que representa encobrimento ou massacramento de uma troca. Nessa relação, o dinheiro explicita a corrupção, retirando o fetiche de uma prática ilícita, desmascarando o interesse específico presente em um ato construído, em princípio, desinteressadamente. (...) As relações de troca, envolvendo o dar e o receber antecede os períodos eleitorais, representando uma continuidade ou a explicitação de um vínculo forte e natural nas pequenas cidades e, especificamente no meio rural.

Um funcionário da prefeitura mais cético acreditava que não tinha dinheiro que não comprasse as pessoas. Ele havia coordenado uma campanha e decidira não se envolver em campanhas neste ano, evitava declarar seu voto, escolher um “lado”, e conversar com os candidatos. Por ter trabalhado na campanha de Neriete, indicada por Gilson, e ser funcionário concursado da prefeitura, era excluído no ambiente, onde se necessitava do trabalho dele; no ambiente de trabalho, as pessoas falavam coisas para atingi-lo. Ele não queria mais se expor, bem como toda sua família, que já havia investido muito dinheiro em campanhas e perdido. Dizia que depois que o candidato perde, a pessoa fica “queimada”, ou seja, é discriminada. Sua irmã, também funcionária da prefeitura, recebia ‘alfinetadas’ da diretora da escola onde trabalhava quando o assunto era política, a qual dizia que: “o pior é gente que não fala nada e você não sabe

o que está pensando”. Regina também me declarou que o pior era a pessoa que não se comprometia ou se definia porque “pega [benesses] de todos os lados”. Desse modo, a pessoa que depende da prefeitura, e antes era engajada em campanhas, fica sob suspeita de estar do “lado” adversário. Ao fim da campanha, esse funcionário concursado da prefeitura que desejava não expor seu apoio a nenhum candidato me disse que percebia que se Renato ganhasse ele ficaria numa situação ruim, do mesmo modo, se Gilson ganhasse também ficaria numa situação ruim, denotando uma provável discriminação ou, quiçá, perseguição. Em tom de gozação, argumentou que a alternativa era arrumar um terceiro candidato para fazer campanha. Não declarar seu “lado” significa não apoiar e, portanto, não ser ajudado e preterido após a eleição, de outro modo a não declaração do apoio levanta a suspeita de ser **contra**, o que já vale para sofrer discriminações.

Havia a expectativa social de que um pastor ou padre fosse neutro, não fizesse campanha nem para um candidato nem para outro. Um dono de oficina mecânica, conforme me relatou sua esposa, adotava a postura de ser neutro no seu estabelecimento, atendia todos os candidatos e não deixava colocar placa de candidato. Com essa postura, ele não ajuda nem a um nem a outro candidato, apenas executava sua função. Caso haja outro mecânico na cidade que ajude o candidato, será beneficiado em oposição àquele após a vitória. Caso o candidato perca, ele pode “ficar queimado”. Em todo caso a situação dele é mais estável, pois sua dependência da prefeitura é num grau menor, com o qual ele pode sobreviver sem benesses. E se ao menos não apoiou o candidato adversário, pode ter maior esperança de que o poder constituído lhe favoreça.

Por isso, uma irmã de Gilson disse-me, certa vez em que viajávamos juntas, que em Cardoso se você toma posição pode ficar numa situação complicada e se você não toma, também.

Quando eu cheguei a Cardoso para fazer minha pesquisa, em abril de 2008, uma funcionária de uma secretaria me falou que no assunto em que eu queria trabalhar o prefeito não poderia me auxiliar porque ele não lidava com assuntos específicos, como de Associações de Produtores. Pouco tempo depois, eu estava “pegando uma carona” com a dona da auto-escola local e ela cumprimentou de dentro de seu carro o prefeito. Seguimos de carro e eu comentei que tinha pensado em procurar o prefeito, mas estava na dúvida porque haviam me dito que ele não poderia me ajudar. Com isso, ela afirmou que era evidente que ele podia me ajudar e até colocar um carro a minha disposição. Ela ressaltou: “o negócio é que tem muita política, o pessoal faz muita política”. Ela queria

dizer que as pessoas tentavam me apontar quem era o melhor político no local, cada um “puxando para o seu lado”. Fazer política nessa situação significava isso: concorrer falando bem do seu candidato ou falando mal do opositor, confrontar os dois e seus feitos tomando partido, e mesmo demonstrar para outros, sabotando a administração, como o prefeito era ruim. Puxar para o seu lado é algo mais explícito na época eleitoral, porém fazia-se política sempre que se tentava convencer alguém que seu candidato era melhor, independente da época. Certa vez, uma senhora me falou: “política o próprio nome já diz, é um querendo ser melhor do que o outro”.

Distinções entre os candidatos: administrador, político e boa pessoa

Os elogios dos adeptos em relação aos políticos são construídos nos discursos e comumente atribuem simplicidade e humildade ao representante de seu “lado”. Tais atributos (“simples”, “humilde”, “fala a linguagem de qualquer pessoa”²⁵) instaura uma noção de igualdade dentro da hierarquia, como ressaltou Chaves (1996). Por exemplo, uma funcionária da prefeitura, que visitava minha companheira de casa em Cardoso, disse: “Ah, vem cá que eu vou te contar algumas coisas do Gilson; como político eu não sei, mas como pessoa...”. Contou que fizeram um churrasco e “seu Gilson” apareceu e elas não tinham nem cama: “Gilson é muito simples”. Acrescentou que se eu o visse num enterro nem acreditaria que ele era o prefeito: “sentado num toco de madeira”.

Além desses adjetivos, notei atributos que diferenciavam os candidatos e eram reconhecidos até pelos opositores, que, conscientes dessa diferença em seus julgamentos, optavam, fundamentadamente, por qual candidato apoiar. Enquanto Renato era destacado como boa pessoa, ou boa gente, e político, Gilson era destacado como administrador. Um funcionário da EMATER dizia-me: “um é de uma natureza, outro é de outra”.

Dezenas de vezes escutei: “Gilson é administrador, Renato é político”. Secundarizações eram expostas:

- “Renato é boa pessoa, mas péssimo administrador”;
- “Gilson é administrador, Renato prometeu emprego universidade e não trouxe”;

²⁵ Kushnir (2000) descreve o mediador como um mediador cultural, que interpreta a linguagem de um eleitor, de determinada classe, por exemplo, para um agente público de outra classe.

- “Gilson é seco, mas correto”, Gilson é mais “compreensivo”, “mais humano” e mais “simples” que Renato, “é bom político”, “é administrador”, e “gosta de conversar”;
- “Gilson tem mais contatos e maior boa vontade, Renato só vai te empurrar”;
- “Renato é bom como pessoa, mas como prefeito, como administrador, não é bom”;
- “pessoalmente não tenho nada contra Renato, a questão é política”, “Gilson administrou a prefeitura como a casa dele”;
- “Gilson é aquele arroz com feijão, mas ainda consegue ser melhor do que Renato”;
- “Renato não é má pessoa, é ótima pessoa, foi meu padrinho de casamento, mas não voto nele, não é bom administrador”.

As pessoas numa cidade pequena, interessados pelas ações da prefeitura, sabiam relatar indignadamente muitas faltas da prefeitura na área de transporte, saúde, educação, agricultura, comércio, assistência social etc.. Uma pessoa, que não trabalhava na prefeitura, sintetizou a gestão de Renato: “deixou de investir no interior e só investiu no futebol”, “o prefeito foi eleito para olhar por todas as áreas”. Perdas de programas sociais por não cumprimentos de prazos, não distribuição de remédios, falta de ambulâncias, estradas esburacadas, falta de transporte em geral, falta de incentivo ao comércio eram relatadas.

Havia comentários de que Renato tinha patrocinado o time de futebol local, o Cardoso, até que o time chegou à 1ª divisão. Logo, o time perdeu e, com isso, várias dívidas surgiram. Renato hospedou jogadores e outras personalidades em Pousadas e não pagou as contas. Um restaurante também quebrou por dívidas da prefeitura e assim por diante. Contavam-me que ele não tinha “crédito” para comprar um “papel higiênico”. Numa pousada um senhor me dizia, revoltado, que haviam cortado a luz da pousada porque o prefeito não pagou uma dívida de dez mil reais e acrescentou que “não era que o prefeito não tivesse intenção de pagar”, mas que deveria calcular como faria se o time perdesse. Acrescentou que ele devia a todo comércio e quem dizia que ele era bom era porque “mama[va] nas falcatruas dele”, indignado questionava: “quem vota nele?”.

Uma senhora comentou comigo que tinha o mesmo sobrenome do prefeito e quando ia comprar alguma coisa no comércio: “todo mundo olha[va] torto”. Outra senhora, que disse gostar de Renato, arrematava: “mas é mal pagador”. O dono de uma Companhia de Rodeios, Tony Nascimento, que viajava pelo Brasil apresentando seus shows, aderiu à campanha de Gilson e subia no palanque para discursar. Certa vez disse que um colega falou com ele que tinha que trabalhar e torcer para Renato ganhar, para poder receber o que Renato o devia. Tony também disse que Renato o devia. Uma moça afirmava que “Renato não sabe administrar a vida dele”, havia falido várias vezes, ia “administrar a prefeitura?”.

Um comerciante e funcionário da prefeitura, que disse se relacionar com os dois candidatos a prefeito mais proeminentes, me explicou que Renato acumulou dívidas com empreiteiras que “bancaram a campanha dele”. As kombis da prefeitura foram usadas para saldar dívidas com tais empreiteiras. Outra funcionária da prefeitura ratificou tal fato, visto que Renato fez dois contratos milionários com empreiteiras assim que tomou posse. Um contrato se direcionava a uma empreiteira de limpeza e outro era relacionado ao futebol. Assim, o comerciante e funcionário prosseguiu sua explicação enfatizando que os credores ameaçaram até matar Renato. Com isso, Renato chamou um contador de Gilson que estava recebendo salário, mas se encontrava “na geladeira”, e este pediu mais um salário para trabalhar, conseguindo livrar Renato das empreiteiras. Meu interlocutor acrescentou: “Gilson deixou dinheiro da previdência aplicado”, por isso “Renato não podia mexer, senão Renato tinha mexido”. Outras pessoas me falaram sobre essa companhia de lixo e outra de transporte que trouxe “um monte de gente estranha” para Cardoso. As reclamações eram muitas e um morador, que ocupava a posição de cabo eleitoral, arrematou: “a gente era feliz e não sabia”.

Durante a campanha política muitos feitos são expostos, assim como a situação da prefeitura, julgada como degradante, mas se eu os ressaltasse aqui correria o risco de estar fazendo uma verdadeira campanha política. Porém, gostaria de registrar a ressalva que algumas pessoas faziam para votar em Gilson, como primando por benefícios não individuais. Uma senhora, que trabalhava num posto de saúde, me dizia que Renato nunca atrasou seu pagamento, “te recebe com poucas palavras”, mas para comunidade Gilson havia sido melhor, sem deixar de acrescentar: “Renato e sua mulher são boas pessoas”. Um presidente de uma associação de moradores e produtores ressaltou que Gilson conseguia mais melhorias para o local, para ele “como pessoa” Renato havia feito mais, e pagava seu salário, mas “Gilson fez mais pela maioria” e, por isso, votava

nele. Um produtor rural enfatizou que Gilson não perdia reunião na Associação e “consegue mais coisas do que Renato, que é o prefeito”.

A irmã de um ex-vereador ficou sem luz porque a prefeitura não pagou a conta. A casa em que ela estava morando tinha sido alugada antes pela prefeitura para os jogadores de futebol do clube. Como o aluguel deixou de ser pago, a casa foi desocupada e essa senhora passou a morar lá. Ela comentou que Renato a pediu para não contar à oposição a situação do não pagamento da conta de luz e ela enfatizou que ia contar porque não dependia da prefeitura. A senhora não deixou de registrar que: “Renato é boa pessoa” – contando de quando era criança e ele chegava com chocolates para dar a ela. Dizia-se que os jogadores de futebol do clube dormiam no chão do ginásio e, enquanto conversávamos, alguns deles caminhavam pela rua e resolveram cumprimentar essa senhora. Assim, começaram a conversar conosco sobre a política local e um rapaz afirmou: “Renato é **boa gente**, o problema é a diretoria do clube”.

Uma pessoa dizia que Gilson “tinha uma máfia mais organizada”, “agora na prefeitura corre tudo solto”, antes “você tinha com quem reclamar”, “Gilson chegava cedo, Renato não aparece”, “ninguém vê chegar e ninguém vê sair”. Outro funcionário dizia que “a prefeitura está muito bagunçada”. Queixavam-se de falta de pagamento aos contratados e aos funcionários do PETI (que mesmo sendo estadual quando isso acontecia, Gilson cobria para que recebessem no dia certo, inclusive, uma das marcas de Gilson era o pagamento adiantado e isso o dava crédito com os fornecedores, conforme relatos).

Gilson e sua esposa, Regina, eram reconhecidos como pessoas trabalhadoras. Até mesmo quando houve a enchente comentavam que eles pegavam na enxada junto com os moradores. Dizia-se que Regina era “pirada”, “todo mundo sabe disso”, “mas trabalha muito”. Ela foi secretária de assistência social e um senhor afirmou, conforme de resto se comentava na rua, que a secretaria atual havia perdido um bocado de projetos: “Regina corria atrás, não deixava dormir por mil reais, até para secretaria de agricultura”. Outra senhora criticava Regina dizendo que ela era “um bicho”, “ridícula”, “mas de muito compromisso e responsabilidade, corre atrás de um real”, “com Renato esqueceram de recadastrar o PETI”. Uma funcionária concursada me contava que Regina trabalhava muito, não dormia, andava “para lá e para cá” com uma pasta grossa debaixo do braço, quando passava um trator ela subia e pegava carona pela rua. O diretor da EMATER que fez diversas parcerias com a secretaria de Assistência Social ressaltou: “Regina tirou meu couro”. Ele acrescentou que se sacrificou, trabalhou, para

não ver resultado: “as coisas viraram sonho”. Um rapaz que “falava mal” de Regina, como uma “louca”, e era oposição, disse que uma verdade tinha que ser dita: ela era “competente” e tinha uma “equipe competente”.

Pessoas enfatizando a capacidade de trabalho de Gilson diziam que ele era: “um Leão”. Sua ex-secretária contava que toda sexta-feira andavam por Cardoso falando com todos e compareciam em todas as reuniões das Associações: “para trabalhar com Gilson tem que ter disponibilidade integral”. A EMATER é caracterizada como falida e, em trabalhos em parceria com ela, os representantes da prefeitura deixavam carros à disposição e pagavam a gasolina para que os funcionários da EMATER visitassem cada produtor. Uma ex-presidente de Associação de Moradores me contou que Gilson freqüentava as reuniões das Associações e cobrava que os secretários fornecessem explicações à população. O ex-secretário de agricultura me explicou que os secretários tinham que ir nessas reuniões e Gilson não avisava das reclamações das pessoas para eles, para que não pudessem “se armar”, o secretário “tinha que responder” e “Gilson ficava olhando”. Ao contrário, no último mandato de Renato, os representantes de associações reclamavam das ausências do prefeito ou representantes da prefeitura, o que fez com que muitas associações parassem de funcionar.

Uma contratada e adepta de Renato, certo dia, foi me fazer uma visita. Entre as coisas que conversamos falou que quem tinha “coração” em Cardoso eram César Carneiro (vice de Renato em 2008) e Renato. Acrescentou que Renato era “muito **gente boa**”. Disse que Renato estava conseguindo muitas coisas naquele momento e citou algumas das conquistas. Ela ressaltou que Gilson era “vingativo” e “persegue as pessoas na prefeitura” se souber que não vota nele. Por outro lado, Gilson era “trabalhador” e sua mulher também, “virava a noite fazendo projetos”. Rememorando, ela contou que às cinco da madrugada o prefeito (Gilson) já estava de pé para ver quem chegava cedo na prefeitura e havia que registrar o horário de chegada através do cartão de ponto. Agora, dizia ela, os funcionários assinam à caneta numa pasta. Com isso, ela queria dizer que não tinha o mesmo controle de antes e as pessoas podiam colocar um outro horário ao assinar.

Quando contei esse comentário para uma colega, funcionária da prefeitura, ela disse: “viu como é o pensamento deles?”. Ela acrescentou que na época da eleição Gilson “pagou chopp para todo mundo”, estava chovendo e “você não sabia o que era lama, o que era gente, o que era chopp”. Assim, ela enfatizava que muitas pessoas não gostavam de trabalhar e se atraíam por facilidades e festas.

O jornal, patrocinado pela prefeitura, registrava que Renato agia: “sem perseguições e vinganças (...) não será o fato de ter sido de Lado A ou Lado B que impedirá está pessoa de ser chamado por Renato, prova de visão administrativa superior” (Tribuna Livre, 20 a 26 de abril/2006:s.p.) [sic]. Outra matéria enfatizava Renato como uma pessoa: “De grande capacidade de perdoar, pois o perdão pode ser mais benéfico para quem perdoa do que quem o recebe” (Tribuna Livre, 16 a 22 de fevereiro de 2006). Já uma militante de Gilson me contou que “diziam” que ele não tinha “jogo de cintura”, “é seco”, “rancoroso”, “vingativo”, “guarda as coisas”. E outras pessoas afirmavam: “Gilson perseguiu mais do que Renato”.

Um ex-secretário de agricultura de Gilson lembrava que com o tempo os funcionários acostumaram a trabalhar, chegavam iam para os seus lugares e iniciavam o expediente. O ex-secretário contou que Gilson acordava às cinco e meia e se dirigia para a padaria. Sua secretária me disse em outra ocasião que de lá ele já despachava. Depois ia para secretaria de obras, “todo mundo sabia” onde encontrá-lo. Se Gilson não pudesse ir à prefeitura, seguia explicando o ex-secretário de agricultura, telefonava para falar com as pessoas nas salas: “e Flavinho está ai? Deixa eu falar com ele” – e assim por diante, apenas para verificar se os funcionários estavam presentes de fato. Em compensação, uma militante de Gilson, que antes era “do lado” de Renato, afirmava que Renato não gostava de trabalhar.

Dizia-se em consenso que Renato gostava de futebol e festas:

- o “Renato gosta de estar perto de gente famosa”;
- o Renato ia à farmácia de manhã “buscando papo de futebol”, “ninguém fica atrás dele porque ele é insignificante”, “Renato só pensa em time de futebol”;
- o o campo e o local de festas “está tudo penteado”.

Além disso, Gilson tinha me dito que Renato “ganhou prometendo emprego, é político”. Acrescentou que Renato ficou conhecido como o prefeito do 14º salário, mas que tal prática era inconstitucional, assim, Gilson não a manteve em sua gestão. Ele afirmou que parcelou o 14º salário em 12 vezes e ainda deu um aumento sobressalente, mas as pessoas não entendiam a manobra realizada. Assim, as pessoas que recriminavam Renato argumentavam que ele não cumpria promessas ou só prometia. Uma funcionária da prefeitura (como diversas pessoas) me falou que Renato ganhou a

eleição “em cima de promessa”. Nos primeiros meses de sua gestão, as pessoas faziam fila na porta da prefeitura para conseguir emprego, ela tentava entrar e logo as pessoas enfezavam-se com ela, pensando que ela estava “furando fila”. Essa fila demorou a se desfazer. Ela declarou que a prefeitura em Cardoso é “ponto turístico”, “as pessoas vão lá, sentam, tomam cafezinho”. Como eu comentava isso com uma senhora, moradora de uma das “roças”, ela contou que na prefeitura existiam quatro garrafas de café: uma com café forte sem açúcar, outra com café fraco sem açúcar, outra com açúcar e outra ainda com adoçante. Ela chegava lá de manhã e ficava tomando café até os funcionários chegarem, também havia um grupo que jogava dominó. Talvez por conta das promessas, Renato ficou sendo satirizado pelos seus opositores por estar sempre de óculos escuros e se alguém chegasse perto dele “o celular toca[va]”. Essa era a forma que ele tinha de evitar cobranças e distanciar as pessoas. Um militante de Renato, para o qual ele conseguiu um emprego, me dizia que quando as pessoas falavam isso ele ficava quieto.

O pai de uma moradora, que veio a ser uma amiga para mim, contou que foi pedir um emprego para sua filha e Renato disse que era só ir à secretaria de educação, pois já estava acertado. Ela foi e a secretária não sabia de tal acerto, o que a fez voltar chorando para casa. Ele concluiu: “Renato promete muitas coisas, mas não faz, ele ficou quatro anos e só agora está mexendo em algo por causa da eleição”. Era comum as pessoas falarem de bons políticos como aqueles que “trabalham os quatro anos”.

Neste período eleitoral que acompanhei, quem estava do lado de Gilson, falava: “quem fala bem de Renato é quem se curva para ele”, “recebe favor”. Assim, uma eleitora me avisava para eu não confiar em Renato, não acreditar no que ele falasse. Provavelmente, o grupo de Renato diria a mesma coisa a respeito de Gilson.

Betinho, ex-vice de Gilson, o apoiou em 2008, subiu no palanque e discursou que perderam na última eleição porque não queriam “fazer promessas”. Tony Nascimento e Élcio (vice) desafiaram alguém a “falar mal” deles. Élcio mencionou que ficou emocionado porque Gilson disse que “se fosse para enganar o povo preferia não ganhar” e acrescentou: “Gilson não prega mentira, é fechado, mas a palavra dele é uma só”. Tony arrematava: “Gilson nunca tratou algo que não cumpriu”.

Um funcionário da EMATER disse-me, durante uma carona que gentilmente me concedeu, que Gilson era o político mais honesto e correto que ele conhecia: “não enrola, é sim sim, não não”. Sobre um processo que podia resultar na impugnação de Gilson em 2008 ele afirmou que acreditava que Gilson era inocente porque o próprio

declarou. Quando eu perguntei sobre Gilson para um representante de Associação de Produtores ele dizia que eu podia perguntar ao próprio Gilson. Com isso, ele queria mostrar que eu podia acreditar na palavra de Gilson. Um presidente de uma Associação de Moradores, mesmo dizendo que não conseguia nada com os governos, disse que Gilson era “sim sim, não não, o cara só passa vergonha uma vez”, “se for sim, ele ajeita logo”. Outra presidente de Associação de Moradores falava que Gilson gostava de dizer “não” e que “se ele gosta, gosta, se não gosta, não gosta”. Nesse sentido, o ex-secretário de agricultura afirmou que Gilson “é um cara positivo”, se não der para fazer algo ele diz que não, “se precisar ele dá até esporro em eleitor”. Ele me contou que certa vez um produtor pediu um trator à prefeitura, ele cedeu e avisou que era para trabalhar na área plana, “na vagem”, não era para subir o morro, pois se passasse o trator no morro ficariam umas canaletas e quando chovesse a água desceria para a parte plana ao invés de ser absorvida pela terra para formar os lençóis freáticos. Apesar disso, quando o secretário chegou à região estavam passando o trator no morro. Ele pediu explicações e o funcionário disse que o produtor argumentou que se não fosse passar no morro não precisava passar o trator no plano. Diante disso, o secretário falou que era para pararem de trabalhar e levar o trator de volta à secretaria. Em sequência, o produtor telefonou para Gilson reclamando, e este telefonou para o secretário. Os dois, produtor e secretário ficaram frente a frente e Gilson repreendeu o produtor na frente do secretário ao saber o motivo da suspensão do serviço. O secretário disse-me que se fosse Renato o tinha insultado diante do eleitor, favorecendo o último: “porque ele é político”. Depois conversaria a parte com o secretário dizendo que não era nada daquilo e que o ocorrido fosse esquecido.

No horário eleitoral em 2008, Tony Nascimento falava que os empresários mencionavam que “Cardoso Moreira tinha um governante que não tinha crédito” e enfatizava a “dívida moral”:

Perde crédito, o respeito e vende conversa. Isso eu posso, isso eu não posso. Um não dito com respeito e responsabilidade. Um homem tem que aprender a resolver problemas. (...) Em Cardoso tem uma padaria que distribui sonhos, secretarias são oferecidas a várias pessoas ao mesmo tempo.

Na compreensão, senão de todas as pessoas, da maioria, a boa pessoa era referida ao político, mas não ao bom político. Era aquela pessoa social e sociável, que

quer aparecer sempre como um bom homem para que “falem bem” dele. Empenha-se em se relacionar bem, sem confrontos ou problemas. A boa pessoa tem capacidade de perdoar. Já o administrador, pode não ser político, não se relacionar bem nem fazer questão de aparecer sempre como bom. Para muitos o administrador pode ser concebido como uma pessoa ruim: vingativo, perseguidor, rancoroso. Por essa rigidez é que a boa administração aparecia, pois num local onde fazia-se política dentro da prefeitura, tentava-se prejudicar o trabalho de um prefeito, as pessoas não podiam ter espaço para fazer política.

Leal (1997) notou na década de 1940 que as pessoas faziam uma diferenciação entre administrador e político. A experiência da república Velha suscitava reservas pela ineficiência e pelas irregularidades da administração municipal e falava-se em “politicagem” (Leal, 1997:109). Um vereador de Cardoso Moreira comentou comigo sobre o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) dizendo que chegou “numa hora inoportuna, numa época imprópria, faltando três meses para eleição o governo solta tudo”. E concluiu: isso “é politicagem”. Ou seja, se o governo deve trabalhar os quatro anos, quando chegam coisas próximo do período eleitoral é apenas para dar um instrumento na luta pela vitória na eleição. Quando obras apareciam em Cardoso durante a campanha, dizia-se também que era “politicagem”. E Tony Nascimento mencionou em discurso no horário eleitoral: “politicagem existe, acha que pode comprar o povo com ações rápidas”. Era algo para “puxar” o cidadão para “um lado” político, dar motivos para que se fale bem do político através de um acordo com outras instâncias governamentais, que o apóiam na disputa eleitoral. A politicagem é fazer política sem se preocupar em administrar bem o município. Do mesmo modo, durante o movimento de emancipação em 1951, Pinto (1982:30) afirmou que, “por politicagem”, integrantes do movimento teriam avisado o prefeito de Campos que interceptariam, na estrada, sua caravana em direção a São Fidélis. Neste caso, se Campos não apoiava Cardoso administrativamente, as relações com políticos de Campos só podiam ser classificadas como uma politicagem. Em 2008, Um vereador fazia uso da palavra no plenário: há que se “separar a crítica às ações e as pessoas”. Ele mencionava que fazia “críticas ao governo que é fraco”, mas admirava Renato “como pessoa, mas como administrador é um fracasso”, “é um governo que procura dificultar a transparência”.

Chaves (1996:135) constatou que, em Buritis, o político precisa ser boa pessoa:

O ‘bom político’ e o ‘bom administrador’ são tipos extremos, que correspondem a duas formas de se fazer política tidas como contrárias, embora no plano empírico nunca completamente exclusivas. Conquanto a compreensão local da política admita tal distinção – e nela perceba uma contradição inerente –, o político para se eleger em Curitiba precisa, necessariamente, possuir os atributos de uma *boa pessoa*.

Chaves (1996:140) observou ainda que “sendo boa pessoa espera-se que se torne bom político, cumprindo as promessas e rompendo o circuito agonístico da caça aos votos”. Em Cardoso, ser político parece denotar o homem que tem habilidade em angariar votos, puxar para o seu lado, assim como fazer política o é. Desse modo, para ser um bom político não poderia romper com o circuito da caça aos votos. E confirmou-se que, em Cardoso, ser uma boa pessoa não equivalia a cumprir promessas, uma “boa pessoa” não necessariamente cumprirá promessas e não as cumprindo, não deixará de ser uma “boa pessoa”, por ser sociável, agradável e até ter boas intenções.

Em Cardoso Moreira, as pessoas enfatizavam a qualidade de administrador ao se referir a Gilson e durante a comemoração da vitória uma militante falava empolgada: “administrador é Gilson”. Gilson venceu com uma boa margem de votos para uma cidade do interior, foram 1.541 votos de vantagem sobre Renato.²⁶ Gilson pronunciou ao jornal O Diário do Noroeste (07/10/2008:3):

Essa vitória tem um sabor especial, pois é mais uma vez a aprovação do povo Cardosense a tudo que fizemos de 1997 a 2000, quando estive no governo por dois mandatos. Sei que a minha responsabilidade aumenta, pois a maioria da população está confiando na minha capacidade de **administrar o município**. Tenho consciência dessa responsabilidade e do desafio que tenho pela frente, mas volto ao cenário político atendendo ao clamor do meu povo e é com esse povo que vou governar. [grifo meu]

Assim, o melhor administrador foi eleito, principalmente porque o prefeito que não administrou bem, mas era uma boa pessoa, deixou dívidas (“dívidas morais”), o que rompe o circuito de “gratidão” pelos favores não cumpridos, que ficaram apenas como promessas.

²⁶ Gilson obteve 4.576 votos, Renato 3.035 votos e Gegê 1.590 votos. Em algumas urnas Renato não teve sequer 1 voto.

Capítulo 3

A Posição de Antropóloga perante a Disputa Política

Desde minha visita exploratória à Cardoso Moreira, em fins de abril de 2008, percebia que as pessoas falavam sobre política, sobre os possíveis concorrentes eleitorais e sobre seus candidatos preferidos. Tive contato com os julgamentos das pessoas a respeito dos candidatos já durante minha primeira visita. Em fins de maio, quando cheguei à cidade a fim de morar, fui procurar pelo prefeito e notei que a campanha, embora não estivesse nas ruas, até mesmo por determinação da justiça eleitoral, já vinha sendo planejada. Assim, a campanha possuía etapas e, como mencionavam os moradores, com o correr do tempo, a disputa ia “esquentando”.

Este capítulo trata de meu esforço em penetrar no movimento de campanha, após ter escolhido um “lado” através do qual pesquisar. Antes de tentar me aproximar do grande grupo que participava ativamente na campanha, eu fui recebida com desconfiança por ser uma pessoa ‘de fora’, mas foi por meu interesse em pesquisar sobre o movimento de campanha que vi minha presença e função no município sendo sempre motivo de suspeição. Colaborava para isso a incompreensão em torno da tarefa antropológica e, em maior medida, a força e a singularidade da própria disputa política local. Os grupos rivais se “espionavam” durante toda a campanha para denunciar infrações à justiça e, diante das denúncias, enfraquecer o “outro lado”. Percebemos, portanto, a entrada de um grande poder moderador na disputa: o poder judiciário. Ante a lógica de suas práticas, facilmente alguns se convenceram de que eu seria mais uma espiã.

Ao procurar garantir uma posição no campo, não foi suficiente escolher um “lado” e me afastar do rival para resolver o problema da aceitação quanto a minha presença. Sempre pairaria a suspeita em relação a mim e aos meus verdadeiros propósitos, me pondo em situações nas quais eu procurava transmitir constantes e exaustivas explicações como uma defesa prévia aos possíveis questionamentos.

Desse modo, eu aguicei minha sensibilidade e percepção sobre os comportamentos para decodificar o motivo da animosidade, e também fui alertada por quem confiou na veracidade de meu argumento para ali estar, pois muitos dos que de mim desconfiavam não chegariam a me perguntar se eu era ou não uma espiã. Perante a desconfiança preferiam manter-se afastados de mim. Mesmo fora do núcleo de campanha, alguns moradores podiam julgar que eu estava querendo gravar um depoimento deles como arma na disputa eleitoral. Por isso, os contatos mais antigos que eu fiz no local foram os que mais confiaram em minhas palavras, pois conforme a campanha fosse “esquentando” o receio iria exacerbandando. Esse receio ao meu respeito seria afrouxado por alguns, mas nunca depositariam grande confiança em mim. Assim, não seria um obstáculo inicial como ressaltou Malinowski (1978) ao chegar às Ilhas Trobriand e tentar estabelecer contato com seus pesquisados, mas permanente. Diante das oposições sociais, Malinowski (1978:20-21) procurou se afastar dos “brancos” para ganhar a confiança dos nativos e manter-se em contato o mais íntimo possível com eles. Logo, a vida na aldeia “assume um caráter natural em plena harmonia com o ambiente que o rodeia” (ibidem:21). Diferente da experiência de Malinowski, eu não conseguiria alcançar a harmonia com os pesquisados, pois o conflito social permeava bastante as

interações cotidianas, que os receios cederiam lugar, por vezes, a intensos bloqueios e animosidades. No caso da interação com algumas pessoas com papéis importantes na campanha, eu não conseguiria travar uma amizade naquele momento, amizade essa tão importante para a coleta de informações, de acordo com alguns cientistas sociais como Wacquant (2002), Foot-White (2005), Zaluar (2000) e o próprio Malinowski (1978).

Zaluar (2000) ressalta o ambiente de dissenso e conflito em uma favela do Rio de Janeiro, na qual realizou sua pesquisa. Mesmo nesse local, ela conseguiria desenvolver uma relação de amizade, após dificuldades iniciais de inserção quando foi confundida com uma jornalista ou representante do governo. No caso exposto por Zaluar, os jornalistas e os moradores da favela eram os atores em disputa, pois os moradores estavam em atitude de defesa contra jornalistas que costumeiramente denegriam a imagem do local ao publicarem suas matérias. No ambiente de campanha, eu não conseguiria a façanha de eliminar a suspeição, porém enfatizo que a autora permaneceu no local pesquisado por cerca de três anos, enquanto eu permanecera por quatro meses. Além disso, a época da campanha é um momento de conflito aberto e intenso (Cf. Palmeira, 1992, 1996) e foi neste período em que estive pesquisando.

Recordo às condições de observação de Evans-Pritchard (2005) quando pesquisou Os Nuer. Estes habitantes do Sudão viviam uma situação política desfavorável, confrontando-se frequentemente com forças governamentais. Naturalmente eram rotulados como hostis, mas nessa época de confrontos a interação com os Nuer via-se impossibilitada, dificultando a pesquisa. Em uma situação muito diferente, porém da mesma forma em um período de conflito entre grupos, minha posição e papel em Cardoso Moreira foram encarados com suspeitas que não seriam superadas com o tempo, trazendo-me grande desgaste pelas expectativas dos pesquisados em relação a mim, que eram engendradas por suas experiências. Portanto, discuto neste capítulo as condições de minha observação, que permitem compreender os códigos por meio dos quais os moradores operam, interpretando e re-interpretando constantemente minha função. Além disso, resalto quais eram os instrumentos utilizados no conflito e como eram utilizados, a fim de enfraquecer o adversário, através da mediação do poder judiciário, que estipulava as regras. Fazia-se política mostrando os erros dos adversários, por meio da interpretação das regras. Os instrumentos utilizados no conflito permitiam a realização de controles mútuos, que geravam tensões.

Espionagem: o que não pode na campanha, gerando processos e multas ao adversário

Decidida a pesquisar “do lado” de Gilson, me desloquei até sua casa, pois tinha notícias de que, no dia seguinte, haveria no local uma Convenção dos Partidos coligados para decidir quem seria o vice-prefeito junto a Gilson. Em frente à casa, havia uma faixa, na qual se encontrava escrito: “Gilson Siqueira convida os filiados do PP-PDT-PV-PT e DEM para a Convenção dia 21/06 à 14 horas”. Por não ser filiada de nenhum desses partidos eu desejava saber se poderia participar. A casa possuía um quintal na parte da frente e o prédio situava-se na extremidade final do terreno, sob pilastras de sustentação. Assim, a casa ficava elevada como um segundo andar e em baixo dela as pessoas se reuniam. Essa seria a segunda vez em que entrei na casa, na primeira falei com o filho de Gilson que me levou até sua mãe, momento em que conversamos bastante. Nessa segunda vez, os preparativos de campanha estavam começando e a recepção já não foi a mesma. Ao entrar no quintal da casa, sob a residência, havia quatro homens atrás de uma mesa – na verdade, dois estavam atrás da mesa, um de um lado da mesa e outro do outro lado. Eu os perguntei sobre Gilson e disseram que ele não estava, também perguntei sobre Regina e disseram, novamente, que não estava. Questionaram-me o que eu desejava e comecei a explicar o meu trabalho, quando, após, indaguei se poderia assistir a Convenção. O senhor que estava no centro da mesa se perguntou: “pesquisa sobre Cardoso Moreira...” – em tom de dúvida e desconfiança. Ele perguntou a um menino mais novo, que estava ao lado, se o que eu falava era importante ou interessante. E o menino retrucou que era, acrescentando que era para eu entregar por escrito as perguntas, porque deduziram que o que eu queria fazer era uma entrevista. Eu tentei explicar que as minhas indagações iriam surgir no acompanhamento das atividades deles em campanha. O senhor, impacientemente, disse para eu ir à Convenção e depois eu falaria com Gilson. Durante a conversa, por conta de um momento no qual eu perguntei pela Regina novamente, pois queria entregar uma folha com o nome de todos os vereadores eleitos por Cardoso que ela havia me solicitado, tal senhor falou-me que quem decidia o que era importante para passar para eles eram os três em torno da mesa. Eu concluí: “Ah, vocês são os assessores”. E disse que já havia deixado uma carta com Regina e uma declaração da Universidade Federal Fluminense me apresentando. Não obtive uma boa recepção e o evento me fez pensar

que Gilson e Regina seriam inacessíveis. Fui embora e os senhores também, visto que estava no fim da tarde e, possivelmente, no fim do expediente deles.

Noutro dia, retornei à casa e fui recebida por um rapaz que morava com o casal, que facilmente me levou até Regina novamente. Os senhores que me receberam da outra vez não ficariam sempre ali sob a casa. O menino mais novo viria a me tratar sempre bem, a não ser na época mais acirrada da campanha, quando notavelmente todos estavam estressados e saturados. Nesse momento, minha tarefa se reduzia a não atrapalhar e conversar com os menos engajados. O senhor que mais falou comigo, em minha segunda visita à casa de Gilson, não me dirigiria uma palavra no decorrer da pesquisa, a não ser certa vez, quando Regina me chamou para subir no palanque e ele se pôs na frente, na hora da confusão, me dizendo um sonoro “não”. Eu não desejava subir no palanque, mas precisava pegar algo que estava com Regina. Ele sempre me olharia ameaçadoramente sem dizer nada e não responderia aos meus cumprimentos. Muitas pessoas não gostavam dele e desvendi, ao conversar com alguns, que ele era extremamente fiel ao Gilson, que não teria “defeitos”, a seu ver. Glorificava, protegia e defendia Gilson ao máximo, até em seus erros.

As suspeitas sobre mim iriam dificultar meu acesso junto a determinadas pessoas até o fim da campanha. Aliado às suspeitas de que eu poderia ser uma espiã, estava o medo de que eu ocupasse posições após a campanha, que restringiriam as chances dos que estavam “do lado”.

Certa vez, ao chegar à Câmara de Vereadores, ouvi um dos vereadores falando ao telefone com algum colega, enquanto eu estava atrás da porta. Ele estava se candidatando pelo “lado” de Renato na disputa e dizia, por ocasião de uma reunião na casa de Gilson naquela noite, que iria “botar uma peruca e ir à casa do homê”, quer dizer, fazia às vezes de espião, escamoteando sua identidade.

Nessa mesma reunião, um candidato a vereador puxou uma senhora com quem eu falava e a levou inesperadamente para outro lugar, sem dar tempo de completar o que falávamos. Eu a procurara na multidão porque ela havia sido presidente de uma associação de moradores, era coordenadora de campanha e anos antes teria até se candidatado à vereadora, sendo uma ótima pessoa para ajudar concedendo-me informações. Uma ex-funcionária de confiança de Gilson, apresentada a mim por Regina, era sua amiga e teria falado de mim e de minha pesquisa para essa senhora para que ela se dispusesse a conversar comigo, senão, disse a ex-funcionária, ela ficaria com desconfianças e não me daria atenção. Desse modo, restaria a mim combinar com essa

senhora um dia propicio para nos encontramos e conversar. Era o que eu fazia quando o candidato a vereador a puxou e levou para outro lugar. Mais tarde, ao encontrar-me com ela, em sua casa, contou-me que quando eu estava conversando com ela no minicomício de Gilson, o candidato a vereador que a puxou, nos afastando, argumentou, justificando seu ato, que eu era “espiã de Renato”. Ela explicou a ele que não era isso que dizia, pois eu era “antropóloga”. Quando houve a reunião seguinte ele perguntou, ironicamente, porque eu não fui, já reforçando suas suspeitas.

Na primeira reunião de campanha, na qual se deslocaram para outra localidade, eu ingenuamente decidi gravar, com gravador de voz de fita K7 em minha bolsa, parte da reunião. Logo alguns homens começaram a me encarar de longe. Um deles chegou perto e perguntou se eu estava gravando e respondi que estava. A coordenadora de campanha principal também chegou próximo e sugeriu que eu desligasse o celular, porque, segundo ela, a bateria gastava muito rapidamente naquela localidade do interior. Eu desliguei, sem perceber que era uma estratégia dela para evitar que eu fotografasse, filmasse ou gravasse. Alguns dias depois, quando cheguei à casa de Regina, ela perguntou se eu podia dar-lhe aquela fita, pois queriam fazer uma filmagem, mas ninguém se lembrou de filmar, assim ela pegaria a voz e colocaria outras imagens. Eu disse que podia dar-lhe sim. Depois, como não houve mais cobranças sobre a fita eu acabei não fornecendo. Nesse mesmo dia, a coordenadora principal passou por mim, na frente de Regina, abriu a mão e, em tom rude, disse: “cadê o gravador?”. Acrescentando que queria emprestado, pois precisava de um para tentar gravar um depoimento comprometedor de alguém do “outro lado”. Eu falei que poderia emprestar e saquei o gravador da bolsa, dizendo e mostrando que estava sem pilha e sem fita. Ela concluiu que não servia, pois ela precisava de um gravador pequeno, tipo MP3, para por em seu bolso e não levantar suspeitas.

Noutro dia, eu comentei com Regina que um candidato a vereador falou que eu era “espiã de Renato” e ela relatou que ficaram comentando isso quando eu gravei a primeira reunião, e ela teve que mostrar a eles a carta de apresentação que eu deixei com ela. A preocupação com o fato de eu ser uma espiã era tanta que durante uma reunião que se seguiu a primeira, a coordenadora principal me procurou e disse que Regina queria falar comigo (isso porque ela não sabia que já havíamos nos falado sobre a fita gravada). Levou-me até Regina, que disse a ela com expressão firme que já tínhamos conversado. Eu questionei Regina sobre qual era o assunto de tal conversa e ela declarou que era sobre a fita.

Na época, eu não tinha noção desse jogo de preocupações que rondavam minha figura durante a campanha. Com o tempo, a desconfiança foi afrouxando, mas nunca viria a participar de reuniões e elaboração de planos. Certo dia, no comitê, eu conversava sobre assuntos da campanha e, embora eu pensasse que sabiam sobre o objetivo de minha presença ali, sempre comprovava que não era bem compreendido, afinal eu estaria fazendo uma “pesquisa”, mas o que poderiam esperar de tal pesquisa, quando meus atos não eram cercados de formalidades? Durante a conversa, eu falei que ficava observando e uma senhora que era coordenadora perguntou por que eu ficava observando. De fato, ela não sabia o que eu fazia ali e eu expliquei. A coordenadora principal, então, afirmou que “para dizer a verdade”, de início, achava que eu “era espiã de Renato, porque “eles” fazem isso, chamam “gente de fora””.

Durante um comício, um dos locutores anunciou que quem estava filmando ou gravando podia relatar para quem o mandou que a festa estava linda e podia, inclusive, ir filmar do palanque. Era uma ironia direcionada aos espiões. Nesse jogo de espionagens, até minha visita à Câmara foi suspeita, na intenção dos vereadores se protegerem.

Eu ia pela segunda vez à sessão da Câmara, que era aberta ao público duas vezes na semana, quando ao rever fotos que havia tirado em Valão dos Pires na minha máquina digital, começou um bochicho entre os vereadores. Uma das vereadoras, com a qual eu já havia falado na primeira sessão que assisti, comentou que eu estava fazendo uma pesquisa e me chamou para apresentar-me ao presidente da Câmara. Eu falei um pouco sobre minha pesquisa, mas o presidente não demonstrou muito interesse e nem disposição de ouvir a explicação inteira. O presidente falou que o tinham dito que eu estava gravando e se perguntou: “com autorização de quem”. Eu respondi que estava vendo fotos que tirei em Valão dos Pires. A vereadora que me chamou para fornecer explicações falou que me chamara porque depois eu podia fazer uma entrevista com o presidente, eu disse que seria interessante e retornei ao meu lugar na platéia. Esse clima de suspeição gerou dificuldades em travar contatos com algumas pessoas, em fazê-las falar sobre alguns assuntos, em usar o gravador e mesmo em escrever o que falavam na frente delas. Assim, eu procurei, ao ir aos eventos, não levar bolsa tiracolo, para poderem ver que eu nada carregava que pudesse ser um instrumento de prova contra atos do grupo político. E, também, não anotava nada na frente das pessoas.

Os grupos políticos denunciavam pequenos atos dos seus rivais que fossem irregulares segundo o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) e iam em busca de registrar a

lesão de uma regra através de gravações, filmagens e fotografias, pois somente diante de uma prova a justiça eleitoral podia punir os partidos. Essas punições podiam ser na forma de multas ou, quando as infrações eram mais graves, instaurava-se um processo que requeria impugnação de candidaturas.

Numa das reuniões de mulheres que antecedeu o movimento de campanha, a coordenadora principal disse aos presentes que o grupo chegou à conclusão que a campanha ia ser de porta-em-porta porque não era permitido pela justiça a realização de várias coisas, como: veicular músicas de autoria previamente conhecida, realizar versões com as letras das músicas, no comício não podia veicular músicas que não fossem as do candidato, o volume do carro de som não podia ser alto demais nem passar em locais públicos, não podia colar adesivos em locais públicos e as placas deviam ser colocadas do lado de dentro das casas, não evadindo para o espaço público. Uma coordenadora relatou que havia pessoas “infiltradas” na reunião anterior, dos vereadores, que pegaram os primeiros adesivos e colaram em caixa de correio e orelhão. Ela, ao ver, retirou os adesivos. Pediu que se as pessoas vissem coisas assim era para retirar porque “dá multa e multa pesada”. Outra coordenadora falou: “e se ver do outro candidato é para denunciar”. Uma adepta perguntou qual era, então, o telefone do disk denúncia. Em outro momento da reunião, um assessor disse que era para filmar com o celular ou fotografar se vissem alguma coisa irregular relacionada a um candidato da oposição. Outro senhor, engajado na cúpula da campanha, declarou que a denúncia era presencial, tinham que ir ao município vizinho realizar a denúncia e os funcionários do Tribunal é que iriam averiguar e acrescentou: “pode dar trabalho para eles, encher de denúncias”. Como estava perto da Festa de Exposição Agropecuária, uma pessoa comentou que na eleição anterior Gilson “penou”, ocasião em que recebeu muitas denúncias contra ele, e alguém retrucou: “Renato vai penar também”. Além disso, citaram obras e contratações de funcionários que estavam sendo realizadas fora do tempo permitido pela justiça.

Certa vez, falei com Regina que o presidente do PMDB local tinha colocado uma mini-câmara na rua de Gilson, só que numa quadra seguinte. Ela se perguntou sobre a possibilidade de ele conseguir filmar o movimento da casa dela e disse-me que ele queria colocar a câmara numa casa em frente à casa dela, porém teriam conseguido impedi-lo.

Uma ex-candidata à vereadora ressaltou que esse controle na forma de espionagens sempre aconteceu. Contou que no ano em que foi candidata (1999) foi

convidada para “marcar” uma quadrilha caipira e “um pessoal” ficou filmando de longe. Avisaram-na sobre a filmagem e ela continuou marcando a quadrilha, pois entendia que não estava fazendo nada de errado. Nesse caso, podiam alegar que estava promovendo sua imagem, pois a forma que se interpreta a lei é bastante maleável. Isso gerava várias confusões e temores. Certa vez, uma senhora chegou apressada na cozinha da casa de Regina, enquanto eu estava, para guardar sua máquina fotográfica em um local seguro. Ela havia fotografado no carro do candidato a vice-prefeito de Renato, um adesivo de um vereador candidato pelo “lado” de Gilson, junto ao adesivo de Renato e alegava que isso era “infidelidade partidária”. Regina retrucou que não significava infidelidade partidária, porque o eleitor tinha direito de escolher em quem votar, mesmo que os candidatos fossem de partidos diferentes.

Eu procurei um candidato a vereador, e presidente afastado de uma associação de moradores, para conversar sobre a Associação que geria. Ele me recebeu com vaidade quando eu mencionei que gostaria de uma ajuda sua, porém, logo ficou desconfiado e comentou que uma promotora foi falar com ele para não fazer certas coisas, como ajudar um vizinho a transportar material de construção, porque alguém poderia filmar e denunciá-lo. Ele quis deixar claro para mim que não estava exercendo a função de presidente da associação, mas alguém poderia filmar e alegar isso. A primeira secretária da Associação disse que como morador ele poderia participar das reuniões e que sua exoneração estava registrada na ata. Ele acrescentou que gostaria de ir a uma associação para filmar, porque achava que o presidente, também candidato a vereador, não havia se afastado do cargo. Isso demonstra mais uma vez, as espionagens ou controles mútuos.

Centenas de fotos, que expunham a trajetória de Gilson como político, ficavam sob a casa e ele me disse que tiveram que ser guardadas para não infringir as normas de campanha. Quase no fim da campanha, eu resolvi fazer uma matéria jornalística para um site da internet sobre o túmulo do Comendador Cardozo Moreira, que ficava na praça principal da cidade e gostaria de fotos da época, quando houve um cortejo, realizado pela prefeitura, para registrar o traslado da ossada de Campos para a praça em Cardoso. As fotos teriam que ser *scaneadas*. Por recomendação de Regina, fui pedir, no local que funcionava de escritório durante a campanha, o *scaneamento*. Um recém-advogado, que estava no local, logo sentenciou que não podia noticiar feitos ou expor fotos de Gilson no momento. Eu questionei e ele exemplificou que Renato estava quase sendo cassado por causa de fotos suas que foram veiculadas num telão durante um

evento patrocinado pela prefeitura, o Garota Expo. O advogado também citou obras que foram explicitadas em telão no primeiro comício de Renato. Eu comentei que a matéria seria relacionada à cultura e que, de repente, Renato é que ficaria mal visto. Ele afirmou que era pior, pois estavam sendo acusados de terem “falado mal” de Renato num site de relacionamento, o Orkut. Segundo o advogado, o momento não era próprio e eu deveria aguardar o término da eleição. A lei não dizia, por exemplo, que não se podia veicular obras em telão, mas havia “brecha” para realizar uma acusação a partir disso, portanto era preciso tomar cuidado – declarou-me. Esses códigos tomavam as mentes dos envolvidos na campanha, quando interpretavam e re-interpretavam as regras.

Boatos sobre processos surgiam e ouvi afirmarem que:

- estava circulando uma folha pela cidade noticiando 22 processos contra Renato, porém algumas pessoas diziam que era mentira),
- Renato gravou uma conversa com Jéferson, que por isso não poderia falar mais nada contra Renato,
- o juizado de menores foi ao comitê de Renato, pois havia uma criança trabalhando lá,
- Renato recebera uma multa por anunciar candidatura de vice fora do prazo permitido.

Durante o primeiro comício de Gilson, um ambulante vendendo bebidas penetrou entre as pessoas e uma adepta de Gilson logo percebeu, afirmando que não podia vender bebidas durante o comício, era proibido pela justiça, portanto isso deveria ser uma armação de Renato. Os carros de som não podiam passar perto de instituições públicas, principalmente hospitais e escolas, e para usar a rua devia-se avisar dois dias antes. Neste último caso, a rua era usada sem avisar alegando-se que não ficariam parados, mas em movimento, como na caminhada. No rádio, o locutor veiculava o telefone da justiça eleitoral para as pessoas denunciarem sobre a altura dos carros de som, pois estariam ligando para a rádio para reclamar sobre isso. O locutor mencionou que as pessoas deveriam anotar o número da placa do automóvel e a cor, que a juíza havia dito que apreenderia. Os carros apreendidos só seriam soltos depois da eleição e, por um período de tempo, pararam de circular na cidade.

As camisas com motivos eleitorais também eram proibidas. No entanto, confeccionaram-se camisas que, a primeira vista, não pareciam ter relação com as

campanhas. Contudo, a população sabia relacionar as camisas aos respectivos candidatos, compreendendo o significado de vesti-las. A justiça eleitoral, por receber denúncias, averiguava quem estaria confeccionando camisas, bem como o volume dos carros de som.

As filmagens, fotos e gravações eram utilizadas em numerosos momentos e, o movimento em torno das denúncias, multiplicava-se vultosamente. Uma senhora, candidata à vereadora pelo grupo de Gilson, disse, certa vez, que gostaria de denunciar a confecção das camisas e uma placa que viu do lado de fora da casa do vice de Renato, bem como realizar outras denúncias, mas não havia um disk denúncia. Uma determinada pessoa do grupo de Gilson era quem efetuava tais denúncias, no município de Italva. Uma gravação de um paciente “falando mal” do atendimento da secretaria de saúde através de sua experiência foi veiculada no horário eleitoral de Gilson. E, uma funcionária da secretaria de saúde disse-me que o paciente foi ingênuo porque ao falar não sabia que estavam gravando. No dia da carreata de Gilson, diversos adeptos de Renato filmavam para registrar alguma irregularidade, como condutores de moto que estavam guiando sem capacete. Nesse caso, as motos seriam apreendidas e a polícia avisou, antes do início da carreata, sobre a possibilidade. Diante disso, adeptos de Gilson diziam que iriam filmar a carreata de Renato também. Lembro da coordenadora principal da campanha de Gilson, nessa época, ter fotografado adesivos de Renato na lâmpada do poste de luz para denunciar.

Próximo da eleição, a juíza reuniu as principais pessoas relacionadas à campanha para divulgar o que não poderia ser feito no dia da eleição. Mesmo assim, no dia da eleição, um colega contou-me que pessoas partidárias estavam balançando bandeiras na rua e funcionários do TRE se aproximaram provocando a dispersão dos manifestantes.

Regina chegou a ser convocada para “prestar esclarecimentos” sobre troca de títulos de eleitores que moram na fronteira entre Italva e Cardoso, onde Gilson possuía uma fazenda. Regina contou-me que ninguém havia trocado, pois os funcionários deles perguntaram, por ocasião de um recadastramento, e aconselharam a não trocarem. Diante de tantas denúncias, flagrantes e averiguações, pessoas invadiram uma casa do cunhado de Gilson para procurar material de compra de voto, contudo nada encontraram.

Durante a campanha, presenciei uma intervenção de funcionários do TRE. Quando eu estava saindo pelo portão de minha casa vi um carro do TRE parado com

funcionários vestindo colete da instituição. Esperavam o ônibus de Gilson passar por ali, que se dirigia para a inauguração de um comitê na localidade de São Joaquim. Alguém do “lado” de Renato havia denunciado que um simples adesivo de campanha estava colado no ônibus. Os funcionários do TRE pararam o ônibus e, quando iam fotografar o adesivo, alguém o retirou. Assim, o ônibus pôde passar com os militantes ou simpatizantes com bandeiras vermelhas e brancas em cada janela. Sairiam dois ônibus do centro de Cardoso Moreira, portanto, o coordenador foi dirigindo rápido para avisar os condutores do outro ônibus. Eu peguei carona com ele, o locutor, uma das irmãs de Gilson e candidata à vereadora, e seu marido, que era corretor de imóveis. Chegamos em frente à casa de Gilson, avisaram algumas pessoas do incidente e fomos em direção ao bairro das Palmeiras, onde o outro ônibus estava. Na casa de Gilson comentaram que o carro do TRE passou lá também. Quando íamos para o bairro das Palmeiras, um adepto que trabalhava na campanha passou rápido de carro, juntamente com outra pessoa, em direção a Palmeiras, falando no celular. Com isso, desistimos de ir e fomos para São Joaquim de vez. A vigilância tinha que ser constante, pois algo irregular poderia ser feito sem intenção, apenas por desconhecimento. Um dos militantes até brincou falando que foi eu quem denunciei, pois foi em frente a minha casa. Eu disse que nem tinha crédito no celular para realizar telefonemas e era para ele não brincar com isso porque “o pessoal” me linchava.

No carro, comentaram sobre as multas que conseguiam sentenciar o fim de qualquer campanha. O coordenador declarou que “dois mil ainda dá para o cara arrumar”, já oito mil comprometeriam a campanha. Ele afirmou que havia multa de 22 mil e 53 mil e que a juíza foi muito clara quando divulgou o que podia e não podia ser praticado durante a campanha. O cunhado de Gilson comentou que só com multas altas as regras seriam respeitadas, se as multas fossem leves, os candidatos iam cometer irregularidades durante todo o tempo.

Os candidatos montavam equipes de advogados para dar conta de responder aos processos. Uma colega disse-me que um advogado de Gilson, seu colega de turma na classe de direito, afirmou que todos os dias o grupo de Renato abria um processo contra Gilson. Durante a campanha, casos sérios comprometeram as candidaturas de Gilson e Renato. No princípio do período de campanha, Gilson enfrentava um processo, cujo resultado poderia impugnar sua candidatura. Na reunião de mulheres que fui, antes do movimento efetivo de campanha começar, ele esclareceu os boatos que rondavam sobre sua não candidatura. O boato da não candidatura teria surgido por uma denúncia de

políticos opositores. Regina declarou-me, quando eu estava em sua casa, que certo opositor comeu na casa dela, da mesma maneira que eu fazia. Com isso, ela evidenciava a falsidade e falta de consideração ou, quiçá, traição do político para com Gilson. Na reunião, Gilson seguiu mencionando que a denúncia se devia a um fato ocorrido há 11 anos, quando ele não “superfaturou”, “desviou dinheiro” ou gastou demais. Houve que, por conta da enchente que acometeu Cardoso, a prefeitura detinha recursos e, então, ele gastou além do orçamento previsto e não dos recursos. A Câmara aprovou esse suplemento nos gastos. Assim, antes da denúncia ser realizada, Gilson disse que já tinha a defesa escrita e a havia registrado no momento.

Certo dia, fui à prefeitura e conversei com a recepcionista, adepta de Renato, que eu conhecia desde meu primeiro dia em Cardoso. Nos fundos da prefeitura, enquanto ela lanchava, disse-me: “você não sabe da última” e contou-me que Gilson havia sido cassado mesmo, tendo que pagar 90 mil de multa. Dois vereadores, segundo ela, também estariam envolvidos no roubo. Esse foi um exemplo dos boatos que corriam pela cidade. Ao fim, a candidatura de Gilson foi homologada. O parecer contrário do Tribunal de Contas, acusado de solicitar dinheiro para emitir pareceres favoráveis, foi contraposto a aprovação das contas pela Câmara. As pessoas envolvidas na campanha de Gilson e eleitores comemoraram com queima de fogos e uma carreata improvisada, que rendeu um buzinaço pelo centro da cidade. Realizou-se uma oração no quintal da casa de Gilson. No dia seguinte, representantes do TRE repreenderam o grupo por terem simplesmente queimado fogos e a coordenadora principal da campanha conversou com um funcionário, que disse ser seu amigo, evitando que recaísse uma multa sobre o grupo.

Uma funcionária da prefeitura contou-me que o promotor da instituição a informou que Renato poderia ser cassado antes de Gilson, por ocasião de um rombo na previdência do município. Moradores contaram-me que o presidente do sindicato de servidores públicos foi à rádio e comentou sobre o dinheiro que seria destinado a previdência e Renato usou para solucionar outros problemas. Com isso, a juíza convocou Renato para prestar esclarecimentos. Uma funcionária da prefeitura, que fazia parte do Conselho previdenciário, declarou-me que convocaram funcionários do Conselho para assinarem um documento autorizando o parcelamento da dívida ocasionada pelo desvio. Ela afirmou que não havia assinado, pois considerava que a quantia devia ser paga integralmente. Porém, a maioria do Conselho assinou a autorização. Dias depois, no horário eleitoral reservado à coligação que Renato

pertencia, noticiou-se aos eleitores que fossem pesquisar no site da previdência, no *link* extrato, as transferências em nome da prefeitura e veriam que apareceria noticiado que ela estava em dia com os pagamentos relacionados. Os parcelamentos possibilitavam a condição de não devedor à prefeitura.

Uma pessoa que trabalhava ativamente na campanha de Renato denunciou que Gilson estava distribuindo cestas básicas na localidade de Outeiro. Gilson tinha amizade com o prefeito de Italva e conseguira trazer para Cardoso o programa Fome Zero. Com a denúncia de partidários de Renato, a distribuição de cestas foi suspensa. Regina contou-me que Benedita foi à Italva, porque a juíza proibiu a distribuição das cestas e a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) liberou. Acrescentou que o caminhão que distribuía as cestas havia sido de Murilo, como se alegara em processo, mas não era mais, pois ele vendera. Uma jornalista adepta de Gilson disse-me que não considerava justo que a população fosse prejudicada pela suspensão das cestas e a irmã de Gilson, enquanto viajávamos, afirmou que os moradores de Outeiro ficaram revoltados por pessoas ligadas a Renato terem denunciado a distribuição das cestas do Fome Zero e prometeram jogar ovos em Renato, quando fosse à localidade. Por ocasião da denúncia, os moradores de Outeiro teriam furado e quebrado placas de Renato.

Mais tarde, foi a vez de Renato ser denunciado por distribuição de cestas básicas, através do Lions Clube. Assim, Renato teve o pedido de impugnação acatado pelo TRE e recorria ao TSE. Comentava-se que Renato teria confessado que distribuiu cestas básicas e era difícil que conseguisse se salvar da denúncia, pois um juiz não iria querer tirar a credibilidade do outro. Ouvi dizer que Renato estaria pagando advogado da cidade do Rio de Janeiro com seu próprio dinheiro e comentava-se que o próprio Renato dissera que tinha 90% de chance de não ser candidato e que a tendência era o TSE acatar a decisão do TRE.

Um dos cunhados de Gilson comentou, enquanto íamos para a inauguração de um comitê, que Renato havia falado tanto que Gilson não poderia concorrer que, no momento, era ele quem corria o risco de não concorrer. Além disso, perguntei ao cunhado sobre o que achava da juíza e ele respondeu que ela era “ótima, jóia, porque não favorece nem a mim, nem a você, nem a ele, trata igual”. Contou-me que em janeiro foi procurar um despachante amigo dele e pediu que a justiça fosse severa com todos, que funcionasse. Seu amigo teria dito: “é só isso que você quer? Isso já vai acontecer”. Acrescentou que o próprio advogado de Renato mencionou que ele não tinha chances de ter a candidatura deferida, mesmo porque confessou que distribuiu cestas, através do

Lions, há três anos. Por isso, a juíza argumentou que se ele era sócio fundador do Lions, que funciona há dezoito anos, porque só por esses anos ele distribuía cestas?

Um guarda que trabalhava na secretaria de saúde, disse-me que o processo não resultaria em condenação, como havia acontecido com outros candidatos. Um tempo depois a dedução se mostrou verdadeira. Na passeata, um dia antes da eleição, os adeptos de Renato exibiam a faixa: “Confirmado pelo TRE”.

Durante a campanha, tomei consciência dos elementos vigentes na disputa e a importância do papel de espião. O fluxo de informações sobre irregularidades, que, pelas regras do Tribunal Regional Eleitoral, precisavam ser provadas, fazia parte dos controles mútuos. E, a interpretação dessas regras estava sempre em causa, necessitando de um serviço especializado, como dos advogados, para confrontar os argumentos dos “lados” opositores perante o tribunal. Mesmo esperando que o poder moderador fosse neutro, paira a suspeita de que os políticos **bem relacionados** conseguem ‘puxar’ representantes do órgão para o seu “lado”.

Capítulo 4

Racionalidades Diferentes em um Jogo de Forças

Neste capítulo, procurei mostrar a cobrança em torno de um comportamento ideal em relação aos produtores rurais. Essa cobrança parte de atores externos àquele universo simbólico e que valorizam um comportamento empreendedor a fim de trazer a riqueza monetária aos produtores. Principalmente em Valão dos Pires, pude apreciar a ênfase em uma riqueza moral em oposição à riqueza financeira do mesmo modo que Linhart (2002), em *Êxodo Rural, Fazendas e Desagregação*, frisou. Em pesquisa que fez em alguns municípios de Minas Gerais, a autora argumentou que os produtores contrapunham a riqueza moral e a inserção em redes de solidariedade local à acumulação de bens materiais (2002:27). Da mesma forma, Thompson (1987) retratou o esforço desesperado do incipiente movimento operário, com o florescimento da Revolução industrial, para re-impor a economia moral mais antiga, em detrimento da economia de livre mercado.

Por outro lado, está em curso, em Cardoso Moreira, um processo mais amplo de falência do modelo de produção familiar, tendo como principal fator, apontado pelos produtores, a falta de mão de obra. Alguns elementos como individualismo, empreendedorismo e acúmulo de dinheiro, valorizados pelos que criticam a percepção dos produtores, e aliados às ações modernizantes (internet, GPS etc.), não encontram brechas para se introjetar no universo mais tradicional local. Como analisou Elias (1995), através do estudo da trajetória de Mozart, este ator não conseguiu realizar desejos que eram impossíveis de serem realizados em sua época; assim, há um processo macro social que condiciona o sucesso de certas ações. No contexto analisado aqui, os indivíduos mais adequados a tal época cobram dos produtores uma postura que eles, fora desse universo empreendedor, não compartilham. Não como se estivessem à frente de seu tempo, como Elias tentou mostrar analisando a trajetória de Mozart, mas, ao contrário, como se não acompanhassem as mudanças atuais. Assim, os anseios da população local não correspondem ao que as empresas esperam deles. Nesse ponto, as cobranças se transformam em fortes críticas à personalidade dos produtores rurais. Que sentem, através do tempo, a pressão relacionada à falência do modelo rural de desenvolvimento, e em especial, do modelo familiar, no local em que moram.

Para melhor compreensão do leitor, organizei o texto em três tópicos. No primeiro, realizo uma exposição da visão crítica a cerca dos produtores, que ao mesmo tempo fornece uma visão geral do problema. No segundo tópico, abordei momentos de negociação entre as empresas de leite e os produtores. No terceiro, centro a análise na expectativa das políticas públicas e na forma de planejá-las pelo governo municipal e pelo governo estadual.

Críticas a uma “mentalidade”

Quando estava no centro urbano de Cardoso e tentava ir às roças, levantando o assunto da *crise* da Parmalat, algumas pessoas me falavam que os moradores do interior não saberiam informar sobre o problema ocorrido com a Parmalat.

Certo dia, consegui uma condução escolar para ir a São Joaquim, lá chegando perguntei a um senhor sobre a associação comunitária do local. Ele disse que não havia associação em São Joaquim e eu acrescentei, então, que gostaria de ir à Associação Rural de Valão dos Pires para estudar sobre como sentiram uma possível crise da empresa Parmalat. O senhor afirmou que no Pires não saberiam me explicar coisa

alguma, ressaltando a falta de esclarecimento dos produtores. Para eu ter noção, enfatizou que no Pires os produtores tinham recusado uma verba de alguns mil reais do Programa Fome Zero, porque não sabiam trabalhar. Citou-me um produtor Cardosense chamado Bingo, que foi premiado pela Embrapa e é técnico agrícola. Ouviria muito falar desse produtor, como referência local, mas não tive oportunidade de visitá-lo, principalmente pela dificuldade de condução para o local de sua fazenda e pelos acontecimentos da campanha política, que consumiram o meu tempo.

O senhor que me atendeu em São Joaquim sugeriu que eu procurasse o Dr. Aloísio, pois era um fazendeiro bem organizado, tinha seus registros computadorizados, um quadro em seu gabinete com marcações sobre o rebanho e, assim, saberia me informar sobre os preços do leite pagos pela Parmalat, se aconteceram atrasos nos pagamentos etc.. Acrescentou que, na região, chegara apenas uma vacina contra febre aftosa, mas Dr. Aloísio vacinou todo o rebanho – enfatizando o descaso dos representantes do governo.

Enquanto eu conversava com esse senhor, um rapaz o perguntou sobre o motorista da kombi da prefeitura que estava no local, pois ele queria pegá-la emprestada para ir no centro de Cardoso. O senhor respondeu não saber do responsável pela kombi e o rapaz solicitou que ele avisasse, ao motorista, que tinha pego a kombi emprestada. Nesse momento, o senhor perguntou a esse rapaz se ele não podia me levar na fazenda do Dr. Aloísio, pois era caminho, e o rapaz me deixou em frente à fazenda. Fiquei esperando por meia hora, até que chegaram uns funcionários numa carreta repleta de folhas de cana. Um dos funcionários me disse que o Dr. Aloísio estava prestes a chegar e que ele não morava em Cardoso. Enquanto esperava, acompanhei como era realizada a ordenha. As vacas ficavam em fileiras, presas em corredores de barras de ferro. Era um procedimento mais moderno, de aproveitamento do espaço – trabalho intensivo e não extensivo – ao que Dr. Aloísio me contou, posteriormente, ter sido uma sugestão de um funcionário da Parmalat. Para a ordenha, um rapaz colocava nas tetas das vacas um aparato chamado de “teteiras”, que é uma máquina utilizada para realizar o movimento de extração do leite das tetas do animal. Quando os galões enchem, o leite é despejado rapidamente no tanque de resfriamento, para que bactérias não proliferem, estragando o leite ou deixando-o ácido. As vacas eram soltas e retornavam em fileiras para o curral. A ordenha tinha fornecido 170 litros e havia que se realizar duas ordenhas por dia. Em dias intercalados a Parmalat recolhia o leite. Logo depois, fui visitar os bezerros. Havia um bezerro de três dias que já tinha sido desmamado, isso aumentaria a quantidade de

leite que a vaca produziria. Depois de três meses de nascidos, os bezerros deixam a mamadeira e bebem leite misturado com ração numa tigela. Para o animal de três meses aprender a beber, o rapaz botava a mão no leite, com luvas, e empurrava até o focinho do bezerro. Depois de crescidos os bezerros se alimentariam só de ração.

Há pouco tempo a fazenda do Dr. Aloísio iniciou a prática de pôr números num plástico fincado na orelha dos bezerros. Essas práticas caracterizavam um manejo moderno voltado ao empreendedorismo. Dr. Aloísio planejava ainda plantar eucaliptos para aproveitar o espaço da fazenda e arrecadar uma renda maior vendendo celulose. Segundo o rapaz que realizou a ordenha, não tinham começado a plantar os eucaliptos ainda porque há tempos não chovia, mas as sementes já tinham sido compradas. Dr. Aloísio mencionou que para investir na plantação de eucaliptos teve que vender vinte vacas, pois para o pequeno produtor havia financiamento, mas para o médio não havia.

Esse rapaz que conversava comigo afirmou que Dr. Aloísio era um bom patrão e que ele tinha, inclusive, carteira assinada. Depois, a mãe desse rapaz, que era a caseira do lugar, me levou para tomar café em sua pequena casa. Aquele era seu único filho e, em contraste, Dr. Aloísio tinha cinco filhos. Ela se chamava Fátima e trabalhava há três anos com Dr. Aloísio, que, como seu filho, mencionou ser um bom patrão. Já seu marido trabalhava há vinte e oito anos com Dr. Aloísio, que é ginecologista “e dos bons”. Sua esposa, Laís, é professora e, segundo Fátima: “inteligente” – enfaticamente falando. A Laís é quem comanda os computadores da fazenda. Fátima contou que seu marido é quem faz a inseminação artificial das vacas e me mostrou o caderninho que estava em cima da mesa, com as marcações das vacas inseminadas. Nele constavam os meses em cada página, o nome das vacas e o número. Haviam nomes circulados, os quais Fátima disse que eram as vacas que se tinha que repetir a inseminação. Portanto, a inseminação é uma técnica simples, não sendo uma prática apenas atribuída a veterinários.

Retornei para frente da fazenda e, logo, chegaram Dr. Aloísio e Laís. Chegaram com muitas bolsas, abriram o escritório e Dr. Aloísio foi medir a pressão de um funcionário antes de conversarmos. No momento, Laís passou por mim e disse: “ele está atendendo”.

Depois que me apresentei e começamos a conversar, Dr. Aloísio parou por duas vezes nossa conversa por conta dos serviços na fazenda, pois os funcionários o atualizavam sobre os problemas. Em um dos momentos, um funcionário perguntou o que fazer com uma vaca que estava repleta de carrapatos. Dr. Aloísio pegou os registros

para ver quando a vaca tinha tomado banho e perguntou ao funcionário se não podia esperar um pouco antes de dar o remédio, já que custava – como me contou – setecentos reais. Mas tiveram que dissolver o remédio na água e banhar a vaca, pois ela estava com muitos carrapatos. Dr. Aloísio abriu o remédio, que tinha acabado de trazer e mediu a dose, dizendo aos funcionários que eles não podiam manipular o remédio, pois era forte e precisava de luvas para tanto.

Laís me forneceu uma carona à Associação do Pires e durante a viagem eu citei algumas coisas que o secretário executivo do PRONAF havia me dito e, ao ouvir-me, ela mencionou: “você vê que meu pensamento bate direitinho com o desse Rezende porque a gente entende mais”. Em outro momento disseram que quem é fornecedor da Parmalat tem uma “visão mais ampla”²⁷. Segundo meus interlocutores, o problema da Parmalat não teria afetado quem trabalha bem. A questão seria que a Parmalat exige qualidade e a produção no local não tinha. Acrescentaram, como exemplo, que a vaca precisa ser enxertada três meses depois de parir e tem que parir um bezerro uma vez por ano, pois tal prática aumenta a produtividade da vaca. No Pires, teriam muitas pessoas que não desmamam o bezerro na hora certa, porque ficam “com pena” do bezerro.

Dr. Aloísio declarou-me que há dez anos ele interessava-se mais pela criação de gado, pois havia se aposentado. Perguntei se ele tinha um bom lucro com o trabalho na fazenda e ele respondeu que o trabalho dele só lhe dava “prejuízo”. Um dos motivos para Aloísio era a falta de diversificação. Ele precisaria alimentar bem o gado para ter produtividade, mas os alimentos ideais para o gado (caroço de algodão, milho, soja) não eram produzidos na região. Se fosse comprar soja, por exemplo, em Goiás, gastaria muito dinheiro. A cana serve para combustível, mas não tem muito incentivo na região e, naquele período, não havia produção em abundância. Para que ele conseguisse “lucrar” teria que ter uma “boa alimentação” para o gado, o que ele tinha “parcialmente”, e um gado “bom de leite”, que ele possuía. Entretanto, o que ocasiona maior prejuízo são os gastos com mão de obra, ele paga salários, fundo de garantia entre outras coisas. Se ele tivesse a família trabalhando poderia lucrar, mas seus filhos não se interessavam. Assim, Dr. Aloísio contou que quis levar para sua casa no Rio o rapaz que realizava a ordenha, afim de que ele estudasse, mas os pais não permitiram. Aloísio brincou que tem uma “mulher preguiçosa” e que ele também era preguiçoso. O Bingo, arrematou, teria lucratividade porque são ele e sua mulher trabalhando.

²⁷ Mas adiante ficara melhor demonstrado que os produtores evitam o deslocamento físico, restringindo o escopo de suas vivências e relações, bem como suas visões de mundo.

Dr. Aloísio teria perdido dinheiro colocando irrigação na fazenda e não lucrava, segundo ele, porque a Parmalat comprava em tonelada e ele não tinha “conjunto” para vender. Além disso, me explicou que vinte e dois centavos de dólar é um preço considerado bom mundialmente para o leite, se ele recebe quarenta e quatro centavos de dólar ele recebe bem. Porém, recentemente, quando acontecera a desvalorização do dólar o preço dos produtos aumentou. Ele teria que vender a dois reais no curral para ter lucro e ele vendia apenas a setenta e dois centavos. Enfim, esse fator macro econômico condiciona o bom retorno financeiro na atividade.

No Pires, havia um rapaz que fazia direito numa universidade particular e Laís me explicou que era uma exceção. Tal rapaz me disse que para ganharem mais dinheiro o custo para produzir era elevado. Portanto, o financiamento do PRONAF não era suficiente, pois não conseguiriam pagar o empréstimo, o retorno é mais demorado. Na propriedade de seu pai, a família tinha comprado semente de capim Anapie. O Anapie serve de ração para a vaca e tem que ser cuidado, posto uréia para que fique verdinho mesmo no inverno. Existe também o silo, que é o milho no ponto de fazer ração. Ele é moído com o trator e coloca-se uma substância para não dar mofo. A silagem também influencia muito na qualidade do leite no inverno. Já que no verão o gado naturalmente fica mais gordo, pois o pasto se desenvolve e o gado produz mais leite.

A Parmalat realiza exames no leite e o classifica em A, B ou C, o que condiciona o pagamento. Segundo o técnico da EMATER, no Brasil só conseguimos chegar a produzir o leite tipo B. Nos países mais frios, como os europeus, o leite chegava a ser tipo A, pois o frio existente nesses países é que conserva a qualidade do leite. O técnico mencionou que o leite tipo A tinha 50 mil bactérias por centímetro cúbico de leite. O leite tipo B tinha de 50 mil a 300 mil bactérias, já o leite tipo C teria mais de 300 mil bactérias. Para ter o leite tipo B tem que se ter preocupação com a higiene. Há que se limpar o úber e as tetas da vaca e não deixar o leite ter contato com o ar. A ordenha, na casa em que eu e Laís fomos ao Pires, era manual e realizada apenas uma vez no dia – quando o recomendado são duas – porém, a senhora ressaltou que era “tudo limpinho”, usavam detergente.²⁸

²⁸ Nessa família, como parecia ser na maioria das famílias, o dinheiro conseguido com o gado era complementar à renda mensal, porém cada pequena propriedade tinha um mini-curral. As vacas eram do representante da terceira geração (o avô) da família, que também era pedreiro e faturava 700 reais mensais com a venda do leite. Vando vendia ração, vacinas e contava com o dinheiro referente à venda do leite. Gabriel era funcionário da prefeitura, retirava leite das vacas e possuía pequenas plantações. O tempo da maioria dos agricultores era muito curto diante da quantidade de trabalho e pouca gente para ajudá-lo. A redução da população rural, com a migração e a baixa quantidade de filhos, acarretava muito

Quando Laís estava me levando para conhecer a associação de Valão dos Pires, ela me apontou um caminhão que vinha levantando poeira atrás de nós. Era o caminhão que buscava o leite na propriedade de cada produtor e conduzia ao tanque de resfriamento localizado num cômodo ao lado da associação. A isso chamavam “fazer a linha”. Laís enfatizou que eram onze horas da manhã e esse leite era retirado sete ou oito horas e quando chegava ao tanque já havia perdido a qualidade. O caminhão chegou atrás de nós na associação e notei que os galões eram bem mais sujos por fora do que os da fazenda de Dr. Aloísio. Havia, inclusive, galões de plástico, que não eram os de melhor qualidade para conservação do leite, os melhores são de alumínio²⁹.

Laís me falou na ocasião da visita a casa da família do rapaz que estuda no curso de Direito, que eles cuidam do gado porque são mais esclarecidos, “fazem por conta própria”, porque “ninguém vai lá explicar nada” – essa explicação e fiscalização eram atribuídas à secretaria de agricultura do município. Dr. Aloísio e Laís comentaram que a prefeitura não cobrava o retorno do trabalho que fazia e a secretaria de agricultura não detinha verba. Compararam a assistência ao produtor e a estrutura em Cardoso a que se tem no estado do Espírito Santo, onde as ruas são asfaltadas e o acesso se torna mais fácil, facilitando a venda e os contatos em geral. Aloísio concluiu que “o lugar mais atrasado do Brasil é o Norte Fluminense”. As pessoas são “sem técnica, sem preparo”. Em Cardoso, o produtor só pensaria em “boi, boi, boi” e não em agricultura, pois para cuidar do gado é preciso diversificar. Por outro lado, para realizar inseminação artificial, Laís disse que a prefeitura não precisa atuar, fazer “assistencialismo”, pois era muito fácil realizar a inseminação. Ela acrescentou que os produtores ficavam esperando tudo do governo e acham que ele tem “obrigação” de fornecer. Laís criticou o produtor que não pensava em incrementar o negócio, procurar melhorias.

trabalho aos que permaneciam no campo, pois se reduzia a mão-de-obra. Os idosos permaneciam no campo e muitos com problemas de saúde. Vando, por exemplo, mencionou que tinha dores de coluna, que dificultava levantar os galões de leite.

²⁹ Quando os galões de leite chegavam à associação o funcionário que estava esperando no cômodo do tanque de resfriamento de leite pegava uma amostra do leite de cada galão, com o auxílio de uma pistola, e colocava em cima da tampa do respectivo galão, misturava com um líquido (alizerou), que permitia verificar se o leite estava ácido. Se estivesse ácido o leite engrossaria e devolveriam o leite para o produtor. Se estivesse pouco ácido, poderia ser aproveitado – conforme me disse o presidente da associação – colocando-se um pouquinho de bicarbonato. A quantidade de leite do galão era medida com uma régua e o funcionário escrevia a quantidade num bloco de papel que era colocado, depois, na parte de dentro da tampa do galão, no enrosque da tampa. Depois disso, o leite era despejado numa tela, que servia para filtrá-lo, segurando qualquer nata de leite e eventuais sujeiras. Desse tanque, o líquido ia para o tanque de resfriamento através de uma borracha. Passava-se uma água nos galões para serem devolvidos ao produtor que os deveria lavar cuidadosamente.

Produtores de Valão dos Pires e o predomínio da produção de leite: relações comerciais consideradas desonestas

Percebi certo isolamento dos produtores rurais familiares do Pires ao conversar com vários deles durante meu trabalho de campo. Um dos técnicos da EMATER afirmou, inclusive, que para um produtor era difícil procurar recursos, já o técnico podia pegar o telefone e ligar para o Rio ou Niterói e conseguir. Não havia transporte público coletivo para o local e as pessoas tinham que ter seu próprio veículo, carro ou moto. Muitos dependiam de carona de veículos escolares ou de conhecidos. Vando³⁰ me relatou, certa vez, que um dos incômodos do programa Fome Zero era que quando havia reunião eles tinham que se deslocar para o Rio, e apenas com o dinheiro da passagem.

O presidente da Associação de Produtores e Moradores do Pires, Gabriel, mencionou que não conhecia a Fricampos (uma empresa que tinha comprado a Cooperleite e trabalhava com gado de corte) quando ressaltou como eram as coisas: o frigorífico ficava em Campos, bem próximo, e ele não conhecia. Os cursos da EMATER, realizados em outros municípios, encontrava uma resistência do produtor em ir, mesmo porque, era algo que julgavam não contribuir para o trabalho deles. As reuniões realizadas com o governo do estado, por ocasião da crise da Parmalat não foram freqüentadas pelos produtores, pois se realizavam no Rio, já Dr. Aloísio e sua esposa chegaram a ir nessas reuniões. Em outro caso, Vando falou que ele não gostaria de ser presidente da associação porque ele não tinha jeito para lidar com gente grande.

Nesse último caso, noto um estigma do produtor rural, que se sente inferior. Laís comentou que o jovem considera “desqualificante” trabalhar no meio rural e preferem trabalhar de auxiliar de enfermagem, conforme um caso que tinha conhecimento, que é mais “penoso” e se ganha menos.

Dr. Aloísio explicou-me que a Cooperleite – uma cooperativa que recolhia leite na região e faliu – era mal administrada e houve um período que a CCPL dominava 80% da compra na região e quando ela quebrou os associados foram muito prejudicados. Segundo o secretário de agricultura, a Cooperleite “roubava” muito e passou só a comprar e a revender para a Parmalat. Segundo um produtor, a Cooperleite colocava água no leite e pegava o dinheiro da venda à empresa, pagando menos ao produtor. Quando a Parmalat entrou em *crise* a Cooperleite quebrou suas finanças de

³⁰ Tesoureiro da associação.

vez e fechou. Ela foi comprada pela Rio Norte, que não conseguiu pagar a dívida, vendendo-a para a FRICAMPOS, que ainda não tomou posse do negócio. Ao conhecer Gabriel, o presidente da associação de moradores e produtores, ele me contou que primeiro forneciam para a Cooperleite, depois começaram a fornecer para a Glória. A Parmalat comprou a Glória, e ficou sendo a terceira empresa para qual eles forneceram. Logo após, por pouco tempo, venderam leite para Da Matta, e, naquele momento, estavam fornecendo, novamente, para a Parmalat, mas estavam pensando em deixar de vender para a Parmalat e fornecer para a Bela Vita.

Noutro momento, Gabriel rememorou que acompanhou desde a fase da produção da cana no local. Mostrou-me no morro em frente umas trilhas e disse ser os caminhos que percorriam carregando a cana nos ombros, pois ali a plantação era toda de cana. Eu o perguntei por que deixaram de plantar cana e ele falou que eram muitos produtores plantando cana. Assim, eu interpretei sua fala dizendo que havia uma concorrência, ele fez um gesto dos dedos da mão se esbarrando e repetiu: “muita concorrência”. Eu disse que, desse modo, os que tinham máquinas deviam ter vantagem, pois produziram mais. E ele concluiu dizendo que não era possível usar máquinas na região, porque é composta de morros. De fato, olha-se no horizonte e aparecem várias altas montanhas se encontrando.

Vando contou-me que chegaram a vender muitas laranjas, depois da fase da cana, porém veio a concorrência com as laranjas de Itaboraí – onde faziam uso de máquinas de selecionar laranjas – e a “doença”. Segundo ele, as despesas com mão-de-obra fizeram com que o custo para plantar aumentasse e acabou com a diversidade na região. Antes de começarem a trabalhar com leite, Vando disse que fizeram uma experiência, espécie de estágio, na Cooperleite. Antes eles plantavam muito arroz, mas passou a não compensar mais, porque o preço era baixo e ainda havia o custo com a mão-de-obra. Atualmente, as pessoas só trabalham se ganharem 30 reais por dia, enquanto antigamente eles faziam troca de trabalho com os produtores, que assim se ajudavam. No momento, alguns produtores estavam tentando plantar um pouco de arroz novamente, porque o preço subiu. Mas a atividade predominante é a extração de leite.

Em 2000, quando foi instituída a lei de que a empresa não recolheria mais o leite e teria uma quilometragem máxima percorrida pelo caminhão para recolhê-lo, a prefeitura, juntamente com a EMATER, doou um tanque de leite aos produtores. Um técnico da EMATER explicou-me que isso faria com que eles pudessem negociar com as empresas para escolher a melhor proposta, já que venderiam em quantidade, através

da associação. Segundo ele, no inverno as empresas procuram os produtores porque diminui a quantidade disponível de leite, mas no verão elas se impõem aos produtores.

Gabriel contou-me que o problema que tinham com a Parmalat era fruto de uma comunicação ruim. Eles precisavam que a Parmalat passasse o demonstrativo de pagamento antes do dia combinado para o pagamento, porque o contador dependia disso para passar o demonstrativo para os produtores. Além disso, quando recebiam um leite duvidoso, tinham dificuldade em fazer com que a Parmalat viesse atendê-los, pois a associação não tem o aparelho de medição específico e necessita da ajuda da Parmalat. Quando está faltando material, a associação precisa que os funcionários da empresa comuniquem se vão trazer, mas por vezes não comunicam. Gabriel enfatizou que se o leite estragar ele tem que ter uma explicação para fornecer aos produtores e saber quem vai assumir a falha. Sobretudo, Gabriel ressaltou que parecia que a empresa não se interessava em comprar da associação, vendo-os como “atravessadores”, mas Gabriel concluiu que juntos eles ficam “mais fortes”. Um dos motivos para Gabriel afirmar que a Parmalat parecia não ter interesse em comprar da associação era o suposto de que eles estavam pagando mais pelo leite individual, quando a associação produz em maior quantidade em relação àquele. O argumento da Parmalat de que pagariam mais pela melhor qualidade do leite era contraposto ao fato de que o leite recolhido na região era misturado num tanque só, portanto era usado pelo comprador para elaborar os mesmos produtos. A partir do momento em que o leite produzido pelos associados era qualificado como ruim e misturado a um leite considerado de boa qualidade para ser vendido pelo mesmo preço pela empresa, os produtores não julgavam justo que recebessem menos pelo produto. Thompson (1987), ao estudar os motins realizados pelos operários na época do industrialismo, ressaltou que os revoltosos possuíam outra moralidade e, em oposição aos valores financeiros, colocavam em jogo questões como *status* e prestígio, por onde perpassavam o sentido de injustiça. Da mesma forma, os produtores do Pires se sentiam enganados e injustiçados, através de uma moralidade própria.

Perguntei se o funcionário não retirava uma amostra antes de juntar leites provindos de diversos produtores e Vando respondeu que retiravam, mas o problema era como os funcionários da empresa iriam separar depois? A questão era que “eles” usavam o leite mesmo assim e vendiam. Ganhava-se o mesmo vendendo um leite de pior qualidade, porque deveriam pagar menos ao produtor? A norma da empresa não era naturalizada, podendo ser vista como uma forma de ter vantagem ou se aproveitar do

produtor. Esses atos considerados desonestos pelos produtores se adéquam a um código não vigente nas leis. Barrington Moore (1987) baseou os sentimentos de injustiça por ele estudados em uma ausência de reciprocidade vigente em um contrato implícito entre as camadas sociais. Nesta teoria, assim como apreciei em Cardoso, as regras não são aceitas como algo decidido pela autoridade superior, mas como normas racionalmente aceitas, passíveis de críticas e de transformação, em benefício de um bom relacionamento entre categorias sociais, que fundam seus comportamentos em princípios (Moore, 1987:154). A empresa lucrava tendo por base o trabalho e esforço do produtor, para quem o dinheiro não devia ser adquirido dessa maneira. Assim, o produtor recriminava a postura da empresa tendo como parâmetro a moralidade local. Da mesma forma, uma ex-funcionária da prefeitura me contou que a empresa desconta de quem fornece leite ácido, mas usam esse leite para produzir produtos mais nobres, como o queijo, e assim lucram mais. Ao conversar sobre isso com um associado, ele disse que “eles” dizem que “enjeitam” o leite, mas não devolvem para o produtor³¹. Suspeitando que o leite fosse utilizado, porém não pago.

Empresas de Leite X Produtores

No meu primeiro contato com a associação, enquanto almoçava na casa de Gabriel, conheci um funcionário que era encarregado da política externa da empresa Parmalat, o Fernando³². Ele veio acompanhado do carreteiro, terceirizado pela empresa. Foram à casa de Gabriel para conversarem sobre a continuidade do fornecimento à Parmalat, já que Gabriel cogitava deixar de vender a ela para vender a Bela Vita.

Eu não acompanhei a conversa desde seu início. Quando comecei a acompanhá-la Gabriel perguntava se a Parmalat não tinha como ajudar no monitoramento da qualidade do leite da Associação. Fernando respondeu que era uma obrigação da empresa e acrescentou palavras sobre a importância da qualidade do leite: “antes era só estar branco que as empresas compravam”. Fernando e Gabriel concordavam com o fato de que contaminar o leite era “um crime” e Fernando afirmou que quem faz esse tipo de coisa fará sempre.

³¹ Em outra ocasião, Vando me disse que, certa vez, a Parmalat “enjeitou” o leite da associação, dizendo que estava ácido. Os produtores pediram a um carreteiro de outra empresa para pegar e ele pagou o preço do leite bom.

³² Nome Fictício.

Gabriel contou um caso, quando falavam da qualidade do leite. Numa longa história, relatou que existia um associado que enviava um leite duvidoso para a associação e os representantes não descobriam o que era. Ele cheirou o leite e disse que era urina de vaca. Mas os representantes da associação não tomavam nenhuma providência e o tempo seguia passando. O produtor continuava corrompendo o leite e o exame que os produtores associados tinham condição de fazer não registrava a fraude. Certo dia, em uma reunião da associação, como estava sendo muito pressionado, o acusado compareceu e comentou que tinha “ouvido falar” que estavam dizendo que o leite dele tinha urina de vaca. Gabriel mencionou: “estão dizendo não, eu disse, e se não for verdade eu uso saia”. Antes de falar a frase de que usaria saia, Gabriel falou: não é menosprezando ou inferiorizando as mulheres, mas vocês vão concordar que eu ficaria esquisito para o nosso costume. Ele concluiu que, depois, enviaram uma amostra para fazer exame e a urina foi detectada.

Em outro momento, no qual eu fazia a linha com Gabriel, ele comentou que em uma reunião, Antônio, técnico da EMATER, declarou algo que provocou raiva nos associados, mas Gabriel gostou. Antônio teria dito que se não doesse no bolso do produtor ele não deixaria de contaminar o leite. Assim, a Parmalat cobrava qualidade do leite e os produtores cobravam que a empresa os auxiliasse a alcançar tal qualidade.

Fernando e Gabriel iniciaram a conversa sobre o preço do leite. Gabriel disse que estava sendo sondado por representantes da Bela Vita, que prometiam pagar mais pelo leite. Fernando perguntou quem eram os senhores que o estavam prometendo isso e, ao Gabriel citar os nomes de dois senhores, Fernando comentou que um deles era um “atravessador” que age no Brasil inteiro e muda de empresa constantemente. Tais pessoas não tinham “compromisso com a bacia leiteira da região”, segundo Fernando. Aumentam o pagamento pelo leite até que vem uma empresa e compra a antiga e os produtores ficam desamparados. Já a Parmalat era uma empresa mais estável e a maior atualmente, portanto era mais segura. A Parmalat não iria aumentar o pagamento quando outras empresas aumentam, porque depois ela poderia falir. Fernando fez um gráfico improvisado num papel e disse que tem uma época do ano que o preço do leite aumenta, que é o inverno, pois tem menos oferta. Depois desse período o preço do leite começa a diminuir novamente. Assim, a tendência era de que quando a Parmalat baixasse os preços as outras empresas logo a seguiriam, pois ela era líder no mercado. Mencionou que com a “globalização” algo que “acontece lá na china vai afetar aqui”. Fernando afirmou para Gabriel que estávamos numa realidade “capitalista” e falou em

“sistema”. Forneceu dicas, manipulando uma calculadora, para reduzirem custos ou aumentarem a qualidade do leite. Assim, conseguiriam economizar alguns centavos que no fim de vários meses, disporiam de um dinheiro a mais que permitiria adquirir mais um tanque de leite.

Fernando falou também, se referindo ao “sistema”, que o carreteiro não podia vir buscar pouco leite, pois no fim ele gastaria muito pagando óleo e não compensaria, advertiu sobre a economia no transporte que o aumento no número de tanques de resfriamento de leite poderia promover.

Essa foi uma conversa prévia em relação à negociação para que os produtores não trocassem de empresa. Gabriel convidou Fernando para ir à reunião da associação no dia seguinte e Fernando prometeu que iria. Depois dessa primeira conversa, eu peguei uma carona com Fernando, e o carreteiro, até o centro de Cardoso. No carro, a primeira palavra foi do carreteiro, comentando com Fernando que Gabriel ao menos entendia o que falavam, concluindo que ele era melhor que muitos outros produtores. E os comentários posteriores iam no sentido de criticar a falta de ambição dos produtores, enfatizando que eles tinham que ter mais tanques de resfriamento.

Fernando explicou-me que a qualidade do leite se mede pela menor quantidade de Lizarol, que é o teor alcoólico do leite. Comentou que a empresa está pedindo mapeamento de linha, para fiscalização GPS. Assim, frisou que o ideal é que os produtores não trocassem sempre de empresa. Com a instauração da “normativa 51”, se os produtores não obedecessem às normas ficaria mais fácil a punição por intermédio da empresa compradora de leite. Isso proporcionaria estabilidade para a empresa e produtores. Por exemplo, se o governo quiser autuar um produtor, quando for procurá-lo, ele já terá trocado de comprador, o que dificultaria a passagem das multas e causaria uma desorganização. Excetuando as observações sobre a qualidade do leite, os produtores desejavam receber mais pelo produto. A empresa argumentava que não poderia pagar mais, utilizando explicações sobre a conjuntura econômica. Em oposição ao aumento, o funcionário da empresa buscava planejar, com os produtores, formas de economizarem na atividade.

No dia seguinte compareci a reunião, pois consegui nova carona com Fernando. Durante a carona ele me contou que sua ocupação na empresa é realizar esse corpo-a-corpo com os produtores. Realizava assistências que atualmente tem muito pouco investimento por parte das empresas. Questionei-o sobre a importância de tais assistências e ele respondeu que tinha sido elaborada uma tese de doutorado que

afirmava que o produtor que recebe assistência da empresa dificilmente deixa de fornecer para ela, mesmo que proponham a ele um preço maior. Esse raciocínio se opõe a expectativa de lucro e abrange um comprometimento moral do produtor com quem o ajudou a melhorar suas condições de vida. A gratidão, junto à fidelidade, se sobrepõe à racionalização econômica. Ao que poderíamos conceituar como uma “economia moral”, assim como Thompson (1987).

Durante a reunião, que descrevi abaixo, podemos notar pontos importantes no confronto do representante da empresa com os produtores. O primeiro ponto é a racionalidade econômica da empresa e o alheamento dos produtores a termos e condutas regulados de acordo com ela. O segundo ponto remete-nos a uma moralidade dos produtores condizente com relações mais pessoalizadas e de confiança, que podem ser apreciadas pelo representante da empresa como ingênua e ignorante, pairando longe de seu universo burocratizado, onde a recorrência de tais normas se tornou, para ele, leis evidentes à sua cultura.

Ao chegarmos à reunião, uma das primeiras coisas que Fernando perguntou era se ainda existiam na associação alguns computadores que haviam sido doados. Um senhor respondeu que esses computadores existiam, mas quatro estavam funcionando, enquanto um estava com defeito. Assim, Fernando comentou que eles poderiam fazer um curso na localidade e retrucaram que tal curso já havia sido realizado. Fernando perguntou se possuíam telefone residencial, pois assim poderiam ter acesso à internet e responderam que não, ao que Fernando disse que poderiam colocar internet a rádio. Eu comentei que na prefeitura havia internet sem fio. Fernando falou: “ah, na prefeitura tem...” e ficou pensativo. Mas os associados não intervinham, pois não parecia ser uma necessidade imediata para eles e estavam ‘por fora’ do mundo “globalizado” que Fernando tanto enfatizava. Em outro momento, comentou comigo o técnico da EMATER que falar com os produtores em “globalização” e “capitalismo” “é a maior covardia do mundo”.

Fernando comentou na reunião que se a Parmalat pagasse mais pelo leite teria que diminuir o transporte, o detergente, a luz e, assim, aumentaria o custo para os produtores, que arcariam com tais despesas. Ele acrescentou que a produtividade da associação é muito baixa, pois rodar 55 km/dia para coletar 1.200 litros de leite era inviável. Assim, Fernando lembrou que vinha falando comigo no carro que “cada dia as coisas apertam mais” e mencionou a vinda do presidente da Parmalat à região, enfatizando que a primeira coisa que o presidente pediu foi um mapeamento de linha. O

ideal seria recolher 50 litros de leite por km rodado. Conseqüentemente, Fernando afirmou que trabalha com números e que a empresa é “capitalista”, seguindo o mesmo princípio vigente em nossas casas: “quando estamos com dificuldade de dinheiro, cortamos algumas despesas”. Concluiu: “a empresa é isso”. Há necessidade de pensar no transportador também, pois se ele paga óleo para pegar pouco leite, “no final ele está morto”.

Comentou que poderia acontecer de vir uma empresa e aumentar o preço, mas depois o preço iria cair novamente. Assim, Fernando perguntou quanto eles pagavam de caminhão por litro de leite transportado. Um senhor disse que pagavam quatro ou seis centavos, porém, há quatro anos atrás. Com isso, Fernando perguntou que tipo de caminhão eles usavam, se era um caminhão do PRONAF e eles disseram que sim. Ele afirmou que hoje se pagava até dez centavos por litro de leite e citou ainda que a Cooperleite “morreu” porque ia pegar o leite, pois ela tinha uma filosofia “socialista”. Assim, concluiu que não existe mais cooperativa socialista e “não é que a Parmalat quer que a Associação acabe, tem que fortalecer”. Com isso, um senhor disse que o carreteiro era “concorrente, ele bota tanque para competir com nós”. Fernando respondeu que isso aconteceu porque a Parmalat “abriu uma brecha”, assim o carreteiro comprou vários tanques e distribuiu para que outro carreteiro não recolhesse o leite dele. Ou seja, ao doar os tanques, o produtor não poderia trocar de carreteiro. A solução era, segundo Fernando, a associação distribuir tanque, pois o leite ia ter maior qualidade, reduzindo o intervalo de tempo da ordenha ao resfriamento. Fernando finalizou dizendo que os associados tinham que trabalhar juntos e se fortalecer.

Fernando olhou para mim e disse aos outros que com a crise que sofreu a Parmalat houve uma abertura grande para as empresas e transportadores, que tentaram ajudar o produtor, mas, no momento, tinha-se mais custo para pegar menos leite.

Um dos associados reclamou que, ao invés de a Parmalat vir acompanhar a qualidade do leite, ela cortara parte do pagamento direcionado a eles. Fernando afirmou que quem tem que cuidar da qualidade do leite é a Associação. Nesse sentido, responderam que “desde o momento que a gente estava sem aparelho e pedimos para vir” tinham que pelo menos comunicar algo. Por exemplo, disseram que se os funcionários da Parmalat fossem ou não enviar o material de limpeza era para avisar aos produtores, porque teriam que saber o que cabia a eles. Fernando afirmou que isso era parte da “conscientização” do produtor, que não era o laticínio que tinha que fornecer: “o produtor que não tiver consciência disso não pode fazer parte da Associação – me

desculpe a franqueza”. Acrescentou que o aparelho para medir a quantidade de água no leite era muito caro e inviável da Associação adquirir: “o produtor, a Associação que recebe tem que conhecer o produto e saber”. Um dos associados disse que o aparelho eles possuíam e que detectaram varias irregularidades entre os produtores, mas como o aparelho não dá certeza, tinham que coletar uma amostra e enviar para um laboratório³³. Logo, Fernando afirmou: “a gente tem que estreitar”. E os produtores concordaram. Os produtores enfatizaram a questão de a Parmalat não ter avisado, pois eles tinham telefone em casa: “a gente ficou em dificuldade”, “o cara que não bota água não aceita descontar dinheiro dele não, todos pagam por um”. Ao cobrarem maior assistência por parte da empresa, que envolvia o diálogo e uma relação mais personalizada, os produtores ouviam que a qualidade do leite dependia apenas deles, que deveriam ter consciência disso, excluindo alguma responsabilidade ou obrigação da empresa.

Por ocasião da questão que se levantava, Fernando ressaltou, novamente, que agora não é mais volume que conta e que a empresa paga até oito centavos a mais por causa da qualidade. Perguntaram se a qualidade do leite deles havia melhorado e Fernando disse que a qualidade do leite deles melhorou sim, pois o índice de álcool estava medindo setenta e oito ou setenta e seis. Assim, Fernando explicou que tem um índice que se chama FC, que reflete o nível de bactéria e concluiu que quanto mais rápido se gelar o leite melhor. Ele disse que quando os produtores formaram Associações “eles fugiram do controle da gente”. Falou da importância do galão ser bem lavado: “a bactéria aumenta numa velocidade que é complicado”. Um dos produtores acrescentou que não se precisava muito para isso, era só usar água e sabão. Fernando ressaltou a “higienização, o tempo do leite chegar no latão e a capacidade de resfriamento do latão”, ressaltando que esse tipo de galão de leite tem que acabar. Perguntou quanto tempo o leite demorava para chegar ao tanque e um rapaz respondeu que depende da linha: onde o caminhão passa às 7 horas as pessoas tem que levantar até 4 horas da madrugada para ordenhar, outros podem levantar mais tarde.

Logo, Fernando perguntou quem faz a segunda ordenha e responderam que ninguém ali fazia. Assim, ele afirmou que é importante para Associação fazer a segunda ordenha, pois pode aumentar a produtividade em até 20%.

Um senhor voltou ao assunto do carreteiro, dizendo que o produtor tinha que estar em parceria com a empresa e o carreteiro: “a gente não tem diálogo” com o

³³ O senhor que estava conversando inicialmente com Fernando disse que nem sabia que aparelho era esse e foi atrás de comprar, assim, descobriu que tinha aparelhos desse pra vender pertinho deles.

carreteiro. Esse mesmo senhor falou, logo depois, que na Parmalat eles não eram bem atendidos. Contou que ligaram para pedir informações para empresa e uma pessoa que atendeu disse para eles: “Vocês se viram com o leite”. Desse modo, esse senhor interrogou, revoltadamente, como a Parmalat botava uma pessoa para responder isso e que não deveriam empregá-la. Fernando respondeu, se armando de paciência introvertidamente, que não adiantava nada culpar o carreteiro e que se esse tipo de atendimento se der hoje ele podia ter certeza que a pessoa ia ser mandada embora. Isso podia ter acontecido porque a pessoa que atendeu ao telefone era de outro setor, pois, por exemplo, no laboratório havia gente que não sabia o que era um curral. Então, era para os produtores procurarem o pessoal da política leiteira e argumentou que agora os produtores tinham o telefone dele. Um senhor lamentou afirmando que já houve dia de não saberem o que fazer com o leite.

Gabriel perguntou o que acontece se o produtor põe bicarbonato no leite, qual problema o bicarbonato traz para o leite, pois, às vezes, o produtor põe bicarbonato e “põe sentido”. Fernando explicou que o bicarbonato servia para baixar a acidez, só que ele vai mascarar o leite naquele momento, depois de uma hora, uma hora e meia, mais ou menos, o leite vai voltar ao que era: um leite com acidez. Se o leite resistir ao teste, assim que chega à empresa, ele pode agarrar, “encrostar” na tubulação. Então, o leite vai sair com cheiro de queimado. Ou se o efeito do bicarbonato passar, depois a caixinha de leite vai estufar e ficar roxa, pois o leite fica roxo. Quando o produtor coloca bicarbonato, no tanque da Associação a acidez pode voltar, pois baixa o índice de bicarbonato e ele fica alcalino.

Assim, Fernando disse para eles prestarem atenção porque o leite com bicarbonato fica roxo e o problema de mamite também faz com que o leite fique roxo. Um dos senhores reclamou pelo fato de o carreteiro pegar um leite que podia “agregar” para os associados, porque o caminhão deles chegava lá.

Um senhor perguntou se a Parmalat estava vendendo ou financiando tanques e Fernando disse que eles estavam querendo emprestar, em um sistema de comodato, com uma possível venda futura ao produtor. Entretanto, ele acreditava que a empresa ia acabar vendendo, pois era mais fácil, e acrescentou que o produtor teria que fazer a manutenção. Logo alguém murmurou que assim ‘não adiantava nada’. Tal demonstração de insatisfação se coaduna com a observação do funcionário da EMATER quando argumentou que se eu os ajudasse em algo, teria que ajudar sempre e cada vez mais.

Gabriel questionou se a Parmalat não podia passar antecipadamente o detalhamento do pagamento para a associação. Fernando perguntou quando Gabriel paga os produtores e ele respondeu que pagava dia 20. Assim, Fernando explicou que a Parmalat fecha o pagamento deles no dia 15 e no fim do mês, e tinha que seguir a burocracia para dar tempo de corrigir e emitir a nota, e emendou: “em empresa tudo é amarrado”. Se a Parmalat paga dia 20, a alternativa, segundo Fernando, seria a Associação passar a pagar no dia 22. Gabriel disse que “eles pagavam antes” e concluiu: “se passasse o demonstrativo antes, o produtor já estava com o cheque na mão”. Fernando continuou insistindo para a Associação adiar em dois dias o pagamento. Assim, Gabriel afirmou: “vou falar o português claro, será que você pode dar um alô, que eu vou ligar para ele” – se referindo a algum responsável pelo serviço na Parmalat. Gabriel acrescentou que: “o contador a gente confia porque ele é severo, ele chia lá” e ainda contou um caso ocorrido no qual o contador teria telefonado para Parmalat para saber do envio do detalhamento, pois a empresa enviava para o contador. Com isso, Vando telefonou para Parmalat e a empresa comunicou que o detalhamento tinha sido enviado pelo carreteiro – o que nunca ocorreu antes – e “o contador esperando, ligando”. Um associado interveio e disse: “passamos do dia 15 pro dia 20 por causa disso, agora 22?!”. Fernando respondeu que está faltando só um ajustezinho para dar certo.

Além da ênfase sobre a qualidade e os cuidados devidos, já notamos até aqui relações valorizadas pelos produtores, que são a causa de suas principais queixas: falta de diálogo e desconfiança em relação ao carreteiro, falta de comunicação com a empresa, falta de ajuda, parceria, mau atendimento. Ao largo da burocracia empresarial, os produtores enfatizam a relação de proximidade, também notada quando Gabriel solicita ao Fernando que avise na Parmalat que ele irá telefonar e acrescenta que no contador “a gente confia”. A falta de ajuda é sentida quando a Parmalat não arcaria com a manutenção de um possível tanque ou no corte do envio de detergente e pagamento da conta de luz. Pois a empresa é “capitalista”, num mundo “globalizado” em “recessão”, onde acompanha as oscilações do “mercado” e precisa “cortar custos” para ter o lucro ambicionado no empreendimento.

Um associado levantou a questão do preço. Assim, Fernando mencionou que os juros aumentaram e que “está tendo uma recessão aí”. “As empresas estão fazendo uma ginástica pra se manter”, estão vivendo um “momento crítico”, “por isso estão secando o leite” e repetiu: “com a globalização, o mercado é assim, se acontecer algo na china

reflete aqui”. Em seqüência, um senhor comentou que em certo lugar o leite estava sendo vendido a um real, o que Fernando logo afirmou ser “mentira”. Com tal resposta, o senhor disse que de repente não se informou direito. Fernando seguiu dizendo que “as cooperativas viraram atravessadores de leite, quando o volume cai, elas se aventuram, só que isso não tem sustentabilidade”. Ele comparou com o “caso Monte Alegre”, ressaltando que “esmola demais, desconfia”, “não faz milagre”, “se não der para pagar mais a Parmalat não vai pagar”.

Por fim, Fernando se colocou a disposição, observou que os produtores tinham o número de telefone dele e disse: “mas uma mensagem eu deixo...” Entretanto, sua fala foi interrompida pela de um produtor, que afirmou: “a qualidade é importante, mas o dinheiro também”. Fernando respondeu: “pois é, as coisas mudaram”, “antes o produtor pequeno ia para Associação e você agora valoriza a qualidade”. “Porque o pequeno produtor antes desanimava ou se juntava numa Associação, mascarava o seu leite”, “a Associação tem um custo – caminhão, manutenção – que acaba não sobrando nada para o produtor pequeno”, é importante para Associação “buscar o aumento do produtor individual”. E disse ainda: “Na Parmalat não existe cooperativismo, senão não existiria Parmalat, Nestlé”. Um dos associados perguntou: “se a gente melhorar o leite tem como pagar mais um pouco?”. Fernando falou: “se o leite de vocês fosse ruim a gente não pegava, concorda?” e perguntou quanto tinham recebido pelo leite nessa última vez. Um associado disse que receberam 70 centavos pelo litro. Fernando disse: “não, dá mais”. Um senhor disse que o leite do Bingo tinha dado setenta e oito, setenta e seis centavos, “para o produtor livre”. Gabriel pediu esclarecimentos quanto a uma explicação que Fernando havia dado, disse que tinha ficado “confuso” porque Fernando falou em quantidade do produtor individual, mas com qualidade recebe mais? Ele disse que queria saber se um produtor individual com menos leite tinha como receber mais pelo leite. Fernando respondeu que não era mais importante o volume e que, agora, para conseguir exportar, o produtor terá que se enquadrar na normativa 51. E esse cadastro é individual, por CPF – Cadastro de Pessoas Físicas. Seguiu dizendo que esse cadastro será realizado em Brasília e a Associação não tem CPF, é visto como produtor coletivo.

Com isso, um dos associados perguntou: “se cada um tiver um tanque a Parmalat pega?”. Fernando disse que a Parmalat recolheria. Logo depois, um dos associados perguntou se tem um “projeto” no qual “cada tanque separadamente, tem como analisar separado para receber”. E Fernando respondeu que tem, citando um exemplo de um lugar no qual a qualidade do leite melhorou muito dessa forma.

Fernando disse que no sul cada produtor tem um tanque. Um dos associados disse que até três, quatro pessoas para um tanque funcionava bem, pois se é vizinho tem como fiscalizar, falar para o vizinho que ele não está cuidando bem do rebanho. Fernando enfatizou que no dia em que a normativa for cobrada vai melhorar. Assim, Fernando levantou e foi se despedindo. Eu cumprimentei os presentes também um a um e fui com ele. Os associados continuaram a reunião, que originalmente era uma reunião da diretoria.

Na reunião, Fernando contrastou o trabalho de uma cooperativa (na qual vigorariam parcerias) com o de uma empresa “capitalista”. Ele enfatizou que atualmente um negócio baseado em uma visão “socialista” não conseguiria se sustentar. O fato de a associação funcionar é visto como aumento de custo para o produtor pequeno. No entanto, em determinado momento, Fernando comentou que quando os produtores se reuniram em associações fugiram do controle da empresa. Além disso, ressalta o cadastro individual, segundo a normativa 51. Haveria, então, um movimento externo que forçaria os produtores a se desagregarem e, segundo as palavras de Gabriel, quando tive meu primeiro encontro com ele, as empresas os viam como atravessadores, mas juntos ficavam mais fortes. Portanto, existia uma tendência em desagregar os produtores, com o argumento de que receberiam mais e, conseqüentemente, estariam sob o controle da empresa. Mas o que significava estar sob o controle da empresa? A pressão dos produtores em negociação com a empresa diminuiria. Isso porque o produtor isolado, enquanto indivíduo, não poderia trocar de comprador, já que a empresa não pegaria leite de apenas um produtor, visto que o ideal seria recolher 50 litros de leite por quilômetro rodado. Os produtores se desagregariam mais e teriam que vender o leite da região para a mesma empresa. Se os produtores articulam em grupo, trocam de empresa mais facilmente, tirando a estabilidade da empresa quanto aos fornecedores. Com o cadastro individual e a retirada da associação unindo os produtores, aumentaria o controle da empresa sobre o produtor. Neste caso, ao invés de os produtores receberem mais poderiam receber até menos, pois tendo apenas uma possibilidade de empresa compradora ficariam sem condições de pleitear um preço mais alto, já que não teriam instrumentos para barganhar.

No carro, enquanto voltávamos da reunião, a filosofia liberal, que valoriza o esforço do indivíduo como explicação para a ascensão social sem levar em conta o meio social ou as disposições sociais que produzem ou conformam as possibilidades de vida do indivíduo, ficaram claras para mim na visão de Fernando. Fernando afirmou que o

que o Bingo conseguiu era mérito dele e citou exemplos de coisas que Bingo precisava e ele o ajudava, mas era Bingo quem procurava. Dessa maneira, Fernando disse que “basta querer”, que “o produtor tem que querer”, pois “assim ele consegue”. Eu comentei que Bingo era técnico agrícola e Fernando disse que sim. Desse modo, eu argumentei que Bingo tinha uma visão completamente diferente do Gabriel, por exemplo, que demorou um bom tempo para se lembrar da palavra lucro e disse que via que os produtores não tinham contato com muitas coisas perto deles, como a falta de conhecimento quanto à existência da Fricampos. Enfatizei que eles poderiam ter vergonha até de não serem escolarizados e que isso cria uma série de limitações. Se os produtores tinham um pensamento diferente e não entendiam muitas coisas, não era “culpa” deles – eu disse. E Fernando falou: “não é”.

Em outro dia, quando voltei à associação, perguntei ao Gabriel qual foi sua impressão sobre a reunião. E ele respondeu que a reunião foi o que ele já esperava e que, ao menos, Fernando sabia dar explicações e comparou com outro representante que só dizia que o assunto não era de sua competência. Criticou tal postura, já que os funcionários podiam informá-los por ter uma visão mais ampla do que eles, que estão na associação. Em outra ocasião, Gabriel me falou que a reunião com o representante da Parmalat para ele não teve “proveito” algum, “não serviu para nada”. Conte para Gabriel que Fernando tinha dito que bastava o produtor querer para melhorar de situação. Com isso, Gabriel disse que havia ocorrido um leilão em um município próximo e que ele gostaria de ir e, se pudesse, comprar um animal. Mas, seguiu explicando, ele não pode, então, não é só querer. Gabriel tinha que trabalhar freneticamente para garantir o sustento no fim da quinzena ou do mês. Ele disse que gostaria de ter “uma vaca dessas que o pessoal diz que dá 30 litros”, uma vaca inseminada.

Após a visita do representante da Parmalat, comecei a especular com alguns produtores se realmente iriam mudar de comprador. Um rapaz, Gustavo³⁴, que auxiliava no processo de chegada do leite ao tanque de resfriamento da associação, disse que eles iam mudar para a Bela Vita, pois a Parmalat estava pagando setenta e dois centavos com o valor referente ao incentivo do governo, enquanto a Bela Vita estava pagando setenta e nove centavos sem contar com o incentivo do governo. Eu perguntei se toda vez que eles trocavam de comprador era por causa do preço e Gustavo respondeu que sim,

³⁴ Nome fictício.

porém acrescentou que a Parmalat os “sacaneou” muito também. Um associado, que cuidava do recebimento de leite, comentou que, certa vez, souberam de uma reunião com oito associações que articulavam deixar de fornecer para a Parmalat. Eles foram nessa reunião, mas mesmo querendo ingressar no grupo não puderam, porque, como a empresa para a qual mudariam se localizava em São Fidélis, o leite de Valão dos Pires ficaria muito distante para a empresa recolher. No momento, estavam tendo uma boa oportunidade de mudarem de comprador. Ele disse que quando havia voltado de uma viagem pegou dois produtores colocando água no leite. Enviou amostras para Parmalat, que mandou os resultados escritos à caneta num papel. O associado ressaltou que os produtores podiam pensar que ele havia escrito e falsificado um exame, por isso recriminou a atitude da Parmalat e solicitou resultados que parecessem mais confiáveis para mostrar aos produtores.

A associação realizou uma reunião para receber os representantes da Bela Vita, com sua proposta. Não estive na reunião, mas um dos produtores me enfatizou que os donos da Bela Vita tinham vindo na reunião e que durante todo tempo que estão com a Parmalat o dono nunca veio conversar com os produtores na associação³⁵. Vando disse que isso era bom e, conforme um dono da Bela Vita ressaltou, eles podiam dar uma resposta rápida ao produtor. Com isso, Vando perguntou aos donos se eles podiam pagar um veterinário para a associação: “um olhou pro outro” e falou: “a gente pode pagar não pode?”. Atualmente, era obrigação ter um veterinário e por isso a associação estava tendo que pagar uma multa. Os donos ainda prometeram que podiam pegar o leite quente, ou seja, se o tanque de resfriamento não estiver funcionando. Mas, Vando acrescentou que sendo a Bela Vita fisicamente mais próxima, em Italva, eles mesmos poderiam levar o leite no caminhão se isso acontecesse.

O dono teria dito que parava o que estivesse fazendo para atender um produtor, pois se o produtor for até a Bela Vita é porque tem um assunto importante a tratar. Vando e um rapaz afirmaram para mim que já conhecem o dono da Bela Vita e que ele é confiável. O dono teria dito para os produtores telefonarem para qualquer número com o prefixo 2732, que é de Italva, e perguntar sobre ele, pois só iam “falar bem” dele. Assim, Vando me disse que queria mudar, mas tinha que ir com a maioria. Ele

³⁵ Segundo Vando, os associados ficaram um ano e meio ligando para a Parmalat esperando que eles ajudassem com a qualidade do leite e ainda descontaram 500 reais e todos os produtores tiveram que pagar pelos que põem água.

comentou que se esqueceu de perguntar ao dono se poderia fornecer ração mais barata para vender na associação, porque os preços haviam subido muito.

O temor em trocar de empresa compradora de leite residia em uma experiência anterior que os produtores tiveram com a Da Matta. Segundo Vando, na época em que a Parmalat não os pagou, eles mudaram para Da Matta. A Parmalat voltou a procurá-los com a proposta de que voltassem a fornecer para a empresa, que pagaria a dívida em parcelas. Os produtores acharam que o parcelamento não interessava, queriam receber o valor total e continuaram fornecendo para a Da Matta. Contudo, a Da Mata baixou repentinamente em dez centavos o preço. Logo que a Parmalat voltou a procurá-los, voltaram a fornecer para ela, após quitarem a dívida. Do mesmo modo, tinham medo que os preços da Bela Vita baixassem repentinamente, porém o dono da empresa declarou que os preços da Bela Vita acompanham o mercado. Os produtores realizaram uma reunião de votação, com a presença dos donos da empresa, e a maioria decidiu trocar de empresa compradora. Em uma outra reunião, na qual estive, a esposa de um associado perguntou ao Vando se a Parmalat havia procurado por eles. Vando disse que quem procurou foi o carreteiro e ofereceu tirar três centavos do seu caminhão em benefício deles. Como esse carreteiro disse, enquanto eu estava no carro voltando ao centro de Cardoso de carona com Fernando e ele, Cardoso “é um copo de leite para a Parmalat”.

O que ressalta principalmente na ênfase de Vando para fornecer leite para a Bela Vita é a relação pessoalizada com o dono da empresa, que ao vir na reunião da associação pôde demonstrar consideração com os produtores, confiabilidade e vontade de ajudá-los a resolver seus problemas com o leite. Destaco o artigo de Sigaud (1996) que mostra como a cobrança de direitos em determinada localidade de Pernambuco, parecia romper com uma estrutura de dependência patrão-cliente, mas na verdade, tal cobrança acontecia pela relação pessoalizada com o líder do sindicato, que ajudava os trabalhadores. Ao mesmo tempo, os trabalhadores mantinham uma relação burocratizada com os donos da fazenda. Nessa configuração, os empregados só chegavam a ter relações com os funcionários da fazenda, não desenvolvendo nenhuma relação de troca e confiança com os proprietários. A busca por direitos se dava não pela intromissão de uma lógica menos hierarquizada, mas pela relação de interdependência com o líder do sindicato, capaz de promover a obtenção de melhorias aos trabalhadores, que lhes eram fiéis.

Do mesmo modo, a troca de empresa fornecedora de leite segue uma concepção parecida. Houve diálogo e a expectativa de uma melhor comunicação futura, além da proximidade física e disponibilidade demonstrada. Outro aspecto a ser enfatizado é a possibilidade de pagar um preço maior justamente pela empresa ser menor, pois sofreria menos com as crises externas, enquanto a Parmalat poderia ser mais afetada pelas recessões. As regiões menos desenvolvidas economicamente são menos dependentes de insumos importados e de mercados externos, podendo ser um fator positivo, pois a estabilidade do mercado de trabalho e sua resistência a crises externas é maior do que em áreas “mais desenvolvidas” (SEBRAE, 1999:36).

Governos X Produtores

Nessa sessão demonstro a situação de órgãos de governos no local e descrevo um momento de relação entre eles e os produtores.

Fui à secretaria de agricultura e conversei com o secretário, Luiz³⁶. Ele me contou sobre os projetos que a secretaria estava tentando conseguir para a agropecuária de Cardoso Moreira. Luiz citou um projeto de mini-laticínio que estava tentando implantar: uma feirinha para os produtores venderem seus produtos e um Parque de Inseminação. Argumentou que primeiro tinham que dar o “primeiro passo” para depois conseguir outras coisas. Quando tivessem um parque tecnológico, por exemplo, podiam conseguir equipamentos.

O secretário executivo do PRONAF, Rezende, me explicou que dentro da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do governo do estado havia o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS) e dentro desse conselho existia a Câmara Técnica de Agricultura Familiar. É esse colegiado que aprova ou não os projetos vindos dos municípios. O projeto do mercado familiar de Cardoso foi aprovado em 2006, mas Rezende não acredita no funcionamento desse mercado por falta de planejamento. Citou que o maior número de assentamentos está em Campos e que lá tem mercado consumidor, já em Cardoso a iniciativa possivelmente não se sustentaria pela falta de mercado consumidor e incapacidade dos produtores em negociar e vender.

³⁶ Nome fictício.

Embora o projeto da feirinha tenha sido vetado na Câmara Técnica, Luiz disse que conseguiu aprovação para implantar através de uma instância superior. Já o projeto do parque de inseminação artificial não foi aprovado pela Câmara técnica, mas a secretaria municipal conseguiu verba através de um deputado estadual para implantar o projeto no Parque de Exposições de Cardoso Moreira. Segundo Rezende, esse projeto, que demandava unidades móveis para melhoramento genético, não fora bem escrito e parecia não ter possibilidade da iniciativa se sustentar. Um funcionário da secretaria estadual de agricultura disse-me que o projeto era ruim e foi apresentado três vezes e negado. Não teria viabilidade, não mencionava o público com o qual trabalharia, quem trabalharia no laboratório, os demais profissionais etc.. Quando eu perguntei ao Luiz se ele sabia porque o projeto tinha sido recusado na Câmara técnica ele não respondeu, porém, em determinado momento, pensou alto: “eu acho que eles não tem técnica para escrever projeto não”. Luiz disse que os projetos são escritos da seguinte maneira: ele fala o que quer para um rapaz que trabalha na Ong Iamasol, que funciona em Campos, e ele escreve o projeto.

Luiz falou sobre o projeto de mini-laticínios. A intenção do secretário é comprar o leite do produtor a sessenta e dois centavos e vender queijo, iogurte, coalhada entre outros a um real. Luiz disse que foi perguntado, por representantes do governo do estado, como ele venderia os produtos a um real e Luiz teria dito: é só tirar o atravessador. O atravessador, em sua percepção, era a Parmalat. Luiz suspeitava que a não aprovação desse projeto se devia a “pressão” da Parmalat no governo do estado e acrescentou que o governo do estado, por exemplo, colocou muito dinheiro na CCPL para reerguê-la. Ao conversar sobre esse projeto com Laís, ela afirmou que era impossível vender os produtos a um real, pois a cobrança relacionada à saúde pública era grande, não era um processo simples. Além da inspeção sanitária, tinha a despesa para beneficiar o leite. Também contei sobre o projeto para Fernando, durante a carona que me deu, e ele questionou porque o secretário não propunha uma parceria com a Parmalat, dizendo que “fazem política” porque querem dizer, no fim, “que foram eles que fizeram”.

Essa dificuldade da secretaria de agricultura em realizar projetos se unia a uma fraqueza do órgão de extensão e assistência técnica do estado no local. Algumas pessoas diziam que a EMATER estava “acabada” ou “falida”. A gestão municipal anterior tinha que pagar a gasolina e deixar carros à disposição do órgão, para que uma parceria fosse efetuada, dando possibilidade de levar assistência a cada produtor.

Alguns produtores demonstravam desinteresse pelas iniciativas da EMATER. Quando peguei carona com um dos técnicos da EMATER ele convidou um senhor de Valão dos Pires, que limpava o reservatório dele para por peixes, para ir a um curso em outro município. O produtor, que mal o olhava, afirmou que não queria ir e acrescentou: “depois você me conta”. Dirigimo-nos para a associação e lá o técnico convidou um produtor para ir ao curso, mas este disse que iria trabalhar. Após a realização do curso, eu soube que foram quatro pessoas e tiveram que dormir uma noite no local do curso. Ao sairmos da associação, visitamos um tanque de resfriamento de leite em São Joaquim. Era pequeno e precário, havia dois senhores trabalhando, que mal olhavam para o técnico e não conversavam com ele, fomos embora pela falta de assunto.

Conversando com o técnico no carro, ele me disse que sua função era levar as melhores coisas para o produtor, o melhor tipo de feijão, por exemplo, e as orientações das pesquisas. Segundo ele, a assistência técnica se referia à implantação de projeto e acompanhamento da condução da cultura, além de ajuda no crédito. Já a extensão levava ao produtor o conhecimento geral e as novidades, como o pastoreio rotacionado, conduzindo o produtor ao encontro de novas tecnologias. Promovia o intercâmbio do produtor, levando-o para conhecer fazendas aonde o trabalho era melhor executado para que aprendessem. Falou-me sobre um projeto de Micro-bacias, conduzido pelo secretário estadual de sustentabilidade e financiado pelo Banco Mundial, que liberou 72 milhões de dólares e doou mais uma quantia ao projeto por ter sido bem executado. Era um projeto que se integrara a vários outros, inclusive ao PRONAF.

Apesar do entusiasmo desse técnico, as pessoas não se interessavam muito pelas “novidades”. Quando fui “fazer a linha” com um produtor comentei sobre essas percepções que tive. Ele disse que tal técnico falava muitas coisas que não iam acontecer. Quanto à sua presença no curso, ele disse que iria trabalhar, porém, se não fosse trabalhar ele arrumaria outra desculpa. Comentou que o técnico ia na reunião e falava em transferência de embrião. Para o produtor, isso “não faz sentido” se havia gente no Pires que “nem uma vaca tem”. No caso de “inseminação ainda faz sentido”, mas para isso a prefeitura teria que fazer um trabalho de acompanhamento do rebanho com o produtor, uma “fiscalização” em cada propriedade. O técnico ia às reuniões da associação para falar de micro-bacias e os produtores “escutam por educação”. Questionou quem iria executar o projeto de micro-bacias e respondeu que, no fim, iria ser os produtores, mas eles não têm tempo para isso. O produtor concluiu que, o que o técnico fala, não serve para ele. Ele comentou que o técnico dizia para eles cuidarem

das vacas, mas questionou: “cuidar da vaca e colocar naquele pasto ali” – me apontou um morro com falhas no capim seco. Uma colega que morava no centro me contou que sua avó mora no Pires num local chamado Lama Preta, onde só existe a casa deles no local, pois os demais moradores teriam abandonado a região. Seus avós tinham vacas, mas já haviam vendido todas e, além disso, não têm como investir, pois, agora, não serve mais cocô de vaca para adubo, por exemplo. Eles têm que produzir em bastante quantidade e o lucro é pouco para que eles possam investir e melhorar a situação.

Outro técnico da EMATER, Antônio, disse que apesar da situação da EMATER é ela quem “carrega nas costas, senão a coisa não anda”. A EMATER teria “credibilidade” e muitas vezes “a prefeitura atua através da EMATER”. Perguntei ao Antônio qual era o papel da EMATER na sua visão e ele disse que era “complicado” e pensava muito sobre isso: “se não estiverem inseridos outros órgãos no nosso papel está faltando um pedaço do corpo”, “se não estão envolvidos fica difícil”. “Os produtores não têm dinheiro, não é problema da EMATER” e “se não conseguem comercializar também não é problema da EMATER”, “assistência técnica só, não vejo”. “No meio desse monte de papel a gente fica perdido, a gente acaba fazendo coisa que não tem a ver”. Levar a tecnologia não é só “conhecimento”, “é máquina também”, pois “se o produtor não tem acesso...”. “Você se empolga muito e depois perde o entusiasmo, você fala tanto, se não vai acontecer nada”. Antônio acrescentou: “eu sei o que é produtor rural, eu entendo, o produtor anda em cima de espinho” – falando com ênfase – “não quer saber de disco voador, não quer saber de internet”. O produtor tem que “saber melhorar a tiragem de leite, nem vaca tem, vai querer saber de proposta de transferência de embrião?”. “Não tem que inventar história... Os nossos produtores são: pobres, velhos e analfabetos”, “nasceu ali tirando leite, vou falar em usar alta tecnologia, é a maior covardia do mundo”. Comentou que a alta tecnologia nem é o “*Know-how*” da EMATER e que tinham que tentar, com o produtor, melhorar o que ele já tem, “se ele tira 20 litros, vamos tentar levar para 30, melhorar a alimentação, trazer a inseminação”. Eu concluí que não tinha mágica e ele falou que eu disse certo, não era mágica, era trabalho.

Perguntei-o porquê eles não trabalhavam com a universidade e Antônio falou que já realizaram algumas parcerias, mas a universidade não tem verba, se for trabalhar com projetos de extensão teriam que dar condução e demais suportes.

No parecer de Antônio percebemos que falta articulação entre órgãos com competências diferentes para que as iniciativas funcionem em longo prazo. Por outro

lado, ele sustenta a descrença do produtor rural, o qual possui nitidez de que as coisas, envoltas em uma estrutura, são difíceis de mudar e melhorar. Assim, convém lembrar que em Elias (1987:25) a figuração em si pode se manter durante muitas gerações com um ritmo de transformação lento ou até mesmo inalterável, enquanto os indivíduos que a compõe mudam mais rapidamente.

No Pires, Vando me contou que, no dia seguinte, viriam pessoas da secretaria estadual para falar sobre micro-bacias, mas me adiantou que não encontrariam ninguém por causa do horário em que viriam: três horas da tarde. Fui à EMATER no dia seguinte e encontrei as pessoas que iriam ao Pires, porém não consegui carona e fui de táxi. Falei com o responsável pelo projeto de micro-bacias pela EMATER de Campos, Aduino, que poderia não ir quase ninguém na reunião, porque o movimento do leite terminava às 11 horas e o posto de saúde, que funcionava dentro do prédio da associação, fechava às 14 horas, quando os produtores tinham que cuidar do rebanho. Porém, Aduino declarou que os produtores tinham sido avisados por Campos e que iriam comparecer. Quando chegamos lá, a reunião começou com quatro pessoas do Pires: Gabriel, Vando, Itamar e Josiold. No fim da reunião um rapaz apareceu e as esposas de Itamar e Josiold também. Havia dois representantes da Coppe (centro de ensino e pesquisa em engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), que estavam responsáveis por capacitar um representante da prefeitura e um da EMATER para incubar o empreendimento dos produtores. O representante da Coppe que ministrou a reunião se chama Alexandre³⁷ e seu companheiro Ivan³⁸. Jairo era o representante estadual da secretaria executiva da região norte e também estava na reunião.

Alexandre iniciou a reunião falando do diagnóstico realizado pelo COGEM (Comitê Gestor das Micro-bacias), que se inseria no Plano Executivo de Micro-bacias (PEM), no qual consta a existência de um grupo na área interessado na farinha e outro no leite. Ele e Ivan faziam parte de um grupo que visava assessorar empreendimentos e capacitar pessoas. Alexandre falou em incubação, citando o exemplo da incubadora de pintinhos que todos deviam conhecer e acrescentou que o técnico da EMATER e o Eduardo seriam os executores do projeto.

A incubadora estava em parceria com o Governo do Estado, que estava em parceria com as prefeituras. Alexandre disse que vieram gerar a “viabilidade do grupo para um desenvolvimento econômico ou das pessoas do grupo”. E queriam saber se o

³⁷ Nome fictício.

³⁸ Nome fictício.

grupo desejava “trabalhar a assessoria”. Ninguém respondeu e Alexandre ressaltou que antes eles faziam uma atividade rápida. Jairo pediu para falar aos produtores e mencionou que queria pedir desculpas a eles pela data e o horário estipulado, falou que a atividade era voltada para o grupo do leite e que inicialmente eles tinham identificado três grupos no Pires: farinha, doce e leite.

Acrescentou: “nós não estamos impondo nada, o grupo é que vai dizer” se quer trabalhar a proposta. Disse que o diagnóstico foi uma radiografia e que isso faz parte do projeto. Os integrantes da Coppe “acompanham os técnicos da EMATER não só aqui, mas em todo estado do Rio”. Alexandre enfatizou que acompanham a “forma de estar gerindo o grupo” para que resulte num “desenvolvimento econômico e profissional”. Logo Jairo comentou que a Coppe faz trabalhos em favelas, no nordeste e mencionou que eles auxiliam “cooperativas produtivas”. Assim, Alexandre disse que a incubação não era algo de curta duração e que eles estariam acompanhando os integrantes da associação até o final do ano de 2008 e durante todo o ano de 2009. A “Coppe vai construindo e caminhando junto” com eles “sem estar no dia-a-dia”, mas realizaria intervenções e cursos.

Alexandre mencionou que iniciariam o que chamavam de “análise fofa”. Josield (produtor) imediatamente falou que na área o que se via era monocultura e que a produtividade era baixa, então eles tinham que melhorar a genética e o manejo. Em resposta, Alexandre enfatizou que a análise fofa não era realizada daquela maneira e que eles iriam realizar uma atividade. Pegou quatro folhas de papel cartolina e escreveu, respectivamente: Fortalezas (interna); em outro fraquezas (internas); ameaças (externas) e oportunidades (externas). Alexandre explicou que a palavra “interna” se referia a coisas sobre as quais o grupo podia agir e “externa” eram coisas que não dependiam da ação do grupo. E forneceu um *pilot* para os produtores escreverem. Era uma atividade muito acadêmica para os produtores, que tinham dificuldade em escrever. Os representantes de órgãos se afastaram e deixaram os produtores sozinhos para discutirem e realizarem os registros. A esposa de Josield disse que não era do grupo do leite e sim do doce, mas disseram para ela ficar, assim como a esposa de Itamar. Os produtores pouco falavam, Gabriel quase nada dizia e Vando nada disse. As mulheres falavam mais e Josield também. Incumbiram Itamar de escrever na cartolina, ele teve alguma dificuldade.

Eu fiquei um pouco desalentada de terem feito esse tipo de atividade, pois não combina com eles, se para ser empreendedor tem que saber redigir, já estão excluídos. Com algum custo fizeram e Gabriel fazia uma cara irônica de “isso não vai dar em nada” e “manjava.” (Diário referente ao dia 11 de julho de 2008)

Em fraquezas colocaram: poder aquisitivo, baixa produtividade, falta de manejo e falta de genética. Em ameaças: falta de mão de obra, erosão e estrada. Em oportunidades: curso de melhoramento genético, linha telefônica, linha de ônibus e melhoramento de pastagem. Assim, Alexandre se aproximou e pediu que os produtores apresentassem o que tinham feito. Com algum custo eles tentaram apresentar. Nessa hora, Gabriel foi para a janela e eu olhei para ele numa comunicação silenciosa. Iniciaram a apresentação com o item ameaça e falaram da falta de mão de obra, já que as pessoas migravam por causa das condições locais. Mencionaram, após, a precariedade da estrada, que quando chove piora e quando seca fica cheia de buracos. Alexandre perguntou se eles tinham idéia de como resolver esses problemas. Falaram que a falta de mão de obra era devido à saída de gente do campo, assim teria que melhorar as condições – Josield era quem mais falava. A estrada era responsabilidade da prefeitura, que tinha que empedrar e não só passar a máquina. Uma pessoa perguntou: “você podem ajudar a conseguir isso pra gente?”. Alexandre respondeu que não. E Ivan disse em resposta: “vocês”. Alexandre declarou que eles é que tinham que tentar conseguir e estavam fazendo só um primeiro contato para “a gente se conhecer melhor”. A filosofia do é só querer parecia vigente nas afirmações, quando as coisas são amarradas politicamente e culturalmente.

A esposa de Itamar disse, educadamente e amigavelmente, que aquilo de identificar problemas eles já tinham feito e já estavam acostumados a pedir, “o pessoal” da prefeitura tinha ido lá e feito reunião, mas depois as coisas foram... – e fez um gesto como quem dissesse que foram deixadas de lado. Josield comentou que existia um bom projeto de plantar eucalipto e que ele podia pegar o financiamento, mas as mudas que vinham por intermédio de um órgão público não chegaram, como ele ia plantar sem mudas? Com isso, Josield enfatizava a dependência e falta de articulação entre os órgãos para que a iniciativa desse resultado.

A esposa de Itamar continuou falando que foram algumas pessoas na associação e perguntaram o que eles estavam precisando, porém “todo mundo” ficou calado. O senhor falou, na ocasião, que se ninguém falava nada era porque não estavam

precisando de nada, mas ela concluiu que não adiantava pedir. Tal observação ressalta descrença dos produtores em dias melhores. Um produtor comentou que o governo era “bem intencionado”, “mas não sei de onde está partindo as falhas”, “a ambulância está aí porque vem a política”. E a esposa de Itamar afirmou que os moradores do campo vão saindo e para fixá-los têm que ter melhoramento. Josiold acrescentou que tem dois filhos e perguntou: “eles vão ficar aqui como?”.

Itamar mencionou que para se aposentar na roça é mais difícil, já o empregado tem mais facilidade. Fez menção a um senhor que tinha a mão grossa e, ainda assim, tinha que provar que era produtor. Ivan – integrante da Coppe – parecia impaciente, e sem vontade de penetrar no mundo dos produtores. Alexandre disse que eles estavam ali para “ensinar a planejar a curto, médio e longo prazo” e perguntou se tudo aquilo que eles diziam foi informado no “PEM” – Plano Executivo de Micro-bacias. Os produtores eram vistos como capazes de melhorar sua situação, enquanto eles próprios, por experiência, não possuíam essa esperança.

Alexandre pediu que apresentassem o outro cartaz. Era o das fraquezas, os produtores leram e Alexandre pediu que identificassem o motivo da baixa produtividade. Disseram, rapidamente, que era pela qualidade do pasto, a genética, e falta de irrigação. Josiold advertiu que não adianta fazer piquete tem que irrigar. Perguntaram se tinha recurso no projeto para isso e, em resposta, Alexandre perguntou se todos ali eram do COGEM e responderam que sim. Ele disse que existia recurso do projeto para algumas coisas, para estrada não havia e mencionou que já existe produtor que está tendo melhora no pasto.

Alexandre esclareceu que a proposta deles se relacionava “ao cooperativismo que é irmão do associativismo” e que eles trabalhariam o “planejamento do grupo”, veriam “aonde o grupo quer chegar”, “qual é o ideal do grupo”. “Envolveria não só a liderança, mas todo o grupo”. Quem trabalharia com os produtores seriam o técnico da EMATER e o Eduardo, representante da secretaria de agricultura da prefeitura: “você querem topar a proposta?”. Alexandre explicou que em dois meses eles teriam oito encontros para trabalhar o planejamento do grupo, a “prospecção de mercado” entre outras coisas. E, as oficinas seriam ministradas mais a frente.

Josiold perguntou se ia os “onerar” em algo e se eles teriam que se deslocar para fazer os cursos, porque o técnico da EMATER tinha umas propostas de cursos que eles tinham que ir para Conceição de Macabu. Alexandre falou que não, muito pelo contrário, eles estavam vindo oferecer algo e não cobrar por isso e que os produtores

não precisariam se deslocar. Quem se deslocaria seria o técnico e o Eduardo. Alexandre frisou que não seria algo enfadonho com “um professor dando aula” lá na frente para os produtores, mas sim uma dinâmica. Josield disse: “acho que é bom sim”. Com isso, Alexandre ressaltou que os produtores teriam que se comprometer a ir às reuniões com o Eduardo. Desse modo, os produtores se queixaram da hora por conta do período da tarde ser a hora do “trato” do rebanho. Alexandre argumentou que a hora era “combinação de vocês”. Perguntaram se tinha que ter uma quantidade certa de gente e Alexandre respondeu que era o grupo do leite. Os produtores insistiram na pergunta e Alexandre disse que uns 70% teriam que frequentar. Então, Alexandre perguntou se eles queriam um tempo para entrar em contato com as pessoas e ver quem estava comprometido. Os produtores disseram que sim e iriam elaborar uma lista com os nomes. Alexandre falou que Eduardo podia vir na reunião e explicar o projeto para eles. Então, Gabriel sugeriu que seria melhor marcar uma reunião no dia do pagamento, que é por volta do dia 20.

Josield perguntou se daria para fazer um “intercâmbio” para aprender os manejos pelas redondezas, através COGEM, com os funcionários da EMATER. Aduato respondeu que podiam fazer isso pela EMATER e que quanto mais se conversa mais se aprende e que “quando se vê o trabalho de um colega, não tem segredo”. Se perguntar ao produtor se, apesar do trabalho, ele está ganhando dinheiro ele não vai esconder – enfatizou Aduato.

Durante a dinâmica, na hora da apresentação, na cartolina em que deviam colocar as “ameaças”, um produtor brincou dizendo que a ameaça era o atual prefeito ganhar de novo e tapou a boca como quem não devia ter dito nada. Gabriel comentou que se o técnico da EMATER, que executaria o programa, estivesse ali teria chamado a atenção dele.

A reunião terminou e eu segui conversando com alguns produtores, um me contou que ele estava querendo tombar a terra e pediu uma escavadeira à prefeitura. Na prefeitura, foram saber com o cabo eleitoral de Renato no Pires, se o nome dele estava na lista dos votantes. Como não estava, o cabo eleitoral avisou para não atender. Outra senhora falou que tinha pedido para ligarem a luz na casa dela e não ligaram pelo fato dela não ser eleitora.

Em outro dia, perguntei a um associado se a reunião o agradou e ele disse que o projeto era bom, mas que tal projeto de micro-bacias já estava sendo falado há dez anos e que eles nem acreditavam mais: “um dia que vier para um a gente acredita”. Falei que

os rapazes da Coppe disseram que estavam começando a fazer melhoras no pasto e ele enfatizou que era “mentira”. O que teria acontecido era que o vice de Jéferson prometeu fazer um serviço no pasto de um senhor no Pires. Esse vice era o técnico da EMATER responsável pelo projeto de micro-bacias.

Percebe-se a falta de preparo da secretaria de agricultura da prefeitura, a falência e não articulação do principal órgão do governo do estado na região (EMATER) e a pressão, através de políticas públicas, para que os produtores adotassem elementos (ditos “capitalistas” e escolarizados) estranhos a sua realidade. A falta de assistência, bom funcionamento e continuidade das políticas públicas geravam a descrença dos produtores em relação à melhora de suas condições de vida. O mau funcionamento dos órgãos e das políticas públicas, para os produtores, se resumia na disputa política.

Capítulo 5

Vínculos por Emprego e Recusas de Vínculo: o favor e o direito

Neste capítulo almejo mostrar o governante como empregador, aquele responsável pelos empregos na cidade. Na disputa pelo controle da administração municipal, verificamos uma figuração na qual posições profissionais dentro dos órgãos da prefeitura eram uma vantagem ao político pleiteante ao cargo de prefeito. Formava-se uma teia de relações de interdependência e ao mesmo tempo um jogo de forças. Nesse jogo de forças, o capital humano, dentro da prefeitura, conformava **gente de** um lado político e de outro. A expressão gente de foi ressaltada por Queiroz (1975) e se adéqua ao caso dos funcionários na prefeitura de Cardoso Moreira. Para Queiroz (1975: 156), gente de indicava imediatamente um indivíduo ligado a um coronel numa posição inferior, e deixava explícito se a posição do indivíduo era de apoio ao poder local, ou regional, ou a ele contrário.

A coerção social era sentida, dentro desse jogo de forças, de forma diferente entre os contratados e os concursados. A fidelidade e a gratidão tinham um ‘tônus’ diferente, em geral, para cada categoria. A fidelidade, desencadeada por uma relação contínua, estava muitas vezes acima da colaboração com o patrão do momento, como é mais evidente no caso dos concursados. O pagamento do salário não desencadeava a gratidão imediatamente, por isso existia quem aceitava o oferecimento de um emprego e votava em outro candidato como recusa de um vínculo, evitando “se vender”. Assim, não é só o fato de dar que cria o vínculo, mas a amizade e confiança em torno da relação de troca, desencadeado pelo compromisso com o outro na solidez de uma relação.

O capítulo está organizado em quatro tópicos. O primeiro item versa sobre a realização do concurso como forma de obter gratidão e desencadear vínculos com o governante, além da crença local de garantir gente de confiança do político dentro da prefeitura. Apesar de o concurso garantir adeptos dentro da prefeitura ser verdade ou não, as pessoas acreditavam na assertiva pelo tipo de relação de concorrência política que estavam acostumados a experimentar. O segundo item descreve a necessidade de empregos no local e a grande oferta por parte da prefeitura. No terceiro item, que aborda a situação dos contratados, tentei demonstrar o emprego adquirido como uma forma de “aproveitar” as pessoas que ajudaram o candidato, gerando desqualificação e uma “pressão psicológica” que prega a retribuição, muitas vezes não espontânea, na forma de apoio ao político, prescrevendo uma regra moral de dívida, a qual gera dependência. Os concursados possuem uma margem maior de liberdade frente ao governante, pois não sentem a regra moral da dívida de forma acentuada, alegando seus próprios méritos para estar no cargo. Porém, mesmo não tendo obrigação com o prefeito podem ser “perseguidos”, postos na “geladeira” ou não promovidos. Por não sentirem um grau alto de dependência, os concursados possuem maior margem para negociação com os políticos, visto que não sentem vínculos fortes que os prendem *ad eternum*. Aqui, aciona-se o direito adquirido em contraposição ao favor, relacionado à posição dos contratados. Por fim, no quarto item, a dependência, a pressão coercitiva e o fazer política – que pode gerar a politicagem – são ressaltados na situação da “perseguição” e “humilhação”.

Diante desse quadro geral, a questão que eu procurei examinar é: como a concorrência política entre agrupamentos locais municipais conduz as crenças dos moradores e como conforma a rixa entre os funcionários e grupos de funcionários

dentro do ambiente da administração pública neste local, criando uma figuração específica.

Concurso: especulações e o manejo do desejo por emprego para obter gratidão

A primeira evidência que tive sobre a grande procura por empregos públicos em Cardoso Moreira foi a realização de um concurso para a ocupação de cargos na prefeitura em vésperas da campanha eleitoral municipal. Quando cheguei à Cardoso para morar definitivamente, em fins de maio de 2008, as inscrições no concurso movimentavam a cidade. Era o 3º concurso realizado desde a criação da administração municipal, em 1993. Eu tentava encontrar-me com o prefeito nessa época, mas os funcionários diziam que ele estava viajando ou em reunião. As viagens eram para conseguir apoio e verbas de políticos antes da campanha eleitoral, pois depois de certa data a liberação de verba seria proibida por lei. De outro modo, um funcionário, que encontrei na rua, argumentou que eu não era atendida na prefeitura porque tinha muita gente procurando o prefeito, Renato, por ocasião do concurso, assim ele mandava dizer que não estava.

Especulava-se sobre como seria realizada a seleção do concurso e tais especulações frisavam a garantia de empregar gente de determinado lado político local no ambiente da prefeitura. Uma moradora, Verônica³⁹, que “era Gilson”⁴⁰, rival do prefeito, declarou, após a realização do concurso, que Renato aproveitou para “botar gente dele”: “noras, sobrinhas, motorista”. Todos teriam passado em ótimas colocações, enquanto Gilson não havia colocado gente dele através do concurso. A moradora, inclusive, sentenciou que se Gilson tivesse feito isso muita gente não teria mudado para o “lado” de Renato, ou seja, a fraude se realizada traria um ambiente de trabalho de

³⁹ Nome fictício.

⁴⁰ Quando alguém afirma que “é” determinado político, denota ser partidário e, ao mesmo tempo, se aproxima e identifica com o homem/candidato.

menor sabotagem ao prefeito ou de menos “política”⁴¹, quando um lado tenta atrapalhar o trabalho realizado pelo outro lado.

Os moradores exprimiam diversas opiniões sobre a realização do concurso, compondo uma crença. Uma comerciante afirmava que no concurso promovido pela prefeitura, Renato era quem selecionaria para deixar “gente dele” na prefeitura quando perder a eleição, pois assim ficará sabendo de tudo que acontecer lá dentro. Já a diretora de um colégio especulava que não era Renato quem ia empregar gente dele na prefeitura, mas sim os vereadores. Segundo ela, cada vereador devia ter uma cota de dez vagas para indicar pessoas. Na mesma hora, a merendeira disse que tal afirmativa era “bobagem”, não era verdade. Em reforço a crença de que no concurso passariam pessoas que o prefeito quisesse, uma moça disse-me que faria a prova do concurso, mas que ele era para “manter o pessoal que tem contrato” e “para fazer cadastro de reserva”. Na associação de produtores, um associado e cabo eleitoral comentou que havia pessoas que já estavam dizendo que passariam no concurso, sem nem fazer a prova.

Voltando ao depoimento de Verônica, ela disse que “Renato está com sede de vingança e garantiu gente dele pelo concurso”. Do mesmo modo, uma funcionária havia sido demitida por Renato e estava como coordenadora da campanha de Gilson e Verônica afirmava que ela estava com “ódio” de Renato. Tal sentimento era recriminado por Verônica, pois inculcia um tom de provocação à campanha de Gilson, que, segundo ela, “nunca foi de provocação”. Esses funcionários, que nutriam ódio pelo prefeito, se afeiçoando ao “outro lado” político, eram acusados de prejudicar a administração. Verônica contou que havia funcionário transferido por Gilson para certo setor porque era adepto de Renato e ainda assim o prejudicava. Seguiu declarando que Gilson foi muito “bobo” porque se fosse ela ia botar para “carregar pedra para não dar tempo nem de pensar”. Segundo Verônica, essas pessoas têm “sede de vingança, matam, rompem relações com a mãe por conta de política”, por isso o que se fazia em Cardoso “é politicagem, não é política” e a pessoa tem que ser “desprovida de amor próprio para entrar numa campanha”.

Outros motivos foram levantados para a realização do concurso e ele acirrava a disputa política em época de campanha. Certa moradora enfatizou: “vê se você entende

⁴¹ Palmeira (1996:42-43) observa o emprego do termo da mesma forma que vi sendo aplicado no local. “Na política” significava as práticas realizadas no período eleitoral, era o tempo da política, embora compreendessem que a política também se realizava fora desse período, porém de forma menos intensa.

meu raciocínio”, com o concurso Renato vai “ajudar” muita gente, “se chamar o pessoal”, assim “se você ajuda, quer receber em troca, dá com uma mão e pega com a outra”. Isso daria muitos votos para Renato e, conforme ressaltou a moradora, “não é só o voto do concursado, é da mãe dele, do filho, e do resto dos parentes”. Ela disse-me que os “peixes” sempre entram.

Alguns diziam-me que Renato só poderia convocar os aprovados até o dia 5 de julho, portanto ele não conseguiria, visto que o prazo estava prestes a terminar. Entre as hipóteses da realização do concurso próximo à eleição, a esposa de Gilson ressaltou que seria uma forma de conseguir angariar dinheiro, sem excluir as outras especulações. E uma ex-funcionária relatou-me que a empresa que realiza o concurso negocia com a prefeitura a realização, para que ambas as instituições tenham retorno financeiro.

Resumindo, podemos listar alguns dos motivos levantados para realização do concurso:

1. o concurso iria “ajudar” as pessoas para o prefeito receber votos em troca;
2. era uma forma de conseguir angariar dinheiro para a campanha eleitoral;
3. dar retorno financeiro para a empresa que realiza o concurso em negociação com a prefeitura.

Compreendido como uma jogada política em vias do período eleitoral, os vereadores votaram contra a realização do concurso, pois a maioria dos vereadores da Câmara Municipal estava “do lado” de Gilson. Verônica questionava: “quem autorizou Renato a fazer o concurso, se os vereadores votaram contra? Com que dinheiro ele vai efetivar os concursados se não pode pagar o salário dos contratados?”. Os vereadores discursavam na câmara que não haviam autorizado a realização do concurso, alegando impossibilidade da prefeitura pagar o salário de novos funcionários, portanto não tinham como responder as pessoas que os procuravam para perguntar sobre o concurso, não sabiam qual “a brecha” encontrada pela prefeitura para realizá-lo. No palanque, Gilson discursava sobre a não homologação do concurso e prometia tentar resolver essa questão no seu mandato, pois não considerava justo retirar dinheiro das pessoas e não convocá-las, acrescentando que no seu mandato realizou dois concursos. Ao fim da campanha o concurso foi homologado e a moradora que explicou que o concurso daria muitos votos para Renato –e se tornou cabo eleitoral dele –, mencionou que o concurso teria sido homologado para “calar a boca de muita gente, é coisa séria, envolve justiça”.

A suspeita de fraude no resultado do concurso foi realçada pelo registro por foto do candidato. Ao fazer a inscrição, um funcionário fotografava o inscrito e anexava a foto à inscrição. Uma adepta de Renato me relatou que foi “escarafunchar” perguntando a um vereador governista. Ela teria dito que “a turma está encafifada com a foto que teve que tirar” e ao ouvir a resposta do vereador, disse-me que foi uma “sabedoria deles, para não dar pau para eles”. Isso porque o vereador declarou que visava impedir burlas, já que no concurso anterior um indivíduo fez a prova para outro. Eu argumentei que na identidade já teria um retrato e ela constatou que com a foto no cartão de confirmação da inscrição era mais seguro, concluindo que: “eles não iam botar o rabo no meio do caminho para pisar”, ou seja, os representantes da prefeitura não evidenciariam uma fraude que poderia ser facilmente usada contra eles. Alguns associados na Associação do Pires especularam que talvez não tivesse gabarito e que as pessoas não saberiam sua pontuação, apenas a colocação, enquanto um outro comentava que foi requisição da justiça a realização do concurso, afastando a possibilidade de uma intenção em fraudá-lo.

Essa suspeita de fraude se coaduna com a assertiva de Barbosa (1996:94), para quem “o serviço público brasileiro, embora esteja aparelhado sob a forma de um sistema meritocrático, tanto para o ingresso quanto para a mobilidade interna de seus funcionários, não possui uma ideologia de meritocracia, como um valor globalizante e central”. Assim, a tentativa de implantar um sistema meritocrático, que é defendido no plano do discurso, encontra obstáculos na prática como a estratégia de acusar como inaptos os métodos de avaliação ou os avaliadores, bem como a acusação da aprovação na avaliação por força de relações pessoais (ibidem:94).

No fim, a realização do concurso aparece como forma de obter gratidão e desencadear vínculos com o governante, além da crença local de garantir gente de confiança do político dentro da prefeitura. Apesar de o concurso garantir adeptos dentro da prefeitura ser verdade ou não, as pessoas acreditavam na assertiva pelo tipo de relação de concorrência política que estavam acostumados a experimentar.

Escassez de emprego, saturação da prefeitura e desqualificação: “eu quero mamar”

Quando fui conversar a primeira vez com Gilson eu disse que gostaria de acompanhar o movimento de campanha e ajudar no que eu pudesse. Gilson logo disse que depois eu iria trabalhar com ele na prefeitura, como um convite. Comentei isso com o tal cabo eleitoral, que retrucou que quem estivesse “do lado” de Gilson ele ajudaria. Um adepto de Gilson lembrou que ele havia dito que “aproveitaria” todo mundo que estava engajado na campanha.

A expectativa por emprego era grande e, diversas vezes, ouvi comentários sobre esse desejo. Uma colega-moradora, ao me ver passando na rua com a esposa de Gilson, gritou meu nome e eu acenei. Em um momento posterior ela me disse que eu estava “colada” com a esposa de Gilson e pediu para que eu solicitasse um emprego para ela. Ela mencionou que queria que Gilson se lembrasse do rosto dela. Diversas vezes o desejo pelo emprego público se manifestava. Um adepto que trabalhava na campanha de Gilson comentou que determinado senhor, mais idoso, trabalhava muito, às sete horas da manhã já estava segurando bandeira de Gilson na rua. Portanto, quando Gilson ganhasse ele iria pedir um emprego para ele e outro para esse idoso. Tal senhor, ao ouvir o comentário, ficou muito feliz. Outra colega que fiz no campo mencionou que queria que Gilson ganhasse para ele arrumar um emprego para ela poder pagar sua faculdade. Ela queria emprego, mas não se engajava na campanha com medo de “botar a cara”, ou seja, se prejudicar se um candidato que ela não apoiou ganhar a eleição. Sobre a concessão de emprego depois da vitória, uma coordenadora da campanha de Gilson disse-me que “Gilson fica olhando do palanque para ver quem está com ele”.

Sobre o uso da possibilidade de emprego para negociações durante a campanha, alguns ressaltavam que quando Renato ganhou a eleição os gabinetes ficaram lotados de gente contratada e que ele ganhou a eleição por prometer emprego. Em 2008, o dono da companhia de rodeios local enfatizava que Renato estava oferecendo secretarias para várias pessoas ao mesmo tempo. Também se comentava que havia mais motoristas na prefeitura do que veículos disponíveis, por isso os motoristas trabalhavam uma semana e folgavam duas.

O candidato a prefeito menos votado na eleição de 2008 foi Gegê Cantarino⁴². Em relação a ele, diziam que era o segundo empregador da cidade depois da prefeitura.

⁴² Com a desistência de um dos candidatos a prefeito, restaram ao fim da campanha três candidatos: Renato, Gilson e Gegê.

Uma eleitora mencionou: “o povo daqui não quer ficar mais revezando não, quer botar alguém que nunca foi para trazer emprego”. Outra eleitora disse que Gegê tinha um bom plano de governo porque pensava em trazer empresas, pois a cidade precisava. No palanque, um candidato que tentava a reeleição para vereador sempre enfatizava que criou a lei de que a empresa que se instalasse em Cardoso teria que empregar 80% dos seus funcionários entre a mão-de-obra local. Certa vez, outro candidato ressaltou em palanque que era contra essa lei porque primeiro havia que se qualificar o profissional para atender às exigências das empresas.

Um contratado da prefeitura disse-me que quem não conseguia emprego pela prefeitura ficava “quatro anos fazendo severino” (biscate) ou tinha que sair de Cardoso. E um candidato a vereador disse no palanque que não iria “fazer a mala”, ou seja, migrar para outra cidade caso perdesse a eleição, acreditando, assim, em sua vitória.

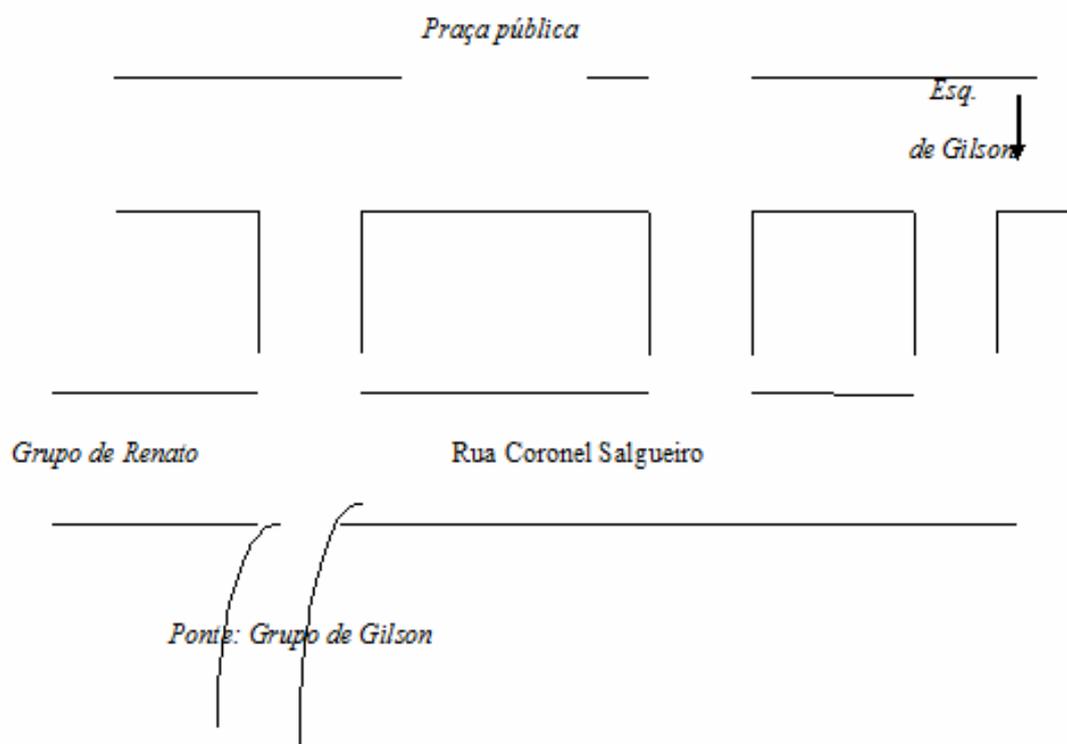
A demanda por empregos era grande e se convertia em diversos pedidos ao prefeito, que cumpria com as promessas de campanha fornecendo emprego e saturando de funcionários os órgãos públicos. Um cabo eleitoral de Gilson me contou que uma moça chegou à associação do Pires chorando porque não tinha como se manter. Assim, ele perguntou a Gilson se não poderia arrumar um emprego para ela e poderia ser até varrendo rua. Por fim, Gilson arrumou emprego para ela em um colégio. Em outro momento, esse cabo eleitoral foi pedir emprego para a filha dele e para outra moça. Gilson retrucou que era para ele escolher entre uma delas porque só havia uma vaga. Assim, os empregos oferecidos ou requisitados sanavam as dívidas de campanha do prefeito com seus eleitores e, ao mesmo tempo, endividava o empregado. Assim, a noção de dívida analisada por Mauss (1974) ilumina essa relação. Mauss (1974:187) descobriu que na Escandinávia as trocas e os contratos se faziam sob forma de presentes, em teoria “voluntários”, mas na prática obrigatoriamente “dados” e “retribuídos”. Nas trocas de bens, as tribos rivalizavam em generosidade e riqueza e quem não conseguisse retribuir o presente à altura perdia prestígio e ficava numa situação de escravidão por dívida. Buscava-se, assim, a superioridade social através das trocas, acarretando uma violência simbólica (Bourdieu, 1989). Como se vê, a lógica dessas trocas passa ao largo do sentido das trocas mercadológicas e aprende-se esse jogo na socialização (Bourdieu, 1996). Assim, podemos perceber que o apoio e os votos não vêm mecanicamente devido aos bens, serviços e favores prestados (Auyero, 2005:39), mas envolve sentimentos de gratidão, pedidos e promessas.

Além desse sentimento moral, que remove a pura racionalidade da troca, Bezerra (2001) enfatizou a ausência de mecanicidade no intercâmbio favores/votos, através do exame que fez das correspondências e visitas, nas relações travadas por parlamentares com eleitores e prefeitos. Isso desencadearia uma relação ao longo do tempo, a qual construiria e consolidaria um vínculo. Sobretudo, o autor entende os favores e a atenção prestados por parlamentares como dispensados por força de sua função e não apenas para obtenção imediata do voto. Já Auyero (2005), inspirado em Mauss, ressalta a forma com a qual a atenção e os favores são concedidos. Assim, a *performance* colabora para reforçar as qualidades do doador no imaginário social, gerando a simpatia e o fortalecimento do vínculo. Para romper com esse mecanicismo, convém também mencionar a recusa do vínculo pela pessoa auxiliada, que opta por atribuir sua lealdade a um outro político. Esses são apenas alguns exemplos da complexidade das trocas políticas.

Verônica me contou que um secretário fez prova no concurso para o cargo de motorista, para “garantir a vaguinha dele”. Ela enfatizou que se uma pessoa é secretário e faz prova para motorista é porque não tem capacidade. A falta de capacidade também é visível no seguinte exemplo: **Certo dia, um médico fora demitido e não foi concluir seu serviço em um posto de saúde no interior. A funcionária do posto, que era responsável pela realização dos serviços de limpeza do local, ao ver os pacientes sem atendimento, começou a revirar as fichas, medir pressão e realizar pequenas tarefas médicas como aplicações de injeções e assepsia. Desde então, mesmo sem ter formação, passou a ser assistente do médico no posto de saúde.** Nesse ponto, vemos a falta de qualificação dos funcionários, que ocupam a vaga, na maioria das vezes, por ser de confiança e favorecer determinado político ao ingressar na prefeitura. Assim, uma funcionária dizia-me que os administradores perdem muitos funcionários bons “por causa de política”. E outra funcionária da prefeitura enfatizava-me que tinha que ensinar o trabalho ao secretário, pois eles sabem menos que os funcionários subordinados.

Diante da escassez de emprego, havia pouco serviço para muita gente e na concessão de emprego visava-se privilegiar os amigos fiéis, bloqueando o acesso das pessoas do outro “lado”. Essa “pressão” se estendia aos concursados que provinham de outro município, os quais me relatavam as muitas “humilhações” que suportaram ao assumirem seus cargos.

Durante a campanha houve um episódio que reflete bem a compreensão e desejo local por emprego. O grupo de Gilson e o de Renato estavam fazendo uma caminhada e estavam prestes a se encontrar.



Um morador e funcionário concursado da prefeitura, que não estava envolvido na campanha, contou-me que a polícia “segurou o pessoal de Renato” antes da saída da praça, enquanto o grupo de Gilson passava pela ponte e seguia pela Rua Coronel Salgueiro. Havia muita gente na caminhada de Gilson (um “rolo compressor”, segundo um adepto) e após terem passado, o policial orientou “o pessoal” de Renato a entrar na rua à esquerda para não passar pelo mesmo local que o grupo de Gilson estava passando a fim de evitar o encontro. Porém, conforme relatou uma pessoa ativa na campanha de Gilson, os adeptos de Renato “desobedeceram” a polícia e seguiram pela Rua Coronel Salgueiro. Quando os dois grupos estavam na esquina da casa de Gilson começaram a brigar. Algumas pessoas falaram que teve “gente” que se estapeou, outras disseram que não houve pancadas. Apenas aconteceu um confronto verbal, no qual o “pessoal” de Gilson gritava: **“eu quero emprego, eu quero emprego”** e o “pessoal” de Renato retrucava: **“é desespero, é desespero”**. E pessoas do grupo de Gilson ironizavam: **“eu quero mamar, eu quero mamar”**.

O termo mamar simboliza a extração de sustento sem muito esforço, em analogia a prática do bebê ao se alimentar do leite materno. Assim, seria a posição dos

funcionários agregados à prefeitura, também denotada pelo termo “aproveitado”, quando não se necessita em demasia do trabalhador e se realiza um “favor” ao empregá-lo, independente de sua aptidão profissional.

Funcionários contratados (os “aproveitados”) e concursados: “pressão” pela dívida

Algumas pessoas não gostavam de ser inseridas na categoria “aproveitados”. Assim, ao ouvir que o prefeito tinha feito algo bom em ter “aproveitado” determinada funcionária, ela respondeu, advertindo, que não estava sendo “aproveitada”, pois a prefeitura a estava contratando como profissional. Esse comentário reforça o termo “aproveitado” como um favor ao pleiteante e não uma necessidade do trabalho por parte da administração pública.

Na disputa eleitoral, as pessoas que conseguiram esses empregos se viam em dívida e “pressionados”, muito embora se dissesse que alguns contratados por Renato estavam “do lado” de Gilson. Ou seja, mesmo usando da estratégia de oferecer emprego para vincular o funcionário, o prefeito ou candidatos a vereador não conseguiam romper o laço de fidelidade entre a pessoa que empregou e o seu rival político. Fidelidade essa determinada por fatores anteriores ao emprego e pela falta de frustração com o político que se é fiel. Assim sendo, uma coordenadora da campanha de Gilson mencionou que Renato iria “dar trabalho” para Gilson na campanha, ou seja, a vitória de Gilson era certa, mas seria difícil. Isso porque Renato “está com a máquina na mão” e, supunha, contratando gente até na época da eleição. Outra coordenadora, que participava da conversa, declarou que havia muitos contratados que “são Gilson” e na hora de votar votariam em Gilson. Diante da força política concedida ao candidato pela oferta de emprego, Renato declarou no palanque que iria efetivar os contratados. Na Associação de produtores do Pires uma senhora questionou quem votaria em Renato no lugar, pois para ela ele não havia trazido melhorias para o local. A despeito disso, ela concluiu que tinha duas famílias cujos filhos eram empregados da prefeitura e possivelmente votariam em Renato.

Tal oferta de emprego, se não gerava necessariamente votos, trazia uma cobrança por parte de representantes do governo, que gerava uma “pressão psicológica”,

pela espera do governante de que as pessoas que ele “ajudou”, empregando, fossem seus eleitores. Nesse tipo de relação estabelecia-se uma coação. Ouvi uma senhora, durante um comício, mencionando que estava evitando ir aos comícios realizados por Gilson para não prejudicar o filho dela, que estava como contratado. Mas como ele mesmo havia “colocado a cara” e começado a ir aos comícios, ela estava começando a freqüentar também. A senhora me contou que seu filho sempre trabalhou na prefeitura por algum tempo e depois parava, era um trabalho intermitente. Mas, há pouco tempo, Renato o havia contratado até o final do ano. Porém, ela acreditava que depois iria mandá-lo embora de qualquer modo porque a prefeitura não disporia de dinheiro para pagar o salário e mesmo que ganhasse as eleições teria que convocar os concursados.

Uma adepta de Gilson observava que no comício não se viam os funcionários da prefeitura, que não iriam por “medo”. E algumas pessoas ressaltavam que os contratados estavam proibidos de ir ao comício de Gilson. Na propaganda eleitoral do rádio uma pessoa anunciava: “voto de cabresto nunca mais, os funcionários estão sendo coagidos”.

Certa vez, fomos a um comício em um bairro declarado como um bairro de funcionários públicos. Lá, Gilson mencionou a proibição de freqüentar seus comícios imposta aos funcionários e que poderia provar a coação. Em outro local, mencionou que os funcionários não tinham que ter medo de freqüentar o seu comício porque tinham “direitos adquiridos” e por lei nenhum funcionário podia ser demitido até dezembro.

A esposa de Gilson queria que a platéia se manifestasse no palanque, relatando as necessidades das localidades visitadas, para elaborarem um plano de governo. Porém, uma coordenadora de campanha disse-me que se as pessoas falassem “o governo” começaria a “pisar”. Se ela falar, por exemplo, poderiam “pisar” na sobrinha dela que é contratada. Quando estava na época de renovar o contrato de sua sobrinha, funcionários da prefeitura disseram que não poderiam renovar “por questões políticas”. Assim, sua sobrinha teve que conversar com Renato, que renovou seu contrato, mas “pediu para ela votar nele”, “pediu voto”. A coordenadora acrescentou que iria ser contratada por indicação de um vereador, o qual possuía direito a uma vaga. No entanto, ela não foi contratada porque “era Gilson”. Outro rapaz, bastante crítico do governo, disse-me que só podia reclamar em relação ao governo porque não dependia da prefeitura. Porém, sua sobrinha estava trabalhando na prefeitura no momento e pediu para ele amenizar seus comentários.

Mesmo as empregadas domésticas que possuíam patrões vinculados ao “outro lado” diziam que estavam sendo demitidas. Conversando, uma candidata à vereadora dizia, para mim e outra senhora enquanto caminhávamos pela rua, que um patrão havia dispensado sua empregada argumentando que diante da sua posição não daria para ela continuar no emprego. Em outro momento, no comitê central, uma senhora que trabalhava na campanha de Gilson e era empregada doméstica mencionou que seu patrão disse que era para ela “votar no 15” senão não podia mantê-la no emprego. Ela concluiu que não “precisava” do trabalho de doméstica porque ela tinha seu marido para sustentá-la.

No comitê central de campanha, um adepto de Gilson alertava duas coordenadoras de campanha ao fato de que uma “periquita preta” estava pressionando as outras periquitas para não irem ao comício de Gilson⁴³. Uma das coordenadoras fez um semblante de estranhamento e afirmou que tal “periquita” era adepta de Gilson e se está fazendo isso era porque uma superior estava mandando. Aqui, vemos uma “pressão” de ambos os lados. Diante disso, alguns funcionários mencionavam: “a gente tem que ficar quieto, pois trabalha na prefeitura”. Desse modo, qualquer suspeita de que havia se aliado ao “outro lado” era motivo para pressionar o funcionário. Portanto, uma senhora que era do lado de Gilson dizia-me que um funcionário estava apoiando Gilson, mas quieto por medo de perder o emprego. Recriminou a atitude porque para ela ele “deve” o emprego a Gilson, enquanto Renato o havia posto na “geladeira”⁴⁴. Dessa forma, percebemos a “pressão” exercida para que a pessoa represente seu papel de apoiador do candidato, contribuindo para, ao “mostrar sua cara”, demonstrar os recursos humanos do político, num confronto de capitais humanos com o opositor.

Uma funcionária contratada dizia-me que não gostava de ir aos comícios e reuniões, embora apoiasse o prefeito que lhe concedeu o emprego. A despeito disso, ela afirmou que “tem que botar a cara”. Eu a perguntei se eles a mandavam ir ao comício e ela respondeu que não, mas tinha que “pôr a cara” porque depois os outros perguntariam e comentariam que não a tinham visto no comício. Uma pessoa a questionou, perguntando se ela estava no comício, pois não se lembrava de tê-la visto, ao que ela respondeu que estava sim, mas ficava no canto, “comendo pelas beiradas”. Ao

⁴³ A palavra periquita usada na região é sinônimo de gari (varredor de rua).

⁴⁴ O termo “geladeira” se refere a posição de estar distante do núcleo de decisões políticas ou, simplesmente, afastado do trabalho.

conversar com outra funcionária, que era concursada, ela ressaltou que era uma “pressão psicológica”.

Senti uma cobrança em relação a minha própria presença, embora eu não fosse eleitora. Depois de um comício que eu não prestigiei, um cabo eleitoral comentou comigo que havia reparado que eu não estava no local. E noutra momento, uma das irmãs de Gilson comentou que pensou que eu havia “ido para outra chapa”, pois não me via há algum tempo nos eventos. Nesse sentido, argumentei com um funcionário concursado da prefeitura, o qual estava apoiando o rival do prefeito abertamente, que se o prefeito se reelegesse ele ia ser maltratado no governo. Mas ele respondeu: “mais do que já fazem?” e acrescentou, eliminando a chance de riscos grandes, como uma violência física, que em Cardoso Moreira não tinha “perseguição, é uma coisa suave”. Na posição de concursado, ele tinha maior autonomia para assumir uma posição contrária, pois não havia o risco de perder o emprego facilmente.

Verônica contou-me que durante a terceira eleição, em 1999, os funcionários concursados confeccionaram e utilizaram uma camisa que dizia algo como: “sou concursado, sou oposição, e daí?”. Revelando a amenização do compromisso de dívida com o prefeito, que resultava num grau menor de dependência e gratidão. Não significa que o “*direito adquirido*” substitua o “*favor*”, mas que a dívida se refere aos representantes de gestões anteriores ou está em constante margem de negociação para confrontar qual governante o ajuda mais, renovando os laços. O favor em relação à posse do emprego pode ser anulado e os concursados ganham maior poder de negociar e exigir, por não se sentirem acentuadamente em dívida.

Um funcionário, que havia apoiado Gilson na última eleição, foi posto na “geladeira” quando Renato assumiu a prefeitura. Como o grupo político de Renato precisou de alguém que soubesse fazer determinado trabalho negociaram a volta do rapaz, que me disse ter solicitado um salário maior, mas não poderia pedir muito porque poderiam chamar alguém de fora de Cardoso para realizar o trabalho. Portanto, embora haja maior autonomia pela garantia do emprego e maior negociação, a perseguição ou pressão não inexistem sobre os concursados. Assim, escutei comentários de pessoas que se sentiam excluídas pelos colegas de trabalho por ter apoiado o candidato que perdera a eleição. Porém, a negociação periódica traz a possibilidade de “mudar de lado” dentro da prefeitura.

Um rapaz, funcionário concursado da prefeitura, contou-me que o grupo político de Renato estava lançando um boato de que um companheiro de sua sala estava colocando placa de Gilson em sua casa. Isso remetia a uma sondagem e pressão sobre o funcionário para que ele negasse apoiar Gilson, pois se declarasse apoiar seria ainda mais pressionado e excluído no ambiente. Histórias de pressões como trocas de chaves de fechadura para secretários ficarem do lado de fora eram-me relatadas. Com tamanha pressão, a vontade de muitos moradores era passar num concurso para ter a garantia de estabilidade, que condicionaria a menor dependência. Assim, a irmã de Gilson dizia querer que sua filha passasse no concurso “para não depender”.

Uma moça que trabalhava como contratada pela prefeitura contou-me que por ir à inauguração de um comitê de Gilson, o secretário parou o carro em sua frente, enquanto ela estava num ponto esperando a passagem do ônibus, para dizer que ela tinha que estar apoiando quem deu oportunidade para ela: “quem te deu oportunidade?”. Ela apenas concordou com o que ele dizia. Depois, ela foi em outro comício de Gilson e uma moça que era “espiã” pelo “lado” de Renato a fotografou, dizendo que iria mostrar para o secretário. Assim, a contratada dizia que quando Gilson ganhasse iria pedir demissão em novembro. Esse fato era entendido como um “desaforo” e uma “humilhação” que as pessoas passavam por “precisar”. O cabo eleitoral do local falou sobre a contratada: “está certo que ela precisa, precisa muito”, mas tinha que assumir, “pôr a cara”.

“Perseguição” e “Humilhação”

Os termos “perseguição” e “humilhação” eram muito utilizados. As perseguições aos funcionários de materializavam, muitas vezes, nas transferências indesejadas de local de serviço ou em condições extenuantes ou sacrificantes de trabalho (como trabalhar debaixo de sol, carregando pedra ou não ter locomoção para chegar a um local distante). E, as humilhações provinham de situações nas quais se suportava essas mesmas perseguições ou, simplesmente, o exercício de abuso de poder sobre o funcionários, através de gritos ou sermões exasperados e incompreensivos.

Próximo ao fim da campanha eleitoral, eu esperava na secretaria de saúde pelo médico que atendia o interior para que pudesse ‘pegar uma carona’, facilitando minha

locomoção até aos locais. Eu desejava falar rapidamente com os presidentes de algumas instituições locais, enquanto o médico atendia. Houve locais nos quais o médico ficou por menos de dez minutos, a maior parte do tempo se passou em viagem no veículo. Fomos a quatro ou cinco localidades do interior, precariamente, com um carro que saia fumaça do freio de mão e com o acelerador ‘preso’, o que fazia com que o médico dirigisse todo o trajeto com o pé no freio. O médico chegou à secretaria de saúde para começar a viagem às localidades às 15 horas da tarde, o que era considerado um grande atraso. Antes de sairmos, o secretário de saúde reclamou muito exaltadamente com o médico, dizendo que naquele horário não daria mais para ele continuar chegando e se não pudesse chegar mais cedo era para o médico anunciar porque ele convocaria outra pessoa para trabalhar. O secretário mencionou que não podia impedir as pessoas de reclamarem na época de campanha, elas iam na casa de Gilson e contavam, é uma época na qual os moradores ficam “batendo” no secretário. O médico respondeu ao secretário que iria chegar mais cedo e no carro me falou “a gente precisa”, ou seja, ele tinha que aceitar os comentários exasperados do secretário sem retrucar no mesmo tom para não ser demitido, pois necessitava do emprego. Ao contar essa situação para o presidente de uma associação de produtores, ele disse que trabalhou dez anos como contratado, mas não engoliria tal “desaforo” como o médico “engole”, e a agente de saúde arrematou que o médico não devia “precisar”.

O secretário de saúde argumentou no horário eleitoral que na gestão de Gilson, para conseguir medicamentos, as pessoas tinham que fazer “entrevista” com o secretário e eram “humilhadas”. A funcionária de um posto de saúde disse-me que apoiava Gilson, mas ficava “quieta”, não abria a boca, porque podiam demiti-la ou a mandarem para trabalhar em um local distante, citando um caso de um senhor que foi transferido para a localidade de Outeiro. Assim, as perseguições se materializavam, muitas vezes, nas indesejadas transferências de local de serviço. Teve o caso de um rapaz que trabalhava na prefeitura e foi transferido para o distrito de São Joaquim e não havia ônibus para lá, assim, ele tinha que ir de carona. Uma adepta de Gilson disse-me que Renato a “perseguiu” muito, a mandando trabalhar em diversos locais, depois de tê-la “humilhado bastante” e inventando fofocas ao seu respeito.

As perseguições podiam culminar no afastamento do cargo. Uma senhora disse-me que seu filho era contratado e teve que sair do cargo por “perseguição política”, depois passou no concurso. Ele havia sido candidato a vereador e tinha expressividade

política no local, mas no momento estava cumprindo uma pena na prisão, ao que seus pais acreditavam ter sido uma armadilha elaborada por algum inimigo político e afirmavam: “tem dedo político no meio”. Eu ouvia frequentemente a palavra perseguir e humilhar em campo e mesmo os adeptos de Gilson diziam que ele perseguia muito, por vezes apoiando tal perseguição.

Uma funcionária concursada, que simpatizava com Gilson, afirmou que nunca vira tanta “perseguição” como as que Gilson fez, declarando que Renato perseguia menos os funcionários. Contou-me que certo prefeito colocou alguns garis para trabalharem às 11 horas, quando o sol estava forte, os garis possuíam uma idade avançada e passavam mal. Uma senhora contou que seu sobrinho apoiava Renato e Gilson o colocou para trabalhar em vários lugares, “pintou com ele” e “fazia de maldade” até que seu sobrinho nem ia mais trabalhar. Com isso, uma vereadora conseguiu com Gilson uma boa transferência para ele. Essa vereadora estava vindo de Renato e o sobrinho da senhora a havia ajudado na campanha.

Certo dia, eu ouvi dois senhores conversando na rua, enquanto eu aguardava a vez de ser atendida numa clínica. Um deles disse que Gilson colocava o funcionário para “carregar pedra” e o outro retrucou que, desta vez, Gilson não iria fazer isso, ia colocá-lo para “carregar areia num carrinho”. Em outro momento, enquanto eu aguardava para ver a inauguração de um comitê, conheci um senhor que me disse que Gilson era “vingativo”, pois o havia transferido para trabalhar em um local distante, esmiuçando a história.

A perseguição é justificada pela vontade que têm os funcionários de atrapalhar o trabalho do prefeito. Uma coordenadora da campanha de Gilson disse-me que seu marido “é Gilson”, mas não deixa de fazer o serviço direito e atende todas as pessoas que precisam, portanto, é menos “perseguido”. Contou-me que há funcionários que sabotam a kombi para a prefeitura ficar em falta com os moradores, causando queixas que responsabilizam a prefeitura, desqualificando a gestão.

A vontade de ser concursado para não “depender” tanto do administrador municipal, geraria maior liberdade e menos “obrigação” em retribuir com o apoio. Para proteção contra a coerção aos funcionários vigorava o argumento dos “direitos adquiridos”. Porém, alguns funcionários mais fiéis não sentem a coerção por executar as

ordens com boa vontade e “gratidão”. Nesse sentido, as teias que prendem os funcionários são sentidas se tentam romper o vínculo, especialmente os contratados (cf. Durkheim, 1981). Os cerceamentos quanto às iniciativas dos funcionários são interiorizados como uma opressão que traz o “ódio” contra o cerceador. Quando não há simpatia ou fidelidade ao prefeito, o funcionário pode se sentir subjugado. Da mesma forma, quando não basta declarar-se aliado, é preciso demonstrar isso, sente-se como um fardo a obrigação de retribuir, já que o grupo político espera mais de seu apoio.

Em sistema, a organização das crenças se singulariza através de determinados significantes. Assim, os termos “gente de” ou “o pessoal” (bem como, “era” determinado político) explicitava a existência das *facções políticas*. E a passagem de uma facção a outra, era sublinhada pelas expressões “mudar de lado” ou “se vender”. Nessa fiscalização concorrencial mútua, a figura do “espião” tinha um papel importante, captando informações diversas. Os adeptos podiam ser “aproveitados” ou “mamar”. Porém, ao “precisar” e “depende”, podiam sofrer “humilhações”, “perseguições” e serem “pisados”.

Como princípio, as pessoas não desejam se sentir inferiores, assim o contratado pode entender a concessão de seu emprego como um favor, com o argumento de que o prefeito é simples, em parte se igualando a ele como pessoa, ou seja, no âmbito moral, como ressaltou Chaves (1996). Para Chaves (1996:156) “a *pessoa* como valor guarda o sentido de uma igualdade desejada, conquanto não vivida. Se a hierarquia é fato, ela não é um valor reconhecido”, realizando uma crítica ao código duplo que rege a sociedade brasileira, expresso por Da Matta (1978, 1985) na figura da pessoa (inserida num esqueleto hierarquizante) *versus* indivíduo (sujeito ao anonimato e às leis). Para Chaves, o valor da igualdade pode estar dentro da hierarquia, em sentido restrito. No caso de Cardoso, a igualdade a um superior, como retórica para não se sentir inferiorizado, não equivale a defender uma igualdade de tipo universal. O favor, como elemento básico da troca política assimétrica, nem sempre mostra como alguém é inferior. A pessoa pode se sentir privilegiada em relação a outrem, evidenciando sua importância, sente-se igualado ao governante – ao menos no aspecto moral – pela amizade disponibilizada. Este último caso de adéqua aos funcionários “aproveitados”, que melhor se relaciona ao termo “mamar”. Há uma recusa a sentir-se dominado e as pessoas usam de estratégias (ficar quieto ou fazer política dentro da prefeitura), discursos, pedidos ou negociações vantajosas para driblar as teias coercitivas e folgar a teia de relações de dependência,

abrindo espaços de ação. Nesse ponto, há uma convergência com o comentário de Balandier (1997, 99) de que todos precisam de um grau de liberdade, que traz a possibilidade de não ser inteiramente submetido a sua condição. Em Cardoso Moreira, esse grau de liberdade buscado pelos moradores, diante de extrema coerção e dependência, se materializava na manipulação dos discursos, buscando amizade e igualdade ao superior. Esse argumento, nos lembra a figura sagrada de um mito, o *Legba*, exposto por Balandier (idem, 99), que ilustra a fraqueza de um poder coercitivo, é a ambivalência do poder (fator de unificação tanto quanto de competição e opressão) (ibidem, 97).

Alguns cientistas dicotomizam o entendimento da população que recebe bens, informações, serviços ou empregos, como um direito (concurado) ou como um favor (contratado). O polo do direito adere ao discurso de alguns representantes de movimentos sociais que desejam que os bens ou serviços prestados não sejam entendidos como favores, para que não seja gerada alguma “gratidão”. Sigaud (1999) relativiza essa ortodoxia entre o “direito” e o “favor” ao analisar a obra *Ensaio sobre a Dádiva*, enfatizando que o direito real (moderno) dissociara a coisa da pessoa, antes ligadas e compondo uma espécie de direito pessoal. A dicotomia, em tipo ideal, do direito e do favor poderia ser substituída pelo confronto: deve (favor) *versus* não deve (direito), acionadas pelo sentimento de fidelidade quando se sente um favor que deve retribuir; ou pela mudança de fidelidade (justificada por promessas não cumpridas) e/ou recusa a sujeição quando se pode acionar o discurso do direito, que o desvincula. Tanto entendendo o bem concedido como um favor, quanto como um direito, recusando a sujeição e cobrando promessas, há sempre o desejo moral de igualdade aos socialmente superiores.

Muitas vezes, o favor é depreciado, como pertencente a uma humanidade inferior, da mesma forma que, em determinada literatura ressaltada por Kuschnir (2007:165), o *clientelismo* o é. Essa crença é levada adiante no discurso de alguns movimentos sociais e, com isso, elimina-se o *ethos* que envolve ambos os entendimentos: do alcance de algo como um direito ou como um favor, envolvendo ambos o rechaço à sujeição. Quando alguém aciona o discurso do direito é para enfraquecer a coerção que o faz dependente, e quando alguém declara que recebeu um favor, em sentido contrário, se eleva como um privilegiado e tenta igualar-se ao superior

social pela amizade. Os dois argumentos são uma recusa à subordinação por vias diferentes, enquanto um recusa a dependência no plano do discurso, o outro a aceita.

Assim, o comportamento que envolve ambos os entendimentos pode ser traduzido como uma vontade de igualdade em relação ao governante. O sofrimento da perseguição condena o ator que maltrata porque ele recusa igualdade ao outro. A sua superioridade não pode ser dita pelo governante sob pena de não reconhecer a igualdade do eleitor e inferiorizá-lo. Nessa hipótese, o eleitor não se sentirá em dívida, já que esta não é criada apenas pelo ato de doar, mas pela consideração atribuída, que denota amizade. A fidelidade pela dívida é um sentimento não momentâneo, que requer solidez na relação de troca, esta solidez é burlada por “ações rápidas” em época de eleições. Desta forma, pode envolver um *ethos* e um sentimento que vai além da doação de objetos e prestação de serviços, na forma de favores, e seu respectivo retorno em apoio político. Envolve uma assimetria social que é negada discursivamente, ou melhor, envolve interação de indivíduos em posições diferentes que permitem retornos que não podem ser alcançados por um ator sozinho, fora da relação. Portanto, o caso examinado envolve uma assimetria social que é situacional, uma vez que ora os indivíduos são hierarquicamente superiores, ora inferiores, e a crença em uma simetria moral, pois moralmente se rendem ao desejo de igualdade.

Capítulo 6

Modos de Assistência e Relações entre Políticos

Neste capítulo abordo o tema dos votos, compreendo-os como resultados de assistências que geraram vínculos e centro a análise em como os vereadores, em especial, conseguiam realizar diversos favores. Os favores eram entendidos como tal quando realizados com gentileza e consideração em relação ao outro e eram propiciados através de uma negociação do doador com políticos na função executiva ou com representantes de demais instituições. No momento da eleição, aumenta o emprego da palavra “compra de voto”, voltada para aqueles que não efetuaram vínculos. E, a fiscalização em torno da prática de comprar votos ganha relevância nos dias próximos ao dia de votação. Assim, os grupos rivais que já se “espionavam” durante toda a campanha para denunciar infrações à justiça, se fiscalizam mais intensivamente em torno do que chamam de “compra de voto”.

As trocas políticas aparecem de forma mais nítida neste tópico, envoltas em julgamentos morais dos moradores e nas disputas políticas locais (que comporta um fazer política introjetado nas diversas instituições). Tais disputas alcançavam as outras instâncias governamentais na formação de aliados, ressaltando uma verdadeira configuração coercitiva, vista a amplitude de relações que o ato de doar envolve.

Vínculos por assistências ou favores de políticos: amizades e gentilezas

Os vereadores realizavam pequenas doações e favores, que consideravam como parte de seu trabalho. Entrevistei brevemente cinco, dos nove vereadores, no início de minha pesquisa. Segui um roteiro com perguntas pré-formuladas que serviriam para ter uma noção geral e obter bases para especulações futuras. Questionei sobre atos como levar pessoas para consultas médicas ou transportar doentes. Um vereador conhecido disse-me que quando foi secretário de saúde podia ajudar mais do que na câmara e que investe “recurso próprio” na saúde, comprando remédios, pagando exames e consultas. Certa vez, fui a uma farmácia e vi uma sacolinha no balcão cheia de remédios e com o nome deste vereador. Noutro dia, eu estava em frente à câmara aguardando a chegada de algum vereador com o qual eu pudesse travar contato e conheci uma senhora que aguardava por tal vereador com seu pequeno netinho. Era uma senhora muito humilde, pois pelos assuntos que conversamos percebi que se sustentava com pouquíssimo dinheiro e recebia auxílio do programa “bolsa escola” para manter o neto no colégio. Ela não conhecia todos os vereadores e estava esperando por este especificamente porque ele tinha fornecido a ela alguns remédios, mas esqueceu de devolver sua receita médica. Por isso, ele pediu que ela o aguardasse, enquanto ele iria de carro pegar sua receita em outro local.

As alegações de que favores eram prestados não com recursos próprios dos políticos, mas com recursos públicos, eram por vezes ressaltadas. Denotando que ‘passavam por cima’ dos direitos das pessoas comuns. Uma funcionária da secretaria de saúde argumentou que determinado vereador sempre chegou com receitas médicas para pegar remédios na secretaria, assim como outros. Eles não entravam na fila, passando na frente de outros pacientes. Segundo essa funcionária, tal vereador não tinha mais permissão para fazer isso e teria reclamado ao ser impedido de obter os remédios, argumentando que “era uma autoridade”. Um antigo funcionário concursado da prefeitura declarou-me, em outro momento, sobre a distribuição de remédios, que “quem precisa mesmo não pega, só pega quem não precisa”, porque são os vereadores que acabam tendo a liberação de remédios facilitada. Assim, segundo meu informante, alguém mais pobre nem vai solicitar remédios, porque não tem “acesso”. Desse modo, se torna necessário procurar um vereador, no caso de não poder pagar pelos remédios numa farmácia. Tal fato faria parte de uma negociação entre vereadores e representantes da prefeitura ou secretarias e resultava na dependência de algumas pessoas em relação aos vereadores se precisassem adquirir remédios. Jogava-se com a escassez de bens e recursos financeiros da população local para trabalhar suas representatividades políticas.

Do mesmo modo que a aquisição de remédios acaba sendo dificultada se não tiver um vereador como intermediário, outras possibilidades podem ser também bloqueadas.

Voltando à secretaria de saúde de Cardoso, a funcionária com quem conversei denunciava-me que um(a) político(a) levava pacientes para realizarem consultas em outro município, mas eles pagavam oitenta reais pela consulta e afirmou que era algo que realmente se tinha que pagar para ser atendido pelo SUS: “assim que faz a nosso(a) amigo(a) X.”. A funcionária queria tornar nítido que o que X. fazia, ao levar as pessoas para se consultarem, não era um favor, mas ele(a) fazia com que fosse entendido como tal. X. era considerado(a), por alguns, um(a) forte candidato (a) porque “trabalhava os quatro anos”. Isso denotava uma relação constante com seu eleitorado, que proporcionava vínculos e arrematava um séquito de pessoas fiéis a ele(a).

Na inauguração de um comitê na localidade de Valão dos Pires, eu ouvi o marido de uma candidata a reeleição como vereadora tentar convencer um senhor pertencente a uma grande família a ter como segunda opção de voto sua esposa. Ele argumentou que depois de X. ela seria quem mais ajudava as pessoas. Certa vez, antes de um comício começar, X. foi avisado(a) no palanque que havia uma pessoa precisando dele(a), assim, ele(a) foi ajudar e seu cunhado, que era um pastor, se incumbiu de discursar em seu lugar. Assim, muitas pessoas consideravam X. pelas “ajudas” que ele(a) realizava, porém outras pessoas tentavam desvirtuar essa característica de X., argumentando que ela usurpava dos moradores o que era de direito, como a vez na fila para pegar remédios, e usava recursos públicos ou privados para tornar dependentes um maior número de pessoas. Como visto no capítulo 5, alguns usam da dependência para mostrar privilégio, maior proximidade com um superior hierárquico, já outros recusam, no plano do discurso, a dependência para não submeterem-se.

Em alguns dias, no fim da tarde, eu costumava caminhar como forma de me exercitar fisicamente. Num desses dias fui acompanhada por um adepto da campanha de Gilson e funcionário. Em certo ponto da caminhada, ele viu X. dentro de seu carro e foi perguntá-lo(a) se ele(a) estava bem. O adepto o(a) indagou sobre a consulta que tinha pedido para sua mãe, que estava com problemas de saúde. Depois de combinar a consulta com X., ele virou para mim e disse que o(a) ex-vereador(a) tinha convênios médicos. Além disso, uma moradora, que conheci no local, me afirmou que X. era “muito bom(a)”, pois conseguiu a realização de um exame de ressonância magnética

para seu pai, de graça. Ela acrescentou que fornecer medicamentos e serviços médicos era “obrigação” da prefeitura, mas como ela não cumpria com essa obrigação, os vereadores conseguiam a realização dos serviços fora de Cardoso e, muitas vezes, em nome da prefeitura – acreditava ela. Com isso, reforça-se a visão de que os vereadores sanavam um problema de governo.

Muitas outras pessoas me diziam que X. “ajuda muita gente”, mas, como dito anteriormente, também me deparei com pessoas que suspeitavam de suas ajudas e métodos. Para uma senhora, “se tirar o tapete de baixo dele(a) é só sujeira”; acrescentou que havia pessoas que diziam que X. era “urubu”, porque ficava rondando as pessoas doentes para levar ao médico. Segundo minha informante, as pessoas diziam que X. tinha um convênio, mas eram pessoas que não entendiam que era uma taxa que devia ser paga ao SUS para ter atendimento e qualquer pessoa podia fazer isso, ela mesma disse que já havia conduzido pessoas para serem atendidas. Por conta disso, as pessoas “colocavam X. num altar”. Essa senhora tinha “amizade” com uma vereadora e dizia que sua “amizade” com ela era “independente de política”, pois havia ajudado muito essa vereadora em seus trabalhos assistenciais, mas, quando percebeu que a vereadora queria aparecer através da prestação de serviços, se afastou. Minha informante disse que o secretário de saúde também a ajudava muito, pois, no momento, estava com um doente na família e precisava de remédios e serviços de ambulância para realizar o tratamento em outro município. Os auxílios médicos abundavam e se convertiam em favores, onde a amizade dispensada vinculava as pessoas aos políticos.

Transportar doentes ou pessoas para hospitais e clínicas em outro município era recorrente e lembro, certa vez, que uma funcionária de um posto de saúde disse ter telefonado para o secretário de saúde para dizer que havia um candidato a vereador “do lado” de Gilson que estava levando as pessoas de carro para o médico e que isso não seria bom para o governo. Ela era “Gilson doente”, mas disse que enquanto recebesse pelo governo tinha que trabalhar para ele. Ela esperava que, com a declaração de que um candidato a vereador rival levava doentes para o hospital porque a prefeitura não estava fazendo seu trabalho, as ambulâncias voltassem a realizar os serviços, pois havia pessoas idosas e deficientes físicos que necessitavam se deslocar uma vez por mês para realizar uma perícia, que condicionava o recebimento do auxílio previdenciário. Ressaltar a concorrência política, através da possibilidade que os políticos tinham de prestar favores, era a forma encontrada para pleitear a realização de serviços públicos.

Em plenário, lembro-me de ouvir determinada vereadora dizer, em forma de desabafo: “eu sempre peço para Deus vir na frente, se eu não consegui é porque Deus não quis” e comentou, ainda, que se sentia cansada e tinha várias consultas e cirurgias para marcar. Numa reunião de campanha, falou ao microfone que não pôde participar da caminhada anterior à reunião porque foi levar uma moradora para “ganhar neném” e nasceu uma “menina linda”. Com a notícia, a platéia festejou, soltando vivas, e a vereadora citou “Dr. R.” como tendo ajudado no parto. Neste mesmo encontro, Gilson falou em discurso que o governo tinha que trabalhar para que os vereadores não precisassem ajudar as pessoas, pois esse era um trabalho das secretarias, os vereadores teriam que fiscalizar e criar leis, mas fazem além disso. Certo dia, conversei com a vereadora, que me contou que Dr. R. era empregado por Cardoso e realizava cerca de cem radiografias de graça para as pessoas do município. Porém, foi demitido. Ela defendeu o doutor na Câmara de Vereadores e, atualmente, ele estava trabalhando em Itaperuna e atendia as pessoas que ela indicava porque se sentiu agradecido. E acrescentou que o doutor só atende as pessoas que ela leva, denotando uma exclusividade que impedia o acesso a essa vantagem por concorrentes políticos. Um parente desta vereadora havia me dito que a maior dificuldade do trabalho era essa: além de legislar tinha que prestar assistência. Segundo ele, ao marcar uma consulta no município só há vaga para o mês seguinte, assim marcam pelo município de Itaperuna. Porém, não há transporte, pois a ambulância municipal leva uma pessoa e cerca de trinta minutos chega outra necessitando de ajuda. Portanto, eles ajudam transportando e pagam a despesa do combustível. A vereadora afirmou que realiza bem seu “trabalho social e legislativo” e motivou-se para ingressar na carreira política porque “sempre fez trabalho social, ajudava muito as pessoas” e adquiriu “amizade”. Ela contou que, certa vez, uma senhora foi pedir ajuda para fazer um raio-X, pois havia abortado espontaneamente três bebês. A vereadora conseguiu fazer o raio-X, através de Dr. R. e a senhora telefonou para ela agradecendo, dizendo que rezaria por ela. Em vários momentos essa faceta assistencial era realçada, e num comício, a vereadora mencionou que se sentia a vontade no local, pois tinha ali muito “serviço prestado”.

Em outra ocasião, quando perguntei a um vereador, candidato a reeleição, se ele levava pessoas em seu carro para efetuar consultas médicas em outro município, ele respondeu que os vereadores eram “assistentes sociais” e que ele fazia isso pela “carência”, sendo algo “rotineiro”. Sobre sua entrada na vida política, disse que foi pelo fato de as pessoas considerarem que ele tinha “conhecimento” e era “prestativo”. Outro

vereador, também candidato a reeleição, era médico e falou em tom indignado sobre tal transporte: “isso é assistencialismo”. A resposta podia ser condicionada pelo receio do vereador de que com tal pergunta eu o classificasse como “assistencialista” de forma reducionista.

Outro candidato a vereador, durante um comício, contou um drama recente sobre uma ajuda que prestou, para concluir que a prefeitura não estava atuando na área médica como devia. Uma funcionária da prefeitura enfatizava que “os vereadores são assistentes sociais” e não saberiam fazer leis. Segundo ela, eles consideram que seu trabalho é “levar gente doente para o hospital e marcar uma consulta pelo SUS”, portanto a campanha girava em torno disso: “meu carro está sempre aberto”. Ela arrematou que os vereadores iriam ficar “pobrinhos”. Por outro lado, ela afirmava que eram as pessoas que elegiam os vereadores para depois pedir coisas e reclamavam dos vereadores que não faziam favores. Para ela, se não fosse realizado um bem pessoal, mas algo coletivo, as pessoas pensavam que era “obrigação”. O prestígio não era evidenciado e a hierarquia não era entendida a seu favor. Assim, quando fui numa sessão da câmara certo dia, lembro-me de que, após ser anunciado um serviço da prefeitura, uma senhora resmungava atrás de mim que aquilo era uma “obrigação” do prefeito. Portanto, quando o prefeito realiza algo que é considerado mais do que sua obrigação ele é classificado por uns como um bom prefeito ou uma boa pessoa. Os favores pessoais podem ser materializados nas solicitações da câmara ao executivo, ao requerer quebra-molas, por exemplo, em frente à casa de determinada pessoa, mencionado seu nome. Uma senhora alfinetava que os vereadores eram “vereadores de favores, projeto mesmo não tem”. Ela dizia que os vereadores só aprovavam coisas “de interesse” e, nesse caso, “levantavam igual a uns soldadinhos”. Estavam interessados em fazer “a caixinha” deles, ou seja, acumular dinheiro com o cargo.

Outros tipos de favores não relacionados à área de saúde de que tive conhecimento se referia a um candidato a vereador que tinha como facilitar serviços no IML (Instituto Médico legal), Detran e outras instituições que o cabo eleitoral não recordou no momento em que conversava comigo, mas afirmou que precisou resolver um problema de morte na família e tal candidato o ajudou, por isso via no candidato um potencial de arregimentar votos e trabalharia em sua campanha.

Em certa manhã, eu aguardava num colégio a abertura da Associação de Produtores. Como em diversas vezes, conversei com a merendeira do colégio, que veio a se tornar cabo eleitoral de Renato no local e ela fez observações inspiradas na história

que eu contava sobre vereadores que levam pessoas para os hospitais. Ela enfatizou que havia pessoas que gostavam de andar com “sombras”. Tais sombras eram pessoas que eram procuradas por outras a fim de acompanhá-las a certos lugares para que as auxiliasse com algum conhecimento. As “sombras”, segundo ela, se sentem bem porque vêem que as pessoas “dependem” delas e argumentou que as pessoas consideram que estão sendo brindadas com um “favor”: “bota de graça para ver se faz”, “amanhã ou depois vem pedir voto”, as pessoas ficam “fazendo nome nas suas costas”. Ela disse que aconselhou uma mãe a levar seu filho para se consultar pelo SUS e era só “pagar o social”, que seria atendido na hora e acrescentou: “a gente não vive só, mas pode fazer muita coisa sem depender dos outros”.

Os favores realizados e o controle sobre a capacidade de realizar favores, por buscar exclusividade sobre os canais ou meios (exclusividade pessoal ou para a classe), deviam ser acompanhados por certa forma de doar, que denotava generosidade (Cf. Mauss, 1974; Bezerra, 1999:115; Auyero, 2005). A forma de doar era tão importante que a atenção e o empenho em resolver alguma situação para quem pedia já funcionavam como elementos de gratidão por parte do atendido. Assim, o que está embutido como elemento principal ao doar ou prestar serviços e informações é a consideração e amizade que o ato representa. É uma conduta voltada a alguém que deve deixar claro o envolvimento de sentimentos considerados nobres. A relação de amizade, mesmo que em simulação por alguma parte envolvida, denota um caráter não momentâneo da ação ou de sua expectativa, diferente da compra de votos. A abertura à amizade concede uma aceitação em relação à pessoa, como digno do sentimento e como igual – mesmo que a igualdade seja fantasiosa e não socialmente comprovada (Chaves: 1996). Assim, a troca de favor por apoio político é acompanhada de uma moralidade. Não é meramente uma troca assimétrica, conforme afirmaram alguns autores, como se tivesse um conteúdo racionalmente calculado visando vantagens. Há um amálgama da razão com os sentimentos. É uma relação socialmente assimétrica, na qual a assimetria não deve ser enfatizada e até deve ser recusada no plano do discurso. Não é uma mera troca de objetos, serviços ou informações, como poderia ser enfatizado por determinada literatura sobre *clientelismo*, mas uma troca de consideração e gentilezas. Sem a atenção, a consideração e as gentilezas, as ajudas poderiam não ser bem recebidas por serem entendidas como uma ‘má vontade’. Alguns favores podem ser realizados de maneira grosseira que faça uma pessoa sentir-se ofendida e inferior. A relação tomada como virtuosamente como troca política conteria um ar de amizade e altruísmo, uma

preocupação com o outro que pareça verdadeira, por isso não se deve esboçar algo que remeta a um interesse próprio com a atitude.

Dessa forma, as homenagens como Moção de aplauso, de louvor, de pesar e outras eram requisitadas em praticamente todas as sessões da Câmara de Vereadores. Regina, a esposa de Gilson, observava e criticava o fato de que os nomes das ruas e praças eram homenagens a pessoas vivas e que de preferência tenham muitos filhos para conseguir votos. Não se pensava em registrar nomes históricos para manter certa memória. A ponte que ligava o bairro de Cachoeiro ao Centro levava o nome de um personagem que havia ajudado a construí-la com as pilastras de sustentação. Porém, o nome da ponte foi trocado, segundo Regina, porque o prefeito estava “atrás de votos” e colocou o nome de uma pessoa que tivesse muitos parentes. A cada homenagem que eu tinha conhecimento perguntava o porquê e ela deixava nítido que a homenagem havia sido feita “porque alguém quis”, sem motivos maiores. Muitas pessoas foram homenageadas enquanto eu estive lá, inclusive Renato, que foi homenageado pela ALERJ com a medalha Tiradentes.

“Se vender”, “ter duas palavras” e “cumplicidade” com o executivo (*versus* independência): da relação político-eleitor para a relação político-político

Na sessão solene da Câmara de Vereadores, cada vereador tinha direito a homenagear seis pessoas com três títulos de Cidadania Cardosense e três Comendas de Mérito. Apenas a vereadora acusada por infidelidade partidária teve sua cota reduzida. Além disso, alguns vereadores homenagearam outras pessoas em nome do executivo. Foram homenageados muitos médicos, professores, funcionários de órgãos como técnico judiciário, funcionário de posto de saúde, comandantes de batalhão policial e guarda, políticos de nível estadual e federal, padres, pastores, corretor de imóvel, dono de ótica, prestador de serviços de transporte, contador de prefeitura vizinha, comerciante de um município vizinho, ajustador mecânico de uma usina, chefe do Detran, representante de empresa telefônica, funcionária de banco financeiro, funcionário e secretário da secretaria de administração de Campos, dois presidentes de time de futebol e um proprietário rural. Essas pessoas recebiam agradecimentos por algum trabalho em benefício do município, porém as homenagens serviam também como fator de manter as ajudas ou facilidades com que vereadores eram prestigiados ou ainda iniciar relações que pretendiam ter. Um cabo da polícia militar do Rio de Janeiro declarou ao receber

uma comenda que “se já existia um empenho, agora fica mais firmado o comprometimento”. Um comandante de um batalhão policial mencionou que não havia feito nada pela comunidade, mas que faria “por merecer”. A comenda denotava a expectativa de uma relação. Um chefe do setor de traumatologia de um hospital declarou ao receber uma comenda: “não conheço Cardoso Moreira, é a primeira vez que estou vindo aqui, tudo que posso estou fazendo por vocês lá, tudo que vier ao meu encontro”. Outros homenageados se puseram a disposição, se disseram “gratos”, “honrados”, e “emocionados”. Um senhor denotava sua dívida afirmando que Cardoso era uma “terra que me deu mais do que eu dei a ela”.

Um deputado federal disse que fez muitos pedidos por Cardoso Moreira na Assembléia Legislativa, mas não foram atendidos. Acrescentou que só há pouco Sergio Cabral – governador – liberou as emendas, mas que se não conseguisse nada pelas leis “a Deus continuaremos pedindo”. Tais palavras denotavam a atenção e consideração com a cidade e mostrava que os favores não se efetuavam só entre vereadores e a população tendo como canais pessoas de instâncias superiores politicamente ou de outras instituições, mas que os favores ocorriam entre os representantes das instâncias governamentais (Cf. Bezerra, 1999). Na sessão solene, a relação era tomada como de amizade, como quando um vereador ao anunciar o homenageado disse que ele era: “amigo meu, a gente se conhece”. E tentava-se afastar a idéia de uma negociação ou troca política. Assim, falou o deputado estadual homenageado:

(...) muitos dizem que é uma cerimônia política, não tem nada disso gente, eu não tenho nada a ver com a política local (...) A hora é chegada... não tem indústria, não tem isso, mas tem um povo que ama a Deus. Conseguimos levar um time para a 1ª divisão, quem imaginaria... isso mostra que a capacidade está dentro de cada um. Não é um ato político é um reconhecimento do que as pessoas estão fazendo pela cidade.

Uma vereadora falou em nome dos vereadores, agradecendo os homenageados: “dizem que parece uma cerimônia política, mas são tantas sessões e é sempre uma alegria”. Ao ser o interesse político afastado, tomava-se o momento como uma confraternização e o presidente da Câmara encerrou a longa sessão pronunciando em termos finais: “é um privilégio ouvir pessoas esquecendo o lado político e lembrando de Deus, foi bom para as famílias”.

Um vereador me respondeu que sua motivação para entrar na carreira política se devia ao fato de como médico ser um homem público e gostava de “lidar com o povo”, disse que sempre ajudou as pessoas e disparou que não aceitava **compra de votos, submissão** e era um **político independente**. O fato de se dizer um político independente devia afastar a sua relação e negociação com representantes do poder executivo. Em sua campanha ele anunciava no carro de som ser um “político independente” e no comitê de Gilson eu ouvia recriminações a ele por estar “trabalhando para os dois candidatos a prefeito”.

A independência em relação ao executivo era apregoada como algo louvável por não denotar um “interesse próprio” na tarefa legislativa do vereador, que visaria ganhar dinheiro colaborando com as intenções do executivo. Seriam os vereadores que recriminavelmente, aos olhos dos moradores ligados à política, se vendem. O vereador que era médico afirmou em palanque que nunca viu nenhum ato entre os vereadores na câmara que “abonasse” e, em outro momento, os vereadores declararam que nunca haviam recebido para votar alguma pauta. Mas essa não era a crença geral entre os moradores.

Assim, ouvi de uma moradora que a “câmara aprova projetos para ganhar em cima, todo mundo é aliado da prefeitura”. Especulava-se quanto o presidente da Câmara teria recebido para votar a liberação da realização de obras pelo prefeito. Uns arriscavam 50 mil, outros 100 mil, outros 30 mil. Vê-se por esse exemplo o quanto um prefeito ou candidato a prefeito depende dos vereadores para lutar contra seu rival politicamente, barrando uma obra ou liberação de verba. Um ex-funcionário da câmara afirmou que um ex-presidente da câmara não deixava passar nenhum processo que não obedecesse ao trâmite comum, como nos pedidos de urgência, que para tramitar requeria um pagamento em dinheiro, senão engavetava o processo. Dois funcionários confidenciaram-me que uma vereadora havia recebido 40 mil, anos atrás, numa eleição da mesa diretora. Como se vender na relação política era condenado socialmente, uma candidata à vereadora disse que sua filha pediu para ela comprar uma moto, mas que no momento ela não poderia comprar, pois diriam que ela teria recebido dinheiro.

Ao entrevistar um vereador, questionei sobre a maior dificuldade que havia no trabalho na câmara e me respondeu que era a “cumplicidade” com o executivo. Contraditoriamente, tal vereador foi apontado por algumas pessoas como quem mais negociava. A resposta deste vereador foi que me trouxe a vontade de especular sobre essa relação dos vereadores com os representantes da prefeitura. Procurei uma pessoa

que havia trabalhado em órgãos públicos e ela disse-me que os representantes do legislativo e executivo negociavam e chamavam essa relação de “parceria”, no entanto ela questionava que: “se são parceiros, como a Câmara vai fiscalizar o executivo?”. Ao conseguir realizar serviços para os moradores, fazendo “filantropia”, “dependem” da prefeitura. Negociam com ela empregos, medicamentos, bolsas: “vivem de negociata”. Meu(minha) interlocutor(a) acrescentou: vivem de “assistencialismo”, é o “voto de cabresto”, assim os vereadores “amarram” as pessoas a eles; em vez de “lutar para trazer” especialidades médicas e serviços para a cidade, “obrigar o executivo a promover isso, eles deixam as pessoas nas mãos deles para fazer um curativo”. Ele(a) contou que, certa vez, “o executivo queria aprovação de verba suplementar” e o presidente da câmara só aprovaria se recebesse uma quantia específica em dinheiro. Outro político negociou a transferência de cinco funcionários da câmara para trabalhar na prefeitura e o pagamento da faculdade de um filho. Segundo ele(a), os vereadores chegavam a se recusar a votar o recebimento de ambulância, caminhão ou verba, que constituíam melhorias locais, se não recebessem dinheiro.

A dependência que os vereadores tinham em relação à prefeitura para realizar favores tinha como contrapartida a dependência dos serviços da câmara por parte do executivo. Isso proporcionava tais negociações e pressão dos vereadores sobre o prefeito a ponto de uma deputada estadual dizer em palanque que para o prefeito governar os vereadores tem que ser do grupo dele, senão ele “é chantageado”. Dependendo das aprovações da maioria da câmara de vereadores e da liberação de pautas pelo presidente da Câmara, o representante do executivo planejava obter maioria na Câmara negociando vantagens aos vereadores que fossem maiores do que as que seu rival político pudesse oferecer. Na resolução de quem os vereadores apoiariam, pesava as realizações e aprovação do governo pelo eleitorado, pois, como os demais eleitores, buscavam apoiar quem pensavam estar mais forte na disputa.

Quando a maioria da câmara decidia apoiar um rival do prefeito, viam-se vetos periódicos as suas pretensões na câmara. Era o que ocorreu em Cardoso, pois a maioria da câmara, incluindo o presidente, decidiu apoiar Gilson em detrimento de Renato. Assim, vetaram a compra de dois ônibus proposta pelo representante executivo. Os vereadores afirmaram que não haveria verba para tal aquisição, o que ocasionaria, portanto, uma dívida e se aprovassem seriam “irresponsáveis”. Mais tarde o prefeito conseguiu adquirir dois ônibus através de emendas do senador Dornelles e, com o plenário cheio, em vésperas de eleição, decidiram receber os ônibus. Quando votaram

contra a compra, o jornal patrocinado pelo governo divulgou seus nomes e os adeptos do governo antipatizaram com suas atitudes, enquanto os rivais apoiaram. A realização do concurso também não foi liberada, contudo, a prefeitura o realizou. Os vereadores disseram não saber responder sobre as brechas jurídicas utilizadas para a realização do concurso e alguns se queixavam que os representantes da prefeitura não estavam consultando os vereadores, como sobre a mudança do dia da Festa Agropecuária que comemora a emancipação do município. Reclamavam que não estavam sendo informados sobre a realização de eventos, como as atividades físicas que foram realizadas por ocasião do Dia do Desafio⁴⁵. Uma vereadora afirmou em plenário que, assim, o prefeito ficava sozinho e isso seria algo ruim.

Os vereadores não ficavam presos a um candidato a prefeito e muitos diziam se relacionar bem com os dois, Gilson e Renato – sendo expresso como medida de seu prestígio ser procurado por ambos os “lados” políticos. Assim, um(a) vereador(a) disse-me que falava com os dois candidatos a prefeito mais proeminentes, afirmando que não fazia “inimizade na política”. Por ocasião de um desentendimento em plenário com outro(a) candidato(a) a vereador, ele(a) declarou que não estava mais “do lado” de ninguém e era independente. Assim, me contou que logo Gilson e Renato telefonaram para ele(a) e concluiu que se ele(a) fosse ruim os dois não estariam querendo tê-lo(a) como aliado(a).

O desentendimento ao qual ele(a) se referiu aconteceu em plenário e expressa bem as disputas entre os vereadores pelo poder de conseguir coisas através da prefeitura, desencadeando uma concorrência. Este acontecimento ficou incompreendido por vários moradores, pois não dominavam a linguagem vigente na câmara, de tal modo, diversas versões e opiniões foram desencadeadas sobre o fato. Presenciei parte da confusão, mas confesso que naquele momento não consegui absorver o que estava em questão no desentendimento. As controvérsias se iniciaram durante uma sessão da câmara na qual os vereadores apreciaram a mudança de nomenclatura referente a um posto da guarda municipal. O projeto havia sido vetado pelo executivo por inconstitucionalidade e a câmara rejeitava o veto e mantinha o projeto original. O(a) vereador(a) Y. e o(a) vereador(a) Z. analisaram a proposta em nome da Comissão Especial da câmara. O presidente da câmara anunciou a rejeição ao veto do prefeito e colocou a iniciativa em “discussão e votação” pronunciando após: “os que rejeitam

⁴⁵ Dia dedicado internacionalmente para realização de atividades físicas. Acontece uma vez ao ano como um alerta quanto ao benefício de tais práticas para a saúde.

permaneçam como estão” e, logo, “aprovado pelos vereadores”. O(a) vereador(a) W. pronunciou: “pela ordem” e seguiu afirmando: “não tem condições de ser votado hoje porque a Y. não está presente e eu não assino o parecer hoje”. Ou seja, dos nove vereadores, cinco estavam “do lado” de Gilson e quatro “do lado” de Renato. Se W. não votasse, e Y. não estava presente, não haveria votos suficientes para derrubar o veto do prefeito.

Ao fim da sessão, o(a) vereador(a) W. pediu que fossem autorizadas as cópias das matérias deliberadas que foram votadas sem a assinatura das Comissões. Ele afirmou que “isso nunca aconteceu, nunca se aprovou por atraso de avaliação”. E arrematou: “não houve autorização para fazer o parecer ao contrário do veto (...), os vereadores não assinaram o veto porque não quiseram assinar”, pois os vereadores estavam há “trinta dias vindo aqui”. O presidente da Câmara respondeu que foi “um acordo da oposição” e que não entendia a reação de W.. O presidente pediu que “o(a) vereador(a) compreendesse que não foi problema do presidente dessa casa, o(a) Y. assinaria, mas passou mal e não pôde estar”. O presidente declarou ainda que todos sabiam que a intenção era derrubar o veto do prefeito.

Desse modo, ficou patente que W. rompia o acordo da oposição e favorecia o executivo por querer defendê-lo ou por achar, simplesmente, que os procedimentos da Câmara não estavam sendo justos e legais. Contudo, W. era apontado por algumas pessoas como quem mais negociava com a prefeitura. Eu soube por um(a) candidato(a) a vereador(a) que, na sessão seguinte a essa relatada acima, houve uma discussão exaltada entre o presidente, W. e Y. a respeito do projeto de nomenclatura da Guarda Municipal. O(a) candidato(a) contou-me que Y. ficou enfurecido(a) com W., que acusou os vereadores de terem recebido dinheiro para votarem. O presidente pediu que o vice assumisse a presidência, se levantou de sua cadeira, dirigiu-se a W. e efetuou um sermão sobre sua honestidade enquanto presidente da Câmara. O(a) candidato(a) a vereador(a) que me relatou está história nunca havia sido eleito(a) e avaliou que W. estava certo porque se não havia pessoas suficientes para votar ele(a) argumentaria que o projeto fosse estudado e votado na próxima sessão. A declaração poderia parecer ingênua diante de tantos projetos inconstitucionais aprovados acordadamente entre os vereadores, mas o fato era que houve uma divergência entre o grupo da oposição na câmara e um(a) vereador(a) acusou seus colegas de receberem dinheiro para votar pautas.

Quando entrevistei Y., ele(a) me disse que na câmara “nem todos são amigos”, havia “a ganância do poder”. Ele(a) declarou que era muito visado(a) porque se relacionava bem com todos, fazia uma “política aberta” e não fazia “inimizade na política”, pois havia que se “fazer a união para poder crescer, não de um modo que eu quero te derrubar”. Concluiu mencionando que na Câmara eles têm “pensamentos diferentes, tem gente que quer ser o primeiro em tudo”, mas havia que se pensar no “que é melhor para o município, independente do partido”. Além disso, Y. afirmou que fazia um “trabalho independente” com seu salário e acrescentou que tinha os que não podiam votar contra porque diziam que Renato punha gasolina em seu carro, mas ele(a) tinha que pensar no que era melhor para o seu “povo”. Aqui, percebe-se a ênfase de que seus atos não são por “interesse próprio” e que a posição de independente, que não recebe favores do prefeito, é exaltada. Essas idéias se relacionam no discurso, porém, na prática, percebe-se a concorrência e o realce da expressão “ser o primeiro em tudo” revelando tal postura.

Y. declarou que os vereadores discutem e mencionou o desentendimento provocado por W.. Ele(a) disse que não entendeu a postura de W. na ocasião porque ele(a) é “do lado” de Gilson. Afirmou que votou nele(a) duas vezes para presidente da câmara, mas ele(a) era o(a) mais complicado(a) da câmara e exemplificou da seguinte maneira: os vereadores recebem três mil e poucos reais, com os descontos baixa para dois mil e alguns reais, W. quer que desconte de qualquer um menos dele(a). Assim, percebe-se que, para Y., W. sempre quer ganhar mais dinheiro do que os outros vereadores ou nunca receber menos do que eles. Já Y. disse que fala que quer receber o que ele(a) tem “direito”. Ele(a) argumentou que a Câmara tinha que vetar o veto do prefeito, pois tinha que “manter a palavra”, se W. não fazia isso é porque tinha “duas palavras”. Ter “duas palavras” se coaduna com a recriminação de ser “mentiroso” ou “pregar mentira” dirigida aos políticos – que era recriminável socialmente. Outro(a) vereador(a), Z., havia me dito que não gostava de discussões porque “ofende” a vida dele(a) fora da câmara. Essa resposta foi em relação a minha pergunta de o que mudara na sua visão sobre o trabalho político depois que ingressou na câmara como vereador(a), se tinha algo que o desiludiu. Z. mencionou que os vereadores discutem e depois saem do local de bem um com o outro e acrescentou que não gostava de “parecer mentiroso, duas caras”.

Viam-se disputas também que visavam mostrar para a população a capacidade dos vereadores ou candidatos de influenciar as ações dos representantes da prefeitura,

tendo seus requerimentos ou ofícios atendidos. Assim, o mérito era compartilhado entre o prefeito e o outro político. Desse modo, um ex-funcionário me disse que era comum quando os representantes da prefeitura esboçavam a realização de alguma obra os vereadores se apressarem a elaborar os pedidos de obras que já estavam sendo iniciadas. Um(a) candidato(a) a vereador(a) e presidente de uma associação de moradores, O., contou-me que fazia seus pedidos não pela câmara, pois não precisava de “intermediário”. Ele(a) solicitou a construção de um banheiro para o hospital e depois que o banheiro foi pronto publicou um agradecimento no jornal. Com isso, um vereador observou que havia feito o pedido e era O. quem agradecia? - questionou o(a) vereador(a) deixando nítido que o mérito era seu.

Em uma sessão da Câmara que presenciei, o(a) vereador(a) F. havia feito uma indicação referente à promoção de estudos quanto à viabilidade da construção de uma quadra de esportes em um conjunto habitacional. No momento da leitura de sua indicação, F. pediu a palavra e disse que tal projeto era de 2007 e ele(a) estava pedindo novamente, animado(a) e agradecido(a), pois o prefeito usou a rádio e declarou obras que iria iniciar e concluir, e entre tais obras estava a construção da quadra de esportes. Ele(a) disse que ficava feliz por mais uma conquista e estaria na inauguração com o prefeito porque: “estamos voltados para os interesses do povo e não dos partidos”, “somos um grupo e estaremos todos lá” – ele(a) e os outros vereadores. F. comentou que a indicação causava “alegria porque sabemos que o prefeito vai realizar”.

Por outro lado, compreendia-se que o prefeito, para governar, dependia dos vereadores, como foi dito anteriormente neste texto. Ao questionar uma ex-funcionária de confiança de Gilson sobre se a postura de W. durante a votação do projeto relacionado à Guarda Municipal não faria com que ele perdesse o crédito com Gilson, ela disse que não, pois o que Gilson podia ganhar com W. seria maior do que ele poderia perder. Por isso era importante para o prefeito ter maioria na Câmara e ter um presidente da Câmara de seu grupo político. Um funcionário me contou sobre uma negociação entre representantes do executivo e um vereador relacionada à composição de maioria governista na câmara e ocupação da cadeira de presidente. A obtenção desse depoimento abrangeu várias etapas de consolidação de alguma confiança em mim da parte dele, esse depoimento específico veio em três parcelas homeopáticas. Disse-me que em 1998, segundo ano do mandato de Gilson, Renato possuía quatro vereadores na câmara e Gilson cinco. Renato queria convencer um dos vereadores a votar com ele, que retrucou que só seria seu aliado se fosse presidente da Câmara. Com isso, tal vereador

conseguiu ser presidente da Câmara e Renato obteve o apoio da maioria dos vereadores. Mais tarde, Gilson estava trabalhando sua reeleição e precisava do apoio dos vereadores. Assim, seu grupo político ofereceu uma quantia alta em dinheiro para que o vereador deixasse a presidência da Câmara. Ele, porém, não aceitou. Essa história era para mostrar que nem sempre a aquisição de dinheiro é objetivo de um político. Pode ser, além disso, que como presidente da Câmara o vereador considerasse que podia ganhar mais dinheiro, parceladamente, do que a quantia oferecida. No entanto, o que fica patente nas crenças e práticas dos moradores e políticos é a necessidade que o prefeito tem do apoio dos vereadores, principalmente próximo ao período eleitoral.

Lopez (2004) publicou um estudo intitulado *A Política Cotidiana dos Vereadores e as Relações entre Executivo e Legislativo em Âmbito Municipal: o caso do município de Araruama*, com o qual concluiu que há uma **subordinação** do legislativo ao executivo. O autor (ibidem: 166) preconiza que ser oposição ao governo traria custos políticos e mesmo os vereadores que se diziam oposição não fiscalizavam nem dificultavam os projetos e ações dos representantes do executivo. A principal razão da subordinação do legislativo ao executivo seria a obtenção de recursos estaduais e federais direcionados para as bases eleitorais do prefeito (ibidem: 166). Assim, o controle sobre o orçamento asseguraria o poder do governo em relação aos parlamentares (ibidem: 166), pois esses necessitariam suprir as demandas materiais de seus eleitores, que demandariam, em menor proporção, a produção de leis (ibidem: 167). Havia dezessete vereadores no município pesquisado por López e a adesão ao prefeito era considerada fluída e mudando conforme acordos faccionais (ibidem: 167), mesmo assim Lopez afirma que a fluidez das facções não impedia o apoio majoritário ao prefeito, materializado na aprovação de quase todas as matérias enviadas ao plenário e na retração do papel fiscalizador dos vereadores. (ibidem: 169). O autor concluiu:

Em Araruama, por ser menor a máquina burocrática (o que possibilita maior controle) e por ser mais amplo o controle sobre os atos alheios, a **assimetria de poder** entre os dois poderes é mais explícita e “naturalizada”, porque há, implicitamente, conformismo dos vereadores da “oposição”, que aceitam que sua posição política implicaria falta de acesso aos recursos públicos (Lopez, 2004:167) [grifo meu]

As **alianças verticais** vinculam o eleitor ao Vereador e este, no interesse de atender aquele **submete-se** às imposições do executivo, pré-requisito para a obtenção das benesses (Lopez, 2004: 169) [grifo meu]

No caso que estudei em Cardoso Moreira, não percebo uma **subordinação** total do poder legislativo ao executivo, por outro lado, não era o poder executivo que se **subordinava** ao legislativo. Havia uma configuração e um aproveitamento de oportunidades circunstanciais e conjunturais que fazia com que as forças dos vereadores e do grupo do prefeito se contrabalançassem.

Os vereadores necessitavam do apoio do prefeito em forma de bens e recursos para suprir demandas de seus eleitores, mas o prefeito também necessitava do apoio dos vereadores. Apoio esse que era renegociado constantemente, a cada pauta importante que ia para o plenário. Em períodos eleitorais, essa interdependência ou dependência mútua era mais fácil de ser notada. Lopez (2004:172) constatou o termo “refém” do executivo, para denotar a posição dos vereadores, porém, no caso em que estudei, tal expressão poderia denotar, em certos momentos, a posição do prefeito em relação à maioria dos vereadores. Se o prefeito tem algum poder de adquirir recursos das instâncias estadual e federal seu opositor pode também ter este poder, mesmo não sendo prefeito, pode ter “contatos” valiosos que permitam a execução de favores. Diferente da época coronelista descrita por Leal (1975), o compromisso entre município, estado e governo federal é mais uma questão de opção dos governantes que uma regra. Um opositor pode dificultar a obtenção de recursos de outras instâncias ao prefeito “fazendo política”. Os recursos para distribuir, necessariamente, não provêm só do prefeito e mesmo recebendo seu apoio para algo, na forma de recursos, o vereador pode negociar a obtenção do recurso por um apoio específico ao governo municipal, que não reflita um apoio total, fazendo um jogo duplo com o prefeito e seu opositor, como eram diversas vezes acusados, pelos militantes, os vereadores. Assim, a apreciação de uma **subordinação** ou **dependência** dos vereadores ao executivo pode ser relativizada, no caso de Cardoso, pelo número de “contatos” que o opositor do prefeito tem, em cada momento, e a aprovação popular do mandato do prefeito, que é levada em conta na decisão dos vereadores de se aliar ou não ao candidato. A aprovação popular era condicionada pela boa administração municipal, conforme visto no capítulo 2. A boa administração é avaliada pelos benefícios e melhorias realizadas durante a gestão, as promessas cumpridas e os pagamentos de dívidas. Ela também se consolida pelo sucesso em “fazer política” – conforme explicitado no capítulo dois.

Compra de votos: a reta final

As pessoas que não se consideravam vinculadas, ou que desejavam aproveitar a época da eleição para ganhar algum dinheiro, se envolviam em relações de “compra de votos”. Assim, uma moradora do Pires me avisou, durante um comício, que “no dia da eleição vai rolar muito dinheiro” e se eu fosse ficar em Cardoso neste dia era para fingir que estava indecisa e que votava em Cardoso que alguém me ofereceria dinheiro. Durante um comício também escutei um senhor comentar que “bobo” era quem não aceitava as coisas que os políticos ofereciam, pois na hora de votar poderia votar em quem quisesse, porém era para aceitar o que todos os candidatos ofereciam. Essa **esperteza** do eleitor reflete os incômodos dos políticos em relação à promessa de voto. Assim, mesmo o eleitor poderia ser recriminado por parte dos políticos por não cumprir promessas. Esse julgamento a cerca da conduta do eleitor deslocava o crime eleitoral de “compra de voto” para uma espécie de condenação moral, pois o eleitor, como os candidatos, devia cumprir sua palavra como uma dívida de honra.

Dessa forma, durante a carreata de Gilson, uma senhora que me forneceu carona no evento, comentou que as pessoas pegam dinheiro e depois nem votam no candidato, tanto que no período eleitoral surgem várias casas em construção. Similarmente, Regina recriminou, certa vez, o ato de os políticos pagarem lanche e passagem aos eleitores que vinham de outro município para votar em Cardoso, pois o político tinha esse trabalho e dispêndio, o eleitor dizia que votaria no candidato e depois não votava. Durante a carreata de Gilson, pessoas que tinham recebido para tirar a placa de Gilson e colocar a de Renato acenavam para Gilson, refletindo que tendo recebido dinheiro de outro candidato votaria em seu rival. Diante das promessas não cumpridas pelo eleitor, candidatos estavam solicitando que os eleitores usassem o celular para fotografar seus votos na cabine eleitoral. Assim, juízes da região estavam proibindo os eleitores de votarem munidos de celular.

Uma moradora disse-me que determinado candidato ofereceu dois mil tijolos ao pai dela, pois todos sabiam que a família estava construindo uma casa. Em retribuição, seu pai deixou colocar uma placa em seu quintal, mas, possivelmente, não votaria nele. Da mesma forma, uma adepta de Gilson contou a mim e a Regina que seu tio recebera telhas de um candidato e tinha coragem de denunciar. Regina acrescentou que só se as pessoas falassem era que a denúncia teria validade.

Outra pessoa comentou comigo que um morador tinha pedido dois mil reais à uma vereadora, com intenção de usar o dinheiro para consertar seu carro. No entanto, a vereadora não cedeu ao pedido. Pode-se especular que o medo em relação às denúncias

feitas por opositores e seus aliados restringiam a iniciativa de realizar doações. Meu interlocutor acrescentou que um vereador do município de São Fidélis foi cassado por doar tábuas. Assim, as espionagens funcionavam no sentido de coibir as compras de voto, não estritamente por prezar o cumprimento das leis, mas como instrumento na luta concorrencial por posições políticas.

Na rua, enquanto eu caminhava, ouvi uma pessoa dizendo que vendia seu voto por cem reais. Tony Nascimento mencionou no palanque, que todos vinham para o “lado” de Gilson “por vontade”, “ninguém compra”. Uma senhora que era eleitora de Gegê declarou que ouvira que só Gilson não estava comprando votos e um adepto de Gilson afirmou que ele não praticava tal ato, pois sequer possuía recursos para comprar voto. Em palanque, Gilson discursava que os moradores não vendiam seu voto por material de construção.

Na rua, escutei um senhor declarar que considerava “otário” quem votava em quem outra pessoa aconselhava e ele votaria em Gegê porque tal candidato iria dar algo a ele. Ao conversar com um jovem morador, quando argumentei que dinheiro não comprava tudo, ele indagou com ênfase e me fazendo repensar: “não compra não?!”.

Um funcionário da prefeitura, que havia trabalhado numa campanha anterior de Gilson, e uma das coordenadoras da campanha de Gilson, afirmaram, em momentos diferentes, que campanha se ganhava na “reta final” e era na reta final que se dava a maioria das compras de voto.

A eleição seria no domingo e, a partir de sexta feira, o grupo de Gilson começou a realizar as vigílias contra o grupo de Renato durante as madrugadas. Tentavam impedir que o grupo de Renato comprasse votos. No sábado, uma das irmãs de Gilson contou-me que seu marido não havia dormido a noite, para poder fiscalizar, e os adeptos de Renato estavam dando dinheiro “enroladinho” para os eleitores. Na sexta-feira, conseguiram fazer com que duas pessoas que compravam votos fossem detidas. Depois da eleição, tal cunhado de Gilson contou-me sobre as patrulhas que realizaram para evitar as compras de votos. Durante sua patrulha, descobriu que um senhor que jogara uma chuva de papéis luminosos, através de uma máquina no comício de Gilson, estava recebendo por Renato, pois o viu junto com o secretário de obras. Além disso, lembrou que um senhor estava dentro de um carro com vidro fume, vigiando, ao mesmo tempo, a casa de Gilson, de um de seus cunhados e de Tony Nascimento, que ficam próximas. Diante disso, o grupo de Gilson foi abordá-lo e ele não quis deixar que revistassem seu carro. O senhor ligou para a polícia, dizendo que estava sendo agredido.

Um policial, que estava patrulhando por Gilson e envolvido na campanha, deu um golpe, conhecido como “gravata”, em tal senhor, dizendo que era policial 24 horas. O senhor disse que faria exame de corpo delito. Quando os policiais chegaram, levaram todos os presentes para a delegacia. O senhor recebeu uma multa por desacato a autoridade.

O cunhado de Gilson mencionou que os fiscalizadores que estavam “do lado” de Gilson ficavam vigiando em pontos diferentes da cidade e do interior. Portavam um rádio transmissor e se vissem qualquer ato suspeito deviam telefonar para o Tony Nascimento, que solicitava uma viatura para o local. Na casa de um vereador partidário de Renato, mencionaram ver pessoas chegando com uma “mala de dinheiro”, logo começou um “entra e sai” de gente na residência. Em outro ponto do centro, o cunhado de Gilson viu que entravam e saíam pessoas e, inclusive, pessoas ligadas ao governo de Renato. Comentou que só sua presença no local inibia a prática e, as pessoas, ao saberem que ele estava vigiando o local, reverteram a situação espalhando imediatamente que era ele quem estava na esquina parado comprando voto. Casas de determinadas pessoas ligadas a Renato ficavam sob vigília e o cunhado de Gilson mencionou que, em certo local, viram uma pessoa saindo com uma mala. Logo algumas pessoas “do lado” de Gilson foram atrás de moto. Apesar de compra de voto dar de um a quatro anos de cadeia, ele declarou que os meliantes se livram do material rapidamente e se tornava impossível realizar um flagrante.

Uma senhora afirmou indignada que tinham comprado o voto dela com um envelope, onde colocaram dinheiro e enfatizou que um pastor também estaria comprando voto para o candidato oponente.

Vários boatos surgiram no dia da eleição. Enquanto eu passava na rua, ouvi uma senhora contando a um grupo que vira determinada pessoa passando com uma mala de dinheiro. Surgiu um boato ainda de que Gegê havia sido preso com uma alta quantia em dinheiro para comprar voto. Uma senhora, alegando que a história era uma mentira, contou-me que, assim que Gegê soube da fofoca, saiu do interior e foi para a praça principal da cidade. Expondo-se ao público mostraria que o boato era falso. Porém, uma moradora disse-me que ele havia sido preso sim, no entanto, foi liberado. Isso porque ninguém podia ficar preso até o dia sete, dois dias após a eleição.

Na segunda feira, após a eleição e seu resultado, eu entrei em um banco financeiro e encontrei a filha de um correligionário de Renato de longa data conversando com um rapaz. O rapaz afirmou que se ele tivesse dinheiro ia ter comprado

muito voto, mas as pessoas iam procurá-lo pedindo dinheiro para votar e ao solicitar dinheiro às pessoas engajadas na cúpula da campanha, elas alegavam que não tinham dinheiro. A seu ver, esse foi o motivo pelo qual Renato perdeu muitos votos.

A compra de voto, portanto, era entendida como produto de uma negociação **diretamente** ligada ao ato de votar em troca de dinheiro, sem uma relação consolidada. Um significado diferente era passado quando a concessão do voto era resultado de uma amizade baseada em troca de favores. Quando o eleitor solicita o que compreende como uma ajuda, se referindo a uma teia de trocas entre ele e o candidato ou entre ele e um cabo eleitoral conhecido, o ato deixa de significar uma compra de votos. É a intensidade da relação e o reconhecimento do ato como uma ajuda “desinteressada”, como seria dada em qualquer época diferente da eleitoral, que qualifica a relação não como uma mera compra de votos. Porém, alguma doação que era entendida como uma ajuda poderia ser vista por quem está de fora da relação como uma “compra de votos”. De outro modo, o político que tenta provocar a imagem de que está ajudando ao doar, pode não ter êxito na empreitada aos olhos daquele que recebe o bem, que se considera vinculado de forma mais forte a outro candidato e/ou considera que o político lhe forneceu o bem porque era época eleitoral, portanto, por “interesse próprio”.

Certo dia, eu estava no caminhão que recolhe leite em Valão dos Pires, “fazendo a linha” com o cabo eleitoral de Gilson no local e aconteceu um fato que me fez refletir sobre a linha tênue que existe entre o entendimento sobre comprar voto e realizar um favor. Estávamos passando de caminhão e o cabo eleitoral fez meia parada em uma casa para perguntar se podia colocar uma placa de Gilson no quintal. O rapaz que estava do lado de fora da casa respondeu que sim e o cabo eleitoral mencionou que precisaria do número do CPF do morador e o número de seu título eleitoral. O rapaz comentou que Gegê esteve visitando a casa e, logo, uma senhora, que estava dentro da casa, se aproximou e pediu que o cabo eleitoral descesse para que conversassem. O cabo eleitoral desceu do caminhão e a senhora mencionou que o voto era secreto e pediu que o cabo eleitoral solicitasse mil reais para Gilson, porque ela precisava do dinheiro para pagar uma cirurgia em Macaé e acrescentou que precisava da quantia com urgência. A senhora enfatizou ao cabo eleitoral: “você sabe o lado que a gente é”. O cabo eleitoral a tratou bem, mas quando entrou no caminhão refletiu se devia acreditar no voto da senhora, apesar de ter que a tratar bem de qualquer modo.

Outro dia em que percorri a linha de recolhimento de leite novamente, perguntei ao cabo eleitoral se havia conseguido os mil reais para a senhora e ele respondeu que

conseguiu. Após minhas especulações, ele disse que Gilson não possuía dinheiro e que tinha sido um candidato a vereador que prometeu doar. O cabo eleitoral deu o dinheiro e seria reembolsado pelo vereador, enfatizando que a senhora chorou ao pedir, porque estava “precisando”. O vereador perguntara quantos votos o favor renderia para ele e o cabo eleitoral mencionou que seriam oito votos. Eu questionei se oito votos não seriam poucos para a quantia e o cabo eleitoral afirmou: “oito votos é muito, Monique”. Assim, ele me contou que, certa vez, foi pedir voto a um senhor, que disse que votaria nulo porque ninguém fez nada por ele. A eleição seria no dia seguinte e o cabo eleitoral perguntou ao eleitor se confiava nele e disse que se votasse em seu candidato o daria uns canos de água, que o senhor precisava. O eleitor votou, junto com sua esposa e um filho. E, ao fim, o vereador ganhou por uma diferença de três votos.

O cabo eleitoral me disse que nunca tinha comprado votos, mas que na eleição daquele ano ia comprar votos de certo vereador que falhara com ele: “vou comprar voto dele”. Assim, percebe-se que a doação dos canos foi entendida como uma ajuda permeada por uma relação de **confiança**, não foi compreendida como uma prática de compra de votos. Da mesma forma que a doação dos mil reais foi entendida como uma ajuda, pois denotava uma relação anterior de **compromisso**, esboçada pela frase: “você sabe o lado que a gente é”. Desse modo, a compra de voto era entendida como algo muito mais mecânico: dinheiro em troca de voto sem uma relação de compromisso e gratidão proeminente.

Considerações finais

Durante e após o trabalho de campo, as minhas percepções foram tomando corpo, desde uma idéia fluida e volátil, apesar de fixa, até uma concepção mais sólida. Percebi, no local, os controles que eram relativamente possíveis de serem efetuados: de informação, do espaço físico, de bens, de serviços, de cargos, de acessos e controle da própria função da qual alguém depende.

Todos esses controles e o menor dos controles sobre o outro, estava envolto em uma rede de interdependências e coações. Tal situação conduzia às visões de mundo, que resultavam em crenças sempre justificáveis e legitimadas.

Neste cenário, a emancipação foi possível por um afrouxamento do compromisso *coronelist*a e pelo fim da ditadura militar, que constituíam fortes controles no plano nacional. Ao se instalar uma prefeitura em Cardoso, esta passou a ser o maior empregador local, quando o cargo de prefeito passa a ser também um grande emprego. A distância da população em relação às autoridades municipais foi substituída pela proximidade física e social. Essas relações, conseqüentemente, se tornaram mais pessoalizadas. O município qualificado como pobre, tendo as autoridades espacialmente mais próximas, fez aumentar a oferta de assistências à população, aumentando a concorrência entre políticos que constroem suas carreiras.

Com a cisão inicial do grupo político que controlava a administração pública municipal, a disputa política se acirrou. Alguns princípios morais comuns condicionavam as narrativas para se optar por um “lado”, condenava-se, portanto: as “traições”, “ingratidões”, ter “duas palavras”, não cumprir “promessas”, agir por

“benefício próprio”, “se vender”. Todas essas características negativas eram acionadas quando algum adepto **mudava de “lado”**. Em contraste, ser “fiel”, ter “gratidão”, **ser** determinado político (ex: “era Gilson”) eram características exaltadas. E, o apoio devia ser verbalizado ao “falar bem” de seu candidato. Essas qualificações condicionavam a expectativa do candidato em relação ao bom proceder do eleitor, mas também a expectativa do eleitor em relação ao bom proceder do candidato. Havia uma gradação de intensidade em relação a esse apoio, do vínculo sentido de maneira mais forte, quando se era “doente”, à total ausência de vínculo do eleitor. Os que “não eram ninguém” eram condenados moralmente por mudarem de “lado” frequentemente, e “se venderem”, mas até entre eles havia uma gradação: os que ao não serem ninguém não faziam nada para prejudicar o opositor eram os melhores entre essa categoria mal vista. Existiam aqueles adeptos que tentavam prejudicar o opositor e outros que ao adorarem seu candidato o “aleijavam”, visto que o impediam de se aperfeiçoar. O prefeito dependia do apoio de representantes do judiciário, do legislativo, bem como de funcionários da prefeitura, para que pudesse realizar uma boa administração.

A mudança de lado poderia ser aceita se justificada argumentando os mesmos valores morais negativos que o candidato tivesse infringido em relação ao eleitor, aprovando-se o desvio da regra moral geral quanto à mudança de lado. Havia uma ‘massa’ de pessoas que não foram ajudadas pelos políticos e esperavam por essa ajuda, conformando a pobreza local. Com isso, prefere-se receber benesses de todos os “lados”, visto que só tem acesso a tais favores em época de eleição. Esses que não foram ajudados observavam o crescimento das campanhas para decidir seu voto, pois votando em quem supõem irá vencer garantem um instrumento de barganha quando precisarem de um favor, podendo ser recompensados pelo apoio dispensado. Os que não foram ajudados e logo recebem algo, votam no doador não porque “se vendem”, pois nunca foram “fiéis” a um candidato, mas se sentem gratos e entendem que estão começando uma relação, que esperam que se solidifique.

Não declarar a escolha por um “lado” político colocava o eleitor sob suspeita de apoiar o opositor, o que já valia como pretexto para discriminação por ambos os “lados”. Com esse receio e a exaltação do comprometimento político, as pessoas se punham a fazer política: falando bem do seu candidato ou mal do opositor e demonstrando como seu candidato era “boa pessoa” ou “bom administrador”, mesmo que para isso fosse necessário sabotar a administração pública, o que trazia alguma aprovação quanto à perseguição pelos adeptos do prefeito perseguidor.

Algumas características reconhecidas diferenciavam os principais candidatos a prefeito: um era político e boa pessoa, enquanto o outro era um bom administrador. O bom administrador era considerado um homem que: trabalhava muito, era vingativo, mais perseguidor, rancoroso, não tinha “jogo de cintura”, controlava mais os atos dos funcionários, dizia “não” aos pedidos (era “positivo”) e não fazia questão de agradar. O político e boa pessoa, contrariamente: era festeiro, perdoava, tinha coração, era sociável, não controlava os funcionários, deixando “correr solto” e fazia questão de agradar. Ao não cumprir suas “promessas”, criando “dívidas” morais, o político considerado boa pessoa foi preterido, pela maioria dos eleitores, ao considerado um bom administrador. Além disso, o fazer política, sem necessariamente administrar bem, era algo denegrido através da utilização do termo politicagem.

Em meio à disputa eleitoral, um conflito aberto, minha tarefa de pesquisar e marcar uma posição entre os atores sociais foi dificultada, pois permaneci sob suspeita de ser uma “espiã”. O imaginário social estava condicionado a tal interpretação, já que o trabalho de obtenção de informações sobre o adversário era constante, a fim de provar a infração de regras elaboradas por representantes do Tribunal Regional Eleitoral, fazendo parte dos controles mútuos entre os agrupamentos.

A moralidade fincada na ajuda, no diálogo e na amizade eram contrapostos por representantes da empresa de leite e por aplicadores de políticas públicas, que valorizavam o *empreendedorismo*. Assim, os anseios dos produtores não correspondiam com o que se esperava deles, esperavam que fossem interessados por ações entendidas como modernizantes. Com isso, os produtores eram considerados pessoas “atrasadas” em contraposição aos escolarizados que se atribuíam uma “visão mais ampla” e como aqueles que “entendem mais”. Os produtores mostravam certo alheamento aos termos e condutas regulados de acordo com uma *racionalidade econômica*. Desse modo, relações burocratizadas eram opostas às desejáveis relações de proximidade, pessoalização e confiança por parte dos produtores. Esses consideravam que representantes da empresa eram desonestos, pois ela pagava menos ao produtor e receberia a mesma quantia ao vender o produto, tirando “proveito” dos produtores. Forçando a individualização e desagregação dos produtores, a empresa dificultaria a alternativa de trocarem de comprador, aumentando o controle de representantes da empresa sobre eles.

Os produtores e mesmo o técnico da EMATER compreendiam uma falta de articulação entre órgãos com competências diferentes e complementares, percebendo

um arranjo político, que sustentava a crença do produtor de que as coisas são difíceis de mudar. Diante dessa teia coercitiva de posições, dentro da qual se fazia política, não funcionava “só querer” ou desejar para que conseguissem a realização das coisas.

No plano interno à prefeitura, as posições profissionais eram uma vantagem ao político pleiteante ao cargo de prefeito. O controle sob contratados e concursados era exercido de formas diferentes. Os contratados eram vistos como aqueles que “precisavam” se submeter mais, pois podiam perder seus empregos, eram cobrados para que retribuíssem a concessão do emprego apoiando o empregador. Se caso não demonstrassem “gratidão”, os funcionários adeptos sofriam uma “pressão psicológica”. Os concursados podiam ser postos na “geladeira”, “perseguidos” ou não promovidos e sua fidelidade a algum político estava além do prefeito empregador do momento. Assim, funcionários adeptos ao opositor do prefeito podiam sabotar a administração pública, manifestando seu “ódio” pelo prefeito.

O concurso podia ser visto como forma de garantir gente de determinado prefeito para que, quando ele não mais estivesse no cargo, pudesse preparar seu retorno, sabotando e adquirindo informações do seu rival através de seus adeptos na prefeitura.

Ao cumprir promessas de empregar e ajudar eleitores em seu desejo por emprego, a prefeitura sofria por saturação de funcionários e desqualificação. Os funcionários “aproveitados” estavam no cargo como um favor concedido pelo político, quando a prefeitura não necessitava do trabalho do funcionário, que lá estava apenas para sanar dívidas de representantes proeminentes da prefeitura. Esses aproveitados podiam ser de confiança e favorecer o político, mas não necessariamente eram qualificados. Nesse sentido, mamar qualificava a extração de sustento pelo funcionário sem que necessitasse trabalhar muito. Por outro lado, os opositores do grupo político governista que estavam dentro da prefeitura podiam ser “pisados”, “perseguidos” e “humilhados”, mas mesmo que não o fossem de fato sentiam e expressavam tal opinião, configurando perseguições e humilhações psicológicas.

A fim de driblar as teias coercitivas, alguns funcionários alardeavam o favor recebido como um privilégio, que o ascendia moralmente. Outros argumentavam que seu cargo era desfrutado por direito, já que lá estavam por méritos próprios, se desvinculando do empregador e rechaçando a subordinação. O desejo de igualdade vigorava nos dois casos e o rechaço a subordinação se manifestava por vias diferentes, enquanto o argumento do favor aceita a dependência, o do direito a recusa no plano do discurso.

As assistências que os políticos prestavam, diante da escassez de bens e recursos (tangíveis ou não), deviam ser acompanhados de certa forma de doar que denotasse generosidade e não “interesse próprio”. Esse interesse próprio, no caso dos vereadores, podia indicar a vontade em acumular dinheiro, se vendendo periodicamente. As assistências prestadas contribuíam para trabalhar as representatividades políticas. Mas, o favor não se efetuava apenas entre os vereadores e a população, sendo manifestado entre pessoas pertencentes às instâncias superiores politicamente ou de outras instituições, a começar com as negociações entre representantes do legislativo e executivo municipal – vistas neste trabalho –, que tinham como canais de ajuda representantes em instituições estaduais e federais. Nessa *figuração*, tanto os vereadores dependiam de relações com representantes da prefeitura para realizar favores, quanto os representantes da prefeitura dependiam dos serviços da câmara em aprovar projetos e requisições.

Assim, aproximei-me dos estudos sobre *clientelismo* pela própria definição acadêmica do termo. E, tais trocas políticas se confundiram com uma moralidade permeada pelo que se entendia como favor ou ajuda. Esses elementos estavam introjetados em uma hierarquia social formal que, ao mesmo tempo, poderia esboçar uma quebra das hierarquias de dominação no plano de um ideal moral. Tal moralidade elevava o poder da amizade e reconhecia a igualdade do outro, se assentando em regras de conduta criadas informalmente. A submissão podia não ser vista como conduzida por alguém poderoso, como argumentou um produtor: o governo é “bem intencionado, mas não sei de onde está partindo as falhas”. A submissão partia de uma configuração de forças, melhor ressaltada em um jogo de constantes negociações, da qual ninguém poderia ter controle completo.

O *clientelismo* é uma nomenclatura vigente no ‘mundo das idéias’. Olhando-o sem permear no cotidiano das cidades, as quais assim são rotuladas, vemos o *clientelismo* e o **assistencialismo**. Mas, percebido ‘in real’, tais trocas se mostraram em uma rede de interdependências e coações, que não são planejadas, em sua forma total, por pessoas que se possam condenar, se situam para além dos atos individuais, o que o explica é uma configuração, uma teia de relações que coagem.

As precariedades, os empregos escassos, a falta de qualificação profissional e escolaridade, toda uma gama de ausências de recursos materiais valorizados combinam-se com redes de ajuda informais e certa moralidade – que existe em qualquer época. Quem ocupa posições privilegiadas socialmente encontra mais chances de disponibilizar aos outros bens, contatos, acessos etc.. Esses **mediadores**, como mencionados por

alguns estudiosos, pertencem ao universo cultural de sua clientela e tem habilidade de, dominando dois ou mais códigos culturais, interagir com estratos socialmente diferentes⁴⁶, proporcionando, mesmo que em farsa, a realização do desejo de igualdade⁴⁷.

A participação e engajamento políticos eram grandes, eles eram fruto de uma **esperança** em dias melhores e uma **decepção**, sintetizadas, respectivamente nas frases: “eu gosto de política” e “eu não estou gostando de política”⁴⁸. Ela “une e separa” – conforme explicitou a primeira dama. É como se a união almejada por muitos fosse constatada, a cada dia, em sua impossibilidade, isso posto: “não é só querer” para que ela aconteça. Mundo ideal da união e da igualdade intencionado pelos que vivem a realidade desigual e desagregadora, sentimento expresso por vezes em frases como: “um lugar tão pequeno era para estar todo mundo junto” ou “não crio inimizade por causa de política”. Fora dos gráficos, dos números e das classificações valoradas, tentei expor uma narrativa que aproximasse o leitor do local que pesquisei. Tal narrativa também busca evitar o pré-conceito do universo acadêmico e dotar para o conhecimento.

Em Cardoso Moreira, pude conhecer os assistencialistas mais interessados em combatê-lo, mas também impossibilitados e envolvidos no fazer política, em especial, os relativamente poderosos prefeitos e secretários, distantes de serem livres em suas ações. Do mesmo modo, conheci a *clientela* engajada, participativa e solidária.

Em Cardoso Moreira, principalmente quando o assunto era política, no período em que lá estive, de um modo geral, não havia passividades. As pessoas vibravam, sofriam, se alegravam e trabalhavam. As antíteses⁴⁹ de comportamentos se encontravam e percebi que a antropologia lida com uma gama de sentimentos contrastantes. Seriam para Weber (1980) as motivações para as ações e relações, em sua sociologia compreensiva. Em Elias (1995) também vemos a importância de compreender os desejos individuais para realizar explicações sociais:

Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida; algumas vezes, porém, isto ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel dominante e determinante desses desejos. E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão

⁴⁶ Cf. Kuschnir (2000b).

⁴⁷ Aludo a Chaves (1996).

⁴⁸ “Não estou gostando”, indicava que algum dia já tinha gostado.

⁴⁹ Baseio-me em Lévi-Strauss (1975).

satisfeitos, ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social. Quase todos têm desejos claros, possíveis de ser satisfeitos; quase todos têm alguns desejos mais profundos impossíveis de ser satisfeitos (...). (Elias, 1995:13)

Diante das coerções e do jogo de posições, um desejo como de ser um funcionário concursado era possível de se realizar, porém um desejo nem sempre se realiza, como o desejo de igualdade na relação hierárquica. Longe de crenças em harmonia⁵⁰, em Cardoso vimos a mesma crença justificando ações de pessoas em “lados” diferentes⁵¹ e também um conflito de crenças⁵² – como entre o valor monetário e o prestígio moral. Assim, nem tudo funciona, ou melhor, os elementos sociais não se organizam funcionalmente⁵³. Há um aprofundamento dos *imponderáveis*⁵⁴, das diferenças e das singularidades.

Ausentei-me de Cardoso Moreira no início de outubro de 2008 e em fins de dezembro a cidade foi tomada por uma enchente que atingiu cerca de 80% do município, conforme noticiado pela imprensa. Foi decretado estado de calamidade pública. Nesse momento, telefonei para duas colegas, para as demais pessoas era impossível telefonar já que o sinal dos celulares foi comprometido e a cidade dispõe de pouquíssimas linhas de telefone fixo. Uma de minhas colegas contou-me que os livros da Casa de Cultura⁵⁵, pequena e única biblioteca municipal, foram destruídos pelas águas, assim como os documentos da prefeitura. Casas desabaram diante da força da correnteza⁵⁶, as pessoas se locomoviam através de barcos e quando a água baixou restou um mau cheiro proveniente de uma lama grossa que retiravam dos estabelecimentos. Era um cenário desolador, utensílios nas calçadas sem serventia, muito lixo e perdas. Nessas horas, se realizavam verdadeiros mutirões e os vizinhos se ajudavam. Desabrigados se instalavam em colégios, igrejas ou em barracas. Filas se formavam para distribuição dos escassos alimentos, como pães e água potável. A prefeitura se responsabilizaria, como em outras vezes, pelo pagamento de aluguéis para pessoas que perderam suas casas. No final do mês de março de 2009, uma funcionária da prefeitura

⁵⁰ Como preconizado por sociólogos como Durkheim, da dita Sociologia Francesa, e seus seguidores.

⁵¹ Aludo a Leach (1996).

⁵² Cf. Thompson (1987).

⁵³ Aludo, em especial, a obras de Evans Pritchard, como *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande* (1978).

⁵⁴ Aludo a Malinowski (1976).

⁵⁵ Onde obtive parte do material que relatava o processo de emancipação político-administrativa.

⁵⁶ Tive notícias de lugares nos quais a água das chuvas alcançou pouco mais de 2 metros de altura, na casa em que morei a água se elevou à 1 metro e 70 centímetros.

me contou por e-mail que a cidade estava sendo recuperada e, diferente do período após a eleição, quando os funcionários trabalhavam por meio expediente⁵⁷, algumas pessoas trabalhavam até meia noite. Ela enfatizou que “o ritmo de trabalho da família Siqueira contamina a todos”. Diversos órgãos e instâncias governamentais disponibilizaram ajudas.

Em uma enchente anterior, lembro de ouvir uma senhora dizer que algumas pessoas comentavam que havia sido Gilson quem entupiu os canos para prejudicar o governo de Renato. Com tal insinuação percebemos como é vivo na cabeça dos moradores o fazer política. Adoto para as relações políticas vistas em Cardoso a assertiva de Gluckman (1987), o qual mencionou que a estrutura é conduzida pelas relações sociais, portanto, se forma para além do espaço geográfico, e a oposição entre os segmentos sociais existe ao mesmo tempo em que existe a interdependência. Além disso, com o exemplo das enchentes, torna-se ainda mais nítido a dimensão das negociações político-sociais que envolvem o ato de doar como uma troca de considerações e solidariedades não mecânicas e muitas vezes necessárias à manutenção das vidas.

⁵⁷ Trabalhavam até a hora do almoço e os salários baixavam pela metade, a fim de fechar as contas do governo sem dívidas para a gestão seguinte, como previa a lei.

APÊNDICES

Apêndice I

Emoções envolvidas na disputa eleitoral de 2008: a forma criativa e festiva de medir os poderes

O início da campanha eleitoral foi marcado pela Festa Agropecuária, antes dela poucas iniciativas e preparos eram realizados. Uma vez por semana, previa-se, em locais separados, uma reunião de mulheres e uma de homens. Diversas vezes a reunião das mulheres foi cancelada e não tenho conhecimento sobre as condições das reuniões dos homens. Não frequentei as reuniões de organização da campanha que acontecia todas as segundas feiras até as vésperas da eleição, pois, temerosos com a possibilidade de eu ser uma espiã do “outro lado”, não me convidavam.

De início, começaram a organizar inaugurações de comitês, caminhadas e reuniões. Nesses eventos, em determinada altura, os candidatos a vereador discursavam e, ao fim, o candidato a vice-prefeito e a prefeito também discursavam. Desse modo, os candidatos achavam que falar ao público próximo da fala do candidato a prefeito era um artifício de prestígio, pois os discursos dos personagens mais importantes deviam ser aguardados com entusiasmo, como atração principal, já que se entendia que sempre o melhor ficava por último. Depois de determinada data, a justiça eleitoral liberou a campanha por meio de comícios. Em detrimento dos eventos como caminhadas, inaugurações e reuniões, que eram mais simples, os comícios exigiam um aparato maior e eram realizados, de início, nos finais de semana. Próximo à eleição começou a ser realizado com maior frequência.

No meu diário de campo escrevi sobre a primeira caminhada:

Fomos andando com bandeiras brancas e vermelhas e poucas azuis (PP). Um carro de som, que seguia na frente tocava a música da campanha de Gilson. Motos faziam barulho do lado e atrás do pessoal. As pessoas cantavam e faziam barulho. Gilson e Regina iam na frente, acenando, logo depois do carro (kombi) de som. Eu também peguei uma bandeira, porque a Flávia me deu e eu aceitei para não destoar muito e, de repente, aumentar a confiança das pessoas. Caminhamos em direção ao bairro Novo Mundo, atravessando a ponte.

Quando chegamos à casa de Onildo [vereador], havia na garagem uns biscoitinhos e bebidas. O pessoal que queria falar ao microfone foi para fora e ficou na calçada, que tinha um altinho de terra, bem baixinho ainda. As pessoas circundavam os candidatos que iriam falar. (5 de agosto de 2008)

Com o tempo, as caminhadas ou passeatas foram ficando mais incrementadas e ganhando um ar de festa. Assim, lembro ter ouvido uma senhora perguntar para uma outra, no comitê, se tinha ido na “festa” ontem (Cf. Chaves, 2003). Descrevi uma das passeatas mais próximas ao dia eleitoral:

A passeata estava ‘incrementada’. Vinha um caminhão pequeno na frente, com pessoas sacudindo várias bandeiras grandes na carroceria. Motos logo atrás ‘roncando’, fazendo barulho em conjunto, e umas pessoas que vinham como uma ‘comissão de frente’ junto a Gilson e Regina. Logo atrás, as mulheres seguravam de uma ponta a outra da estrada um barbante grosso sobre o qual foram colados cartazes de plástico de Gilson e Seu Élcio. Após as mulheres vinha um povo com apitos, bandeiras mil, buzinas, trombetas, gritando e a bateria da escola de samba também estava no meio do povo. Fogos eram soltos pela rua e um iluminador fazia todo um efeito de luz na frente da passeata nesta noite, como as torcidas de futebol usam. Carros de som e muitos outros carros estavam atrás, nessa seqüência. Para uma cidade onde quase nada acontece isso é uma festa. Tinha gente que sambava e parecia até um carnaval fora de época.

Quando foram discursar, não dava para escutar quase nada, o som não estava tão alto, mas o da multidão sim (Regina falou que pela lei a caixa de som tinha que ficar dentro do comitê). (22 de agosto de 2008)

Ao fim, sempre há o espaço dos discursos. Gilson tinha quarenta e oito candidatos a vereador e os candidatos das localidades tinham preferência para realizar seus discursos. As pessoas, em geral, reclamavam quando o candidato demorava ao falar, até os cabos eleitorais. Se as falas não fossem breves, o comentário geral era que estava “chato”. Por não ter shows nos eventos políticos, por determinação da justiça eleitoral, um dos locutores dizia ao público: “os artistas são vocês”. Assim, no intervalo das falas as pessoas apitavam, gritavam vivas, a bateria se manifestava ou o som da música de campanha era elevado para que as pessoas sacudissem suas bandeiras e

festejassem empolgadas. Quando não se dava muito espaço para essas manifestações a audiência esfriava e podia acabar evadindo.

Certa vez que fui a um comício próximo ao centro urbano, encontrei uma senhora de Valão dos Pires, nessa época saiam ônibus do interior conduzindo as pessoas aos eventos ou mesmo elas se deslocavam de carro próprio ou moto. Essa senhora me disse que tal época era boa para rever os conhecidos porque excetuando esses momentos não saia de casa. Era um momento no qual uma facção se unia e confraternizava em oposição à outra. Algumas vezes, o prefeito, identificado como festeiro, colocou shows na praça principal e certas pessoas afirmavam que era para esvaziar o comício adversário⁵⁸.

Um dia antes da eleição as passeatas finais foram realizadas e, após, as pessoas conversavam sobre qual tinha mais gente e estava mais animada. A passeata de Renato teve início às 14h15min da tarde, quando o sol estava forte. Vi apenas seu término, durante o qual as pessoas cantavam o hino nacional na praça principal e se dispersavam. Na frente da passeata, adeptos seguravam uma faixa com o registro: “Confirmado pelo TRE”. Por outro lado, a passeata de Gilson teve início às 18h11min e seu ponto de encontro coincidiu com o da passeata de Renato. A passeata de Gilson foi animada e as pessoas se enfeitaram como se fosse carnaval. Um grande trio elétrico tocava ritmo *funk*, às vezes *axé*, *forró* e músicas *country*. As pessoas se vestiam de forma criativa, com chapéus grandes e coloridos, pinturas, óculos iluminados, que faziam um belo efeito durante a noite. Houve quem se fantasiasse de jogador de futebol e exibisse cartões vermelhos, em ironia às características e gostos do prefeito atual. Os adeptos respondiam em coro ao canto:

- as crianças vão pedir ao papai e a mamãe para votar?
- no onze.
- os idosos vão votar?
- no onze.

⁵⁸ Esses eventos eram realizados com muito trabalho por trás. No comitê principal, na casa de Gilson, homens faziam as placas e bandeiras, configurando uma verdadeira fabriqueta. Pintavam chapéus de abas grandes de azul ou branco; mulheres coordenadoras de campanha comandavam pessoas que iam às ruas distribuir panfletos e estender faixas; grupos cortavam adesivos de candidatos a vereadores e prefeito; alguém picava papéis que seriam jogados sobre Gilson nos eventos; carros de som chegavam e saíam. Havia muito trabalho a fazer, reuniões e muitas pessoas iam até a casa de Gilson apenas para aparecer e formavam-se grupos que conversavam interminavelmente sobre a campanha, pessoas e ações nessa época. Grandes “fococas” se formavam e o locutor da rádio classificou a política que estava sendo feita como: “política nojenta de disse-me-disse”.

- os jovens vão votar?
- no onze.
- Agora é onze! E ponto final.

Os números foram grandes referenciais na disputa. 11 era o número referente ao partido de Gilson, 15 de Renato, 10 de Gegê e 40 de Jéferson. No início da campanha, os horários dos eventos começaram a ser marcados sempre com a terminação 11, 10 ou 15 minutos, dependendo do partido. Em certo comício, um candidato a vereador começou a discursar sobre a situação da saúde e afirmou que, recentemente, teria permanecido no hospital até duas e quinze da madrugada esperando atendimento. Logo corrigiu sua fala e disse: “duas e quinze não, duas e onze”. Assim, os partidários do “11” não podiam mais pronunciar o número 15. “Seu Élcio”, vice de Gilson, noutro dia em palanque, declarou que no segundo dia após tomarem posse, e não 15 dias depois, ele e Gilson estavam combinando de arrumar uma máquina para passar na estrada, porque eles teriam “crédito”. Imediatamente, foi corrigido para que falasse 11 dias depois, e não 15. Em uma inauguração de comitê, ele aproveitou a ocasião para dizer que noutro evento havia dito que com a animação das pessoas na campanha ele ficava 10 anos mais novo, porém corrigiu-se mencionando que ficava 11 anos mais novo.

O maior bordão com o número era: “agora é 11 e ponto final!”. Os celulares tocavam o bordão musicado. Certa vez, ao entrar num mercado, lembro-me de ouvir um funcionário brincar com outro: “você é 10”. A que o funcionário respondeu: “não eu sou 11”. E, assim, as pessoas se cumprimentavam, levantando os dois dedos (indicador e médio) ao dizer que eram 11.

Diversas eram as músicas e seus ritmos, mas havia uma música de Renato que foi mais marcante:

Renato já sinto [Jacinto] mais uma vez, por tudo que ele faz, por tudo que ele fez (...) Ele está trabalhando muito, a cidade está um canteiro de obras, só não vê quem não quer (...) Quanto mais bate, mais o homem cresce, igual a massa de bolo (...) ele melhorou as nossas vidas se mexer com ele a gente compra briga.

Em determinada ocasião, uma adepta de Gilson questionou como a juíza não percebia a tal música de Renato “incitando a violência”. Ouvi essa música diversas vezes nos celulares e a irmã de Gilson observou que um militante combinava com outro

de que quando chegasse perto de alguém específico era para telefonarem, assim a música tocava e incomodaria quem estava perto. Isso era uma diversão para eles. Ela também me disse que aconselhava seu marido, assessor de Gilson, para demorar um pouco a atender seu celular quando tocasse, para que a música persistisse por um tempo. Esse comportamento configurava um novo elemento na campanha eleitoral, introjetando nova forma de confronto ou medição de forças, que, de certo modo, comportava um conteúdo lúdico.

Quanto ao conteúdo da música de Renato, os adeptos de Gilson faziam analogias simbólicas com seus elementos. Por exemplo, um candidato a vereador mencionou no palanque que havia uma música “deles” que dizia que quanto mais bate mais o homem cresce, igual à massa de bolo, mas que “a dona de casa sabe que o bolo sola”. O mesmo candidato disse, em outro momento, que as pessoas não compravam briga por causa de Renato porque estavam “dis costas” [*sic*] para ele – virando-se de costas ao interpretar. Em determinada manifestação de campanha, os jovens adeptos de Gilson gritavam: “arrá, urru, ô 15 eu vou comer seu bolo!”. Quando Gilson ganhou, fizeram contas sobre o número de votos: somando-se os números o resultado era 11. Assim, combinava-se que no dia 11 de outubro fariam uma carreata e colariam um papel demonstrando essa soma nos carros. Além disso, fariam um bolo de 11 metros e distribuiriam na rua. No dia do resultado, à noite, as pessoas saíram na rua para comemorar e lembro-me de uma adepta que alegremente batia uma mistura de bolo numa tigela com uma colher de pau. Gilson chegou a comer um pequeno bolo que deram a ele em cima da carreta de som, durante o discurso da vitória.

As cores, de início, eram enfatizadas. Nos eventos, Gilson usava vermelho, branco e azul, referentes ao PP; Renato usava amarelo, vermelho e verde, referente ao PMDB. Contudo, logo Gilson começou a usar o amarelo e o verde também por conta dos partidos coligados, assim coloriram-se os eventos e dificultou a ênfase numa cor específica⁵⁹.

Em Cardoso, neste ano eleitoral, símbolos, como mascotes de campanha, não foram usados. Porém, as pessoas se lembravam dos anos anteriores quando figuras de animais eram utilizadas como símbolos, através, principalmente, do jogo-do-bicho. Na campanha anterior a essa, as pessoas lembravam que Gilson era referenciado pelo jacaré

⁵⁹ Cf. Borges (2003) no capítulo intitulado *O Asfalto*, quando a autora mostra como a partir dos atos de assinatura do asfalto, no Recanto das Emas, eram explicitadas as posições dos moradores entre adeptos do governo atual ou do anterior, através das cores azul e vermelho, que orientavam alguns moradores diante do conflito político local.

e Renato por uma pomba. O grupo de Renato fez uma camisa na qual a pomba portava um galinho de planta no canto do bico e assava, no espeto, um jacaré de perna cruzada. Quando foi confirmada a vitória de Renato, fizeram uma camisa com assas de pombo saindo de dentro de uma mala. O grupo de Renato começou a gozar Gilson colocando mala na porta de sua casa e passando com carro de som emitindo uma música que dizia: “arruma a mala aê”. Com isso, Gilson foi morar na roça, num lugarejo chamado Marimbondo, pertencente ao município vizinho, Italva, onde possuía uma fazenda.

Na eleição desse ano, lembro de uma adepta comentar euforicamente com Regina que 11 era cavalo e que cavalo era “bom porque pisa”. Mas esse simbolismo não chegou a ser usado. Essa adepta, muito engajada, mencionou, noutro momento, que este ano estava sendo bom ter proibições como não poder confeccionar camisas, pois tal aparato consome muito dinheiro e o grupo político dispunha de muito pouco dinheiro este ano.

Os eventos estavam sendo marcados em locais próximos ou no mesmo local e dia, porém em horários diferentes. As pessoas que se posicionavam “do lado” de Gilson enfatizavam que era Renato que ao saber da agenda marcava seus eventos próximos aos de Gilson. Certa vez, esperamos durante um bom tempo até que os adeptos de Renato esvaziassem uma esquina e saíssem de ônibus para o interior, a fim de iniciarmos a caminhada de Gilson. A coordenadora de campanha de Gilson reclamava que as agendas não podiam coincidir.

Renato era visto pelos militantes de Gilson como tendo uma campanha “agressiva” e Gilson como quem evitava brigas e confrontos, acionando, por vezes, a polícia para que acompanhasse seus eventos. Lembro-me de ouvir duas militantes conversando sobre Gilson ter avisado que não queria brigas no decorrer da campanha. Uma militante contou que no dia do resultado da eleição de 2003, quando Gilson perdeu, através de Neriete, ela estava na rua com a blusa da campanha e teve que ir a pé para casa com seu marido. Quando ela estava andando viu uma “turma” de Renato e, logo entrou em uma rua e se pôs a andar rapidamente, pois ficou com medo de ser linchada. Quando chegaram à ponte central foi realizado o anúncio final de que Renato havia vencido e, então, o casal começou a correr. Os adeptos de Renato foram atrás deles e ficaram encostando-os num muro com um carro, jogavam o carro para cima deles e a moça que me contava a história enfatizou que ficou com o corpo arranhado. O casal já estava próximo de casa e conseguiram chegar bem.

Um dia, fui à casa de Gilson e lá estava uma candidata à vereadora recolhendo fotos dos integrantes da família para levar para uma igreja, onde seriam abençoadas e protegidas as pessoas representadas nas fotos. A vereadora queria uma foto da filha mais nova em especial, Gina, porque ela havia sido “xingada” na praça por pessoas do “lado de” Renato. Regina me explicou que Gina foi comer batatas fritas na praça e “o pessoal” de Renato foi “mexer” com ela. Ela saiu de carro e passaram a bandeira de Renato no carro dela, segundo Regina, Gina jogou um beijinho para eles.

Pude apreciar outro momento de tensão entre os adeptos de Gilson e Renato quando houve uma caminhada de Gilson, seguida da inauguração de um comitê, e horas antes estava marcado, no mesmo local, uma caminhada e carreata de Renato. Eu estava numa esquina e chegou um ônibus do interior trazendo pessoas para a inauguração do comitê de Gilson; em sentido contrário vinham os carros de adeptos de Renato. Quando o ônibus, trazendo adeptos de Gilson, passou por um ônibus (espécie de carrossel aberto) de adeptos de Renato, ouvi xingamentos partindo do veículo que trazia os militantes de Renato. Fiquei atenta, mas não aconteceu nada mais perigoso. Logo em seguida, quando os veículos já haviam se deslocado, o ônibus dos adeptos de Gilson voltou e o motorista tentou manobrar em uma pequena rua que cortava a estrada, mas o ato fez com que ele fechasse a estrada, pois outro carro estacionado nesta pequena rua impediu que a manobra fosse realizada com sucesso. Neste momento, veio a passeata de Renato e algumas mulheres pareciam querer avançar no ônibus. Coordenadores da campanha de Renato entraram na frente dessas pessoas com os braços esticados, contendo-as, como não houve xingamentos e ninguém conseguiu bater no ônibus, os ânimos se acalmaram até que o ônibus conseguiu manobrar e retornar.

Esses tumultos sinalizavam confrontos leves, quando os ânimos se exaltavam, mas nada mais violento, como atentados, aconteciam. Uma adepta de Gilson, por exemplo, durante a carreata final, olhou a placa de Renato e mencionou: “dá vontade de colocar chifrinhos”. Noutra ocasião, um cabo eleitoral que me dava uma carona disse-me, ao ver uma placa de Renato, que dava vontade de derrubá-la.

Certo dia, eu estava na casa de Regina e disse que tinha medo de ser perigoso me envolver na campanha, pois havia uma pessoa que me assustou prevenindo-me que já houve casos de morte em Cardoso. Um cabo eleitoral de Gilson ficou revoltado quando comentei isso com ele, dizendo-me que não há esse tipo de coisa e Gabriel, presidente da associação do Pires, disse-me que quem me disse tal coisa queria atrapalhar o meu trabalho. Diversas pessoas enfatizaram o mesmo, que em Cardoso a

política não tinha nenhum conteúdo violento, apesar de ser “quente”. Regina mencionou que aconteciam brigas, pois as galeras contrárias se encontravam e “vestem a camisa mesmo”, porém nada mais perigoso. No entanto, comentou que, certa vez, Gilson foi ameaçado. Telefonaram para ele e disseram que se ele subisse no palanque os netinhos dele iam morrer.

No palanque, sempre se comentava que pessoas estavam sendo ameaçadas pelo “15”. Tony Nascimento, dono da companhia de rodeios local e aliado de Gilson, comentou que entraram em sua casa, quando só estava seu filho e estava sofrendo ameaças, mas não se intimidaria diante disso. Uma vereadora fez um discurso enfurecido no palanque porque estava sofrendo ameaças. Ela ressaltou, com raiva, que se estava viva sabia que ia morrer e se disse perseguida durante os últimos quatro anos. Contudo, nunca vim a saber de alguma ameaça de morte que fora cumprida. Tais ênfases forneciam características maléficas ao opositor, compondo uma dramatização, que fazia parte das sensações no período, motivadas pela disputa.

Um locutor, que intermediava as falas no palanque de Gilson, e havia começado a trabalhar com Renato, contou-me numa mesa de um quiosque na praça, enquanto conversávamos em quatro pessoas após um comício, que um candidato disse-lhe que Renato havia contratado matadores para repreendê-lo. A história foi contada por ele como tendo se impressionado sugestivamente, mas em tom de que uma coisa dessas não era provável que fosse verdade, provocando até gozações. Tendo ouvido o que tal candidato dissera-lhe, ele voltava de um comício e começou a suspeitar que estivesse sendo seguido. Logo à frente viu um poste de madeira caído na estrada. Com medo de que fosse uma emboscada, acelerou o carro e atingiu o poste, conseguindo ultrapassar a barreira. No entanto, seu carro ficou destruído. Depois, veio saber que era um simples poste de luz que havia caído.

No último comício, Gilson parabenizou Gegê como adversário por ter feito uma campanha sem “ameaças”. Pediu também para que os adversários fossem abençoados e, após votar, que as pessoas ficassem fiscalizando nas ruas.

O primeiro comício da campanha de Gilson e Renato foi realizado próximo um do outro:





Assim, lembro que para “o pessoal” de Renato pensar que havia bastante gente no comício de Gilson, as pessoas que erguiam as bandeiras grandes se posicionaram depois da esquina. O comício começou muito depois do programado e foi terminado de maneira que coincidissem com o término do comício de Renato. O comício de Gilson estava marcado para as 18h11min e o de Renato para as 20h15min. Nesse comício, além dos apetrechos básicos (fogos, papéis picados, buzinas, apitos, bandeiras, caminhão decorado com foto do candidato num plástico no fundo do caminhão, que servia de palanque, e bexigas de ar vermelhas, brancas e azuis) havia uma cama elástica para as crianças brincarem e um telão que exibia as fotos e números dos candidatos a vereador.

Nesse modo de medir o poder, na forma de **gente**, os grupos podiam se informar mutuamente sobre as falas e ações do seu rival. Esse controle era efetuado periodicamente, através de pessoas que eram informantes e estavam “infiltrados” num dos “lados” tendo sua identidade reconhecida ou não. Essas pessoas eram chamadas de “espiões”.

Os últimos comícios dos candidatos também foram marcados próximos e no mesmo dia e horário. O de Gilson e Renato situava-se exatamente no mesmo local do primeiro comício e o de Gegê se posicionou na quadra à frente da de Gilson. Verifiquei a presença de um adepto de Renato que sempre estava nos eventos de Gilson, era um espião. Havia, também, informantes de Gilson no comício de Renato e as informações que chegavam eram anunciadas no palanque de Gilson. Anunciaram que, no palanque adversário, mencionaram que havia uma “quadrilha” no palanque de Gilson. Também anunciaram que uma candidata à vereadora começou a pedir alguns benefícios para sua localidade e tiraram o microfone da mão dela para “não pegar mal” para o prefeito. Assim, o palanque de Renato foi nomeado por adeptos de Gilson como “o palanque da mentira”. Em outros momentos, percebi que vários políticos chegavam a ter suas declarações consideradas mentirosas e a expressão “pregar mentira” era muito

empregada⁶⁰. No palanque divulgavam constantemente nomes de pessoas que aderiam à campanha como importantes adesões, por exemplo, um ex-companheiro de Renato jogador de futebol e um tradicional comerciante que, anteriormente, era “do lado” de Renato.

Domingo, após a apuração dos votos, noticiou-se que Gilson ganhara a eleição por uma diferença de cerca de 1.500 votos. Ele só não havia ganho em uma urna, por uma diferença de dois votos, nas demais ganhara. Os adeptos fizeram uma caminhada atrás de uma enorme carreta, que tocava todo tipo de música. Percebi que alguns eleitores de Renato, menos fiéis, também comemoravam a vitória de Gilson, para aproveitar a festividade. As pessoas dançavam, muitas fantasiadas e satirizando características do oponente derrotado. Um senhor carregava uma mala nas costas com uma bandeira pequena do 15 colada na mala. Outro batia um bolo e diversas pessoas usavam apetrechos como chapéus em estilo mexicano e perucas. A estátua do Cristo que ficava num morro elevado, em imitação, de menor porte, ao Cristo Redentor do Rio de Janeiro, estava vestida com uma bandeira, que registrava o número 11. Gilson subiu na carreta e declarou que não havia prometido secretarias a ninguém para poder colocar pessoas competentes. Pediu desculpas se tivesse ofendido alguém e arrematou afirmando que a partir daquele momento não havia 10, 11 ou 15, “agora é 36”.

⁶⁰ As acusações de que os oponentes eram mentirosos, e os políticos em geral, eram freqüentes. Com isso, os vereadores, por exemplo, falavam determinadas frases em discurso no plenário que soavam como defesas às acusações deste tipo: “mentira é coisa do diabo”; “gosto da verdade”.

Apêndice II

Instituições e Tipo de Reivindicação: tirar “proveito” ou ser “parceiro”

No decorrer de minha estada em Cardoso Moreira, constatei que “a política” se fazia dentro de praticamente todas as instituições locais. Se sua prática não se manifestava, já tinha se manifestado alguma vez ou sua própria constituição se devia às relações políticas. Portanto, tentarei esboçar aqui, por meio de exemplos, como as instituições se mantêm no local e terei como foco as histórias sobre o comportamento dentro delas. O texto está organizado sob dois tópicos. Após uma pequena introdução, abordo o primeiro tópico, fazendo um esboço geral, no qual menciono várias instituições, para examinar as dependências das instituições em relação aos políticos – em especial, em relação ao prefeito. No segundo tópico, aprofundo na forma em que as associações de moradores e produtores se relacionam com a prefeitura. Destaco este segundo tópico por ter maiores dados sobre as Associações, que eram, de início, foco de meu interesse de estudo.

Introdução

O prefeito Renato Jacinto (1993-1996/ 2004-2008) havia participado de diversas dessas instituições. Foi presidente do Cardoso Moreira Social Clube e do Cardoso Moreira Futebol Clube. Além de ser sócio fundador do Lions Clube. Os presidentes das instituições podem ser qualificados, como Marcos Alvito (2001:122) registrou em seu

campo, sob o rótulo de *o cabeça*. Alvito (2001:122) constatou que “busca-se a origem das ações nas pessoas, e não nas instituições ou processos”. Se *o cabeça* é tido como a pessoa que representa as ações relacionadas às instituições, nem sempre são aqueles que ‘põem a mão na massa’, ou seja, atuam realizando trabalhos práticos. Em estudo que realizei em 2005 (Aguiar, 2005:3), verifiquei o esforço do líder político de uma instituição em mostrar que nunca havia sido *o cabeça* das associações que participara, porém era ele quem ‘realizava as coisas’, quem *fazia*. Assim, podia estabelecer relações que o vinculasse diretamente às pessoas, construindo capital político. Apesar de o presidente ter o mérito, a pessoa que *faz* carrega esse valor político, especialmente no momento em que não dispõem de mediadores para realizar este trabalho em seu nome.

Em Cardoso, as gestões das instituições acabavam por ser disputadas entre adeptos de um ou outro administrador da prefeitura, visto que esse era o maior canal para um presidente de associação ou clube conseguir realizar melhorias, ao passo que o prefeito poderia favorecer aliados, empreendendo trocas de favores. Portanto, a influência na instituição conformava vínculos numerosos ao político, que ajudando a instituição conseguia apoio da maioria dos participantes. Esses favores coletivos lhe traziam a simpatia de uma categoria social (participantes de clubes, religiosos de alguma igreja, comércios, funcionários públicos, produtores etc.). A esses favores coletivos Diniz (1982) chamou *clientelismo de massa*.

As instituições eram personificadas e quando havia entrega de medalhas por serviços prestados, por exemplo, na sessão solene da câmara, podia-se notar o oferecimento aos funcionários de Bancos, diretoras de escola, funcionárias de posto de saúde, médicos de hospitais, policiais, padres etc.. Os nomes precedidos de sua instituição ou função também podiam ser observados: “Edinho da Ampla”, “Ivan da ambulância”, “Izabel do Papelão” ou “Luciano do E.N. do Couto”. Ter a instituição ou a função como referencial se tornava importante para traçar o setor de influência desta pessoa, em uma cidade onde poucos são os empregos.

Gilson Nunes Siqueira (1997-2004) havia fornecido grande apoio às associações de moradores e produtores em sua gestão. Porém, em 2008 eu não conseguia obter informações consistentes sobre a existência das associações de produtores, o que me levou a perceber que muitas delas haviam se desintegrado. Ou seja, a ausência de apoio da prefeitura gerou sua falência enquanto órgão reivindicador, visto que a falta de “parceria” não gerava conquistas nem motivação para o trabalho.

A dificuldade em obter informações sobre associações, assim que comecei a pesquisar, me levou a questionar se elas não teriam sido formadas apenas para constar no PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O funcionário do escritório local da EMATER disse-me que elas não haviam sido formadas somente para constar no PRONAF: “elas existem, mas não funcionam”. Essa falta de funcionamento é que poderia ter gerado toda a incerteza quanto às associações que eu poderia visitar.

Antes de começar a pesquisar, tinha em mãos o *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural de Cardoso Moreira*, elaborado por ocasião da implantação do PRONAF e fornecido a mim pelo secretário executivo do programa na cidade do Rio de Janeiro. No PMDR constavam as atas que, em 2002 foram elaboradas pelos participantes das associações, indicando pessoas para compor o Conselho de Desenvolvimento Rural ou enfatizando suas demandas. Nessas atas, elaboradas por ocasião de reuniões, notei a presença de secretários de governo, de funcionários da EMATER e do próprio prefeito. Assim, refleti sobre uma possível **condução** das associações pelas autoridades municipais e, além disso, questionei se eram os moradores que cobravam coisas da prefeitura, pois me parecia que eram os representantes da prefeitura que se esforçavam em trazer melhorias a eles. Parecia-me que os benefícios vinham **‘de cima’** e não eram gerados por fortes reivindicações. Como, por exemplo, registra-se em ata o **oferecimento** de bens por parte da prefeitura:

(...) reuniram-se na sede desta associação pessoas da comunidade dispostos a trazer melhorias para sua localidade e **foi oferecido** para funcionar em São Joaquim, sendo que as obras e alguns equipamentos já se encontram na Associação, uma fábrica de picolés, iogurte, sorvete e uma despoupadora de frutas, **sendo aceitas as ofertas** por unanimidade pelos presentes, podendo gerar então emprego e renda para toda região. [sic] (ata da Associação de São Joaquim em 7/03/2002) [grifos meus]

Uma pessoa em Cardoso Moreira disse-me que seria interessante eu ver os Conselhos – entre eles citou: de saúde, do idoso, tutelar, da criança, da educação, de merenda, de pais, antidrogas. Ao menos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural eu constatei que não se reunia. Minha interlocutora enfatizou: “estão todos comprometidos com o governo”. “As Comissões também não se reúnem”, como a do PETI – “qualquer ato dentro do PETI tem que passar por essa Comissão”. Essa pessoa me explicou que os Conselhos eram “fruto da Constituição de 1988” e que tinham que

ser “tripartídes: órgãos governamentais, não governamentais e da sociedade civil organizada”. A Câmara teria que “aprovar e fiscalizar os atos dos Conselhos”, mas o que acontecia, segundo ela, era que se fazia “uma ata fictícia para receber verba”. “O Ministério Público que é quem deveria estar fiscalizando é omissos”. E concluiu: “a justiça precisa ser provocada para atuar”.

O não funcionamento dos Conselhos denota uma resistência em mudar os arranjos políticos locais. Os Conselhos poderiam engendrar o fortalecimento de novos atores políticos ou, simplesmente, resultar numa pressão e negociações não caras ao governo. Bezerra (2004:148), em um artigo sobre um caso de Orçamento Participativo, observou que os canais de participação popular constituíam “oportunidades para a criação e renovação de relações de autoridade política nas localidades”, concorrendo com os canais tradicionais de acesso ao poder executivo. Um novo canal de atuação política poderia dar ensejo a consolidação de oponentes e novos grupos (ibidem:162), como também poderia reforçar o poder de antigos grupos políticos. Tal reforço se daria ao explorar esse novo “canal” como mais uma forma “de acesso à população, o que também é viabilizado através dos vínculos com as associações” (ibidem:162). De qualquer forma, os Conselhos desorganizariam, ao menos por um tempo, as correntes consolidadas no local, o que podia ser sentido como uma perturbação ou um risco.

Nesse sentido, o Secretário Executivo do PRONAF me contava sobre a formação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, que antes do PRONAF não existia e atuou em 47 municípios. Comentou: “agora é o Conselho que aprova tudo e não o prefeito, em relação a tudo o Conselho tem que dar um aval” e “isso atrapalha os interesses políticos locais”. Ele me esclareceu que há um grande *paternalismo* nesses municípios do interior e se o prefeito precisa de uma autorização ou apoio pode ir à casa das pessoas e perguntar se receberam determinado bem de interesse dos atendidos. O secretário executivo do PRONAF, ressaltou o *paternalismo* dizendo que quando chega às associações menciona: “essa associação [ou bem] é do PRONAF?”. Ao que os agricultores respondem que é do PRONAF. Assim, ele retrucaria que não é do PRONAF, é deles e “eles têm que fiscalizar”. Citou casos de populações de outros municípios que fiscalizavam as aquisições da prefeitura referente às suas demandas e chegavam a rejeitar o bem que não seguia suas preferências, explicitadas antes da compra.

Com isso, o secretário executivo enfatizava os bens destinados aos produtores que eram sentidos como uma doação, carregando a lembrança do doador, e não eram

reivindicadas como um **direito**. Os bens recebidos, para ele, eram dos produtores e, nesse raciocínio, cortava-se o favorecimento ou a boa vontade do governante em consegui-lo. Raciocínio tal que os produtores, dentro de suas relações pessoalizadas, não compartilhavam completamente. Apesar disso, se sentiam traídos ou enganados, quando o bem era pedido “em nome da associação” e desfrutado pela prefeitura. O que funcionava mais não era a compreensão de um direito mais de um princípio moral regido pelo **faltar com a palavra** ou **mentir**.

A presidente de uma associação de produtores de um município vizinho relatou-me sobre os planos para adquirir um tanque de leite. O tanque poderia ser emprestado pela Parmalat, mas, como me enfatizou, isso acarretava a impossibilidade de trocar de comprador futuramente. Eu inquiria sobre a possibilidade de comprar o tanque, através de um parcelamento, ao que a presidente me respondeu: “a gente quer ganhar”. Ela tinha conhecimento de um programa do governo municipal de doação de tanques e restava saber se a associação que presidia estava incluída nesse programa. Percebi minha ênfase em **pagando, não dever nada a ninguém**, enquanto as demais pessoas ressaltavam **os ganhos** do governo. Nesse sentido, a despachante de uma auto-escola local comentou: “político você fica devendo a vida inteira”. Como pressionar o governo para que lhe forneça um direito ou cumpra uma obrigação social se se sente devendo ao prefeito? Ou se se mantém uma relação de amizade e dependência? Uma das moradoras de Cardoso, quando comentávamos se sua filha aceitaria uma possível oferta de emprego de Renato, disse-me que não queria que sua filha obtivesse um emprego como contratada, queria que ela passasse num concurso: “para não ficar dependendo”. O emprego como favor condicionava uma retribuição e uma dependência em relação à boa vontade do prefeito.

Como eu pensava em conseguir umas ajudas para os produtores, um funcionário da EMATER me disse que se eu desse uma coisa iria ter que dar para sempre, e cada vez iriam querer mais. Tal comentário distinguia um comportamento do agricultor familiar que poderia ser enquadrado como *paternalismo*. Uma ex-funcionária da prefeitura, que poderia pertencer a uma fração mais elitizada da população, acreditava que os produtores tinham que pagar ao menos o óleo dos tratores e escavadeiras que solicitavam à prefeitura. Isso porque “tudo que é de graça não é bom”, “a prefeitura dava o óleo e as horas do motorista”, o que “não gerava emprego, era assistencialismo”. O pagamento pelas coisas poderia engendrar outra postura, na visão dessa ex-

funcionária, enquanto o não pagamento pelo serviço por parte do agricultor o habituava a ser um recebedor de bens, sempre endividado.

O que era para ser um direito adquirido, numa cidade onde as necessidades são muitas e quase todas as pessoas se conhecem, passa a ser uma atividade constante de manter a forma de vida (no caso as atividades agrícolas) que já não preenche todas as necessidades básicas dos produtores. Ao preencher as necessidades básicas dos produtores, a cultura construída nesse tipo de relações gera uma teia de obrigações e compromissos além dos ressaltados em lei ou esboçados nos discursos de alguns movimentos sociais, no que verifico um confronto entre mundos com códigos diferentes.

A Dinâmica Política nas Instituições

1. Bancos Financeiros

Em uma matéria do jornal Folha da Manhã, de 08 de julho de 2001, noticiava-se que em breve o município de Cardoso Moreira contaria com uma agência do **Banco do Brasil**. E acrescentava: “a prefeitura, inclusive, já conseguiu o prédio”. Em 2008, uma ex-funcionária da prefeitura e moradora me contava que os funcionários recebiam pelo Banco do Brasil, que por esse acordo se instalou em Cardoso. Depois, a prefeitura fez um acordo com o Bradesco e retirou o dinheiro do Banco do Brasil, que até já tinha escolhido um lugar para pôr uma agência em Cardoso e não só um posto, como havia. No entanto, com a transferência de dinheiro para o Bradesco, o posto do Banco do Brasil estava em vias de fechar. Na ocasião, houve uma pressão, em especial da mídia, contra a saída do banco da cidade e, assim, a prefeitura teve que fornecer parte dos rendimentos ao Banco do Brasil, bem como ao Banco Itaú que também foi instalado na cidade. Um senhor, que tinha um negócio próprio no município, disse-me que, posteriormente, o Bradesco pagou para a prefeitura transferir o pagamento dos funcionários do Itaú para o Bradesco, que iria ganhar taxando por serviços. Com isso, o sindicato dos funcionários públicos municipais se mobilizou e foram proibidos os cortes ou débitos por serviços sobre o valor do salário. Então, conforme afirmou a ex-funcionária: excetuando recursos provindos da prefeitura, os bancos não tinham dividendos para se manter.

2. Cooperativas

Certa vez, fui visitar uma das duas **cooperativas** existentes no município. Uma produzia queijos em São Joaquim e nunca cheguei a conhecê-la, o que ouvia falar era que ora funcionava e ora parava de funcionar por um bom tempo. A cooperativa que fui visitar ficava em uma das roças, em São Luiz, e lá conversei com uma cooperada que havia participado do curso realizado pela prefeitura. Tal curso deu origem à cooperativa, e, naquele momento, minha interlocutora era uma das cinco sócias. Segundo ela, chegaram a ter vinte sócias e existiam algumas desejando ingressar no momento. Para isso, elas teriam que pagar cem reais em parcelas, porém após algum tempo, seriam restituídas. Quando a cooperativa iniciou, contou-me que as sócias trabalharam oito meses sem receber para que pudessem arrecadar recurso para constituírem um fundo. Quando resolveram formar a cooperativa, Regina, representando a prefeitura doou os tecidos. Na seqüência, o então ministro do trabalho, Dornelles, iria à Cardoso e uma das sócias, quando tomou conhecimento de sua visita, resolveu escrever uma “cartinha à mão” pedindo as máquinas de costura. Foi assim que “Regina praticamente industrializou Cardoso”, colocou máquinas em várias associações que, em 2008, estavam paradas. A cooperada relatou que costuram para várias lojas renomadas, mas já foram muito “caloteadas” por atravessadores. Sobre um deles ela disse: “coitado ele precisava mais do que a gente”. Essa cooperada possuía um nível de instrução mais alto e uma bela casa, pelo que constatei, diferente dos demais moradores do lugar. Ela mencionou que, no momento, não “depende[m] mais de prefeitura”, trabalham diretamente, “como facção” de algumas lojas.

3. Associação de Artesãos

Sobre a **associação de artesãos**, um senhor me explicava que por aquele momento ele estava fazendo seus artesanatos em determinado local, porém como “eles” tinham ciência que ele era adepto de Gilson, não sabia se poderia continuar no local. ‘Eles’ eram o grupo que representava a prefeitura. Perguntei se os artesãos dependiam da prefeitura, ao que o senhor respondeu que as máquinas usadas pertenciam à prefeitura e havia funcionários da prefeitura que trabalhavam nessa oficina. Ele ressaltava que até aquele momento não tinha acontecido nada, mas que ele esperava que acontecesse de ter que sair do local, por coações em época de eleição.

4. Comércio

Os **comércios** locais, como já mencionei anteriormente, eram em sua maioria familiares. Uma proprietária de uma pequena loja comentava comigo que o comércio estava “endividado”, porque não havia “incentivo”. Acrescentou que sua lojinha ainda funcionava porque ocupava uma parte de sua casa e não pagava “mão-de-obra”. Outra menina, que ficava de balconista numa pequena loja não movimentada, me falou que se Renato ganhasse ela teria que sair de Cardoso para trabalhar. Em outro momento, a proprietária de outra loja, que mantinha uma funcionária em seu estabelecimento, comentou que, quando os produtores recebem das empresas de leite, o comércio fica mais movimentado, vende-se mais, pois “é de onde vem a renda do município”. Ela enfatizou que as pessoas que eram de um “lado” não compravam no comércio do outro.

Nesse sentido, uma militante de Gilson dizia-me que não comprava em certa farmácia, que era do secretário de saúde, por isso ela pegava sua bicicleta e percorria um bom trecho para poder comprar na farmácia de um adepto de Gilson. Um senhor disse-me que tal prática durava uns seis meses e depois normalizava. Essa senhora falou que certa vez, quando “a política foi mais quente”, durou um ano. A prima de um comerciante me contava que o aconselhou a não dizer quem ele apoiava, porque se as pessoas soubessem deixariam de frequentar o estabelecimento dele. Eu sugeri que “fariam um boicote” e ela repetiu a palavra com propriedade. Caberia aos comerciantes ver qual político está mais forte para ter mais fregueses? Dessa forma, a prefeitura ou os políticos têm o poder de manter, indiretamente, o funcionamento do comércio.

Além de manter o funcionamento dos comércios de forma indireta, os representantes da prefeitura podem manter os comércios diretamente. Um funcionário da prefeitura contava-me que na época em que Gilson era prefeito ao menos os comerciantes participavam do processo licitatório. E Gilson em palanque, prometendo ativar as associações e cooperativas (fontes de emprego), mencionou que quando não fazia licitações com lojas do município, as lojas de fora tinham que comprar o material em lojas de Cardoso, assim o dinheiro ficava no município. Ou seja, a prefeitura se tornava o grande comprador dos comércios, subsidiando-os.

5. Instituições Governamentais

Em matéria do dia 27 de setembro de 2001, o jornal O Diário anunciava a inauguração de uma sede do **Detran** em Cardoso. Seria um posto do Serviço Auxiliar de Trânsito, que realizaria somente algumas das funções do Detran, que é uma sigla referente à Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, uma autarquia. A matéria divulgava que a sede do Detran-SAT tinha sido adquirida através de uma parceria entre a prefeitura e o governo do estado. Este último forneceria uma linha telefônica, recursos humanos e equipamentos diversos. Na ocasião, o prefeito pronunciou: “Temos interesse em manter a parceria com o estado porque o Detran é um órgão que traz retorno financeiro para o município e beneficia diretamente a população”. Gilson conseguiu um emprego no Detran para um parente, João⁶¹, através de um deputado. Informantes ressaltavam que Renato vivia “ameaçando” tirar o emprego de João. Ele mesmo me contou que Renato “fez de tudo” para tirá-lo do Detran, mas não conseguiu. Certa vez, o chefe de João no Detran o chamou e disse que haviam comentado que ele estaria “fazendo política” no órgão. João afirmou que fazia política sim: “trato todo mundo igual”. Acrescentou para mim que fez um bom trabalho no DETRAN: “com o Detran em Cardoso deu para organizar muita coisa”. Em outro momento, a despachante da auto-escola local contou-me que iam colocar um Detran em Cardoso, não apenas do SAT, e sinalizou até o local onde funcionaria, contudo “Renato não deixou colocar”. Infere-se que isso poderia expandir o raio de ação política de Gilson no local, o que não seria interessante para as pretensões de Renato.

Do mesmo modo, falavam-me que o funcionário do posto local da **Fundação Leão XIII** estaria no emprego por “conhecimento de Gilson com deputados”. A Fundação Leão XIII é uma agência voltada a prestar assistência social vinculada ao governo do estado, porém não era muito ativa no local.

A **EMATER** (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro) funcionava em Cardoso desde a década de 50, destinada a fazer extensão e prestar assistência técnica, é vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do governo do estado. As pessoas diziam em consenso que a EMATER estava “acabada” ou “falida”. Um funcionário concursado da EMATER há 27 anos, o Aristides⁶², mencionou que ele e seu colega de trabalho eram “oposição”. Naquela época eleitoral, ele “era Gilson” e seu colega, Joaquim⁶³, era candidato à vice

⁶¹ Nome fictício.

⁶² Nome fictício.

⁶³ Nome fictício.

prefeito de Jéferson Viana, tendo afinidades com Renato Jacinto. Aristides me disse que estava “do lado” de Gilson e já havia revelado isso a ele, mas não iria às reuniões promovidas por Gilson para não criar mal-estar com Renato, pois trabalhava em “parceria” com ele. Logo, eu comentei que em Cardoso parecia ter muita “perseguição política” e ele enfatizou que o problema era esse.

Como via que na instituição tinham funcionários com vínculos políticos diferentes, em outra ocasião perguntei a Aristides como era feita a escolha do diretor da EMATER no local. Ele respondeu que “a escolha é política”. Anteriormente, ele era diretor porque não tinha mais ninguém no escritório. Depois, continuou sendo diretor na época de Gilson, porque trabalhava com Gilson, tinham uma “parceria”. Nessa época, o grupo de Renato quis tirá-lo do cargo, mas não conseguiram porque Gilson o protegeu. Naquele momento, o governo do estado era administrado por Rosinha Garotinho, aliada de Renato (ambos PMDB): “então ficava uma balança, eram poderes contrários”. Concomitantemente, Renato foi nomeado Agente de Desenvolvimento Local (ADL), que era um representante do estado no município ligado à secretaria de agricultura, que levava reivindicações locais ao governo do estado. A intenção ao trabalhar pela saída de Aristides como diretor da EMATER era “tirar uma perna” do governo municipal. E, assim, o cargo de Aristides **‘pendia para lá e para cá’**: “vamos tirar esse cara daí, ele trabalha para a prefeitura”. No governo de Renato, o Joaquim assumiu a diretoria e, quando se licenciou para concorrer ao cargo de vice prefeito, Aristides assumiu porque não tinha quem ficasse no cargo. Posteriormente ao resultado da eleição, Joaquim voltou ao trabalho e Aristides continuou como supervisor. Aristides contou que, dessa vez, “não foi nada político foi uma decisão do escritório”. Chegou à conclusão que era porque o projeto ao qual Joaquim tinha se responsabilizado não estava progredindo, assim queriam deixá-lo apenas trabalhando com o projeto de Micro-bacias, antes que o prazo do projeto vencesse.

Com esse exemplo de governos municipal e estadual contrários numa época e a influência do político, não prefeito, apoiado pelo governo do estado no município – assim como Gilson era influente num governo municipal administrado por seu opositor – lembro a ênfase de Palmeira (2006:142) de que:

(...) tornaram-se freqüentes nos últimos anos situações de dissociação política entre os que controlam a máquina política administrativa estadual e aquela do município, fazendo com que os

tradicionais enfrentamentos situação-oposição cedessem lugar a certo paralelismo de poder. A Vitória de um partido oposicionista deixou de significar necessariamente sucessão no poder.

É importante frisar a afirmativa de Leal (1980:14) de que com “o processo de desagregação do coronelismo” (compromisso entre o governo federal e o municipal através da intermediação do governo do estado) “um novo tipo de compromisso, que se viu claramente nas eleições de 1976”, teve lugar. Era “um compromisso direto entre o governo federal e os chefes políticos locais”, ou seja, “um novo tipo de compromisso, agora, entre o presidente da República e os municípios”. Acenava o autor, com uma análise, a possibilidade de acumulação de forças, no município, da oposição ao governo estadual, com apoio direto do governo federal. Isso foi o que afirmou Gilson Siqueira em relação a sua gestão concomitante com a administração de Garotinho no estado, quando sentiu que as portas do estado lhe eram fechadas e recorreu aos recursos que representantes do governo federal o podiam propiciar. Da mesma forma, Renato parece ter considerado que na gestão estadual de Marcelo Alencar não teria tido o apoio que gostaria. Já em 1997, Regina Stela afirmou que Marcelo Alencar teve “bom senso”, pois não recusou prestar ajudas ao governo Gilson, diante da enchente que prejudicou o local na ocasião.

No momento em que estive em Cardoso, em 2008, durante as eleições, Renato antes aliado a Garotinho, tentava afastar sua imagem a deste político, por conta das denúncias de corrupção averiguadas contra ele. Assim, buscava apoio em Sérgio Cabral, atual governador e do mesmo partido de Renato e Garotinho (PMDB). O governador nutria rixas com Garotinho, dividindo o partido. Renato também teve apoio do deputado estadual Jodenir. Gilson dizia-se apoiado, em primeiro lugar, por Dornelles, Sérgio Cabral (e Pezão, seu vice), Arnaldo Viana (apoio não muito enfatizado por conta de denúncias sobre reprovações de suas contas no Tribunal de Contas) e, por fim, Lula, já que uma integrante de seu grupo político era do PT e transferia suas relações políticas. Um dos cunhados de Gilson dizia-me que Sérgio Cabral apoiava Renato porque eram do mesmo partido, uma aquiescência quanto a uma norma que vinham “de cima”, mas que havia prometido apoiar Gilson quando de sua vitória e havia declarado a um jornal que tinha três prefeituras que iria perder, sendo que uma delas era a de Cardoso Moreira.

6. Hospital e Escolas

Os representantes da prefeitura não necessitavam da negociação com o governo do estado para empregar adeptos no **hospital** ou nas **escolas**, pois se subordinavam a esfera municipal. Em 19 de agosto de 2001, o jornal Folha da Manhã noticiava que a inauguração do hospital municipal seria realizada em outubro. Assim, o hospital funcionara em uma gestão de Gilson e outra de Renato. Houve substituição do administrador, entre outras, assumindo, na época de Renato, um político que havia sido administrador distrital antes da emancipação, também ex-vereador de Cardoso e presidente da câmara, tinha participação na loja maçônica local e já havia sido do Lions Clube. Quando fui conversar com esse administrador no hospital, na realidade sobre a loja maçônica local, ele me mostrou um monte de pequenos papéis sobre sua mesa, com nome e telefone de pessoas que precisavam de algum serviço médico e disse: “porque eu não vou ajudar?”. Através de seu cargo podia prestar favores às pessoas e disse que seu objetivo era “amenizar o sofrimento das pessoas”. Por pertencer à maçonaria teria conhecimento e amizade com vários médicos maçons e, inclusive, o provedor da Santa Casa de Campos, que era maçom.

Em outro momento, quando eu queria pegar uma carona com o médico que atendia o interior, visto que não havia meio de condução para as roças, uma moradora mencionou que a secretaria não iria me deixar ir, pois eles já deviam saber que eu estava “do lado” de Gilson. Porém, devo constatar que eu consegui tal carona, mas no imaginário das pessoas essa indisposição era possível. Já o secretário de saúde atual, mencionava no horário eleitoral que na gestão anterior as pessoas tinham que passar por uma “entrevista” com o secretário para conseguir remédios, por exemplo, eram “humilhados” e “tinham seus exames cortados”. Essa acusação, entre outras, podiam plantar factóides e revelavam a política que sabiam que podia ser feita dentro dessas instituições e mesmo entre elas.

Certa vez, uma senhora apontou-me que em frente a uma associação de produtores, na qual os integrantes eram favoráveis a Gilson, havia uma escola onde: “todo mundo do colégio é Renato”, “a diretora disfarça um pouco, mas é Renato”. Havia essa distinção sobre a composição das instituições e dos locais, que gerava uma geografia de influência ou posições de influência dentro de uma instituição. Regina contou-me que uma diretora de escola teria ido pedir uma opinião a ela sobre alunos matriculados que não freqüentavam a escola. Interessava manter um número grande de alunos, mesmo por matrículas fictícias, pois, como me explicava Regina, “a escola

recebe em cima do número de alunos”. Regina havia dito que isso era crime, portanto a diretora não devia assinar o documento com fraudes. Nessa escola a influência maior era a de Gilson. Eu tive conhecimento, ainda, que uma das coordenadoras de campanha de Gilson era diretora de uma escola em sua gestão e quando Renato assumiu ela voltou a ministrar aulas. Numa das reuniões de mulheres, para planejar a campanha, ela mencionou que tinha sido “proibida de pisar em sala de aula” e um candidato a vereador acrescentou: “Ah, a diretora do M. P. [nome do colégio] é Renato de pé roxo”. Em outra ocasião, a mesma militante disse que ia ao colégio e ficava sentada com um atestado médico e não entrava em sala de aula, ao que o mesmo candidato comentou que sua mãe trabalhava na cozinha e que a diretora havia dito que quem não tivesse nada para fazer era para ler. Assim, sua mãe retrucou que iria ler um livrinho da Unimed – empresa prestadora de serviços médicos. Ou seja, nesses períodos de campanha, a disputa invade essas instituições e alguns preferem arrumar atestados médicos para evitar o desgaste de ir ao colégio. O mesmo candidato disse que sua mãe entrava no colégio e deixava um adesivo ou panfleto de Gilson em cima de algum móvel, para provocar, e logo a diretora perguntava quem deixou aquilo no local, ao que ninguém se acusava. O Aristides, funcionário da EMATER, observava que: “os políticos não se vêem como adversários, mas como inimigos políticos”. Seus adeptos, por vezes, viravam inimigos também.

7. APESBE

Em Cardoso havia uma instituição chamada **APESBE**, direcionada a prestar assistência aos portadores de necessidades especiais. Essa instituição tinha como madrinha uma vereadora – a mesma que estava perdendo o mandato por infidelidade partidária (conforme explicitado no capítulo 2). Segundo uma moradora, a APESBE era uma “jogada política”, “para aparecer”, “ela não faz trabalho de recuperação”. Para ela, a vereadora teria visto nisso um “gancho para se reeleger” pela quantidade de dementes no município. Em Valão dos Pires, por exemplo, dizia-se que em cada casa tinha ao menos um deficiente. Em uma casa que visitei constatei a presença de três. Esse fato era notório e a Igreja local tinha uma explicação relativa a uma experiência de elevação: cada um com sua cruz. Uma funcionária do posto de saúde comentou que certa vez um médico diagnosticou um caso de demência como má alimentação, pois ingeriam uma baixa quantidade de alimentos para o porte dos indivíduos. Assim, os filhos que foram

criados pelo pai eram desnutridos e dementes, enquanto os criados pela avó eram sadios. A moradora que me explicava sobre a APESBE chegou a falar que a vereadora era uma “bandida política”. A vereadora teria trabalhado três meses na secretaria de assistência social na época de Gilson e a “secretaria de finanças era da APESBE”. Cogitou-se trazer a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) para Cardoso, que faz parte de uma confederação, e, para isso, Gilson teria que realizar convênios para disponibilização de médicos e, de repente, pagar o aluguel. Mas, Gilson acabou “dando para D.”, “criou a APESBE para D., de fachada”. “Gilson deu todos os instrumentos para ela”, que depois foi para o “lado” de Renato porque a “oferta foi melhor”, “ficou contra Gilson, falou mal de Regina”. Quando Rosinha veio em Cardoso deu um carro para D. porque “para fazer drama ela é fera”. Tem um Bingo que era realizado no fim da exposição agro-pecuária e sempre teve o dinheiro revertido para o Lions, D. conseguiu fazer o Bingo ser em benefício da APESBE, “por isso o Lions tem bronca dela”. “Agora, cada ano é feito em benefício de uma entidade”. A moradora avaliou que estava certo revezar na obtenção do benefício arrecadado com o bingo, porém “não precisava ser feito da maneira como foi”. Com o dinheiro do bingo, D. comprou um carro que passou a usar.

Uma parenta dessa vereadora explicou-me que Renato “para maltratar” havia cancelado a concessão de verba à APESBE e interrompido o pagamento do aluguel, por isso a instituição estava funcionando em um imóvel da família, que se situava em um morro. A parenta seguiu dizendo que D. “sofreu muito com Gilson também”. Eu procurei várias vezes falar com essa vereadora, mas como ela parecia estar numa situação difícil politicamente, evitava conversar comigo. Certa vez, ela disse em plenário: “tem muita gente que não gosta da pessoa da vereadora, mas gosta do trabalho dela”. Quando esta vereadora renunciou a candidatura antes do resultado do processo de infidelidade partidária, uma senhora me disse que em troca disso ela teria conseguido um prédio para instalar a APESBE, autorizado e subsidiado pela prefeitura. Interessante é notar a influência da prefeitura para inaugurar a instituição e mantê-la, assim como, seu uso para propaganda política. Outra senhora declarou-me que trabalhou muito com D., mas que parou de cooperar quando percebeu que ela estava querendo aparecer, pois acreditava que o trabalho que realizava não era para ninguém saber, como na filosofia cristã, a qual prega, metaforicamente, que a mão esquerda não saiba o que fez a direita.

O grupo da **Terceira Idade** de Cardoso foi criado em 1993 e teve como presidente “*ad. hoc.*” uma atual funcionária da prefeitura, que contou-me sobre a fundação do grupo. Segundo ela, surgiu como “um grupo de convivência informal por iniciativa da secretaria de Ação Social”. Por conta de uma convocação do Lions, por ocasião de um desses dias especiais como dia da avó, surgiu a oportunidade de estar com os idosos e fazer o convite a eles. Fizeram reuniões semanais e montaram um calendário de atividades junto com os idosos. Essas atividades eram todas interativas e dinâmicas. Também realizavam encontros com grupos de Terceira Idade de outros municípios e sempre em parceria com o Lions. A idéia era fazer com que as pessoas se conhecessem, convivendo e criando atividades, trazendo palestras, fazendo passeios. Tudo era muito discutido para que todos participassem. Muitas mulheres eram isoladas e tímidas e, com as atividades, o grupo começou a tirar essas mulheres de casa. As viúvas, por exemplo, que “sempre viveram sob o domínio da figura masculina”, tinham mais dificuldade em tomar decisões.

Em 1994, os idosos estavam se preparando para formar uma diretoria para o grupo e em 1995 foi formada a primeira diretoria eleita por eles. Elaboraram um estatuto e conseguiram um convênio com a prefeitura para o fornecimento de transporte, lanche para encontros, camisa e outros materiais. A mensalidade foi estipulada em dois reais e abriu-se uma conta no banco. Tinha em torno de 150 sócios e, em 2008, havia esvaziado um pouco, principalmente porque antes tentavam mesclar as atividades já que no grupo sempre têm pessoas com gostos variados: festas, piquenique, caminhada, teatro etc... Em 2008, os eventos do grupo se resumiam a festas e confraternizações durante a noite. Certa vez, em parceria com a Casa da Cultura (órgão da prefeitura), fizeram uma atividade que tinha como tema de fundo o que é “envelhecimento saudável”. Montaram três grupos de 40 pessoas e fizeram uma dinâmica, na qual os idosos, entre outras coisas, desenharam, confeccionaram bonecos e discutiram. Com a conclusão de cada grupo fizeram uma reunião geral. Essa reunião foi promovida com a presença do prefeito, situação em que “reivindicaram” coisas como: hidroginástica, salão de beleza, atividade física... Em outro momento, com as gravações desta atividade fizeram uma peça de teatro.

A prefeitura começou “a olhar melhor pelo transporte” e o setor de Geração de Renda passou a atender o grupo da Terceira Idade na área da beleza. Existiam “lideranças que se sobressaiam”, “sempre tem aquelas pessoas que têm maior

iniciativa”. Havia um senhor que tocava violão e era seresteiro, uma senhora sempre era a secretária porque era professora. Nos eventos com as famílias, os filhos começaram a reparar que os pais tinham parado de reclamar de doenças e até pararam de tomar remédio.

No começo, o grupo não tinha sede e se reuniam no Cardoso Moreira Social Clube, que cedia os horários, porém os idosos ficavam limitados ao horário do Clube e não possuíam uma sala para guardar o material deles. Regina Stela (então secretária de assistência Social) arrumou uma sede para os idosos no bairro Catarino, onde o acesso era fácil, mas “os idosos quase bateram em Regina”, porque “nunca aceitaram nada que fosse fora do Centro”. Na sede que possuíam no Centro, cedida pela prefeitura, o acesso era difícil porque tinha escada e havia que se passar por dentro do ginásio de futebol. No momento da pesquisa, o prefeito estava construindo um varandão na sede e também pagava uma pessoa que fazia a limpeza do lugar. O espaço comporta 120 cadeiras e estavam estudando a construção de uma rampa.

Assim, essa pessoa que acompanhou a formação do grupo respondeu-me que não tinha outro canal para conseguir benfeitorias para a Terceira Idade que não fosse a prefeitura. Comentou que tinham a ajuda de um psiquiatra, mas “era uma coisa espontânea”. O psiquiatra havia voltado suas atividades para a Terceira Idade e trabalhava com um grupo de São José dos Calçados – município no estado do Espírito Santo. Assim, através de contato com esse grupo, o psiquiatra se dispôs a ajudar os idosos de Cardoso. Tiveram, ainda, a ajuda da UNIT (Universidade da Terceira Idade da UFF em Campos) para realizar palestras, e enviaram muitas requisições ao governo do estado, mas não obtiveram nada diretamente através dele.

Os idosos sempre quiseram fazer atividades culturais e conseguiram a ajuda espontânea de uma professora de música para montar um coral, realizando, a partir disto, cantatas, quadrilhas e festas juninas. Chegaram a ter um curso de dança sênior no governo de Gilson, porém o prefeito não conseguiu continuar pagando. Por isso, a atividade foi finalizada: “tem um interesse político em atender”. Como minha interlocutora se encontrava afastada do grupo, os idosos a chamaram, em 2008, para auxiliá-los na elaboração de uma peça de teatro, entretanto ela não auxiliou por ocasião da época eleitoral.

Segundo ela, a maior dificuldade que sentia em trabalhar com o grupo era o fato de “ter que conquistar as coisas da prefeitura com muito sacrifício”, como o transporte e pessoas para trabalhar. Tinham que “pedir muito”, as coisas falhavam e tinham que

cobrir a falha inesperadamente. Perguntei se ela reivindicava junto com os idosos e ela respondeu que no começo ia junto, porém depois os idosos passaram a ir ou chamavam o prefeito para as reuniões. Ela acrescentou que o grupo tinha uma coesão grande e representação muito firme, reclamavam pela prefeitura estar mandando ônibus velho e etc.. “Tudo era difícil, o grupo cresceu muito, teve um peso político maior”. Segundo ela, sempre orientou o grupo para que as posições políticas dos integrantes fossem respeitadas para não confundir o trabalho do grupo, “seja qual for o prefeito que entrar tem que reivindicar”. Assim, “não tinha nenhuma discussão no grupo sobre: eu voto nele, eu não voto”. Uma vez teve um candidato que ofereceu algo, mas queria ir falar para o grupo. Com isso, ela orientou para que eles refletissem, pois isso poderia “criar uma grande cisão no grupo”. Havia uma candidata à vereadora no grupo, que nunca interferiu e um cabo eleitoral de Gegê também. Em um período fora das eleições chegaram a passear em uma fazenda do deputado Paulo Feijó. Ela enfatizou que sempre deu liberdade aos idosos, mas: “o espaço nunca foi usado para campanha”. Chegou a pensar, com os idosos, em fazer um debate com os candidatos, porém “isso não dá certo”, “porque as pessoas não têm maturidade para fazer debate”. Contudo, ressaltou que sempre acontecia, “no governo de Gilson ou de Renato, de quando encontrar com algum idoso falar: vamos sempre lembrar da ajuda que a gente dá”.

Uma integrante do grupo contou-me que o grupo da Terceira Idade era animado, era o grupo que representava a cidade, diversas instituições e pessoas enviavam convites para ele. Já teve por volta de duzentas pessoas, mas naquele momento tinha saído muita gente: “é um grupo representativo” para os políticos. Avaliou que a gestão atual era muito ruim, pois estava gastando dinheiro com eventos que não dava movimento de gente por ocasião dos comícios da época eleitoral. Reclamou pelo fato da prefeitura disponibilizar ônibus velho para a Terceira Idade, quando um deputado havia doado um ônibus para o grupo. A ex-secretária de Assistência Social argumentou que essa doação direcionada ao grupo da Terceira Idade não havia acontecido e que os idosos eram “pior que crianças”.

Uma ex-funcionária da prefeitura relatou que o grupo da Terceira Idade surgiu no governo de Renato, mas ganhou força no governo de Gilson. Gilson “dava de um tudo” para o grupo. Regina Stela cuidava da limpeza do local, do lanche, deu um videokê, talheres, freezer e conseguiu mais alguns projetos por eles. Entretanto, a Terceira Idade “apunhalou Gilson pelas costas”, depois de tudo que ele fez o grupo não

votou em Gilson e na festa de comemoração final, o grupo convidou Renato e não convidou Gilson, que era o prefeito naquele momento.

Aqui, percebe-se novamente a sobrevivência da instituição por meio da mão da prefeitura e “os lados” políticos sendo apoiados pela maioria do grupo. Interessante rememorar a obra de Foot-White (2005) que nos mostrou como as discordâncias se dão no interior de um grupo, que pode ser disputado por dois ou mais líderes, e como essas entidades servem de base de apoio a um político maior. Este acumula bases de apoio político, compondo um formato piramidal onde os líderes do grupo influenciam e se posicionam acima dos seguidores.

9. Igrejas

Em algumas **igrejas** também ouvi histórias de ajudas e apoios, ou seja, trocas políticas. Numa matéria no jornal Tribuna Livre (s./d.) foi anunciada uma obra de asfaltamento de uma rua, na qual se situava a igreja Assembléia de Deus. O pastor da igreja agradecia o asfaltamento em nome dos moradores e membros da igreja. Gilson alugava uma casa ao pastor, que nela morava, e, a despeito disso, o pastor começou a apoiar Renato. Um morador declarou-me que tal pastor chegou perto dele para “falar bem” de um candidato a vereador, mas o morador não simpatizava com esse candidato. Em outro momento, uma moça observou que viu o carro do pastor sendo seguido pelo do candidato a vereador, insinuando uma possível relação na campanha. Ademais, um militante de Gilson enfatizava que o pastor tinha que ser neutro, por conta de sua função. Do mesmo modo, certa vez, um crente dessa igreja disse-me que não concordava que um pastor falasse de política no púlpito, ressaltou que nunca tinha visto tal prática, mas em uma cerimônia lembrou-se que o pastor chamou Renato ao altar para falar. Renato foi a frente, porém apenas agradeceu aos fiéis da igreja. Na reta final da campanha, surgiram comentários de que esse pastor estava comprando voto para Renato.

Certa vez, Gilson contou-me que foi em uma cerimônia da igreja católica, na qual Renato também se encontrava. Durante a cerimônia, o padre E. falou que um dia estaria pregando e cairia num buraco, que estava se formando no altar, e iria despencar até a China. O padre acrescentou que as autoridades não tomavam providências quanto aquilo. Depois da cerimônia Gilson procurou o padre E. e disse: “padre eu vou te ajudar”. Quase ao mesmo tempo, havia um senhor que, mesmo tendo trabalhado na

campanha de Renato, foi na prefeitura pedir ajuda a Gilson. Ele queria que a prefeitura comprasse materiais de construção em sua loja e ressaltou que Renato nunca o tinha ajudado e já esperava que Gilson não fosse lhe ajudar por ter trabalhado para Renato. Gilson respondeu que não levaria isso em conta e o ajudou. Em outro momento, esse senhor viu que Gilson passava pela rua e o levou para dentro de sua casa, o ofereceu salgadinhos e agradeceu. Logo, pediu que Gilson o ajudasse novamente colocando-o como fornecedor de material para a prefeitura. Gilson o ajudou e comentou que logo depois surgiu contra ele uma denúncia de compra de voto. O dono do depósito de material de construção depôs contra ele. E, o padre E., que recebeu o material para reformar seu altar, foi chamado para depor. Gilson pensou que o padre o salvaria das acusações, afinal o tinha ajudado, e foi ao Tribunal espera-lo chegar. Como o padre E. não chegava e Gilson queria conversar antes da audiência, foi à casa de E.. Um senhor o atendeu e disse que E. não estava em casa. Gilson perguntou se E. teria saído de carro ou a pé, pois se não tivesse saído de carro era porque estaria por perto. O senhor respondeu não saber. Logo, o padre apareceu no Tribunal e afirmou que Gilson estava na frente da casa dele, armado, esperando-o sair, por isso teve que escapar pelos fundos. Gilson ressaltou-me que nunca andou armado e apenas pegara em arma no exército. Assim, o juiz perguntou a E. se Gilson comprou voto e o padre respondeu que todo dia Gilson ia à obra e, amigavelmente, batia nas costas dos fiéis, dizendo para votarem nele. Gilson me descreveu o material da obra do altar, parecendo mostrar a ingratidão do padre.

Um ex-funcionário da prefeitura explicava-me que as igrejas “têm comprometimento político”. Elas ganhavam, em troca do apoio, tijolo, telha etc.. O meu interlocutor disse que a prefeitura de cidade pequena “extrapola suas obrigações” e cede pequenas coisas. Contou que, fora do período de eleições, um padre de outra igreja católica, chamado D., expulsou Gilson de uma cerimônia de enterro: “foi uma covardia”. A questão era que o padre D. “se sentiu incomodado” por Gilson ter liberado uma senhora para colocar uma barraca de venda de alimentos na calçada dos fundos de sua igreja, que ficava em frente a um hospital. O padre argumentou que já tinha a idéia de abrir uma venda e “cismou” que a senhora não podia ficar na calçada dele. Assim, insistia para que Gilson a retirasse do local. Gilson não quis retirá-la porque “ela não estava fazendo nada de errado”, estava “pagando a luz que consumia e trabalhando honestamente”. Foi por isso que o padre D. “falou cobras e lagartos” para Gilson durante o enterro. No entanto, Gilson sempre teria o ajudado muito, fornecendo

caminhão de terra entre outras coisas. Ele acrescentou que “pobre não tem dinheiro para dar dízimo”, assim a igreja precisa da prefeitura, e “vai atrás dos favores que acha que é obrigação da prefeitura”. Em outro momento, uma senhora da igreja católica me contou que “gosta de todos os políticos” (afinal, “quem ganhar você tem que estar do lado dele”) e foi, certa vez, pedir uma ajuda do prefeito para a igreja, mas ele argumentou não poder atender. No mesmo instante, disse que gostaria de oferecer uma medalha a ela por realizar tantos serviços em prol da comunidade. Se não pudesse conceder um favor material, a medalha servia para demonstrar seu reconhecimento e a atenção dispensada, além de ressaltar a boa vontade do prefeito.

As igrejas, dizia meu informante, “tem dono”, “tem facções”, “influência política”. “Eles fazem a cabeça do padre”. A família de Renato é “tradicionalmente religiosa”, ele foi ministro de eucaristia, “eles têm poder dentro da igreja”. Os católicos eram majoritariamente “do lado” de Renato e os evangélicos, apesar de Gilson ser católico, eram majoritariamente “do lado” de Gilson. Os católicos e os evangélicos antigos sempre “bateram de frente, os novos convivem melhor”. Gilson é católico, “a família dele é fervorosa”, mas não é “fanática como a de Renato”, “não faz política na igreja, como a de Renato”. “90% dos C. (sobrenome da família) é Renato”, embora sejam “primos de Gilson”. Os C. eram ligados ao padre E., que acusou Gilson no Tribunal, articularam para o padre entrar com um processo contra Gilson, “insuflaram o ódio do padre contra Gilson”. Mas há “uma alternância de poder das famílias dentro da igreja, uma combinação”.

O irmão do padre E., padre P., havia protagonizado um episódio dramático envolvendo o meio político. Ele também era padre e se instalará em Cardoso. O ex-funcionário seguiu me contando sobre ele. Tal padre “desde quando chegou não tomou posição política, ia aonde Gilson chamava e não fazia sermão encomendado”. O padre P. “não aceitava a imposição política que tinham dado ao irmão dele”. Seu irmão era “sarcástico” nos discursos e fazia “discurso político”. Frequentava as noitadas na piscina de madrugada, na casa dos C., almoçava na casa deles. Seu irmão, que chegou na cidade depois, “não ia tanto quanto ele, não ficava enfiado na casa de ninguém”. Quando Neriete perdeu as últimas eleições queriam que o padre P. “falasse contra Gilson e não fosse aonde Gilson convidasse”. “X., que era funcionário de Renato, encomendava sermão, mas o padre P. dizia que “quem mandava na igreja era ele”. Aliou-se essa resistência do padre P. em aderir aos propósitos dos C. com as “coisas erradas” que ele estava fazendo, “ele deu outros motivos”, e iniciou-se um movimento

pela saída do padre da paróquia. O padre P. estava fazendo “coisas horríveis com os meninos” e alcoolizava-se. “O padre se decepcionou tanto que saiu jogando o sapato no rio, que não queria levar nem a poeira de Cardoso”. “Tem essa relação na política de amor e ódio que ultrapassa a política”.

Uma evangélica descreveu-me o padre P. como um “pinguço” e contou uma ocasião na qual ele foi rude com as professoras em público. Em outro momento, um morador disse que o padre fez uma “palhaçada” quando foi embora, pois foram muitas pessoas atrás dele chorando e, ao chegar ao rio, tirou o sapato e jogou nas águas. Ele enfatizou que teve um grupo, na ocasião, que foi em “gente alta” e “parece que provaram alguma coisa”. Um integrante de uma igreja Batista comentou que tal padre gastava muito e não administrava bem a igreja. Na igreja Batista também havia tido um movimento para a saída de um pastor, no qual a igreja se dividiu. Sobre o padre C. que substituiu o padre P. na igreja católica, uma senhora, católica fervorosa, disse-me que ele não tomava partido e não fazia sermões encomendados. O padre C. foi agraciado com uma medalha na sessão solene da câmara municipal enquanto estive em Cardoso fazendo meu trabalho de campo, bem como o próprio padre P., que arremessou seu sapato no rio. Um morador disse-me que o padre C. era uma boa pessoa para eu conversar, porque se o domínio de certas famílias ali existia, ele “cortou com isso” e fazia “prestação de contas”.

O padre anterior havia jogado o sapato no rio porque, como me explicava uma jovem católica, tem um versículo da bíblia que prescreve que quando o padre não for bem recebido deve levantar a poeira do sapato e nunca mais voltar. Uma menina que participava da conversa comentou: “mas ele voltou” – em sinal de meia recriminação. A maioria das pessoas com as quais conversei sobre essa história fez a mesma observação, ou seja, era como se o padre tivesse duas palavras, já que o ritual que encenou prescrevia que ele não voltasse.

A primeira pessoa que me contou sobre o episódio protagonizado pelo padre P., narrou a história para enfatizar que na família C. havia pessoas que não eram boas para eu conversar. Ela argumentou que o padre P. foi “humilhado” por integrantes dessa família. Eu perguntei como e ela disse que eles ficaram inventando que o padre era homossexual: “espalharam essa fofoca”. Essa família não ia mais à Igreja em Cardoso, eles iam à Italva, e depois que o padre P. saiu da paróquia, eles voltaram a frequentar a igreja. Ela acrescentou que o padre “fala muito bem” (atributo desejado por políticos), de um jeito que “toca as pessoas”, “ele tem o dom da palavra”, ele entende os problemas

da comunidade, a igreja ficava cheia de gente para ouvi-lo. O problema, segundo minha interlocutora, é que ele também deu “muita confiança” para essas pessoas. Quando ele saiu da comunidade as ruas ficaram cheias de gente para se despedir e as pessoas choravam, foi uma comoção. O padre P. afirmou que ia embora por causa de seis pessoas: “ele fala bem assim, seis pessoas” – enfatizou-me a religiosa. Os seguidores fizeram abaixo assinado para ele voltar e entregaram ao bispo. Mas a família C. foi falar com o bispo e “fizeram a cabeça dele de tal maneira” que ele ficou inflexível e não queria liberar o padre. A população foi conversar com o bispo e chegaram a insultá-lo: “o senhor ganhô quanto para fazer isso, quanto eles te pagaram?”. Minha informante arrematou: “o padre P. ia se candidatar a vereador, mas o bispo não deixou misturar a religião com a política”.

O padre tinha um capital social que o fortalecia para a disputa política, eram seus fiéis. Uma religiosa desta igreja revelou-me que nessa época uma candidata ligou para o padre e o chamou de “traidor” e ela teria feito isso porque surgiram boatos de que o padre recebeu dinheiro de Gegê para largar o apoio de Gilson e ir para o “lado” dele.

Gilson falou comigo que o padre não se candidatou por causa da igreja e que ele iria vir pelo seu partido, mas ficou indeciso. Eu retruquei que se o padre se candidatasse poderia ganhar e Gilson enfatizou que em uma cerimônia do Lions Clube ele e o padre foram os mais aplaudidos. Depois de um tempo, quando a campanha já estava avançada, uma senhora, engajada na cúpula da militância de Gilson, comentou comigo que o padre não foi candidato em troca de um emprego na prefeitura. O padre passou a expressar seu apoio no horário eleitoral de Renato anunciando: “Renato sempre me ajudou”.

10. Maçonaria

A **maçonaria** em Cardoso estava funcionando desde 1947 e, no momento, tinha 32 associados, mas não tive acesso às suas histórias. Um representante dela explicou-me que os maçons só votam em candidatos maçons e têm muita influência política, ele mesmo se candidatara a vereador. Ele afirmou: “se tivesse mais maçons [na política] não teria tanta roubalheira, haveria uma solução se a maçonaria dominasse a classe política, ia estancar o sangue”.

11. Clubes

Já o **Lions Clube** “era Renato” em sua maioria. Ouvi uma história de que um casal que apoiava Gilson deixou de frequentar o Lions, pois protagonizou uma briga com outro casal por uso de *botons* de candidatos a prefeito adversários. A “domadora” do presidente do Lions – ou seja, sua esposa – comentou que a prefeitura era quem mais usava o espaço físico do Lions. A filha do casal afirmou que antes da emancipação era o Lions quem governava. Essa analogia pode ser possível, pois o primeiro prefeito era sócio-fundador do Lions.

Em matéria do Tribuna Livre de 07 a 13 de setembro de 2006 era noticiada as finalizações da obra de construção da sede do Lions. A sede era tida como um sonho de mais de 10 anos, período em que começaram a fazer um fundo para poder começar a construção. O terreno teria sido doado pela prefeitura municipal na primeira gestão de Renato e a construção da sede era “graças ao apoio dos empresários do município e das cidades vizinhas, da prefeitura, da Secretaria de Obras e da comunidade em geral” (07 a 13/09/2006). Na campanha de 2008, o Lions foi processado por estar distribuindo cestas aos moradores, o que foi entendido como compra de voto para Renato.

O **Rotary Club** (instituição filantrópica de nível internacional) não estava mais funcionando em Cardoso Moreira. Um ex-integrante, candidato a vereador, argumentou que o Rotary terminou por desânimo. Uma comerciante contou-me que queriam despossuir uma presidente do Rotary e quando conseguiram se deram conta que era ela quem “segurava as pontas”. Uma ex-presidente do Rotary declarou-me que esses clubes de serviço (Rotary, Lions) têm origem em entidades internacionais, que têm entre suas regras “não fazer política partidária”, “partidária porque a política se faz em todos os lugares”. “Quando Cardoso se emancipou, os Clubes chegaram e foram abrindo facções dentro deles”. “No Rotary a maioria era Gilson” e “o clube acabou por questões políticas”, “quem queria prestar serviço no Rotary foi saindo”, ou seja, deixou de participar da instituição. “No Lions 90% é Renato”, “os que eram Gilson não agüentaram ficar”. Ela continuou me fornecendo seus pareceres: “as pessoas [nos clubes] acabam tomando partido”. Isso aconteceria menos na Maçonaria, segundo minha informante, porém “agora parece que eles estão com Renato”.

Conversei algumas vezes com um ex-presidente do **Cardoso Moreira Social Clube (CMSC)**. De início, antes de tocar no assunto, ele logo mencionou: “aqui é tudo assim, ou você é Gilson, ou Renato”. Afirmou que era bombardeado “de todos os lados” quando foi presidente do Clube. Antes de assumir a presidência dois amigos se revezaram na direção e quando chegou à época dele se candidatar Renato estava

pedindo voto para o seu rival. Com isso, ele levou uma lista dos sócios do clube para Gilson ver para quem podia pedir voto. Gilson requisitou até a presença de alguns parentes seus, que residiam no município de Guarapari, para votar. A conclusão foi que ganhou por uma diferença de seis votos. Assim, quando assumiu o CMSC “não tinha nada, só a área de dança”. Ele construiu a piscina, a cantina... Ao assumir atraiu muitos sócios, fez queima de fogos: “em Cardoso quando você solta uns fogos todo mundo quer logo saber o que é”. Mas afirmou que não teve o apoio de Gilson em coisa alguma que realizou. Em outro momento, uma terceira pessoa declarou que Gilson ajudou nesta gestão do clube e possuía até filmagens para provar. Meu narrador continuou contando que cedia o espaço para prefeitura e como ela não o apoiava passou a alugar o espaço, mas nem por isso a prefeitura deixou de usá-lo. Essa disputa política no Clube foi o maior motivo de sua saída, ou melhor, os aborrecimentos que isso lhe trazia foram o maior motivo de sua saída. Por exemplo, quando ele tomou posse um partidário de Renato era tesoureiro e não quis liberar os livros da contabilidade. Por isso, o então presidente conseguiu que esse tesoureiro ficasse inelegível no Clube. Meu interlocutor comentou que estava querendo ficar afastado da política, pois já era concursado e, com o passar do tempo, acabava ganhando o mesmo que um secretário de governo. A pessoa que assumiu a presidência posteriormente, ouvi comentários, também “sofreu horrores por causa de política” no Clube.

A ex-presidente do Rotary afirmou que “um clube de serviço como o Rotary tem poder para trazer várias coisas”, como trouxe padaria escola, que doava pães. Eu observei em Valão dos Pires uma ambulância que era doação da entidade Rotária. Aconteceu que, naquela época, X. “envolveu tanta política, puxou para eles”. Assim, “todo mundo saiu do Rotary, no fim ficaram só três” (os que envolveram política), até que a instituição se extinguiu.

Quando uma adepta de Gilson assumiu a presidência do Clube, contaram-me que ele declarou que poderia frequentar o Rotary sem constrangimentos ou sem se sentir mal no ambiente, pois o cerceamento da oposição era grande. Duas pessoas que eram adeptos de Renato não quiseram liberar o livro caixa, nem as atas. A ex-presidente do Rotary declarou-me que era “boba”, fazendo algo por “ideologia”, “davam o sangue pelo Rotary”, “Y. passou mal” de tanto se esforçar, mas foram “covardes” de terem saído da instituição, porque quem tinha que ter saído eram “eles”. Acontecia de membros da diretoria arquitetarem de protelar inaugurações, como aconteceu com a

padaria e o marco rotário, para realizá-las quando não estava mais no mandato de determinado presidente, sendo que era ele quem tinha conseguido as benfeitorias.

12. Sindicato de Funcionários Públicos Municipais

O **Sindicato de Funcionários Públicos Municipais** era o único sindicato do município. Em 2008, segundo o presidente, o sindicato tinha trezentos associados, enquanto a prefeitura tinha oitocentos e poucos funcionários, sem contar com os contratados. O sindicato oferecia serviço de odontologia, assessoria jurídica, impressões e internet. Os associados tinham que pagar 3% do salário mínimo por mês e para ser presidente era preciso ser associado há mais de dois anos. As reuniões eram mensais e apenas com os diretores, que eram sete. No entanto, a chapa era composta por trinta e um funcionários, e os principais eram dez – sete diretores e mais três integrantes do Conselho Fiscal. No caso de solicitação de algum associado poderia ser realizada uma Assembléia, mas isso nunca havia acontecido.

O presidente respondeu-me que a maior dificuldade que encontrou era que o sindicato estava “largado às traças”, “sem credibilidade”. Das conquistas de sua gestão ele citou a criação da Guarda Municipal e o trabalho de legalizar a situação dos funcionários de Campos que optaram por trabalhar em Cardoso, pensando que estavam fazendo uma boa escolha, mas “não foi bem assim”. Disse que as instituições com as quais mantinha maior contato eram as Associações de Bairros e as prefeituras. A relação com a prefeitura era “de atrito”, mas existia um “respeito” de parte da prefeitura em relação ao sindicato. Suas reivindicações eram feitas por ofício, após isso se poderia marcar uma reunião. Eu perguntei se representantes do sindicato demoravam a ser atendidos pela prefeitura e ele disse que não porque se demora ele “pressiona”.

Esse presidente estava engajado na campanha de Gilson. Assim, uma moradora disse que o presidente anterior era governo, mas, no momento, o atual tinha feito “pressão”, cobrando pagamento de férias e reposição do dinheiro do Fundo de Previdência. Por um desfalque que Renato ocasionou no Fundo, ouvi histórias de que o sindicato teria enviado um ofício, durante a campanha, e algumas pessoas da prefeitura ao recebê-lo teriam dado risadas.

O sindicato se iniciou em 1998, cinco anos depois de assumir o primeiro prefeito. E teve os seguintes presidentes:

- X _____ 1998 a 2000
- Y _____ 2000 a 2001 (Fundamental completo/ motorista)
- Z _____ 2002 a 2006 (Universitário incompleto/ agente administrativo)
- K _____ 2006 a 2010 (Fundamental completo/ motorista)

Quando eu estava conversando com o presidente atual chegou à sala um ex-presidente. Este disse que em sua época o sindicato estava no início, se organizando, assim, foi organizado, registrado e legalizado. Havia dificuldade em obter sócios, pois os funcionários tinham “medo” de se sindicalizar, “medo de represália do prefeito”. Nessa hora, ele comentou com o presidente atual que até hoje era assim, buscando concordância. Contou que o primeiro presidente do sindicato faleceu, mas tinha saído do posto por conta de rixas com o prefeito. Entretanto, o ex-presidente afirmou que nunca teve problemas com o prefeito, “conversando resolvia”.

Procurei o ex-presidente que assumiu de 2002 a 2006 e ele contou que em sua gestão aumentou de 160 para 380 o número de associados, pois tinha uma “maior ligação com os funcionários”. Foi em sua gestão que se iniciou o serviço odontológico e de assessoria jurídica. Lutou por 20% de reajuste para o servidor e “não foi fácil”, foi bem discutido, enviou proposta para a Câmara, o que culminou em várias reuniões com o prefeito e secretários. Conseguiu colocar o auxílio alimentação como definitivo e todo ano era “uma luta” para conseguir reajuste. Declarou que administrou o sindicato na gestão dos dois prefeitos e teve um bom relacionamento com os dois: “de respeito”. Esse senhor não é Cardosense, chegou na época da campanha pela emancipação e assumiu um cargo de confiança no governo de Renato.

Assim, no sindicato, manifestava-se também a cisão entre os principais ex-administradores municipais. E, a instituição funcionava, por vezes, através de seus representantes, como aliada de um deles.

13. Meios de Comunicação

Havia apenas uma emissora de **rádio** no local, quando lá estive, que várias pessoas acusavam de receber dinheiro, mensalmente, da prefeitura; porém auto qualificava-se como comunitária. Por receber dinheiro da prefeitura, ficava condicionada a “falar bem” dela. Alguns moradores concluíam: “recebe dinheiro para falar bem da prefeitura”. Segundo Nogueira (2005), os governos acabam cobrindo a

lacuna de um comércio fraco, impossibilitado de apoiar culturalmente a iniciativa, por isso há um comprometimento com o governo⁶⁴.

A autorização de funcionamento da rádio foi obtida através do deputado federal Marcelo Crivella. O representante da rádio em Cardoso era tido como uma pessoa que “não é ninguém”, pois se afirmava que ele ia pedir dinheiro a qualquer prefeito que tomasse posse. Com isso, acusavam o radialista de estar fazendo propaganda política para Renato na rádio. Certa vez, o ouvi pronunciar na rádio sobre as diversas obras que estavam surgindo no período eleitoral: “as pessoas pensam que é uma coisa política, mas deviam ficar felizes porque é algo que traz o crescimento da cidade”. No fim da campanha, algumas pessoas diziam que ele estava apoiando Gêgê. Alguns militantes de Gilson ficavam ‘enfizados’ e diziam que a polícia federal iria fechar a rádio. Um funcionário da prefeitura tinha um programa diário na rádio e anunciou o deferimento do registro de candidatura de Gilson, que estava em processo de impugnação. Com isso, militantes observavam que os adeptos do “outro lado” teriam se enfurecido com a iniciativa do anúncio em um meio monopolizado por eles.

Certa vez, fui procurar na Câmara de Vereadores o **jornal** A Voz Regional, que estava sendo emitido e pertencia aos aliados regionais de Gilson. Estava na Câmara o responsável pela rádio, que ao escutar minha solicitação disse que tal jornal não havia e que o Tribuna Livre é que era o jornal da cidade. Perguntou-me cerca de três vezes “que notícia você quer saber?”. Eu mencionei que não queria saber nenhuma notícia específica e apenas gostaria de ver o jornal. Acrescentei que, então, devia estar disponível na banca de jornal, e ele disse que não estaria. Eu falei: “então esse jornal não existe?”. Ao que ele respondeu que não. No mesmo instante, um senhor, timidamente, falou: “existir existe...”. Assim, o locutor declarou que existia, mas não tinha “nada a ver com a Câmara”: “é um jornal político”. E perguntou aos funcionários da câmara: “quem é que está fazendo esse jornal? É V.?” – um pouco exaltado. Ninguém respondeu. Eu fiquei estática e disse, meio que falando sozinha e desconsolada: “eu fico sem saber”. Quando eu falei isso um vereador “do lado” de

⁶⁴ Nogueira (2005:166): “A leitura nativa é de que o espaço ocupado pelos políticos em suas dimensões atuais só é possível pela não ocupação do espaço por outros anunciantes, com interesses variados. Isso, de algum modo, torna quase inevitável a necessidade das emissoras e dos radialistas de estarem *atrelados a alguém*, portanto, inseridos em uma rede de relações, no caso, política.”

Nogueira é um dos autores que demonstrou esse lugar-comum em torno do silêncio desencadeado em troca da ajuda do poder municipal: “Embora sejam mais raras pela fragilidade da relação comercial, obedecem à mesma lógica de bater para levar alguma vantagem. Ou diferentemente deixar de criticar para manter o anúncio.” (Nogueira:2005:185).

Gilson riu contidamente. E, quando eu saí da Câmara, devo confessar que dei boas risadas, afinal naquele momento percebi uma disputa pelo poder de influência através do controle da informação.

Em outro momento, voltei a Câmara e solicitei o jornal novamente a uma funcionária, que me entregou e apenas perguntou: “é o jornal do T. [nome do jornalista responsável]?”.

Quando fui assistir a uma sessão na Câmara, encontrei o locutor que sentou ao meu lado e perguntou se eu tinha conseguido encontrar o jornal. Eu disse que não e que não entendia a importância dada ao assunto. Ele repetiu que a Câmara não tinha “nada a ver com esse jornal”, mas “quando vem” – enfatizando – “a Câmara distribui”, comunicando-me que era de periodicidade quinzenal. Um senhor, que escutava nossa conversa, comentou que podia ter um jornal da Câmara para as pessoas ficarem a par do trabalho dos vereadores; o locutor respondeu que as pessoas tinham que ir à Câmara, porém quando iam “é só por interesse próprio”. Assim, o senhor disse que “o povo não quer pegar mentira, mas tem que fiscalizar”, pois, se não denunciarem, os políticos continuam “roubando”. O locutor se retirou do local.

Em outro momento, uma pessoa me contou que a Câmara não tem assessoria de imprensa e é obrigatório ter. Quando houve o primeiro concurso para a Câmara, as vagas foram preenchidas pelos que já eram funcionários e apesar de terem anunciado vaga para jornalista, foi suprimida e colocado um funcionário com outra atribuição. Essa mesma pessoa me disse que existiam pequenos jornais que eram financiados pelas prefeituras e que os editores viviam disso.

O jornal financiado pela prefeitura de Cardoso, em conjunto com outras prefeituras da região, era o Tribuna Livre, que era entregue gratuitamente à população. Quando a Câmara não aprovou a compra de um ônibus pela prefeitura, foi emitida uma matéria sobre a não aprovação da proposta, contudo a prefeitura conseguiu o veículo posteriormente, através de uma emenda de um senador. Desse modo, os vereadores aprovaram o recebimento do ônibus, pois o argumento era que a prefeitura iria fazer uma dívida sem ter como pagar. Nesse momento, uma vereadora pediu a palavra e ressaltou, ironizando, que queria que o nome dela saísse no jornal por ter aprovado, já que quando não aprovou seu nome foi explicitado. Em outra situação, uma vereadora falou que ficavam publicando matérias em “qualquer papel sujo” por aí.

Ao financiar e ajudar donos de jornais, um funcionário relatou-me que Gilson havia recebido reprovação do Tribunal de Contas por “plantar notícias” em jornais para

enaltecer sua imagem – citou nomes dos jornais da região – e respondeu-me que, na negociação com o prefeito, o dono do jornal menciona o nome de alguém ou mesmo dele próprio como tendo ajudado o prefeito em determinada situação. Com isso, o prefeito acaba pagando matérias sobre si e suas ações no jornal. Uma ex-funcionária comentou que tais negociações de dinheiro por matéria demandavam sempre pouco dinheiro.

Havia apenas uma banca de jornal na cidade e percebi uma rivalidade entre partidos da região que apoiavam o jornal Folha da Manhã e outros que apoiavam o O Diário. Esses jornais eram do município de Campos. O Diário era relacionado com Garotinho (PMDB) – que afirmavam possuir uma “porcentagem do jornal” – e Arnaldo Viana tinha uma influência no Folha da Manhã. A esposa de Garotinho e Arnaldo disputavam a prefeitura de Campos naquele momento.

O senhor que anunciou o deferimento do registro da candidatura de Gilson na rádio local, disse-me que o Folha da Manhã não era enviado para a cidade. Os jornais com as matérias que seriam divulgadas por ele na rádio eram cedidos pela banca de jornal. Na ocasião em que leu a matéria sobre o deferimento da candidatura de Gilson, ele conseguiu o Folha da Manhã e entregou a Regina Stela, que queria guardar o jornal com a matéria em seus arquivos. Ela teria procurado tal jornal na banca e não encontrou. Com isso, as pessoas que estavam trabalhando na campanha começaram a falar que Renato tinha comprado todos os jornais que saíram com a notícia.

Com a exposição dessas histórias espero ter demonstrado como as instituições, em sua maioria, se mantinham através da ajuda da prefeitura e como em seu interior a política se fazia.

Instituições	Principais características
APESBE	Criada através da prefeitura, que pagava os aluguéis do espaço, também mantinha convênios com a administração municipal. Era compreendida por alguns moradores como uma “jogada política” para obter votos para determinada vereadora.
Associação de artesãos	A prefeitura cedia máquinas e funcionários da prefeitura <u>faziam política</u> dentro do local.
Associações de Moradores e	Havia uma disputa entre os candidatos a presidente das associações, que apoiavam diferentes candidatos a prefeito.

Produtores	Geralmente, os representantes das associações se aliavam a um candidato, que se transformava em patrono, evitando a “infiltração” de gente do “outro lado”. Algumas associações foram criadas pela prefeitura, e ela solicitava melhorias em nome delas. As associações dependiam de doações de candidatos a prefeito, estabelecendo com eles “parcerias”, que também ajudavam no crescimento das carreiras dos políticos.
Bancos financeiros	Tinham dividendos para se manter apenas através da prefeitura.
Cardoso Moreira Social Clube	Transpareceu a disputa entre candidatos a presidente do clube, um apoiado por Gilson e outro por Renato. Mesmo embate se daria constantemente na administração da gestão, que dependeria de benesses da prefeitura para realizar melhorias aos sócios.
Comércios	Sofriam boicote dos adeptos do político que o dono não apoiava. Assim, os políticos mantêm indiretamente o funcionamento dos comércios. A prefeitura era também um grande comprador dos comércios, os incluindo nos processos licitatórios.
Cooperativa de costura	Foi criada a partir de um curso realizado pela prefeitura e recebeu doações. Em 2008, não dependiam mais da prefeitura.
Detran	A instalação do Detran se deveu a acordos políticos com representantes do governo do estado, garantindo boas relações com o prefeito que trouxe órgão para a cidade, que pôde indicar funcionários. Assim, incitou o opositor político no município a querer fechar a instituição ou evitar sua ampliação, bem como tentar demitir, através de relações, adeptos de Gilson no Detran.
EMATER-RJ	Os funcionários apoiavam candidatos a prefeito, conformando funcionários opositores entre si. A oposição de adeptos dentro da instituição condicionava, por vezes, a nomeação dos diretores do órgão através de representantes do governo do estado, dependendo dos acordos do prefeito do momento.
Escolas	Funcionários eram promovidos, como diretores, dependendo de suas afinidades políticas com o prefeito do momento. E, fazendo-se política nas escolas, havia um controle da propaganda alheia.
Fundação Leão XIII	Gilson favoreceu a implantação do órgão no local e indicou o funcionário que trabalhava na Fundação.
Grupo da Terceira Idade	Surgiu por iniciativa da Secretaria de Assistência Social e dependia de convênios com a prefeitura para funcionar e doações. O local de funcionamento também era cedido pela prefeitura, bem como um funcionário que fazia a limpeza do local. As ajudas por parte da prefeitura podiam ser retribuídas em forma de apoio nas épocas eleitorais, pois o grupo tinha um peso político.

Hospital	O administrador do hospital municipal, indicado por Gilson, foi substituído na gestão de Renato por um político que, através do cargo, podia prestar ajudas. E, muitos moradores acreditavam no favorecimento, em relação aos atendimentos, dos que eram adeptos do prefeito.
Igrejas	Suspeitava-se que pastores e padres apoiassem, pedissem ou comprassem votos para determinados candidatos em troca de benesses, das quais dependem suas igrejas, e que os prefeitos se sentem coagidos a conceder. Os padres fiéis a determinado candidato podiam prejudicar o opositor, tomando parte dos ódios mútuos entre os grupos políticos. Assim, afirmava-se a existência de sermões encomendados por políticos e pretensões de padres em se candidatar a um cargo político.
Jornais	O poder de influência dos grupos políticos era medido pela capacidade de propagandear suas iniciativas, através de jornais produzidos por aliados, e obscurecer as iniciativas do opositor. O prefeito também é procurado por representantes de jornais, que solicitavam certa quantia a fim de publicar matérias <u>falando bem</u> da administração pública ou do próprio prefeito. Jornais de opositores políticos, ou que deles <u>falam bem</u> , dificilmente são distribuídos na cidade.
Lions Club	A grande maioria dos leões eram partidários de apenas um “lado”, o de Renato, pois as brigas dentro da instituição teriam afastado integrantes partidários de Gilson. O terreno da sede fôra doado pela prefeitura, que mais usava o espaço físico do club e ajudou a construir tal sede. Em 2008, representantes do Lions foram acusados de distribuírem cestas básicas à população para favorecer a candidatura de Renato.
Maçonaria	Além da influência política que têm, os maçons em integrantes de seu grupo.
Rádio Municipal	Recebia, mensalmente, repasses do dinheiro público municipal, condicionando alguma propaganda política na rádio. Esse meio acabava sendo monopolizado, como irradiador de informações, por quem tivesse dinheiro para sustentá-lo.
Rotary Club	Parou de funcionar por desentendimentos entre adeptos políticos que integravam a instituição e <u>faziam política</u> no espaço do Club. Os clubes de serviço têm como conseguir bens materiais que podem acrescentar realizações aos currículos dos políticos.
Sindicato de Funcionários Públicos Municipais	Os presidentes do sindicato podiam favorecer um ou outro candidato, realizando “pressão” ou deixando de pressionar o prefeito.

Associações de Moradores e produtores

Diversas Associações não estavam funcionando durante a gestão administrativa de Renato, isso se devia a uma política diferente à adotada por Gilson de 1997 a 2004. Das Associações de Moradores e de Produtores já se esperava que fossem fortes atores políticos. Nesse trecho, além das posições políticas, gostaria de mostrar pensamentos diferentes sobre a relação das associações com a prefeitura. Alguns moradores enfatizavam a “parceria”, outros o termo “se aproveitar”. Os termos “pedir” e “cobrar” também eram empregados e percebia neles sentidos distintos.

Uma funcionária de confiança da prefeitura na gestão de Gilson me relatou que ela havia ajudado a fundar a Associação das Palmeiras, foi nas reuniões e explicou para as pessoas como deviam fazer. Além disso, ela chamou pessoas para fazerem palestras sobre associativismo e cooperativismo e a incumbiram de fazer uma pesquisa de casa em casa para saber as necessidades dos moradores. Havia outra Associação que a prefeitura criou porque estava precisando para implantar certo programa, por isso efetuou doações a ela. Disse-me também que Gilson nunca se negou a ajudar pessoas ou instituições que não eram do seu lado e ressaltou que a prefeitura tinha que “trabalhar” pela candidatura dos presidentes de associações, “dar apoio ao seu candidato” e até ir às associações no dia da eleição. Ela lamentou que não tinha dado tempo de “dar uma politizada” para que o pessoal das associações “fiscalizasse” ou “reivindicasse”. Assim, percebe-se a influência da prefeitura nessas Associações.

A prefeitura promovia palestras para as lideranças num local que construíram, nomeado como Centro do Produtor Rural. Um ex-secretário de agricultura respondeu-me que a prefeitura apoiava os candidatos a presidente nas associações pedindo voto: “a prefeitura faz o serviço e pede voto”, dizendo que com tal candidato vai ser melhor. Na época das eleições nas instituições, os políticos querem dar posse às pessoas “do lado” deles. Alvito (2001:135) registrou em seu livro:

Certo líder comunitário sustentava que as associações de moradores eram “miniprefeituras”, enquanto outros diziam que os presidentes das associações “deveriam ser registrados na

prefeitura com salário em cargo oficial”. Esse líder via a si próprio como um elo de uma cadeia hierárquica na qual estavam acima dele os subprefeitos e o prefeito.

Um presidente de uma associação de moradores, ao saber que eu estava pesquisando do lado de Gilson, comentou que ele poderia construir gabinetes num prédio só para os presidentes de associações trabalharem. Comentou, também, que “os políticos não gostam de ajudar” e que depois da emancipação não teria muita atividade porque tudo é através da prefeitura. Agora, ele dizia, “você encontra um vereador em cada esquina” e se a associação consegue alguma coisa um vereador toma para si a conquista. A associação também tem um custo: tinha que pagar advogado e contador. O advogado trabalhava de graça, mas o contador o presidente da associação tirava dinheiro do próprio bolso para pagar. Os custos para a manutenção das associações também contribuem para aumentar a dependência dos associados que não dispõem de recursos em relação à prefeitura. Apesar de ter sido candidato por duas vezes, quando o perguntei por que trabalhava na associação diante das dificuldades, ele mencionou que era por “gostar e amar o povo, sem interesse político”. Contudo, fora candidato há vereador duas vezes e o primeiro secretário da associação era um político que já havia sido até presidente da câmara de vereadores e ficava incumbido de entregar os ofícios da associação à prefeitura, na qual tinha um emprego como contratado. Quando perguntei sobre as conquistas da associação, ele respondeu de pronto que não tinha conseguido “nada”, porém depois citou algumas coisas (como: posto médico, refletor, máquinas de costura e melhora na iluminação). Mencionou que já enviara ofícios para o governo do estado, mas nunca conseguiu adquirir nada. Apenas um orelhão tinha sido adquirido sem ajuda da prefeitura, diretamente com a Telemar – antiga empresa de telefonia.

Uma ex-presidente de uma associação, fundada em 1994 e que, atualmente, não funciona, mencionou que a associação é registrada, então, “é quase uma prefeitura, tem mais força”. A associação, segundo ela, era uma forma de Gilson “ter as coisas na mão, porque se cada um fosse pedir não dava”, assim “a associação fazia esse papel de pedir por eles”. Ela afirmou: “a prefeitura ia ao encontro da gente”. E citou que no Centro do Produtor promoviam-se palestras interessantes para as lideranças, afirmando que “a associação é um agente transformador”. Nunca deixou fazer propaganda política na

associação, dizia que era para fazer “da porta para fora”: “no estatuto fala isso, que só pode receber o poder constituído”. Gilson perguntava e ela dizia que não podia fazer propaganda: “se ele gosta de dizer não eu também”, “senão vira bagunça, tem que aceitar dois, três”. Concluiu que conseguiram várias coisas porque “Gilson foi um parceirão”.

Disse-me que algumas pessoas da associação diziam que ela “recebia um salário pela associação e outro para falar bem de Gilson”. Contou sobre uma festa na qual Renato os “deixou na mão” – prometeu e depois não cumpriu com os aparatos – e que nessa campanha de 2008 ouviu uma pessoa do lado de Renato dizer que “quem é do lado de Gilson tem que pisar na garganta mesmo”. Seguiu explicitando as oposições que existiam durante seu mandato. Algumas pessoas criticavam porque um poço foi aberto no terreno de alguns parentes dela. Ademais, ela afirmou que “não era onde fizesse, ela queria que fizesse” o poço. Alguns sócios, que eram do lado de Renato, concebiam que “a prefeitura usava a associação para fazer política”. E esse foi um problema com o qual ela teve que lidar e me perguntou: “qual associação que vai a frente sem parceria com a prefeitura?”.

Uma senhora que era secretária de uma associação fundada em 2005 e havia sido integrante da associação acima, contou-me, criticando, que tal presidente estava na associação “por *status*” e “só aceitava ajuda de Gilson”: “ela colou em Gilson”. Não queria que outros moradores pagassem as mensalidades atrasadas da associação para não concorrerem com ela na eleição e “administrou mal”, “com falhas”.

A ex-presidente explicou-me que na associação vigorava um programa de alfabetização, conseguido através do esforço de uma vereadora. Na época, um vereador que apoiava Renato “levantou um boato” de que ela tinha roubado parte desse dinheiro e tal boato teria sido incentivado pelo presidente da associação que veio a sucedê-la no posto. Assim, ela declarou: “se você está de um lado não precisa atrapalhar o trabalho do outro”. Certa vez, uma moradora de Cardoso afirmou-me que essa associação era “uma coisa só para pegar dinheiro” e que a prefeitura a controlava. Para ela, com esse projeto de alfabetização, arrecadavam dinheiro e as pessoas nem saíam de casa para estudar, colhiam-se as assinaturas e burlavam a frequência.

Nessa associação a presidente via o prefeito como um parceiro. Isso porque ela era efetivamente ajudada pelo prefeito e deixava claro que se posicionava “do lado” dele, se recusando até a aceitar ajudas de outros candidatos. Mantinha-se fiel a Gilson.

Lembro que contei a uma comerciante que havia pessoas “do lado” de Gilson dizendo que eu era “espiã”, ou seja, estava “infiltrada” do lado de Gilson para colher informações para Renato. Ao que ela comentou que eles não eram “bobos”, pois estavam vendo que eu estava pesquisando sobre associações e concluiu: “associação é prefeitura”. Se as associações funcionavam por serem aliadas da prefeitura, eu só poderia, ao pesquisá-las, estar vinculada ao prefeito.

Somando-se a essas assertivas relacionadas à procura de parceria, um outro participante de uma associação que tinha se dissipado contou que a associação tinha surgido num “bate papo” numa “venda”, com o intuito de realizar uma “parceria” com a prefeitura, levar as demandas até às pessoas competentes para que “olhassem” pelos bairros. Mas, segundo ele, as associações “são burladas porque a prefeitura toma posse”.

Em 2008, a associação que comportou o projeto de alfabetização estava parada. Uma moradora desta roça disse-me que “estavam tentando juntar gente” por sugestão da ex-presidente, que não morava mais no local, para promover novas eleições. Sobre o atual presidente desta associação, a ex-presidente argumentou que “ele usa a associação como se fosse dele”. Não tinha mais sócios e era alugada para festas. Ela mencionou uma outra associação que estava parada porque não recebia “incentivo”, o que não fornecia “motivação” para trabalhar – segundo lhe disse um componente da diretoria.

Eu fui conversar com esse componente, que era o vice-presidente. A associação foi fundada em 2004, assim não tinham adquirido muitas melhorias, pois contemplaram o fim da gestão de Gilson. Ela não funcionava há um ano e meio e há um ano e poucos meses não realizava reuniões, sendo o espaço físico emprestado para realização de festas. A prefeitura era quem pagava o aluguel e o vice-presidente afirmou: “por último cortou o aluguel”. Ele repetiu que estão desanimados com a associação porque “não tem incentivo”. E disse que quando ia procurar o prefeito ele nunca estava ou não podia atender. Desse modo, o vice-presidente declarou-me que votou em Renato, “mas ele não realizou nada”, prometeu e “não cumpriu”.

Disse-me que a associação estava, naquele momento, distribuindo cestas básicas e arrematou: “foi política”, “teve política no meio”. Conseguiram as cestas através de Gilson, que representava o programa Fome Zero por Italva, e foram os representantes da associação que, sabendo da distribuição em certa localidade, foram procurar por Gilson. O vice-presidente da associação ficou desconfiado de me contar isso, em uma época de campanha, mas como eu demonstrei que já sabia do fato ele prosseguiu, dizendo que

estavam distribuindo cestas desde fevereiro e que através de Gilson a Igreja Católica, a Batista, a associação de São Joaquim entre outras estavam distribuindo cada uma 20 cestas.

Essas cestas também haviam sido oferecidas para o presidente de outra associação, que me contou o fato. Gilson o “chamou para conversar”, no começo do ano, e ofereceu 70 cestas básicas para serem distribuídas na associação e pelo menos até a campanha ele disporia das cestas. Para isso, o presidente teria que trocar o nome da associação, que é de moradores e amigos, para associação de produtores. A associação constava como de moradores porque assim poderia atrair gente de outros lugares, pois no local havia poucos produtores. O presidente concluiu que, ao dizer que até a campanha disponibilizaria as cestas, Gilson já havia dito “tudo”: era “compra de voto”.

Uma adepta de Gilson declarou-me que ele não soube como falar e que, na verdade, um vereador era quem poderia “se aproveitar” disso. Assim, o presidente não aceitou, além disso, gastaria 140 reais para mudar o nome da associação. Ele acrescentou que não deixa fazer campanha política na associação. Uma vez, um candidato “do lado” de Gilson queria ir pedir voto, mas não permitiu. Mencionou que perguntaram na associação o porquê e ele argumentou que havia um candidato a vereador pertencente ao “lado” de Renato que era sócio da associação, então, como ele poderia permitir?

O presidente era um funcionário da prefeitura e, sendo assim, eu perguntei se ele teria maior facilidade para conseguir coisas. As pessoas ficam sempre muito desconfiadas com as minhas perguntas em época de campanha. Ele me afirmou que por ele ser da prefeitura conseguia menos coisas para que as pessoas não pensassem que o prefeito o beneficiava por ser empregado. Renato só havia ido à associação duas vezes. Entretanto, o presidente disse que o secretário ao qual é subordinado o ajuda como pode e que por isso não tem do que “reclamar”. Quando têm reuniões, uma funcionaria da secretaria produz convites para a associação e também conseguem arrecadar algum dinheiro fazendo festas.

Essa associação havia sido montada em 2007 e o presidente respondeu-me que o canal para conseguir as coisas era somente a prefeitura. Ressaltou que decorridos dois anos é que podem ser registrados como associação pelo governo do estado, assim, de repente, poderiam pedir coisas a essa instância governamental também. A idéia de fundar a associação surgiu através de uma viagem que fez ao município de Niterói e viu

o trabalho de um parente seu que era presidente de um sindicato forte. Seu parente o aconselhou a montar uma associação porque mesmo sendo em Cardoso Moreira ele poderia conseguir melhorias. Ele tentou montar, mas de início os moradores de seu bairro não se interessaram, dizendo que era “besteira” e era melhor “largar isso para lá”.

Depois de certo tempo, um senhor morador de um bairro em município vizinho fundou uma associação e ele compareceu a reunião com alguns colegas. Segundo o presidente, esse senhor era mais “instruído” e levou um outro senhor que ministrou uma palestra sobre o que era uma associação, para que servia e como se organizava. Assim, meu narrador concluiu que era isso que ele devia ter feito e seus colegas saíram da reunião acreditando que montar uma associação era interessante.

Pensaram em fazer uma reunião e ficaram refletindo onde poderia ser feita. O atual presidente passou por uma escola na localidade que estava abandonada, não tinha portas ou cadeiras. Ele foi pedir para Renato a doação do imóvel e Renato disse que não poderia doar porque era patrimônio público, mas podia emprestar por tempo indeterminado – o presidente ressaltou que “nisso ele foi positivo”, ou seja, não prometeu algo que não poderia cumprir.

Fizeram uma reunião para escolher o primeiro presidente, que deveria ser indicado por consenso. Existiam três irmãos que eram conhecidos no local. Um se candidatou e os sócios não se queixaram, porém terminada a reunião falaram que não queriam o rapaz como presidente, já que o senhor era envolvido com política e ia “usar a associação” para tal exercício. O atual presidente disse que não adiantava se oporem após a reunião, eles tinham que manifestar suas opiniões durante a reunião. Na reunião seguinte faltaram quarenta pessoas e só foram sete. O atual presidente disse para o candidato que só quem concordava com a posse dele eram as sete pessoas presentes, pois o resto o havia falado que não concordava. Na reunião seguinte compareceram novamente as 50 pessoas. O que se pode notar aqui é a recusa das pessoas em serem ofensivas umas às outras, evitam criar confronto, prezando por um respeito no contato direto. Posteriormente, a não aceitação foi expressa na forma de comentários a quem se deposita uma confiança.

Segundo o atual presidente, o irmão do candidato anterior se candidatou e os sócios foram incentivados a dar opiniões, diante do silêncio que se instaurou, uma pessoa levantou e falou que achava que não ia dar certo se fosse qualquer um da família a pleitear a presidência. O atual presidente falou, na ocasião, que as pessoas podiam opinar contra, porque o candidato não teria se “chateado”. O segundo irmão retirou,

então, sua candidatura. Desse modo, um pastor que participara de uma associação por oito anos se disponibilizou e foi aceito, pois pelo tempo que ficou numa associação parecia ser o mais capaz. Por isso, o atual presidente foi conversar com um membro da diretoria da associação na qual o pastor teria participado e descobriu que o pastor deixou uma dívida de quinze mil a ser paga.

Já na primeira reunião, o pastor propôs que financiassem um trator e uma retroescavadeira, sendo que a associação estava se organizando e não possuía reserva de dinheiro. Os sócios concordaram que os conselhos sobre o pastor eram coerentes e recusaram sua liderança na associação. Assim, sugeriram o nome do atual presidente, que mais se empenhou pela iniciativa, ao que ele disse só querer montar a associação, mas aceitou o desafio.

Durante minha conversa com esse presidente, na secretaria para a qual trabalhava, ele disse que precisava ir numa outra associação, pois um professor da UENF, que fazia projetos para a secretaria, escreveu um projeto para aquisição de um mini-laticínio, porém para isso teria que formar uma cooperativa. Segundo as regras do governo federal, o mini-laticínio só poderia ser montado para uma cooperativa, para uma associação o projeto não seria aceito. Com isso, o presidente queria articular com os produtores de Valão dos Pires, que tinha por volta de cento e cinquenta moradores sócios, sendo que quarenta eram produtores de leite. Contudo, não estava conseguindo ir ao Pires porque o carro da secretaria estava sendo utilizado pelo prefeito. Perguntei se ele não podia pegar o carro da EMATER emprestado e ele disse que “eles” não iam querer ajudar porque “são do outro lado”, o funcionário é do lado de Gilson e “todo mundo sabe”. Assim, se pedisse, o funcionário da EMATER iria “arrumar uma desculpa”. O presidente disse “a gente tem que ficar quieto”, pois “trabalha na prefeitura” e se alguém o visse conversando com uma pessoa, na rua, do “outro lado”, já surgiria o boato de que estava do “outro lado”. Então, para evitar complicações com seu empregador, o melhor é “passar direto” e não conversar com político ou adepto em evidência.

Depois, ao encontrar com esse presidente no sindicato, perguntei sobre a cooperativa e ele falou que marcaram uma reunião em Conceição de Macabu (município ao qual Cardoso Moreira não faz fronteira) e só foram os representantes da associação que preside e integrantes do movimento dos Sem Terra, portanto, assinaram com eles. Quando fui a Valão dos Pires, perguntei se haviam sido convidados para a formação de uma cooperativa de mini-laticínios e o tesoureiro da associação

respondeu-me que não. Os sócios no Pires, em massa, eram favoráveis a Gilson e, por isso mesmo, poderiam não ter sido convidados, bem como o funcionário da prefeitura, pela posição ocupada e, assim, maior contato com a secretaria, foi o primeiro a ser oportunizado.

A Associação de Valão dos Pires tinha cerca de vinte anos de funcionamento e era considerada como “referência” para todas as outras associações do município: “todo mundo se espelhou nela”. Segundo o funcionário da EMATER, a associação foi criada por volta de 1980 através de uma parceria da EMATER com o Banco do Brasil, porém não foi um plano vindo ‘de cima’. “A comunidade tinha anseios” e “se tinha uma idéia de que como associação ficaria mais fácil de conseguir recursos”, pois “ficariam mais fortes”. Pelo regulamento do Banco do Brasil, havia que se fazer duas associações e criaram a de Valão dos Pires e a de São Joaquim – que é um bairro próximo.

Em São Joaquim sempre foi complicado trabalhar, pois os moradores “não tem facilidade de formar um grupo, tem politicagem, um puxa prum lado, outro pro outro, não anda”. Diferente do Pires, São Joaquim tem uma área urbana e, assim, a maioria não teria interesse. Uma senhora do Pires, na época da campanha, me disse que as pessoas em São Joaquim brigavam por causa de política, já no Pires não havia isso. Nesse sentido, em São Joaquim existiam pessoas influentes politicamente, conforme visto no capítulo 1 sobre o processo de emancipação, o próprio vice-prefeito de Gilson na campanha de 2008 era morador antigo de São Joaquim.

O presidente da associação de Valão dos Pires disse-me que, mesmo Gilson estando fora do governo municipal, os ofereceu máquinas para fazerem um mini-lacticínio. Acontece que os sócios protelaram, porque não sabiam manusear as máquinas apropriadamente. Protelaram e Gilson acabou concedendo as máquinas para os moradores de São Joaquim. Entretanto, ora o mini-lacticínio funcionava, ora não funcionava, da mesma forma que a criação da associação não seguia funcionando com constância.

Uma moradora contou-me que no Pires não havia nada quando fundaram a associação. A pessoa que fundara a associação chamava-se Maria⁶⁵, segundo minha informante, fundou “para tirar proveito”. Maria praticava o “voto de cabresto” no local, sendo diretora da escola local por Campos. Uma senhora que escutava nossa conversa

⁶⁵ Nome fictício.

mencionou que Maria “cercava nós no colégio e dava lanche” na época da eleição. Minha interlocutora foi a 2ª secretária da associação na época em que foi presidida por dona Maria, quando não havia sequer sede. Chamaram-na por ter experiência em elaborar atas para a igreja.

Maria criou a associação “para ficar por cima da carne seca”, “aparecer”. Ela havia sido candidata a vereadora e não se elegeu. E, em certo momento, surgiu um outro ator político, José⁶⁶, e nessa disputa política José ganhou e ela “ficou com raiva”. Maria votou não pela emancipação e José trabalhou pela emancipação. “Antes que ela criasse rabo”, tiraram-na da associação.

Garotinho (prefeito de Campos na época) que era contra a emancipação tinha “bronca” de Maria. Um cunhado de Gilson, certa vez, disse-me que Garotinho “perseguiu” muito e perseguia os próprios aliados. Noutra ocasião, a senhora que me contou essas reminiscências do Pires disse que Garotinho fazia o certo e era por isso que ela gostava dele. Nesse sentido, Garotinho foi numa rádio e anunciou que o marido de dona Maria era funcionário fantasma e o colocou para lavar rodoviária. As pessoas que o conheciam passavam e caçoavam. Em seqüência, Garotinho foi ao colégio em Valão dos Pires (que comporta quarenta crianças no nível primário) e colocou as crianças numa sala. Perguntou para “criançada” se elas queriam a dona Maria ou a Do Carmo como diretora. Com a resposta, Garotinho a destituiu do posto. Dona Maria trabalhava na secretaria de educação pela prefeitura e no posto de saúde pelo estado. Garotinho a colocou, bem como a filha dela, para trabalhar em um “favelão”⁶⁷ e assumir o trabalho no posto, pois era funcionária fantasma pelo estado. A filha de dona Maria trabalhava como professora de manhã e como merendeira a tarde, mas Garotinho descobriu que ela ingressou na ocupação “pela brecha”, ou seja, irregularmente, e a destituiu.

Quando José se tornou presidente da associação, minha interlocutora ficou sete anos na diretoria. José foi quem construiu a sede através do dinheiro de um Fundo governamental, liberado pelo Banco do Brasil. Comprou também a máquina de arroz (“pilação”). Posteriormente, os associados empreenderam, de forma acentuada, na atividade leiteira e Gilson doou o tanque de resfriamento de leite. Antigamente, a diversidade de plantação era maior, porém, inicialmente, predominava a plantação de café, depois veio a cultura de cana. Após, plantaram laranjas e, atualmente, a atividade predominante era a pecuária leiteira.

⁶⁶ Nome fictício.

⁶⁷ Possivelmente, um colégio degradado situado em um local considerado pobre e precário.

Na época do recebimento do benefício do Fundo, José comprou as terras de um senhor, onde construiu a sede da associação e loteou o terreno, construindo a “vilazinha” que existe hoje. Com José como presidente, a associação ganhou um prêmio de Associação Rural mais bem organizada do Rio de Janeiro.

O tesoureiro da associação contou-me que na época da primeira eleição, depois da emancipação, os moradores do Pires votaram em peso em Renato, pois José o apoiava e, também, elegeram José como vereador. Com o passar do tempo, por conta da votação referente ao 14º salário, José criou rixa com Renato. José queria votar o 14º salário só para quem ganhasse até três salários mínimos, mas a proposta previa a concessão para todos os funcionários. Assim, Renato “pagou” um vereador desonesto para votar com ele, pois no cálculo dos votos a proposta iria ser vetada. Ele acrescentou: “a política é assim, quando você entra tem que entrar na roubalheira, você tem que virar corrupto senão não fica”.

Na segunda eleição, meu interlocutor enfatizou que José foi injustiçado e por isso ele não conseguiu pagar o dinheiro que havia pego emprestado com os moradores do Pires. Tal injustiça referia-se a José ter arrecadado um número significativo de votos na eleição, porém, como o sistema era de legenda, os votos de outros dois candidatos do mesmo partido de José foram transferidos para um candidato de outro partido. Assim, ele não conseguiu se eleger. Como ele não conseguiu pagar o dinheiro que pegou emprestado, “sumiu” e os moradores do Pires ficaram “abandonado[s]”, poucas vezes ele apareceu e quando foi ficou “envergonhado”. A senhora que me contou a história da fundação da associação falou que José era um homem “honesto, honesto, honesto”.

Na versão de um funcionário da EMATER, José pegou dinheiro emprestado das pessoas, prometendo que pagaria com juros. Assim, pegou dinheiro de uma, duas e quando viu foi “pipocando” um monte de dívidas. A saída dele foi ir embora do Pires. Eu comentei que as pessoas diziam que ele era honesto e o funcionário da EMATER disse: “ele é”. As irresponsabilidades relacionadas ao manuseio de dinheiro não conferem a uma pessoa o rótulo de má pessoa ou de pessoa desonesta, era apenas uma falta de habilidade.

No momento da pesquisa, a maioria da população no Pires estava “do lado” de Gilson, tanto que seu cabo eleitoral no local me dizia que havia quarenta placas de Gilson e cinco de Renato e, ainda assim, porque Renato estava pagando para colocarem

suas placas. Esse cabo eleitoral se chamava Tiago⁶⁸ e me contou sobre sua liderança política no bairro. Ele havia se candidatado a vereador uma vez, porém disse que não trabalhou sua campanha e ainda assim conseguiu mais de cem votos. Ele disse que antes era dona Maria quem “mandava” no local, quando ela saiu José ficou liderando. José foi vereador na primeira gestão municipal e foi contra o 14º salário, que foi proposta de campanha de Renato, por “uma mania de ser todo certinho”. Desse modo, acabou brigando com Renato e isso deu “brecha” para Tiago se aproximar de Renato. Tiago disse que há muito tempo pedia para José arrumar um emprego para sua esposa com Renato e nada acontecia. Assim, aconteceu uma reunião de Renato para campanha de eleição de deputados e Tiago compareceu. Renato perguntou se Tiago tinha passado para o “outro lado” (que era Betinho) e Tiago respondeu que não mudara de lado. Nesse momento, pediu um emprego para sua esposa e ela começou a trabalhar em um posto médico.

Posteriormente, José perdeu a reeleição e mudou-se para Campos. Logo surgiu um senhor provindo do estado do Espírito Santo que Renato colocou para dirigir a ambulância. O posto médico e a escola são os únicos postos de trabalho que a prefeitura mantém nas roças. O vice de Renato, queria colocar esse senhor que provinha do Espírito Santo para dirigir o caminhão conseguido através do PRONAF, em substituição a Tiago. A isso houve oposição por parte dos moradores pertencentes à Associação. Tiago ressaltou que cada produtor paga quatro centavos por litro de leite para o motorista do caminhão, a prefeitura não precisava assumir, mas os produtores talvez preferissem não pagar os quatro centavos. Propuseram uma votação para ver se a prefeitura assumiria o caminhão ou Tiago continuaria dirigindo-o. Tiago ganhou por 45 votos a 15.

Tiago disse que precisava botar seu concorrente “para correr” do Pires. O concorrente falhou com Renato, por não prestar serviço a um parente seu, o que fez com que Renato o tirasse da direção da ambulância. Para botar seu concorrente “para correr”, Tiago trabalhou pela eleição de Pudim a deputado, beneficiando um aliado de Renato. Tiago encontrou o cabo eleitoral concorrente em uma “venda”. Este argumentou que Tiago estava se prejudicando ao trabalhar para Pudim – talvez prejudicando suas relações com Gilson. Tiago propôs que vissem no final qual o candidato que iria ganhar e o desafiou, ironizando ao dizer que nem candidato seu rival tinha. Por fim, Tiago

⁶⁸ Nome fictício.

venceu a disputa, conseguindo mais votos para seu candidato do que seu opositor conseguiu para o dele. Depois desse evento, Tiago volta a apoiar Gilson. Ele permaneceu dirigindo o caminhão para recolher leite e, o presidente da associação, dirigindo a ambulância. Na eleição de 2008, Renato ofereceu a ambulância para Tiago dirigir, foi quando ele recusou, já que isso condicionaria sua passagem do lado de Gilson, para o de Renato.

Em 2003, Gilson trabalhou para a eleição de Tiago para a associação de moradores e produtores do Pires, porém “ele é muito enrolado com o dinheiro”. Um associado comentou que Tiago endividou a associação, usando o dinheiro para pagar suas contas pessoais, não por “maldade”, e colocou na função de tesoureiro um morador pouco hábil para o cargo. Por fim, surgiu um rombo no orçamento da Associação. Levaram as contas para a secretaria de finanças da prefeitura a fim de que Gilson ajudasse com os cálculos. O presidente de outra associação disse-me ser por isso que no Pires não recebiam as cestas do Fome Zero, pois, pelas dívidas, a associação constava como devedora nos cadastros do Serasa⁶⁹. Assim, Tiago deixou o posto de presidente.

A história do caminhão do PRONAF se refere a uma disputa política envolvendo o controle da associação por adeptos de Gilson ou de Renato. Uma moradora disse-me que muita coisa “a prefeitura consegue em nome da associação”, como o caminhão do PRONAF, e acaba dizendo como tem que ser usado. Ela contou que a água do Pires é “salítrica”, “corrói tudo”. Assim, por causa dessa água o caminhão que veio pelo PRONAF ficou corroído, pois se lavava o caminhão, que acumulava lama e fezes de boi. Nessa época, o vice de Renato, Jéferson, veio na associação e declarou que assumiria as despesas de reforma e manutenção do caminhão, e pagaria o motorista. Porém, em retorno, o motorista seria da prefeitura, e o indicado era o rival político de Tiago. Na versão dessa moradora, Jéferson e quem o acompanhava “quase apanharam”, pois os sócios pensaram que por isso “a prefeitura estava querendo se enfiar na associação”.

Na versão do atual presidente da associação, os associados não quiseram bater em ninguém. Jéferson veio na reunião da associação por causa da reforma do caminhão e vieram uma meia dúzia de pessoas do Pires, que são adeptos de Renato, pensando que iriam dominar a associação. Jéferson falou que faria a reforma do caminhão e pagaria o motorista, mas queria botar como motorista um “inimigo político” de Tiago, por isso os

⁶⁹ Entidade que cadastra devedores para orientar todas as pessoas jurídicas conveniadas a tomarem decisões sobre concessão de crédito.

sócios não aceitaram. Jéferson falou, então, que iria retirar o caminhão do Pires, porque o caminhão era da prefeitura. Uma pessoa afirmou, em desafio, que podia retirar e outra argumentou que o caminhão era do PRONAF. Essa meia dúzia de adeptos de Renato não retornou à associação depois deste evento.

Um presidente de uma outra associação disse-me que estava nesta reunião no Pires e que os sócios foram “sábios”, pois enfatizaram que o caminhão era do PRONAF e não da prefeitura e, além disso, os produtores pagavam o salário do motorista do caminhão, portanto, não precisavam que a prefeitura pagasse.⁷⁰

Nessa história, vê-se bem a dinâmica política na associação, o que alguns autores chamariam de tentativa de *cooptação* das lideranças:

Outra especificidade da estratégia brizolista residia na **cooptação** das lideranças comunitárias, um processo disfarçado em maior participação popular atestada pela facilidade de acesso aos corredores da administração, embora, ao fim e ao cabo, as decisões continuassem a ser tomadas de cima para baixo. (Alvito, 2001:137) [grifo meu]

(...) baseando-se numa tática de **cooptação** de lideranças e de privilegiamento de demandas tópicas com um grau restrito de integração, a política de máquina desencadeia efeitos inibidores da ação coletiva organizada. Seu estilo de ação favorece a mobilização vertical, processo em que a participação política é induzida por relações pessoais de lealdade e não por sentimentos comuns de identidade social. (Diniz, 1982:166) [grifo meu]

Independente de ser ou não cooptação, alguns moradores “do lado” de Gilson (ou de Tiago) entendiam que a prefeitura estava tentando se **infiltrar** na associação. A associação já tinha um grupo consolidado e não concordava com que os adeptos de Renato entrassem na associação. Não pela convivência ser impossível, mas porque se entendia que a associação era um agente político, servia para a constituição de uma carreira política.

⁷⁰ Criticava-se o uso dos veículos conseguidos através do PRONAF pela prefeitura. Houve um desfile de carros da prefeitura e dois tinham sido adquiridos pelo PRONAF. O presidente de uma associação disse que a prefeitura usa os carros que pede em nome da associação, ou seja, “se aproveita” da associação para conseguir bens para a prefeitura. Por outro lado, um funcionário da prefeitura, que trabalha na secretaria de agricultura, explicou-me que os caminhões que ficavam na prefeitura era porque quando chegavam, à pedido da prefeitura, no caso para os Sem Terra, questionavam quem ia se responsabilizar pela manutenção do caminhão – bateria, óleo, reformas. A prefeitura levou um papel para o líder dos Sem Terra assinar se quisesse ter responsabilidade pelo veículo, nesse caso o líder não quis assinar. Deste modo, o carro ficou na prefeitura prestando serviço para os Sem Terra. Às vezes, levava as coisas do centro para o assentamento.

O. me disse que via na associação uma forma de “crescer politicamente” e se ele for eleito vereador pode continuar na associação e, assim, terá maior poder para conseguir melhorias (Diário de Campo referente ao dia 01 de agosto de 2008)

Era por isso que usavam o termo se aproveitar, para dizer que os políticos se aproveitavam da associação para constituir sua carreira, o pior era quando não se importavam se uma iniciativa prejudicaria os produtores da associação, a despeito de lhes trazer prestígio. Foi assim que entenderam a história do fornecimento de alimentos, que comporiam as cestas básicas do Fome Zero.

O presidente da associação do Pires explicou-me que o Fome Zero era uma programa arriscado e poderia prejudicar os produtores. O governo precisa dos produtos para fazer a cesta básica e propõe comprar os produtos dos produtores vinculados ao programa, mas o produtor fica comprometido em vender todo mês aquela quantidade certa de produtos. Assim, se o produtor não conseguir suprir a expectativa da quantidade, é cortado do programa, bastaria acontecer uma vez. O próprio tempo/clima pode fazer com que o produtor não consiga atingir tal meta, é algo que foge ao seu controle. No mês seguinte ele fica desamparado e tem que procurar um comprador de uma hora para a outra.

Além disso, o programa paga um preço muito baixo. O presidente exemplificou com o caso do arroz. O preço de venda do arroz subiu, mas se o produtor estivesse comprometido com o programa não poderia aproveitar, teria que vender mais barato para o Fome Zero porque se responsabilizou. O presidente tentava lembrar-se de uma palavra, enquanto conversava comigo: “como é que se diz...não dá...lucro”. Contou-me a história de um rapaz que tinha se comprometido a vender peixe para o Fome Zero, porém houve um mês no qual ele não conseguiu fornecer a quantidade de peixe, pois teve um problema com seu tanque. Consequentemente, ele foi eliminado do programa. Um tempo depois, teve um outro produtor que faltou com o programa e os representantes do Fome Zero foram procurar novamente o senhor que teve problema no tanque. Ele forneceu a quantidade, mas, por malandragem, no mês seguinte, deixou de fornecer, mesmo possuindo a quantidade de peixe necessária.

Em outra ocasião, um produtor do Pires lembrou que até abriram uma conta no Banco para se vincularem ao Fome Zero, porém faltou entregar um documento no banco. Por isso, os responsáveis pelo Fome Zero, que era um programa conseguido por Gilson, através do governo de Itálva, anunciaram os nomes dos produtores em uma

rádio de Italva e sequer os telefonaram. Os sócios souberam por pessoas que passaram a comentar sobre o anúncio. Assim, decidiram convidar os responsáveis pelo Fome Zero para explicar o programa numa reunião. A partir das explicações os sócios preferiram não aderir ao programa, pois se eles não conseguissem produzir a quantidade certa teriam que comprar de um outro produtor para vender pelo preço estipulado, que era abaixo do mercado, podendo sair no prejuízo. Contudo, o que o produtor enfatizou, chateado, foi terem colocado o nome deles na rádio. Ou seja, isso criou uma visibilidade da iniciativa do programa, o que poderia passar como uma conquista da carreira de políticos. O produtor acrescentou que as pessoas vêm se aproveitar da associação porque ela era toda legalizada, possuía CNPJ, e os representantes pelo Fome Zero iriam atrás deles porque “ganham com isso”, “tira a parte deles”.

O funcionário da EMATER disse-me que os produtores “fizeram bem” em não aceitar perguntando-me, primeiro, o que tinha em Valão dos Pires para se vender? Leite não poderiam vender, pois não constava como produto para o programa. Ele argumentou que no Pires não tinha peixe. Como eu disse que tinha, ele explicou: “tem dois peixes, não tem peixe” – realmente, a produção é bem pequena. Ele arrematou que se teriam que vender por um preço abaixo do mercado, poderiam ganhar mais sem o Fome Zero. O Fome Zero era só por Italva, como alcançou o Marimbondo (local de Italva onde Gilson tem uma fazenda) Gilson quis repartir com Valão dos Pires e colocou duas pessoas para negociar com os moradores no Pires que entendia menos de agropecuária do que eles. E finalizou: “quiseram enfiar o programa goela abaixo” e deu errado. Assim, eu disse para o funcionário que era uma “coisa mais política” – e fiz um sinalzinho das aspas com a mão. Com isso, ele disse: “você falou tudo”.

Um morador falou que “eles” os usam para “benefício próprio”. De outro modo, uma moradora contou que o cômodo para por o tanque de resfriamento de leite, conseguido por Gilson, foi construído três vezes, porque o material que veio da prefeitura era ruim, portanto desabou. A despesa era de cinco mil reais, mas nos papéis da prefeitura constava como treze mil. Na planta o teto era para ser de laje, mas colocaram telha de amianto. E finalizou: “Gilson dá valor a associação porque a prefeitura se aproveita”.

A associação era fiel a Gilson e por ele não estar na administração municipal viam a prefeitura como um agente que queria se infiltrar na associação. Mesmo assim, sendo favorável a Gilson, concebiam que os políticos, inclusive ele, se aproveitava da

associação para construção de sua carreira política, ao que julgavam ser práticas para “benefício próprio”.

Uma ex-presidente de associação de moradores de São Luiz, fundada em 1990, disse que não “bateu” com o presidente atual, que era do lado de Renato, “por causa de política”. “Ele tem empenho político” e é por isso que se esforçava pela obra da sede da associação. Poderia ser tomado como algo em benefício próprio, já que a ex-presidente dizia que estava vivendo pela comunidade e trabalhava em prol da comunidade, sem pensar em receber nada em troca. Ela ressaltou que não tem “acesso a gente grande só na política”, ou seja, não possui contato com políticos proeminentes a não ser na época eleitoral. No entanto, se ela não tinha acesso aos políticos distantes hierarquicamente a prefeitura tinha, portanto, a prefeitura se tornava o único canal.

Exceção a essa regra encontrei numa associação num local perto do centro urbano. O presidente declarou que não recorriam só à prefeitura. Ele havia recebido uma moção de aplauso da ALERJ e se não pudesse pedir pessoalmente para um deputado, quando eles apareciam, fazia a solicitação por e-mail. Assim, os assessores respondiam o e-mail enviando uma ficha para ser preenchida e reenviada. Havia conquistado pelo governo do estado a colocação de um quebra molas e a atribuição de utilidade pública à associação. Esse presidente tinha um irmão que era funcionário da prefeitura de Italva e estava emprestado para o Fórum, assim, quando ia ao Rio prestava o favor de levar os pedidos relacionados à associação, para a ALERJ.

Estávamos conversando na presença da 1ª secretária da associação e como surgiu uma dúvida entre Palácio Tiradentes e Palácio Guanabara, ela disse que era no Palácio Tiradentes para onde levavam os ofícios, pois ela havia “estudado” sobre isso na internet. Haviam pedido a doação de um computador ao Itaú e a Caixa Econômica. Dessa maneira, eu constatava que enquanto nessa associação eles trabalhavam com acesso a internet, nas associações da roça, como a de Valão dos Pires eles não utilizavam computador. Essa associação me forneceu dúvidas quanto à dependência em relação à prefeitura, porém uma ex-funcionária da prefeitura disse-me que o único canal para conseguir benefícios era realmente o órgão e a situação da associação que eu tinha visitado se justificava por pertencer ao “bairro mais elitizado”.

Um integrante de uma associação que tinha se diluído afirmou que a prefeitura nunca ofereceu nada para a associação porque ele ia à prefeitura “cobrar” e não “pedir”. Diniz (1982) cita em seu livro *Voto e Máquina Política* a existência de dois tipos de relação entre a FAFERJ 1 e a FAFERJ 2 (Federação das Associações de Favelas do Rio

de Janeiro) e o governo chaguista no Rio de Janeiro. A FAFERJ 1 era a primeira Federação formada e a FAFERJ 2 era a sua dissidência, que tinha um modo de reivindicar mais incisivo e não era reconhecida pelo governo do estado. Assim, um membro da FAFERJ reconhecida oficialmente explicitou:

O caso deles (dirigentes da FAFERJ dissidente) é pressão. Eles trabalham para fazer pressão. E nós trabalhamos mais através do diálogo (...) Exemplo: um dos pontos da propaganda deles é forçar o governo a fazer isso, fazer aquilo e fazer aquilo outro. E nós não. Nosso programa é solicitar. Ninguém força ninguém. Eles apagam o governo do estado (...) Nós não trabalhamos assim. Quando há necessidade, nós procuramos a autoridade com igualdade de condições, com respeito a autoridade constituída e vamos falar sobre o que nós queremos, o que nós desejamos. E eles (...) os próprios jornais deles (...) dizem coisas absurdas das autoridades. Então, justamente, não há condições de haver diálogo (...) porque o diálogo deles é muito pesado. Eles dizem que querem as coisas, forçando. E não pode ser assim. Não se pode resolver assim, porque, dialogando com o governo, pouco ele ajuda as associações. E, brigando, ele fecha as portas, automaticamente. Brigar com o governo não é coisa boa. Não adianta, porque se você chega no meio das autoridades e diz – nós precisamos disto e queremos isto – é um pouco forte, mas ele aceita. Mas, se vai para o rádio, para a televisão e fala do governo, as portas estão fechadas. Não consegue nada! A grande divergência é essa. (Diniz, 1982:153-154)

A pressão era oposta a um modo não impositivo de reivindicar. Esse modo não impositivo se coaduna com a forma de se comportar da grande maioria dos membros de Associação de Moradores e Produtores em Cardoso. Esse comportamento era fruto de uma dependência e de ofertas recebidas que poderia fazer com que os produtores não se sentissem na posição de cobrar, mas de retribuir, como no sistema da dádiva explicitado por Mauss (1974), que menciona a obrigação de dar, de receber e de retribuir. Se essa retribuição não chega, num tempo adequado, e acumulam-se os favores recebidos, os moradores estarão sempre em dívida e conforme falou uma moradora: “político você fica devendo a vida toda”. Acrescido a isso, o comportamento mais tradicional, principalmente nas roças, onde a maioria da população é de “velhos” (pois os jovens migram mais) preza pela solidariedade, a amizade acima do “se vender”, a gratidão e o respeito (em especial pelos homens e mais velhos). Dentro de uma esfera de relações primárias ou pessoais, onde a confiança é primordial. O fato de ofender alguém é

evitado, e há uma educação em ouvir e uma gentileza no servir⁷¹, conforme vimos na associação presidida por um funcionário da prefeitura.

No primeiro dia em que fui a Valão dos Pires, em certo momento, conversava com a mãe do presidente da associação e perguntei sobre como conseguiam se aposentar, ela me respondeu e falamos também sobre a dificuldade em obter remédios. Eu ousei mostrar indignação e reclamar sobre a situação, mas isso poderia ter sido como “falar mal” do governo. O “falar mal” e a agressividade eram coisas reprovadas, ainda mais para os mais velhos, a não ser que isso ferisse a honra de uma pessoa, se ela tivesse sido desrespeitada. Por isso, notei que a senhora logo se assustou e encerrou a conversa, dizendo que tinha alguns serviços para fazer.

O comportamento tanto de parceria quanto de **não pressionar**, mesmo que se sintam aproveitados pelos políticos, resumem de formas diferentes uma etiqueta e um modo de reivindicar, ou melhor, pedir, que incluísse o diálogo e a amizade.

O funcionário da EMATER ressaltava enfaticamente que quando ia às reuniões nas Associações de Produtores eles ficavam olhando para ele sem dizer nada. Eu contei que um produtor me revelou que acreditava que as pessoas iam à associação para se aproveitar deles, porque são legalizados, então, ficavam desconfiados⁷². O funcionário disse que era pelo fato de eles serem legalizados que conseguiam coisas. “A associação ganhou tudo”: a construção que abriga o tanque, o tanque, a sede, o poço, o reservatório de água. Em outro momento, disse que o “associativismo” da região “é fraco”. Nas reuniões das associações vão poucas pessoas e elas não falam. Era para “juntar gente” quando vai um representante de empresa, mas eles “deixam tudo na mão do presidente”. Os produtores podiam ir à Parmalat, “cada um dava dez reais e fretava uma van”. Ele argumentou, comparando: “porque que os Sem Terra conseguem as coisas?”⁷³. E acrescentou que os moradores do Pires: “são um monte de boca aberta”.

Segundo esse funcionário, no Pires havia “um agravante que é a idade” e, em certo momento, me questionou: “cavalo aprende a marchar depois de velho?”. Para ele, os produtores “querem tudo na mão”, se for fazer uma coisa para eles, tem que fazer um

⁷¹ Devo registrar que na primeira vez em que fui a Valão dos Pires fui recebida com um banquete, pois estava quase na hora do almoço, o que considerei muita generosidade e gentileza.

⁷² Além disso, há desconfiança em relação às pessoas de fora, que são vistas como suspeitas, pois podem tirar o pouco que se tem. No caso do município, em geral, disputam empregos ou posições políticas. Existe desconfiança sobre as pessoas que vêm de fora, pois usam da boa fé (da confiança dos moradores). Quando aparece alguém de fora, num local no qual as pessoas migram muito, é sempre mais qualificado, mais bem informado, bem relacionado, mais esperto, com maior conhecimento ou instrução.

⁷³ Em Cardoso há um movimento dos Sem Terra que já realizou protestos em frente à prefeitura algumas vezes, expondo listas de reivindicações.

monte de coisas a mais. Certa vez, falaram que não queriam o caminhão do PRONAF porque tinham que pagar. Ele explicou que com um carro particular teriam que pagar dez centavos por litro de leite transportado e com o caminhão do PRONAF só pagariam quatro centavos.

Um produtor contou-me que atualmente estava mais difícil de produzir porque tinham que pagar pela mão de obra, hoje ninguém quer trabalhar sem receber dinheiro, antes eles faziam trocas de trabalho entre os moradores amigos. Antigamente, a cooperação e amizade eram maiores ⁷⁴. Pagar era algo que suprimia a amizade e a troca de gentilezas e serviços. Era dentro desse tipo introjetado culturalmente de comportamento, onde o dinheiro não ocupava o espaço que ocupa hoje nas vidas, que as relações se davam e a harmonia era privilegiada, longe de um comportamento agressivo ou de pressão.

Assim, a maioria dos moradores da “roça” se preocupavam em não “chatear” um vizinho, como ocorreu na reunião de formação de uma associação de moradores, comentada acima. Outro exemplo foi o comentário de um produtor do Pires sobre terem recusado a participação no programa Fome Zero. Ele me disse, preocupando-se, que Gilson ficara “chateado” com eles. Portanto, as trocas de favores entre moradores e entre eles e as autoridades políticas constituíam relações de fidelidade, gratidão e amizade, que forneciam certa homogeneidade nos apoios dentro das instituições, que tanto necessitam das ajudas de representantes da prefeitura. Tais relações não comportam ações impositivas ou de **pressão** contra os governantes, se adequando mais a efetuação de parcerias, que tanto melhor se desenvolviam se excetuava o que os moradores concebiam como comportando interesses próprios ou o fato de se aproveitar, ao conceder algo, para incrementar suas próprias carreiras políticas. Desse modo, o favor devia ser executado de maneira que parecesse um ato desinteressado (Mauss, 1974), ressaltando a preocupação em ajudar o outro.

⁷⁴ Porém, alguns moradores enfatizavam que um se preocupava com o outro. Um produtor exemplificou-me contando que tinha uma menina com problemas de saúde e não tinha dinheiro para fazer o tratamento. Assim, eles rifaram um bezerro e deram o dinheiro para ela.

Referências bibliográficas:

AGUIAR, Monique Florencio de. “Núcleo Barreto: Um Projeto Social” – Estudo sobre as interações político-sociais em uma associação comunitária. 2006. 136 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. Construindo a “força política”: um caso sobre a trajetória de capitalização. *VII Reunião de Antropologia do Mercosul – Desafios Antropológicos*. Porto Alegre: anais, 2007.

ALVITO, Marcos. 2000. *As Cores de Acari – uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV.

AUYERO, Javier. *La Política de Los Pobres*. Buenos Aires: Manatíal, 2005.

BALANDIER, Georges. O poder em algum lugar. In: O contorno: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARBOSA, Livia. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil. In: *Revista do Serviço Público*. Ano 47, volume 120, nº 3, set.-dez. de 1996.

BARREIRA, César. “Fraudes e Corrupções Eleitorais: entre dádivas e contravenções”. In: PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, César. *Política no Brasil – Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

BECKER, Howard S. “De que Lado Estamos”. In: *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, Representação Política e Recursos Públicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 7, nº 15, p. 181-207, 2001.

_____. *Em nome das “bases”*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. (p. 101-120)

_____. “Participação popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo”. In: TEIXEIRA, Carla Costa & CHAVES, Christine de Alencar (orgs.), *Espaços e Tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília – Etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

_____. “Marginalia. Algumas Notas Adicionais sobre o Dom”. *Mana*, Rio de Janeiro, 2(2), p. 2-20, 1996.

_____. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, 1997.

CHAVES, Christine de Alencar. Eleições em Buritis: a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. (p. 128-164)

_____. *Festas da Política – uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, Clientelismo, e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. *História*. São Paulo, v. 25, nº 1, p. 226-247, 2006.

DA MATTA, Roberto. “Você Sabe com Quem está Falando? – Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil”. In: *Carnavais Malandros e Heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

_____. Cidadania – A questão da cidadania num universo relacional. In: *A Casa e a Rua*. São Paulo: editora Brasiliense, 1985.

DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ELIAS, Norbert. *La Sociedad Cortesana*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1987. (p. 9-52)

_____. *Mozart – Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1978.

_____. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FIÚZA, Ana Paula de Souza. *A História do Tempo Presente para além do Mundo Contemporâneo*. Trabalho apresentado para a disciplina Metodologia e Recursos da Pesquisa Histórica. Faculdade de Filosofia de Campos/ Pós Graduação Lato Sensu. S./d.

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GLUCKMAN, M. “Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna”. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Global, 1987.

GUASTI, Laura. “Peru: Clientelism and Internal Control”. In: Steffen W. Schmidt, Laura Guasti, Carl H. Landé and James C. Scott (orgs.), *Friends, Followers, and Factions – a reader in political clientelism*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1977.

HALL, Anthony. “Patron-Client Relation: Concepts and Terms”. In: Steffen W. Schmidt, Laura Guasti, Carl H. Landé and James C. Scott (orgs.), *Friends, Followers,*

and Factions – a reader in political clientelism. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1977.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Mini-dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, nº 64, p. 163-167, 2007.

_____. *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000a.

_____. *Eleições e Representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000b.

LANDÉ, Carl H. “Introduction”. In: Steffen W. Schmidt, Laura Guasti, Carl H. Landé and James C. Scott (orgs.), *Friends, Followers, and Factions – a reader in political clientelism*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1977.

LEACH, Edmund Ronald. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1997.

_____. *O Coronelismo e o Coronelismo de Cada Um*. In: Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, p. 11-14, 1980.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial – Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LINHART, Ana Maria Galano Mochcovitch. Êxodo Rural, fazendas e desagregação. *Estudos – Sociedade e Agricultura*, nº 19, p. 6-39, 2002.

LOPEZ, Felix G. A Política Cotidiana dos Vereadores e as Relações entre Executivo e Legislativo em Âmbito Municipal: o caso do município de Araruama. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, nº 22, p. 153-177, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (p. 17-34)

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Antropologia e Sociologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1978. (p. 123-170)

NOGUEIRA, Silvia Garcia. “Rádio e Política”. In: *Facetas do Rádio: uma etnografia das emissoras de Ilhéus (sul da Bahia)*. 2005. 388 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Rio de Janeiro.

OTTMANN, Goetz. Cidadania Mediada – processos de democratização da política municipal no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 74, 2006.

PALMEIRA, Moacir. “Política, Fações e Voto”. In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (org.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. (p. 41-56)

_____. Voto: Racionalidade ou Significado? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7 (20), p. 26-30, 1992.

_____. “Eleição municipal, política e cidadania”. In: PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, César. *Política no Brasil – Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

PELLEGRIN, Ivan de. *Caracterização do arranjo produtivo do petróleo da bacia de Campos e a estruturação de uma rede de empresas, a rede de petro- bc*. In: PELLEGRIN, Ivan de. & ARAÚJO, Renato Samuel B. de. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2004.

PINTO, Antonio. *Recordando*. Cardoso Moreira: sem editora, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO MOREIRA. *Plano Municipal de Desenvolvimento Rural*. Cardoso Moreira: 2001/2002.

PRODER/SEBRAE. *Diagnóstico sócio-económico – Cardoso Moreira*. Rio de Janeiro: 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1976. “O Coronelismo numa Interpretação Sociológica”. In: *O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega.

_____. 1975. “O Coronelismo numa interpretação sociológica”. In: Fausto, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. Vol 1. São Paulo: Difel.

SIGAUD, Lygia. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. *Estudos Históricos*, nº 18, p. 361-388, 1996.

_____. As Vicissitudes do Ensaio sobre o Dom. *Mana*. 5(2): 89-124, 1999.

THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (p. 57-81)

VILLELA, Jorge Mattar & MARQUES, Ana Claudia D. R. Sobre a Circulação de Recursos nas Eleições Municipais no Sertão de Pernambuco. In: HEREDIA, Beatriz M. A.; TEIXEIRA, Carla Costa & BARREIRA, Irllys A. F. *Como se Fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. (p. 63- 101)

ZALUAR, Alba. A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2000. (p. 9-32)

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. (p. 19-29)

WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

----- . *Max Weber* (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Matérias de Jornais:

Lideranças políticas buscam alternativas para a região. Sem Registros.

75 famílias formam uma cooperativa em Cardoso (O Diário, 23/11/2001)

Cardoso Moreira terá ajuda do CEFET (O Diário, 21/08/2001)

Cardoso Moreira, sua imprensa e emancipação (A Defesa, ano X)

A Personalidade de um prefeito (Tribuna Livre, 20 a 26 de abril/2006:s.p.)

Renato Jacinto um vencedor (Tribuna Livre, 16 a 22 de fevereiro de 2006)

O Povo Consagrou Gilson Siqueira (O Diário do Noroeste, 07/10/2008:3)

Agencia do BB (Folha da Manhã, de 08 de julho de 2001)

Inaugurada sede própria do Detran em Cardoso Moreira (O Diário, de 27 de setembro de 2001)

Sobre a inauguração do Hospital, sem registro de título (Folha da Manhã, 19 de agosto de 2001)

Mais uma rua asfaltada em Cardoso Moreira (Tribuna Livre s./d.)

Obras na sede do Lions Club de Cardoso. (Tribuna Livre de 07 a 13 de setembro de 2006)

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.